

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JORGE LUIS PRANDO

ESTADO DE SÃO PAULO: ANÁLISE GEOGRÁFICA DA
EDUCAÇÃO BÁSICA E MAPEAMENTO TEMÁTICO

São Paulo

2010

JORGE LUIS PRANDO

**ESTADO DE SÃO PAULO: ANÁLISE GEOGRÁFICA DA
EDUCAÇÃO BÁSICA E MAPEAMENTO TEMÁTICO**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia
Humana, do Departamento de
Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Marcello Martinelli

São Paulo

2010

Nome: PRANDO, Jorge Luis.

Título: Estado de São Paulo: Análise geográfica da educação básica e mapeamento temático.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, que indica o Norte em minha vida.

Toda a minha família, em especial meus pais Dalva e Roberto, meus irmãos Felipe e Alexandra e meus sobrinhos Gabriel e Mônica

Ao meu orientador o Prof. Dr. Marcello Martinelli, pelas inúmeras orientações e ensinamentos.

Às colegas de serviço Emico Matsumoto e Nanci Saraiva Moreira pelas orientações sempre fundamentais.

A todos que tiveram paciência pelas minhas faltas e ausências durante a execução do trabalho.

“É melhor tentar e falhar,
que preocupar-se e ver a vida passar;
é melhor tentar, ainda que em vão,
que sentar-se fazendo nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar,
que em dias tristes em casa me
esconder. Prefiro ser feliz, embora
louco, que em conformidade viver ...”

Martin Luther King

RESUMO

PRANDO, J. L. **Estado de São Paulo: Análise geográfica da educação básica e mapeamento temático**. 2010. XX f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Esta dissertação intenciona realizar uma análise geográfica com o apoio da cartografia temática acerca da qualidade da educação básica pública do Estado de São Paulo. Objetivamos adicionar conhecimentos, materiais e informações sobre a atual condição da escola e contribuir com o futuro planejamento da educação. Esse trabalho enfatiza a ótica da dinâmica regional, a dicotomia entre o desempenho educacional das pequenas e grandes cidades do Estado, a fim de analisar e entender porque as cidades do interior paulista vêm obtendo ultimamente desempenhos mais satisfatórios em indicadores educacionais em relação à capital e os municípios metropolitanos de São Paulo. Há ainda a preocupação em utilizar a cartografia temática para contribuir com a própria Geografia; então, produzimos mapas temáticos desenvolvidos a partir de indicadores educacionais dos anos de 2000, 2002, 2004 e 2006, além disso há um layout complementar em coluna destes mapas, que procurou demonstrar a evolução dos indicadores através do tempo. Então, utilizamos um rico acervo de dados estatísticos e também análises críticas a respeito do tema estudado, evidenciando a importância da linguagem gráfica para a Geografia, a Educação e outras ciências.

Palavras chaves: Geografia, cartografia temática, educação paulista, indicadores educacionais, geoprocessamento.

ABSTRACT

PRANDO, J. L. **State of São Paulo: Geographical analysis of basic education and thematic mapping.** 2010. XX f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This dissertation intend achieve a geographic analysis with the support of thematic cartographic about the quality of public basic education of nation of São Paulo. We objectify add learning, materials and information about the actual condition of school and contribute with the future planning of education. This work emphasize the vision about the regional dynamics, the dichotomy between the educational accomplishment of small cities and large cities of nation of São Paulo, with the purpose of analyze and understand because the interior cities of São Paulo obtain, recently, satisfactory accomplishment in educational indicators than the capital and the urban cities of São Paulo. There's the preoccupation in to use thematic geography. Then we produce thematic maps developed with educational indicators of years 2000, 2002, 2004 and 2006. Above this, there's a complement lay out in pillar this maps, that aspire to demonstrate the evolution of indicators by of time. So, We use a substantial collection of statistic facts and We use critic analysis about the studied subject matter to. We put in evidence the importance of graph language to Geography, Education and other sciences.

Keywords: Geography, thematic cartography, paulista education, educational indicators, geoprocessing.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 – Escolaridade - Desempenho das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo 2000/2002.....	66
Gráfico 4.2 – Escolaridade - Desempenho das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo 2004/2006.....	66
Gráfico 5.1 – Dispersão de atendimento em escola infantil para as crianças de 5 a 6 anos para as datas 2000, 2002, 2004 e 2006.....	80
Gráfico 5.2 – Frequência de atendimento em escola infantil dada em porcentagem para as crianças de 5 a 6 anos para as datas 2000, 2002, 2004 e 2006.....	80
Gráfico 5.3 – Dispersão do percentual de pessoas com pelo menos 4 anos de estudo entre 15 e 17 anos para as datas 2000, 2002, 2004 e 2006.....	90
Gráfico 5.4 – Frequência do percentual de pessoas com pelo menos 4 anos de estudo entre 15 e 17 anos para as datas 2000, 2002, 2004 e 2006.....	90
Gráfico 5.5 – Dispersão do percentual de concluintes do ensino fundamental entre as pessoas de 15 e 17 anos para as datas 2000, 2002, 2004 e 2006.....	100
Gráfico 5.6 – Frequência do percentual de concluintes do ensino fundamental entre as pessoas de 15 e 17 anos para os anos 2000, 2002, 2004 e 2006.....	100
Gráfico 5.7 – Dispersão da porcentagem de pessoas entre 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio para os anos 2000, 2002, 2004 e 2006.....	111
Gráfico 5.8 – Frequência da porcentagem de pessoas entre 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio para os anos 2000, 2002, 2004 e 2006.....	112
Gráfico 5.9 – Dispersão do rendimento escolar na educação básica pelos municípios para os anos 2000, 2002, 2004 e 2006.....	122
Gráfico 5.10 – Frequência do rendimento escolar na educação básica pelos municípios para os anos 2000, 2002 ,2004 e 2006.....	122

Gráfico 5.11 – Número de professores de educação básica segundo a rede de ensino no Estado de São Paulo – 2009.....	130
Gráfico 5.12 – Professores e números de escolas em que leciona (% sobre o total de docentes) – 2009.....	130
Gráfico 5.13 – Professores com 5 ou mais turmas, por etapa de ensino (em %) – 2009.....	130

LISTA DE MAPAS

Mapa 2.1 – Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.....	34
Mapa 4.1 – Municípios que contam com escolas indígenas de educação básica no Estado de São Paulo.....	69
Mapa 5.1 – Nível de escolaridade elementar – 1980.....	77
Mapa 5.2 – Nível de escolaridade 1º grau – 1980.....	77
Mapa 5.3 – Nível de escolaridade 2º grau – 1980.....	77
Mapa 5.4 – Atendimento das crianças entre 5 e 6 anos na escola infantil, em relação ao total de crianças nesta faixa etária, segundo os municípios – 2000.....	82
Mapa 5.5 – Atendimento das crianças entre 5 e 6 anos na escola infantil, em relação ao total de crianças nesta faixa etária, segundo os municípios – 2002.....	83
Mapa 5.6 – Atendimento das crianças entre 5 e 6 anos na escola infantil, em relação ao total de crianças nesta faixa etária, segundo os municípios – 2004.....	84
Mapa 5.7 – Atendimento das crianças entre 5 e 6 anos na escola infantil, em relação ao total de crianças nesta faixa etária, segundo os municípios – 2006.....	85
Mapa 5.8 – Atendimento das crianças entre 5 e 6 anos na escola infantil, segundo os municípios – 2000/2006.....	86
Mapa 5.9 – Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo em relação ao total da população nesta faixa etária, segundo os municípios – 2000.	93

Mapa 5.10 – Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo em relação ao total da população nesta faixa etária, segundo os municípios – 2002.....	94
Mapa 5.11 – Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo em relação ao total da população nesta faixa etária, segundo os municípios – 2004.....	95
Mapa 5.12 – Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo em relação ao total da população nesta faixa etária, segundo os municípios – 2006.....	96
Mapa 5.13 – Pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo, segundo os municípios – 2000/2006.....	97
Mapa 5.14 – Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental no total da população na mesma faixa etária, segundo os municípios – 2000.....	102
Mapa 5.15 – Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental no total da população na mesma faixa etária, segundo os municípios – 2002.....	103
Mapa 5.16 – Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental no total da população na mesma faixa etária, segundo os municípios – 2004.....	104
Mapa 5.17 – Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental no total da população na mesma faixa etária, segundo os municípios – 2006.....	105
Mapa 5.18 – Concluintes do ensino fundamental de 15 a 17 anos, segundo os municípios – 2000/2006.....	106
Mapa 5.19 – Porcentagem de pessoas entre 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio, segundo os municípios – 2000.....	114
Mapa 5.20 – Porcentagem de pessoas entre 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio, segundo os municípios – 2002.....	115
Mapa 5.21 – Porcentagem de pessoas entre 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio, segundo os municípios – 2004.....	116
Mapa 5.22 – Porcentagem de pessoas entre 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio, segundo os municípios – 2006.....	117

Mapa 5.23 – Concluintes do ensino médio entre 18 e 19 anos, segundo os municípios – 2000/2006.....	118
Mapa 5.24 – Porcentagem de rendimento escolar na educação básica, segundo os municípios – 2000.....	124
Mapa 5.25 – Porcentagem de rendimento escolar na educação básica, segundo os municípios – 2002.....	125
Mapa 5.26 – Porcentagem de rendimento escolar na educação básica, segundo os municípios – 2004.....	126
Mapa 5.27 – Porcentagem de rendimento escolar na educação básica, segundo os municípios – 2006.....	127
Mapa 5.28 – Porcentagem de rendimento escolar na educação básica, segundo os municípios – 2000/2006.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1 – Percentual de concluintes do ensino fundamental entre as pessoas de 15 e 17 anos dos municípios de Borá e São Paulo..	108
Tabela 5.2 – Atendimento da Educação Infantil.....	121
Tabela 5.3 – Atendimento do Ensino Fundamental.....	121
Tabela 5.4 – Atendimento do Ensino Médio.....	121
Tabela 5.5 – Os dez municípios com melhor desempenho no indicador de escolaridade em 2000.....	132
Tabela 5.6 – Os dez municípios com menor desempenho no indicador de escolaridade em 2000.....	133
Tabela 5.7 – Os dez municípios com melhor desempenho no indicador de escolaridade em 2006.....	133
Tabela 5.8 – Os dez municípios com menor desempenho no indicador de escolaridade EM 2006.....	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Relações fundamentais da representação gráfica.....	29
Quadro 1.2 – Variáveis Visuais.....	30
Quadro 3.1 – Percentual de composição de recursos do FUNDEB.....	45
Quadro 4.1– Grau de Urbanização do Estado de São Paulo (em %).....	63
Quadro 5.1 – Formação do indicador sintético de rendimento escolar pelos municípios paulistas.....	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – Da Geografia e Cartografia	16
CAPÍTULO 2 – Aspectos Geográficos do Estado de São Paulo.....	34
CAPÍTULO 3 – Análise das políticas educacionais que regem e orientam a educação básica paulista.....	41
CAPÍTULO 4 – Caracterização e diferenciação entre a escola Rural, Urbana e Indígena no Estado de São Paulo.....	56
CAPÍTULO 5 – Indicadores Educacionais do Estado de São Paulo.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
ANEXOS.....	145

Introdução

O presente trabalho busca realizar um estudo com base nas premissas da Geografia Crítica a respeito da recente situação da educação básica pública dos municípios do Estado de São Paulo.

A escolha desse tema provém, principalmente, do fato de que garantir uma educação abrangente e de qualidade é um compromisso de cidadania explicitada na Constituição Federal Brasileira de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei nº 9.394/96). E, embora, tenhamos um avanço em relação ao acesso e equidade na escola básica paulista, a qualidade da mesma não é homogênea em todos os municípios, algo que ocorre há muito tempo e a população jovem é a principal prejudicada com essa situação.

Prova disso é a divulgação nos meios de comunicação do mau desempenho da maioria dos municípios do estado paulista na educação básica, isto é, representados pelos baixos desempenhos dos alunos em exames avaliativos tais como o ENEM, SARESP e Prova Brasil.

A partir disso, vale ressaltar que o processo educacional de um povo é reflexo da sociedade em que o mesmo vive, é fruto de uma construção histórica, mas é também o constituinte da sociedade futura, realmente é o pilar daquilo que seremos adiante. Sobretudo, nos dias atuais, as transformações sociais são constantes, por isso detectar as regiões onde ocorrem maiores dificuldades no desenvolvimento educacional é um importante instrumental de planejamento para a procura por melhorias e investimentos futuros, visando uma educação com maior equidade de acesso e qualidade.

A Geografia na sua incumbência de compreender a realidade social e natural, além dos demais fenômenos que se desenvolvem sobre a superfície terrestre, produzindo o espaço, não deve deixar de estudar a educação, afinal, a educação de uma determinada população interfere em todas as esferas sociais e em longo prazo altera positiva ou negativamente a sociedade e o espaço.

Realizaremos, então, um estudo geográfico com o apoio da cartografia temática acerca da qualidade da educação básica do Estado de São Paulo, procurando adicionar conhecimentos, materiais e informações sobre a situação da rede.

A premissa constitutiva para o presente estudo é a de que a análise da realidade presente, com participação do mapeamento de indicadores educacionais, é um incontestável instrumento e um ponto de partida estruturado para, no campo da pesquisa aplicada, instituir um melhor planejamento de ações (físicas e pedagógicas) da rede educacional pública paulista, servindo para a compreensão dinâmica dos fenômenos presentes.

A integração entre os estudos educacionais e a geografia é algo que deve ser visto como altamente positivo e produtivo, devido ao fato da ciência geográfica estudar (com seus métodos e instrumentos, por exemplo, o uso de mapas) os diversos fenômenos que se desenvolvem na superfície da Terra, sejam eles físicos (naturais) ou humanos (sociais). Esse ponto de vista é fundamental, uma vez que, sobretudo, para interpretar geograficamente a sociedade brasileira é preciso interpretar as diferenciações regionais e o dinamismo de suas relações que resultam na apropriação do território (SANTOS e SILVEIRA, 1993).

Esse trabalho enfocará, ainda, sobre a ótica da dinâmica regional, a dicotomia entre o desempenho educacional das pequenas cidades e das grandes cidades do estado, procurando analisar e entender porque algumas cidades do interior paulista alcançam resultados mais satisfatórios nas avaliações escolares em relação à capital e os municípios das três áreas metropolitanas.

Iniciaremos o trabalho abordando a ciência geográfica e, nossa postura diante dela, a cartografia, outra parte fundamental do estudo, será contextualizada a fim de nos orientar metodologicamente. A seguir iremos discorrer sobre o estado de São Paulo e suas particularidades históricas que transformaram seu território e sociedade ao longo do tempo.

O histórico recente da educação no Brasil e no estado paulista também será analisado, para podermos compreender como ocorreram, através do tempo, as transformações educacionais que repercutem até hoje. Iremos discutir, conseqüentemente, como se diferenciam as escolas urbanas, rurais e indígenas presentes no Estado.

Por último, apresentaremos a construção dos mapas temáticos sobre dados estatísticos da educação básica paulista nos anos de 2000, 2002, 2004 e 2006, em conjunto com sua análise geográfica. Com essa estrutura o trabalho

almeja analisar e intenciona compreender a recente situação da educação básica paulista.

Capítulo 1: Da Geografia e Cartografia.

Nossa pesquisa busca integrar esses dois campos de conhecimento, buscando uma visão mais elaborada do fenômeno estudado, que é a educação paulista. Para essa empreitada, além de nos determos sobre a questão da educação, precisamos discorrer sobre o que vem a ser a ciência geográfica e a cartografia. Claro que isso não é tarefa fácil nem tão pouco esgotaremos todo o arcabouço teórico a respeito desses temas, mas tentaremos fazer um breve histórico acerca deles, bem como dos métodos que utilizaremos especificamente de cada um.

Da Geografia:

A Geografia desenvolveu-se como um campo da ciência há muito tempo; etimologicamente, quer dizer *descrição da terra* e encontra como definição mais usual o *estudo da superfície terrestre*, uma definição certamente vaga, sendo que o palco de desenvolvimento da vida não pode ser objeto apenas de uma disciplina.

Desde a Antiguidade Clássica encontramos estudos rotulados como Geografia, sobretudo no pensamento grego, por exemplo:

[...] ao nível do pensamento grego , aí já se delineiam algumas perspectivas distintas da Geografia: uma, Tales e Anaximandro, privilegiando a medição do espaço e a discussão da forma da Terra, englobando um conteúdo hoje definido como da Geodésia e outra, com Heródoto que se preocupa com a descrição dos lugares, numa perspectiva regional [...] (MORAES, 1984, p. 32).

Na obra de Aristóteles, encontramos, também, traços geográficos como em sua concepção de lugar na obra *Física*, porém esse pensador não chegou a articulá-la com a discussão da relação homem–natureza feita na sua outra obra intitulada *Política*, ou seus conceitos de clima em *Meteorologia*, ou suas descrições regionais acerca do Egito. E, esse quadro disperso permanece, como veremos, até o final do século XVIII, embora haja nesse intervalo alguns autores expressivos para a Geografia, tal como Ptolomeu que escreveu *Síntese*

Geográfica, ou Bernardo Varenius com *Geografia Generalis*. No entanto, essas obras possuem poucos temas que podem ser enquadrados no que viria a ser posteriormente considerado Geografia, já que, muito do que se considerou geografia eram relatos de viagens, principalmente do período das grandes navegações, sobretudo em estilo literário (MORAES, 1984).

A sistematização da Geografia só viria a ocorrer, no século XIX, com as condições históricas apropriadas. Condições derivadas do avanço das relações capitalistas de produção, provindas do período do Mercantilismo e dos Impérios Coloniais, além de uma certa mundialização em curso com quase todos os pontos da Terra visitados. E, mesmo assim, haveria, ainda, diversas discussões para definir a Geografia.

Nos compêndios da Geografia Tradicional a tradição Kantiana (século XVIII) entende a Geografia como uma síntese dos conhecimentos sobre a natureza, sendo ela sintética, descritiva e com visão de conjunto dos fenômenos. Muitas definições enquadram a Geografia como o estudo da paisagem, algo que culminaria posteriormente com a introdução da Biologia e Ecologia nos domínios geográficos.

Muitos autores buscaram definir a Geografia como o estudo da individualidade dos lugares, estudando, profundamente, as características dos lugares e dos fenômenos inter-relacionados através de sua singularização. Essa proposta está presente desde a Antiguidade Clássica em autores como “[...] Heródoto ou Estrabão que realizaram estudos mostrando os traços naturais e sociais das terras, por onde andaram [...]” (MORAES, 1984, p. 16) ou Hipócrates que escreveu *Dos ares, dos mares e dos lugares*. Posteriormente, na era Moderna, essa visão veio a ser categorizada como Geografia Regional, que possui, como objeto de estudo, a região que pode ser individualizada, adquirindo um caráter próprio.

Temos, então, outra definição da Geografia, agora como o estudo da diferenciação de áreas, que busca individualizar áreas para compará-las com outras. Isso é, de fato, uma visão mais generalizadora, entretanto, ao buscar regularidades de distribuições e inter-relações, possui uma abrangência mais restritiva dentro do pensamento geográfico. Outras correntes buscaram designar a Geografia como o estudo do espaço, definição que encontra severas dificuldades filosóficas no próprio entendimento da categoria espaço, muito

complexa e de difícil assimilação. Ela enfatiza a busca lógica da distribuição e da localização dos fenômenos, buscando uma essência da dimensão espacial deduzida que, só efetivou mais tarde, com artifícios estatísticos e de quantificação, uma discussão recorrente aos dias de hoje (MORAES, 1984).

Ainda segundo o autor, encontramos uma definição mais rica que caracteriza a Geografia como o estudo das relações entre o homem e o meio ou, em outros termos, entre a sociedade e a natureza. A disciplina buscava, então, explicar o relacionamento entre esses domínios da realidade. E, na definição do objeto dessa concepção de Geografia, encontramos três vertentes, sendo uma que prega ser o homem um elemento passivo, cuja história é determinada pelas causas naturais. Uma outra corrente pensa ao contrário e coloca o homem como agente transformador do meio natural, através da apropriação dos meios naturais. Por fim há os que pensam que o peso de influência dos dois é o mesmo, numa relação de igualdade, o que seria o prenúncio de uma concepção ecológica. Essas três visões do objeto formam um grande debate no pensamento geográfico e concebem as perspectivas da Geografia Tradicional, diferente da Geografia Renovada, não tão restritiva dos dias de hoje (MORAES, 1984).

Seguindo o entendimento de Moraes, embora haja diversas definições de objeto na Geografia Tradicional, o Positivismo (de orientação não dialética) é a concepção filosófica de base para todas elas, servindo de orientação geral aos geógrafos por fornecer unidade ao pensamento. Porém, essa visão restringe-se a observar o real tal como ele é, valorizando a visão empírica palpável dos processos, descrevendo, enumerando e classificando os fatos. E, realmente, essa visão limitava o pensamento geográfico, por ser um método formal e tipológico.

Outro aspecto Positivista é a existência de um único método de interpretação comum a todas as ciências que prega a naturalização dos fenômenos humanos, sendo que o homem passa a ser entendido como mais um elemento da paisagem, o que reduz, assim, a sua relação de agente transformador. A Geografia passa a ser entendida, dessa forma, como a disciplina de síntese das outras ciências e, embora haja esse caráter restritivo, o positivismo influenciou a criação de princípios e máximas geográficas que conferiram unidade à disciplina, mesmo que isso pudesse criar um antagonismo

de posicionamentos metodológicos e um processo de aceitação das definições sem posicionamentos críticos mais severos. E isso criou uma espécie de temário geográfico que, já não atendia às contradições provenientes da sociedade de classes emergentes.

No campo da Filosofia, iniciou-se uma grande valorização do temário geográfico, autores como Kant, Hegel, Herder, Leibniz trabalharam o espaço e a influência do meio sobre a evolução das sociedades. No período do Iluminismo, a questão geográfica das formas de poder e de estado foram temas relativos das discussões de Rousseau e Montesquieu, que discute a ação do meio sobre o caráter dos povos em sua obra *O Espírito das Leis*. Já na política, encontramos grande valorização da Geografia em questões de fluxo comercial e aumento populacional em autores como Adam Smith e Thomas Malthus.

Outro pressuposto vital para a consolidação de uma Geografia unitária residiu no aperfeiçoamento das técnicas Cartográficas, o grande instrumento dos geógrafos, pois a representação gráfica dos fenômenos era um grande requisito e aporte para a reflexão geográfica.

Segundo os apontamentos de Moraes (1984), a autoridade da ciência geográfica se fundamenta após essas diversas influências presentes no seio do desenvolvimento capitalista. Com a revolução do advento das Teorias do Evolucionismo, formuladas por Darwin e Lamarck, vamos ter grande destaque no papel das condições do ambiente na evolução das espécies. O desenvolvimento dessas idéias evolucionistas serviu de base científica concreta para as indagações geográficas, que podiam, enfim, serem sistematizadas.

A sistematização da Geografia partiu da Alemanha, que acumulava diversas condições históricas na sua dificuldade em se consolidar como Estado Nação, e encontrou na Geografia, os alicerces para tratar a questão de formalização do espaço Alemão. Tudo se inicia com a obra de dois autores, Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter, contemporâneos do fim do século XVIII. Humboldt era naturalista, utilizava a Geografia para explicar seus procedimentos de análise, e entendia a mesma como a síntese de todos os conhecimentos relativos a Terra, buscando entender, através das conexões entre os elementos, as causalidades da natureza. Já na obra de Ritter, temos um caráter muito mais metodológico; em sua *Geografia Comparada*, esse autor procura propor uma Geografia através de normatizações, definindo o conceito

de sistema natural que são áreas delimitadas e individualizadas, a qual a Geografia deveria estudar e comparar buscando arranjos que levassem a uma totalidade. Isso seria, preferencialmente, um estudo dos lugares de forma empírica, e esses autores são a base da Geografia Tradicional, uma vez que criaram uma linha de continuidade no pensamento que influenciou diversos outros autores como Reclus, Semenov, Richthofen. Muitos outros estudiosos alemães, seguem contribuindo na formação dessa disciplina, tais como W. Penk na Geomorfologia e Hann e Koppen na Climatologia.

Essa escola alemã culmina com a obra de Friedrich Ratzel, que vivencia um estado Alemão já unificado e expansionista com características militarizadas de influências Prussianas. Ratzel cria uma obra de legitimização desse expansionismo imperialista e seu principal livro é considerado o fundador da Geografia Humana, intitulado de *Antropogeografia – Fundamentos da Aplicação da Geografia à História*. Nessa obra, esse autor define, como objeto geográfico, o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade, analisando, fortemente, a relação entre o Estado e o Espaço devido às características de sua época. Metodologicamente, Ratzel manteve a idéia da Geografia como ciência empírica e uma visão naturalista sobre o homem, sendo que suas idéias foram desdobradas na constituição da Geopolítica tão usada nas políticas de apropriação de territórios que ocorreriam a seguir. E sua obra influenciou, posteriormente, o ambientalismo, porém seu nome ficou sendo atrelado mais fortemente à corrente determinista (MORAES, 1984).

O autor ainda nos aponta que, na evolução da Geografia, temos um embate da escola Alemã com a Francesa, de sociedade burguesa, que tem como grande figura Paul Vidal de La Blache.

Após perder territórios na guerra Franco-Prussiana, o estado francês apoiava enormemente os estudos geográficos e La Blache funda a escola Francesa de Geografia Humana que espelha o modo de desenvolvimento capitalista burguês presente na França. La Blache define como objeto da Geografia a relação homem-natureza na perspectiva da paisagem; o homem agora é um ser ativo que recebe as ações do meio, mas que atua sobre ele, a natureza passa a ser vista como possibilidade para a ação humana, daí o nome de corrente Possibilista. Já Vidal era mais relativista, negando a idéia de causalidade e determinação presentes em Ratzel, mas eram próximos do ponto

de vista do fundamento positivista. E, os seus estudos viriam, mais tarde, influenciar a formulação da Geografia Econômica, a partir dos estudos regionais desenvolvidos na escola francesa.

Podemos dizer, também, que influenciou Max Sorre, uma vez que esse estudioso na década de 1940 viria a desenvolver o conceito de habitat, que seria uma humanização do meio, considerada uma Ecologia Humana.

A Geografia Tradicional vem a se exaurir, finalizando sua tendência com as propostas de autores como Hartshorne, Cholley e Le Lannou. Hartshorne merece destaque, sendo que articulou a Geografia Geral e Regional com o desenvolvimento da sua Geografia Idiográfica (análise de um lugar singular e unitária) e a Geografia Nomotética (generalizadora, porém parcial). Para ele, o intercâmbio das duas possibilitaria um conhecimento genérico e o caráter de cada área seria dado pela integração dos fenômenos inter-relacionados. Seus estudos desdobram-se até a introdução mais tarde do uso da informática para o uso da quantificação das variáveis. E vale destacar que a Geografia Tradicional foi deveras importante, pois sistematizou o corpo de conhecimento e criou uma unidade interna para o desenvolvimento da ciência.

A Geografia Tradicional encerra-se de fato a partir de 1970, em que temos o início de uma crise benéfica na geografia em busca de mudanças e renovação. O mundo, afinal, já era outro com as revoluções tecnológicas e com os fluxos globalizados, com o alto desenvolvimento do capitalismo e principalmente com o avanço do pensamento filosófico que superou em muito as idéias positivistas. O caminho, agora, era o de dispersão, tendo duas vertentes principais, a Geografia Pragmática e a Geografia Crítica. Na primeira o foco era superar a análise tradicional, através de análises prospectivas, voltadas para o futuro. Isso, podemos dizer, foi uma busca de ação para a geografia; esse método neopositivista passava por um empirismo abstrato calcado em estatísticas informatizadas, suas correntes são a Geografia Quantitativa que expressava por meios numéricos as ações da natureza e a Geografia Sistêmica ou Modelística, que introduzia modelos estruturais de representações para tratar os temas geográficos. Dentre os grandes autores dessa vertente, vale destacar Thünen e Walter Christaller.

No Brasil temos o desenvolvimento dessas correntes na chamada Geografia Teórica que agrega esse novo instrumental sistêmico trazido à

ciência. E há, ainda, dentro da perspectiva dessa Geografia Pragmática, uma corrente que se aproximara da Psicologia, a chamada Geografia da Percepção ou Comportamental, que valoriza subjetivamente o território, a consciência do espaço vivenciado e o comportamento em relação ao meio.

Moraes nos adverte que a Geografia Pragmática serve como tecnologia de intervenção na realidade a serviço dos Estados como instrumento de dominação burguesa, agindo ideologicamente ao mascarar contradições sociais na defesa dos interesses de classe, fato que receberá um duro embate teórico por parte da Geografia Crítica.

Enfim temos a ascensão da Geografia Crítica, que veio a aparecer neste movimento de renovação da Geografia; ela radicaliza com as outras posturas (Tradicional e Pragmática). O termo Crítica faz referência ao seu posicionamento frente à realidade, à ordem constituída; sendo que, seus autores buscam transformar a realidade, e o conteúdo político se une ao conhecimento, na busca de uma geografia militante, um instrumento de libertação do homem. Criticam claramente as posturas tradicionais e positivistas que afastavam as questões sociais, políticas e filosóficas do contexto geográfico. Na antiga geografia não havia espaço para a luta de classes e segundo Moreira (1982) por trás de todo arranjo espacial existem relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classes.

Temos em Yves Lacoste a crítica mais radical da Geografia Tradicional em seu livro *A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, onde discute como a geografia se divide em dois planos, a dos Estados-Maiores e a dos Professores, a primeira tendo sempre existido ligada ao poder e a segunda seria a que foi definida como Tradicional. Ao entender desse autor, esta mascarava a existência da outra, servindo, também, como fonte de dados para a mesma. Esse estudioso lutava contra essas posições, buscando uma Geografia antagônica, que tivesse compromisso social e posicionamento político, e o caminho era negar a ordem estabelecida, na busca da renovação e superação da ordem capitalista.

Para Lacoste (1993) era necessário construir uma visão integrada do espaço a nível popular socializando este saber. Sendo que, a idéia de totalidade não deveria ser apenas do Estado ou dos governantes, mas deveria ser

também do povo. Então, podemos dizer que a busca revolucionária está implícita.

As raízes da Geografia Crítica provêm da ala progressista da escola Regional Francesa, vale destacar o autor Jean Dresch que dá destaque aos processos econômicos e sociais. Há um grande destaque para a obra *Geografia Ativa*, escrita por autores como Pierre George, Yves Lacoste, B. Kayser e R. Guglielmo. Nessa obra, os autores procuraram elucidar as contradições do modo de produção capitalista em uma geografia de denúncia, em que o engajamento social e a visão crítica estavam presentes. Já, com Pierre George, vamos ter, também, a introdução de conceitos marxistas na discussão geográfica, misturando a análise regional com o conceitual teórico do Materialismo Histórico. Embora esses autores procurassem ser críticos e contestadores, ainda mantinham um método empirista que não chegava ao entendimento da essência dos processos, a epistemologia ainda era Positivista, necessitando ser superada.

A influência de estudos temáticos é forte nessa nova Geografia, sobretudo nos estudos das cidades. No plano urbano há grande destaque para a obra de David Harvey, que já faz formulações acerca de uma dialética do espaço. E vale mencionar que a contribuição de não-geógrafos, também, foi muito importante. Podemos citar autores como Manuel Castels, da sociologia, com seu livro *A Questão Urbana* e Henri Lefebvre, da filosofia, com sua obra *A Produção do Espaço*. O filósofo Michel Foucault também contribui de forma contundente com sua obra *Microfísica do Poder*, discutindo a relação entre espaço e poder; e como visto, o isolamento geográfico é combatido e essas influências são altamente produtivas (Moraes, 1984).

Ainda nessa temática de influências temos as teorias de Karl Marx que permeiam as proposições da Geografia Crítica gerando numerosos caminhos, temos também o importante papel de revistas de divulgação geográfica como a *Herodote e Antípoda*.

Não poderíamos deixar de comentar, também, acerca do brasileiro Milton Santos que numa concepção mais global da Geografia lança *Por uma Geografia Nova*, que sintetiza seus trabalhos anteriores numa proposta geral para o estudo geográfico. Nesse trabalho Milton Santos define como deve ser a análise do geógrafo, diz que é necessário discutir o espaço social e ver a produção do

espaço como objeto, como produto da ação humana, em uma natureza socializada. Afirma, também, que o espaço contém rugosidades, que são os traços de acumulação do trabalho na incorporação de capital na superfície terrestre, sob o ritmo da acumulação. As formas espaciais são resultados de processos passados e também condições para processos futuros, para o autor a escala de análise ideal seria a do Estado Nacional, já que ele é o intermediário de forças externas e internas. Avançando em seu pensamento, Milton Santos diz que a organização do espaço é fruto de uma acumulação desigual de tempo, em que a modernização é contínua, mas não atinge a todos os espaços ao mesmo tempo, sendo estimulada pelo Estado. Esse processo atende, assim, à lógica do capital, que é marcada pela desigualdade, devendo, então, ser objeto de preocupação e estudo dos geógrafos. Enfim, essa é uma breve análise de algumas contribuições de Milton Santos à Geografia Crítica, que têm propostas e metodologias diferenciadas entre seus autores, mas que possui unidade na postura de oposição frente à realidade social e espacial contraditória e injusta. E a palavra de ordem, a partir do que foi discutido acima sobre esse tema, é a discussão e transformação da ordem social (MORAES, 1984).

Esse panorama através da história da Geografia teve a finalidade de situar o nosso objeto de estudo bem como a nossa posição metodológica dentro do âmbito da ciência.

Podemos dizer, dessa maneira, que ao pensarmos no presente estudo geográfico, não devemos nos esquecer que devemos trabalhar sobre a premissa da qual o território é permeado pelas relações capitalistas, e com ela suas desigualdades históricas que refletem em muito no desempenho da educação, tanto no que diz respeito ao poder público e suas políticas organizacionais quanto ao que se refere à sociedade que sofre os problemas sociais diretamente.

Para desenvolvermos um trabalho geográfico precisamos, sobretudo, ter clareza de como pensamos o mundo e como analisamos os fenômenos de acordo com o pensamento geográfico. Mesmo que a metodologia do trabalho conte com o apoio de diversos dados estatísticos, a orientação do mesmo não será estruturada de acordo com as premissas da metodologia Teorética, pois um fenômeno tão complexo quanto a educação, dificilmente poderia ser

analisado apenas do ponto de vista sistêmico ou do ponto de vista de modelos, desenvolvidos, como dito, por essa corrente da geografia que utiliza análises estatísticas e modelos generalizados.

Devido à complexidade do estudo (análise de dados em conjunto com análises políticas e sociais) a orientação metodológica adotada será a da Geografia Crítica, descrita anteriormente, pois apenas a consideração dos dados isolados dificilmente levaria ao ponto culminante de uma análise mais consistente. É preciso que esses dados sejam agrupados e processados de uma forma que possibilite revelar um significado (MARTINELLI, 2003). De posse disso, será preciso bem mais, necessitaremos analisar e procurar por diversas variáveis técnicas e sociais que influenciem na educação paulista.

A orientação da Geografia Crítica não foi escolhida ao acaso, mas porque, devido ao seu caráter reflexivo e dialético, ela é altamente produtiva na procura por respostas sobre os fenômenos geográficos, principalmente os sociais. E isso, faz-se necessário porque a reflexão crítica deve ser buscada, e não só apresentar dados é suficiente, mas despertar dúvidas e apresentar possibilidades de compreensão do caso estudado.

A dinâmica geográfica urbana e rural será pensada em sua interferência e relação no modo de vida das pessoas e de como elas têm acesso e se mantêm na escola. Essa diferenciação regional, bem como sua influência na educação, deve ser levada em conta, pois, de acordo com o professor Milton Santos e a professora Maria Laura Silveira, para interpretar geograficamente a sociedade brasileira, é preciso interpretar as diferenciações regionais e suas relações que resultam na apropriação do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Sobre o território paulista vale lembrar que ele se tornou mais denso e compacto, graças, principalmente, à migração das indústrias para o interior e, com elas, as redes de telecomunicação e informação (LENCIONI, 1998). Após essa migração industrial, muitos benefícios foram levados a essas populações, mas não de forma igualitária, por isso muitas regiões do estado ainda possuem diversas dificuldades econômicas e sociais. Como podemos exemplificar, há diversas contradições permeando o tema estudado que temos a intenção de expor de forma mais elaborada ao longo do trabalho.

Da Cartografia:

Ao pensarmos no termo cartografia, pensamos também no termo geografia, pois um se confunde ao outro, pelo menos em tempos bastante remotos. Porém, estão interligados no seu fundamento, mesmo considerando que a geografia é uma ciência consolidada e a cartografia um aporte operacional à mesma, com pretensões de se instituir como ciência (mesmo contendo toda a sua complexidade e desenvolvimento próprio, que servem não só a geografia, mas também às outras ciências).

A cartografia pode ser definida de diversas maneiras, porém uma definição mais apropriada e mais convincente em sua especificidade temática, é a colocada por Salichtchev¹, que diz o seguinte (SALICHTCHEV, *apud* MARTINELLI, 2003, p. 22):

Cartografia é a ciência da representação e do estudo da distribuição espacial dos fenômenos naturais e sociais, suas relações e suas transformações ao longo do tempo, por meio de representações cartográficas – modelos icônicos – que reproduzem este ou aquele aspecto da realidade de forma gráfica e generalizada.

O produto da cartografia é o mapa, citando Fernand Joly (1985, p. 7) temos uma concepção sucinta sobre o mesmo:

A cartografia é a arte de conceber, de levantar, de redigir e de divulgar os mapas. Um mapa é uma representação geométrica plana, simplificada e convencional, do todo ou de parte da superfície terrestre, numa relação de similitude conveniente denominado escala.

Os primórdios da cartografia, depois de passar por produções primitivas, remetem à sociedade grega antiga, que estudou a forma da Terra e conseguiu pensar num modelo de projeção para colocar a superfície esférica num plano calcado na matemática e na geometria; temas em grande desenvolvimento na época. Anaximandro e Hecateu (VI a.C), por exemplo, propuseram transportar lugares conhecidos para um retângulo cujos lados, divididos em estádios, constituíam um esboço com coordenadas. É importante recordar que encontramos diversos esboços cartográficos no decorrer da história do homem, exemplo disso são caminhos e rotas desenhadas em placas de argila, madeira,

¹ SALICHTCHEV, K.A. 1973, "Some reflections on the subject and method of cartography after the Sixth. International Cartographic Conference". The Canadian Cartographer, 10 (2):106-111, 1973.

metal, tecidos, pergaminhos e papiros, que até hoje são descobertos em regiões do antigo Egito, na Assíria, na Fenícia, China, entre outras regiões. Posteriormente os Romanos viriam utilizar a cartografia com fins militares, contendo localizações relevantes ao seu planejamento e itinerários. Hiparco astrônomo da escola de Rodes, no século II, foi o primeiro a dividir a Terra em 360 graus e depois cobriu o globo com uma rede de meridianos e paralelos equidistantes, era a criação da rede de quadrículas (JOLY, 1985).

Com as grandes navegações, sobretudo entre os séculos XV e XVI, a cartografia torna-se muito útil às companhias marítimas ao projetar os continentes e as porções de terra conhecidas no globo, a fim de desenvolver rotas marítimas, servindo ao desenvolvimento mercantil e ao imperialismo colonial. Outro avanço marcante acontece com a invenção da imprensa, pois os mapas passam a ser impressos, sendo que eram copiados a mão.

No século XVIII com as academias científicas os mapas vão se tornando mais detalhados e complexos; é o início da cartografia topográfica de grande escala, da chamada cartografia de base. No fim do século XIX, a cartografia dá um novo salto com o Imperialismo e a demanda por mapas cada vez mais precisos, para subsidiar suas incursões expansionistas. Nesse período, temos, também, o avanço provindo da divisão do trabalho científico e o surgimento da cartografia temática que traz, aos mapas topográficos, temáticas específicas em atendimento às demandas dos ramos científicos em plena sistematização (MARTINELLI, 2003).

O avanço conseguido pela cartografia temática é calcado na incorporação de um código abstrato provindo de categorias mentais, o raciocínio do autor sobre determinada realidade é expresso no mapa sob um determinado ponto de vista, a cartografia temática expressa fenômenos que não se pode ver.

Os mapas temáticos são objetos de estudo e produtos da cartografia temática, tendo uma função tríplice: comunicar, tratar dados, além de revelar e comunicar a informação neles contida.

A cartografia temática evoluiu, através de acréscimos sucessivos feitos à cartografia topográfica, para atender às grandes transformações no conhecimento humano e às demandas de mapas mais específicos. Ela dispõe, então, de métodos próprios constituídos historicamente e cristalizados a partir

da especialização e divisão do trabalho científico no fim do século XVIII e início do XIX.

Segundo Joly (1985), podemos dizer que o objetivo dos mapas temáticos é fornecer, com o auxílio de símbolos qualitativos, ordenados e/ou quantitativos, uma representação convincente dos fenômenos estudados de qualquer natureza e relação, dispostos sobre uma base de referência, geralmente a de mapas topográficos.

Ainda, segundo o autor, devemos entender que entre a cartografia temática e a topográfica existem diferenças significativas, em que temos, no primeiro caso, um estudo descritivo e geométrico e no segundo analítico e explicativo.

Sobre a instrumentalização e construção dos mapas, agora especificamente temáticos, devemos iniciar explicando que os elementos gráficos são dispostos em um plano bidimensional, em que temos as dimensões do plano X e Y, que vão dar a localização do lugar, caminho ou área. Mobilizando variações visuais, sensíveis à vista das três manifestações (ponto, linha, área), podemos dizer algo mais sobre o lugar, o caminho ou a área, caracterizando-os, em termos de abordagem qualitativa, ordenada ou quantitativa, em situação estática ou dinâmica. Para tanto, consideraremos as três relações fundamentais entre os conceitos que, podem ser estabelecidos entre os objetos de representação gráfica, compondo a realidade a ser representada. São eles, de diversidade (\neq) com aspecto qualitativo, de ordem (O) com aspecto de ordenação dos elementos e de proporcionalidade (Q) com aspecto quantitativo, mostrando proporções entre tais objetos. Para entendermos melhor esse conceito, podemos observar o quadro a seguir:

Quadro 1.1: Relações fundamentais da representação gráfica

RELAÇÕES ENTRE OBJETOS			CONCEITOS	TRANSCRIÇÃO GRÁFICA
CADERNO	LÁPIS	BORRACHA	≠	▲ ● +
MEDALHA DE OURO	MEDALHA DE PRATA	MEDALHA DE BRONZE	O	○ ◐ ○
1 kg DE ARROZ	4 kg DE ARROZ	16 kg DE ARROZ	Q	■ ■■ ■■■

Fonte: MARTINELLI, 2003

Na cartografia temática esse conceito se expressa nos mapas por temas que se distinguem nos *aspectos de representação gráfica*, que são: *qualitativo* (≠), que responde ao “o quê?”, caracterizando relações de diversidade entre os conteúdos dos lugares ou conjuntos espaciais; *ordenado* (O), que responde à questão “em que ordem?”, estabelecendo relações de ordem entre os conteúdos dos lugares ou conjuntos espaciais e, por fim, o *quantitativo* (Q), que responde ao “quanto?”, caracterizando relações de proporcionalidade entre os conteúdos dos lugares ou conjuntos espaciais (MARTINELLI, 2003).

É importante ressaltar que, a princípio, os mapas são modelos da realidade, com limitações próprias do seu desenvolvimento e totalmente justificáveis, visto que a função deles é a de transpassar uma versão simplificada de um fenômeno real:



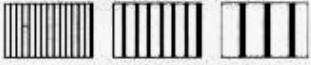



Mesmo o mais detalhado dos mapas é uma simplificação da realidade. Ele é uma construção seletiva e representativa que implica o uso de símbolos e sinais apropriados. As regras desta simbologia pertencem ao domínio da *semiologia gráfica*, que estabelece uma espécie de gramática da linguagem cartográfica (JOLY, 1985, p.7-8).

Podemos perceber que o autor faz referência a um aspecto fundamental da cartografia, que é a semiologia gráfica, a semiologia da linguagem gráfica dos mapas. Sobre esse assunto, temos de recordar o desenvolvimento do mesmo fazendo referência ao estudo de Bertin, que ressalta o seguinte: na composição de um mapa, os símbolos (signos) devem ser organizados com cuidado a fim de comunicar um padrão ou relacionamento geográfico. Com isso, o autor propõe a constituição de uma linguagem denominada “representação gráfica”, apoiada, portanto, numa Semiologia, que para o caso se chamaria

“Semiologia Gráfica”. Tal linguagem se baseia nos conceitos de variáveis visuais, suas propriedades perceptivas e a forma de relacioná-las segundo regras de uma gramática personalizada para tanto. Segundo Martinelli, a visualização de mapas desperta um processo cognitivo, de comunicação e compreensão entre o usuário e quem elaborou o mapa, e o mesmo não pode ser ambíguo, deve revelar um significado único, constituindo um sistema semiológico monossêmico.

Sobre a linguagem da representação gráfica que, é a linguagem do mapa, lembramos o estudo de Bertin (1973) que a resolve segundo regras gramaticais aplicadas às variáveis visuais que são: tamanho, valor, cor, forma, orientação e textura. Informações, essas, que aparecem organizadas e expostas nos mapas de diversas formas, para representar as relações entre objetos, lugares ou áreas que se deseja com uma coordenação apropriada. Podemos entender essa coordenação observando o seguinte quadro:

Quadro 1.2: Variáveis Visuais

Tamanho		Pequeno, médio, grande com proporção
Valor		Claro, médio, escuro
Granulação		Textura fina, média, grossa
Cor		Vermelho, amarelo, verde
Orientação		Horizontal, vertical, oblíqua
Forma		Retângulo, círculo, polígono estrelado

Fonte: MARTINELLI, 2003

A construção da imagem, como visto, conta com essas seis variáveis visuais, além das duas dimensões do plano (X e Y). As duas dimensões do plano mais as duas primeiras variáveis visuais que, são o *tamanho* (variação proporcional entre a variação da superfície preenchida) e o *valor* (intensidade visual, do claro para o escuro), são ditas variáveis da imagem, pois constroem a imagem. As outras variáveis visuais são ditas de *separação*, pois separam os elementos sem revelar a figura por eles formada; São: a *granulação* (texturas variando de finas a grossas, sem alteração da intensidade visual), a *cor* (variam no espectro cromático visível), a *orientação* (variação horizontal, vertical ou oblíqua dos elementos) e a *forma* (variação modular das formas dos elementos, estrela, círculos, quadrados, entre outros).

As variáveis visuais, mais as duas dimensões do plano, possuem, também, propriedades perceptivas diante do nosso olhar. São elas (MARTINELLI, 2003, p. 18):

Percepção *dissociativa* (\neq) – a visibilidade é variável, afastando da vista tamanhos diferentes, eles somem sucessivamente.

Percepção *associativa* (\equiv) – a visibilidade é constante: as categorias se confundem; afastando-as da vista não somem.

Percepção *seletiva* (\neq) – o olho consegue isolar os elementos.

Percepção *ordenada* (O) – as categorias se ordenam espontaneamente.

Percepção *quantitativa* (Q) – a relação de proporção visual é imediata.

A variável visual que utilizaremos no trabalho é a variável *valor*, discernido numa ordem visual crescente entre as cores quentes ou as cores frias, devido ao seu grande impacto visual e acabamento concedido aos mapas. Ao empregar a cor, para compor a variável visual *valor*, teceremos considerações sobre aquela. A cor possui três dimensões, são elas: *matiz* (cor pura, bem definida na faixa do visível), *saturação* (variação de um matiz indo do neutro absoluto, um cinza, até a cor pura espectral) e o *valor* (variação de quantidade de energia refletida, por exemplo, em uma escala de cinza, variando do branco ao preto, em intervalos equidistantes perceptíveis). Para a identificação das classes estabelecidas em relação à variável trabalhada em cada mapa, utilizaremos portanto a variável valor, como dito, entre as cores frias ou quentes, organizadas numa ordem visual indo do claro para o escuro.

Dentre os aspectos de representação gráfica dos mapas temáticos, tratados nessa pesquisa, terá predominância o quantitativo, uma vez que as variáveis analisadas são séries de valores numéricos quantitativos, que podem ser agrupados, no nosso caso, em classes significativas definidas pela análise de gráficos de dispersão e de frequência. E, por recomendações da metodologia da cartografia temática, serão mais bem representados pelo método coroplético.

Ainda, segundo os apontamentos de Martinelli, o método coroplético estabelece uma ordem crescente de classes significativas, que serão transcritas por uma ordem crescente de valores visuais.

Essa é a orientação para elaboração dos mapas, que será realizada com o auxílio da informática associada à computação. A partir da década de 50, a cartografia, e em especial a cartografia temática, encontram grande apoio técnico na informatização. Cada vez mais, a informática progride e os meios multimídias avançam beneficiando a cartografia: “[...] atualmente a ciência dos mapas não pode ser vista fora do contexto da era da informação de onde desaponta como conceito central o de visualização cartográfica [...]” (MARTINELLI, 2003, p. 23).

Ao se integrar com sistema de imagens de satélite, a cartografia transforma-se em um Sistema de Informação Geográfica (SIG), que dinamiza as análises geográficas conferindo uma sobreposição de diversas camadas temáticas a fim de criar análises mais integradoras e planejamentos mais eficazes, principalmente nas esferas públicas. Nesse trabalho, utilizamos o aporte técnico de um SIG para gerar nossos mapas temáticos, demonstrando como se distribuem os indicadores educacionais selecionados pelas divisões territoriais políticas dos municípios paulistas.

O SIG é um meio a serviço da cartografia e da Geografia, seu valor deve ser entendido não como um facilitador automático de criação de mapas, mas como uma ferramenta que expressa visualmente e graficamente o pensamento crítico do pesquisador acerca de um certo fenômeno estudado, em forma de mapas digitais ou impressos. Para entendermos essa importância, vale destacar o apontamento feito por Joly (1985, p. 83), décadas atrás:

A cartografia computadorizada assim ultrapassa amplamente a simples representação gráfica automática dos fenômenos geográficos. Deve ser

considerada como um elo de uma cadeia contínua de operações que, partindo de uma coleta de dados, continua com um tratamento estatístico ou matemático (ele próprio podendo fornecer mapas intermediários) e chega à visualização e /ou memorização sob a forma dos resultados obtidos.

Como dito, os mapas são partes fundamentais da pesquisa proposta, pois, fazer mapas cartográficos é fazer geografia. Muitas vezes, eles são vistos como sinônimos, porém a cartografia não servirá apenas como técnica para criar ilustrações para o trabalho, mas sim como um conjunto de elaborações em nível metodológico e prático, organizado com o fim de revelar o conteúdo da informação.

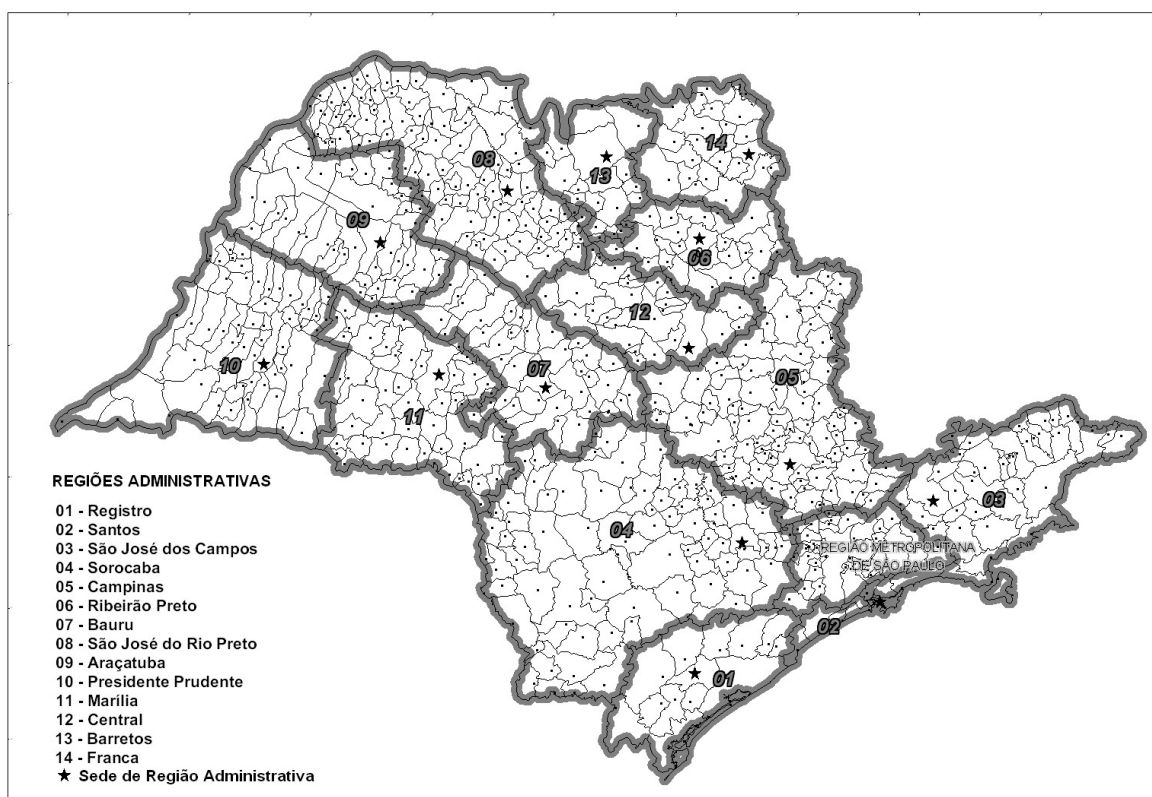
Objetivamos, no trabalho, produzir mapas a partir de dados existentes, em um processo automatizado, mas não automático. O critério geográfico e a sensibilidade crítica, perante os fenômenos, serão fundamentais para definirmos as classes para os nossos mapas, portanto o software SIG é, e será, utilizado como um instrumental de suporte, materializando um estudo de reflexão crítica. Esse processo será, mais bem definido, no capítulo cinco onde descreveremos o processo de construção prática dos nossos mapas.

Capítulo 2 – Aspectos Geográficos do Estado de São Paulo

Para continuar a desenvolver o tema proposto, exporemos algumas características pertinentes sobre o Estado de São Paulo. Não há a intenção, por pressuposto, de esgotar o assunto, porque não é a proposta do trabalho fazer um estudo tão profundo das dinâmicas históricas e geográficas do mesmo, mas é importante conhecer, basicamente, o panorama geográfico em que se desenvolve o nosso tema. Isso, para obtermos uma base contextual de onde os fenômenos, por nós estudados, ocorrem.

Podemos conferir, no mapa a seguir, a divisão do Estado em regiões administrativas; algo fundamental para localizar espacialmente e contextualizar as colocações que virão a seguir.

Mapa 2.1: Regiões Administrativas do Estado de São Paulo



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC, 2003

Iniciaremos a dissertação, pela da zona rural, algo primordial, porque, o que temos hoje, em termos de espaço consolidado, é uma evolução do processo histórico, que se desenvolveu a partir das regiões rurais; modelo

proveniente da colonização da qual o Brasil foi subjugado, o que teve suas implicações e particularidades no estado.

Não existe uma delimitação geográfica precisa do que venha a ser a área rural do estado de São Paulo. Isso ocorre porque atualmente existem diversas cidades pólos com alto grau de desenvolvimento afastadas da capital, São Paulo.

Sobre essas cidades pólos, trataremos melhor a seguir, mas podemos destacar as grandes cidades do interior paulista, tais como Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, entre outras. Ressaltaremos que a grandeza dessas cidades não é apenas do ponto de vista populacional ou espacial, mas sim do ponto de vista dos fluxos de relacionamentos econômicos e políticos, que elas desenvolvem em seu entorno e o território paulista. A intensidade desses fluxos indica o tamanho da funcionalidade de cada centro, a direção e situação de dependência ou dominância de cada um em relação aos demais (CORRÊA et al., 1977).

De acordo com o SEADE (2010), as categorias rurais e urbanas de uma unidade geográfica são, no Brasil, definidas por lei municipal. Diz ainda que, os critérios para determinar se um domicílio fica na zona rural ou urbana são políticos e variam de um município a outro. Ainda segundo o SEADE, em 2009, a população caracterizada como rural era de 2.598.054 pessoas no Estado.

Em um escala de análise um pouco mais detalhada, não há como generalizar e categorizar um município paulista como sendo absolutamente rural ou urbano.

E, já citando o tema das escolas, podemos dizer que mesmo nas cidades interioranas as escolas, contidas nos centros ditos urbanos da cidade, não podem ser consideradas como escolas rurais, porque ali, naquele centro urbano, embora pequeno do ponto de vista espacial e populacional, mantêm-se relações sociais características de um centro urbano na sua devida proporção.

Consideraremos, portanto, que as escolas localizadas em áreas rurais no estado de São Paulo, são aquelas situadas em áreas afastadas desses centros, independentes de seu tamanho; com uma dinâmica de vida voltada aos meios rurais, localizadas em comunidades agrícolas, núcleos escolares dentro de fazendas, assentamentos ou pequenos distritos situados dentro dos municípios que podem até mesmo estar inseridos em regiões metropolitanas.

A evolução da área rural paulista é bem discutida em vários estudos e pode ser ilustrada pela ocupação efetiva do interior, iniciando-se através das bandeiras, a partir do século XVI, que, conforme avançavam, em busca de índios e minérios naturais, foram criando aglomerados que viriam a constituir bairros rurais e, posteriormente, núcleos de vilas, freguesias e cidades que se comunicavam e se relacionavam entre si.

Esse tipo de ocupação foi se desenrolando até a promulgação da Lei de Terras, em 1850, organizada, é claro, para beneficiar os grandes proprietários que pretendiam aumentar seus latifúndios cafeeiros em direção ao interior na chamada marcha do café, que veio de Minas Gerais e se estendeu ao longo do Vale do Paraíba, região Central e Oeste Paulista.

A lei restringia o acesso dos pequenos produtores à terra, ao estabelecer que, todas as terras devolutas, somente poderiam ser adquiridas com pagamento à vista, sendo que o fruto de sua venda seria canalizado para a vinda de colonos europeus.

A partir de 1870, com a introdução das ferrovias e das máquinas de beneficiamento de café, houve um grande avanço sobre as terras virgens e um acúmulo muito grande de capital pelo setor cafeeiro (CANO; GUIMARÃES, 1986).

O ciclo do café sucedeu ao da mineração que teve pouco impacto em São Paulo e, os investidores da mesma utilizaram significativamente o dinheiro e a mão de obra acumulada nas lavouras cafeeiras paulistas. Essas se espalharam a partir do Vale do Paraíba rumo ao oeste e foram se adaptando tanto ao meio físico quanto aos meios sociais que a manipularam. O café utilizou-se do trabalho escravo, do livre e do estrangeiro, foi um importante vetor de desenvolvimento econômico e social em São Paulo, deixando um legado de cultura e de infra estrutura muito importante, principalmente com as linhas férreas e a formação de cidades ao longo dos seus entrepostos.

Após esse período cafeeiro, houve uma mudança muito grande na estruturação econômica do estado e do Brasil, devido ao fenômeno da industrialização iniciado tempos anteriores à Revolução Industrial, na Europa. Esse evento causou repercussões no mundo todo e, principalmente, a partir do século XX, no Brasil, trazendo técnicas e mão de obra dos imigrantes para

trabalharem nas indústrias emergentes e expandindo uma relação dominante das elites sobre a população.

O foco de desenvolvimento brasileiro passa a ser, agora, o industrial, mas, certamente, a área rural não se desfez; ela apenas entrou em transformação.

A repercussão ocorrida no campo foi a produção agrícola se diversificar, produzindo, além dos tradicionais produtos de exportação, produtos alimentícios para a população urbana que crescia em um ritmo elevado (com as migrações) e abastecendo de matéria prima a indústria em expansão. Aos poucos, a economia brasileira foi se deslocando também para o setor industrial, deixando, então, de se basear somente na política agrícola exportadora.

Posteriormente, o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, definido pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1955, impactou São Paulo consideravelmente com a criação de pólos de desenvolvimento industrial. Esse modelo trouxe, como premissa, a integração nacional, acelerando, assim, a instalação de rodovias e a capacidade energética. Na década de 60, tivemos a implantação da política de crédito rural, com subsídios que estabelecia juros baixos ou até negativos à produção rural, patrocinados pelo Governo, fato que possibilitou a modernização da agricultura, e em especial a paulista.

Essa modernização do campo e urbanização acelerada foi alavancada ainda mais com o chamado “milagre econômico”, dos anos do regime militar (claro que a custos muito altos, por exemplo, a inflação desenfreada), que se desenrolaram desde 1967, com o golpe militar, até a abertura política, em 1985, e o retorno das eleições diretas.

Com essas mudanças, o padrão agrícola do Brasil, e sobretudo o de São Paulo, tiveram como principal característica o aumento da produção através do aumento das áreas cultivadas, juntamente com o uso crescente de tecnologias modernas no campo. Devido a este fator, no interior, a agricultura passa a crescer de forma mais intensiva, aumentando a produção nas áreas plantadas com uso de maquinarias e tecnologias agrícolas e não mais de modo extensivo de baixa produtividade, como foi a característica do desenvolvimento agrícola brasileiro até então (GREMAUD et al., 2002).

Ainda segundo esses autores, posteriormente a este impacto modernizador no meio rural, consolidaram-se, em grande escala, a formação de complexos agroindustriais no campo, cada vez mais em substituição aos antigos complexos rurais.

Nesse complexo eixo histórico de desenvolvimento foi se propagando a escola rural que, com certeza, foi sofrendo mudanças históricas recorrentes aos períodos sucintamente descritos.

Agora trataremos das características do meio urbano do estado paulista; mais uma vez, para falar em números, seguimos a definição do SEADE ao calcular a população urbana do estado, que contava em 2009 com 39.035.748 pessoas.

Como foi dito há pouco, o processo de desenvolvimento paulista criou uma grande rede de cidades que, no presente, estão cada vez mais conectadas e relacionadas.

A interconexão no estado de São Paulo projetou-se de acordo com a reestruturação urbano-industrial (LENCIONI, 1994), e esse processo deriva da desconcentração da Região Metropolitana de São Paulo, que foi um foco de investimento e desenvolvimento acumulado por décadas e que chegou a um ponto de saturação, delegando a outras regiões atividades que só ocorriam nela.

Essa desconcentração industrial que a RMSP sofreu, ocorreu devido às indústrias levadas por incentivos fiscais e uma boa infra estrutura oferecida, começarem então, a se deslocar para cidades médias e bem desenvolvidas do interior. Quem mais recebeu essas indústrias foram o Vale do Paraíba, a Região Metropolitana de Campinas e a Região Metropolitana da Baixada Santista.

Outro grande fator relacionado é a ascensão do agronegócio, que, com técnicas avançadas, alta rentabilidade e tecnologia, transformaram os campos do interior paulista em grandes empresas, gerando, assim, grandes divisas e se tornando um setor de alta competitividade frente à concentração de serviços e indústrias remanescentes da RMSP.

Mesmo com essa desconcentração, o volume de recursos e valores produzidos na região metropolitana paulista é ainda muito grande, tornado-a o maior centro financeiro do Brasil. E, embora a produção esteja distribuída pelo

Estado, é na RMSP que se concentram os escritórios da maioria das empresas, e por onde são feitas a distribuição e negociação dos bens de produção e de serviço.

O estado de São Paulo se consolidou como o mais importante economicamente para o Brasil, e isso se deve, em grande parte, pela boa distribuição da produção pelas suas mesoregiões, fazendo com que haja um bom aproveitamento do território e uma melhor distribuição de renda pelo estado. Podemos dizer que isso se explica, entre outras coisas, pela boa infraestrutura que o estado possui, fruto de diversos processos históricos já citados, no qual o de maior destaque foi o do café.

Com o espraiamento das indústrias pelo interior, tivemos concentrações de atividades e serviços em vários centros regionais; os maiores se tornaram também regiões metropolitanas como é o caso de Campinas e o da Baixada Santista.

Porém, não podemos pensar que apenas as regiões por si só explicam a fluidez pelo território; na verdade, hoje, a rede de fluxos entre as cidades é o que interliga todo o território paulista e cria uma hierarquia de cidades que potencializa um intercâmbio muito grande entre os centros urbanos.

A região clássica delimitada por fronteiras, com limites rigorosos, já não pode mais ser lida dessa forma, embora, seja uma tradição muito forte ela não poder ser compreendida apenas dessa maneira para entendermos o todo, como apontou Moreira (1997, p. 2), “[...] entretanto se precisa é mudar o modo de entender a região, uma vez que a forma como a geografia arruma a organização da vida social dos homens hoje é a rede [...]”.

Tudo isso é fruto do capitalismo, segundo Corrêa (1997, p. 18), “[...] Com o capitalismo verifica-se a ampliação em escala até então nunca vista da divisão social e territorial do trabalho [...]”. O que interliga as cidades são os fluxos de diversas formas (comercial, político, cultural), que se realizam através de uma rede material (estradas, ferrovias, portos, entre outros) ou imateriais (financeiro, digital, informacional, dentre outros).

O espaço é relativo no mundo moderno e um lugar, independente de seu tamanho, pode estar conectado a uma rede, assumindo seu posto em uma hierarquia determinada pela sua presença nessa dita rede; por isso há cidades incluídas e cidades excluídas (MOREIRA, 1997).

Nesse caráter atual, temos uma nova distribuição urbana que se estende cada vez mais pelo campo: “[...] é assim que os campos se despovoam de população, ao mesmo tempo em que se adensam em atividades de circulação e econômicas, virando uma nova forma de urbanização e de espaço urbano [...]” (MOREIRA, 1997, p. 3).

Enfim, o que queremos demonstrar, com a apresentação desse panorama para o nosso trabalho, é o fato da escola paulista estar inserida em um território mais homogêneo, do ponto de vista da circulação, com caráter cada vez mais urbano, mas ainda preservando, em certos lugares, características regionais acumuladas em seu processo histórico.

A escola, presente no estado, enfrenta inúmeras diferenças porque o território, embora conectado como dito, não possui uma uniformidade de serviços e infra estrutura, por isso, mesmo havendo Internet nas escolas, elas continuam a ser diferentes em termos qualitativos, seja no Vale do Ribeira, na região de Campinas, na periferia da RMSP ou na próspera Ribeirão Preto.

A cultura de uma população não é alterada no mesmo ritmo de apropriação do capital. Entendemos que cada povo tem particularidades próprias de seu processo de construção e, isso é amplamente refletido na educação, que no nosso caso pode ser característica de uma região litorânea, de um setor do Vale do Paraíba, do Planalto Paulista, da grande metrópole de São Paulo, do afastado Mirante do Paranapanema, da região da cana de açúcar, de alguma aldeia indígena, dentre tantos outros pluralismos culturais que coexistem no Estado.

Cada município possui sua individualidade, sua dinâmica econômica e seu processo histórico social. Como estamos lidando, nesse estudo, com 645 municípios, seria inviável caracterizar um a um, portanto mostramos numa visão ampla, a dinâmica histórica que moldou o Estado e influenciou generalizadamente em cada cidade.

Ao vislumbrarmos, posteriormente, os mapas elaborados poderemos perceber o desempenho de cada município nos indicadores mapeados e, as considerações teóricas feitas neste capítulo são fundamentais para compreendermos a dinâmica do Estado e fazer uma análise mais rica e crítica dos mapas, levando em consideração as diferenças regionais que permeiam o território paulista.

Capítulo 3 - Análise das políticas educacionais que regem e orientam a educação básica paulista.

Para a compreensão desse trabalho, é necessário conhecer basicamente o sistema educacional do Brasil e em particular do Estado de São Paulo.

Discutiremos neste capítulo, além de algumas leis vigentes na educação, o processo de municipalização do ensino fundamental e conseqüentemente como está o financiamento da educação em São Paulo. Uma vez que isso influencia diretamente na qualidade educacional, afinal, os investimentos são necessários e fundamentais, além de serem uma obrigação legal do governo.

Iniciaremos explicando o que compreende o termo educação básica, por se tratar de um dos conceitos delimitadores desse trabalho. Ela é constituída pela educação infantil e pelos ensinos fundamental e médio, segundo o que foi definido na estrutura da educação brasileira, de acordo com a LDB². A seguir, podemos conferir alguns parâmetros da Lei que esclarecem como funcionam as etapas da educação básica:

- *Educação Infantil*: ela se refere à primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. Pode ser oferecida em creche ou entidade equivalente, para crianças de até três anos, e em pré-escola para crianças de quatro a seis anos de idade.
- *Ensino Fundamental*: possui duração mínima de oito anos, é obrigatório e gratuito na escola pública, que objetiva a formação básica do cidadão. Vale apontar que recentemente no estado de São Paulo o ensino fundamental agregou o último ano do ensino infantil e agora é constituído por nove anos.
- *Ensino Médio*: com duração mínima de três anos, corresponde à etapa final da educação básica, destinado à consolidação e ao aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, habilitando o aluno ao prosseguimento de estudos e ao exercício de profissões técnicas.

Para esse estudo, há o esforço por delimitar historicamente os nossos apontamentos referentes à educação no período posterior à Constituição Federal de 1988.

Essa escolha foi feita devido ao fato de que, no período anterior à Constituição, a educação brasileira enfrentava uma grande crise em todos os

² Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

níveis e havia ainda a “inexistência de uma política nacional de Educação integrada e articulada” (XAVIER, 1994, p. 285).

Na Constituição de 1988, ficou acertado que, para a reestruturação da rede pública de ensino, deveriam ocorrer diversas mudanças e, dentre as principais, podemos destacar: “a descentralização da gestão político-administrativa e a autonomia da escola (administrativa e pedagógica)” (MOREIRA, 2000, p.18).

Posteriormente à consolidação da abertura política e desenvolvimento dos direitos sociais brasileiros, calcados na Constituição de 1988, foi elaborada uma nova legislação educacional, mais aprimorada e complementar. Isso se deu com a aprovação, em 1996, da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mencionada anteriormente.

A LDB, dentre as suas diversas atribuições, institui autonomia e ajuste do calendário e currículo escolar, de acordo com as necessidades locais. Isso possibilita, principalmente, à escola rural adaptar-se às necessidades da sua população escolar que possui um cotidiano de vida diferenciado da escola urbana e ligado às tradições rurais. Exemplo disso são os calendários agrícolas, que nas épocas de colheita de safra ocupam efetivamente a população e também os estudantes.

Para entendermos os efeitos das leis educacionais no nosso objeto de estudo, que é a educação paulista, trataremos de diversas ações, originadas principalmente na legislação Federal e na LDB, que influenciaram o desenvolvimento da educação no Estado de São Paulo.

- Da regulação dos recursos

O entendimento da regulação de recursos para a educação, instituídos pela LDB, é de extrema importância, pois representa 4,22% do PIB; para a União cabe a aplicação de 18% desse valor, sendo que não menos de 30% disso deve ser utilizado para a erradicação do analfabetismo, para a manutenção do ensino fundamental e para a complementação do valor mínimo por aluno, sempre que esse não for atingido (valor estipulado para cada aluno dos Municípios).

Os Estados, Municípios e Distrito Federal devem aplicar 25% da sua receita, sendo que no mínimo 60% deve destinar-se ao ensino fundamental. Ainda, devemos salientar que, 15% dessa verba é regulada pelo FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério³, (que após o seu período de vigência seria prosseguido pelo FUNDEB).

Sobre o FUNDEF, vale ressaltar que grande parte da sua receita provém da transferência de impostos⁴, que são rateados pelos Estados e Municípios, de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental (antiga 1ª a 8ª séries).

Agora abordaremos um pouco mais os fundos de vinculação criados a partir da LDB.

- Do FUNDEF

O FUNDEF foi criado pela Emenda Constitucional n° 14, de 12/09/1996, e regulamentado pela Lei n° 9.424, de 24/12/1996, e pelo Decreto n° 2.264, de 27/06/1997, trazendo modificações ao financiamento da educação pública como um todo.

De acordo com a lei o seu período de vigência foi determinado em dez anos, no qual os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam destinar não menos que 60% dos 25% dos impostos vinculados para o FUNDEF, ficando dos 18% da receita de impostos da União, a sub vinculação de 30% destinados para a erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

No que diz respeito à distribuição dos recursos, no âmbito de cada Estado e entre este e seus Municípios, essa se daria de acordo com a proporção da quantidade de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino fundamental regular e segundo um custo aluno-anual definido pelo Ministério da Educação.

³ Emenda Constitucional n°14, implantada em janeiro de 1998.

⁴ ICMS, Fundo de Participação do Estado – FPE, Fundo de Participação dos Municípios – FPM e do Imposto de Produtos Industrializados – IPI - Exportação.

À União, passou a caber a complementação dos recursos dos Fundos dos Estados e do Distrito Federal quando estes não forem suficientes para garantir o financiamento, de acordo com o custo aluno definido nacionalmente.

O montante total de recursos formadores desse fundo é originário de:

- 15% do Fundo de Participação dos Municípios – FPM;
- 15% do Fundo de Participação dos Estados – FPE;
- 15% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
- 15% do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às Exportações – IPI exp;
- 15% do ressarcimento da União pela Desoneração de Exportações (Lei Complementar nº 87/96), e
- Complementação da União ao FUNDEF, calculado a partir do valor mínimo nacional por aluno/ano.

- Do FUNDEB

Após a efetivação do FUNDEF, que regulava a vinculação de impostos para a educação fundamental, foi necessário criar um novo fundo contábil para organizar e distribuir os recursos vinculados a toda educação básica.

Assim foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, sendo um fundo independente para cada Estado e para o Distrito Federal, sua regulamentação se deu pela Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007.

O seu período de vigência será de 2007 a 2020, sendo que sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, tendo como previsão de conclusão o seu terceiro ano de existência, ou seja, 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública é considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a formação do fundo atingem o patamar de 20%⁵

No Estado de São Paulo, a regulamentação da gestão dos recursos provindos do FUNDEB se deu com o Decreto Estadual nº 51.672, de 19/03/2007, e com o Decreto Estadual nº 53.667, de 07/11/2008, que altera e

⁵ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/fundeb-apresentacao>, acesso abril de 2010.

acrescenta dispositivos ao antigo decreto e cria também o Conselho de Acompanhamento e Controle Social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo, dando providências correlatas.

A composição dos recursos do FUNDEB se dá pelas seguintes vinculações:

- Fundo de Participação dos Estados – FPE.
- Fundo de Participação dos Municípios – FPM.
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações– IPI exp.
- Desoneração das Exportações (LC nº 87/96).
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD.
- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.
- Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural-ITR devida aos municípios.

A distribuição percentual desses recursos é esclarecida no seguinte quadro:

Quadro 3.1: Percentual de composição de recursos do FUNDEB

Receita/Ano	2007	2008	2009	2010/2020
FPE	16,66%	18,33%		20%
FPM	16,66%	18,33%		20%
ICMS	16,66%	18,33%		20%
IPIexp	16,66%	18,33%		20%
Desoneração Exportações	16,66%	18,33%		20%
ITCMD	6,66%	13,33%		20%
IPVA	6,66%	13,33%		20%
ITR – Cota Municipal	6,66%	13,33%		20%
Complement. União	R\$ 2 bilhões	R\$ 3 bilhões	R\$ 5 bilhões	10% da contribuição de estados e municípios

Fonte: FNDE/2010

E quanto à utilização dos recursos do FUNDEB, 100% deles devem ser destinados a educação básica sendo no mínimo 60% na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica e no

máximo 40% em outras ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

A complementação da União ficou definida da seguinte forma:

- 2,0 bilhões de reais em 2007;
- 3,0 bilhões de reais em 2008;
- 4,5 bilhões de reais em 2009; e
- 10% do valor total do Fundo a partir de 2010.

Além destas características é importante frisar alguns pontos que avançaram em relação ao FUNDEF, merecendo destaque, segundo menciona o próprio governo⁶:

Três inovações foram incorporadas ao FUNDEB: 1) a diferenciação dos coeficientes de remuneração das matrículas não se dá apenas por etapa e modalidade da educação básica, mas também pela extensão do turno: a escola de tempo integral recebe 25% a mais por aluno matriculado; 2) a creche conveniada foi contemplada para efeito de repartição dos recursos do Fundo¹³; e 3) a atenção à educação infantil é complementada pelo ProInfância, programa que financia a expansão da rede física de atendimento da educação infantil pública.

- Da vinculação de impostos

Nessa parte desse presente estudo, nos concentraremos em entender as vinculações obrigatórias para a educação que os municípios estão sujeitos.

A história das vinculações teve diversas etapas na história do Brasil e, embora estejamos concentrados no período pós-constituição de 1988, vale destacar a Emenda Constitucional do Senador João Calmon que em 1983 elevou o mínimo da vinculação para 25% no Distrito Federal, estados e municípios (DAVIES, 2005). Posteriormente a vinculação foi ratificada pela LDB em 1996 no Art 69:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

⁶ O Plano de desenvolvimento da educação como programa de ação. – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>, acesso em 19/04/10.

Ou seja, claramente evidenciou-se a obrigatoriedade dos municípios em destinar ao menos 25% de suas receitas de impostos para a educação. E, sobre esses impostos, é útil conhecê-los. Abaixo está a citação pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Aqueles 25% incidem sobre toda a receita resultante de impostos, quer a diretamente arrecadada pela Administração Municipal (IPTU, ISS, ITBI, IRRF), quer a transferida pela União e Estado (FPM, ITR, ICMS, IPVA, IPI/Exportação, ITCMD). Aplicam-se os 25%, de igual modo, sobre a receita da dívida ativa tributária, a de multas e juros por impostos atrasados e a derivada da Lei Kandir. (TCESP, 2008).

É importante observar também que contribuições e taxas não entram no montante de impostos vinculados, isso foi, inclusive, um artifício utilizado pelo governo para diminuir a receita total destinada à educação. Um exemplo mais recente foi apontado por Davies (2005, p. 45):

O Governo Federal, por exemplo, vem diminuindo a proporção da receita total destinada à educação mediante artifícios como a criação ou ampliação de contribuições que, por não serem definidas juridicamente como impostos, não entram no cômputo dos recursos vinculados à MDE. O exemplo mais recente é a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Tal prática também é desempenhada pelos poderes municipais com as crescentes taxas e contribuições municipais, que escapam do enquadramento da vinculação. Sobre os municípios convém ressaltar que eles devem atuar primordialmente no ensino infantil e fundamental, os 25% mínimos vinculados devem ser destinados a estes níveis de ensino, conforme atesta o Inciso V do Art. 11 da lei 9394/96 que trata das atribuições dos municípios:

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

De acordo com as legislações, a vinculação mínima para com a educação ficou atrelada às despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), esses gastos são aqueles em que se pode aplicar o dinheiro vinculado constitucionalmente, porém suas especificações são muito complexas e ambíguas, tema de diversas discussões e questionamentos como citou

DAVIES (1999 p.3): “[...] A preocupação com a definição das despesas com MDE, que tem origem na LDB de 1961 e continuidade na Lei 7.348, de 1985, inspira os Art. 70 e 71, que, embora contenham avanços, continuam apresentando problemas e mesmo contradição com outros artigos [...]”.

Como dito, foi comum entre os municípios brasileiros fazer uma ginástica conceitual e incluir diversas despesas como MDE, com os detalhamentos nos artigos descritos da Emenda Calmon (LEI Nº 7.348/85) citada anteriormente, isso foi altamente coibido, como apontou Davies (1999), programas de merenda escolar, assistência médica-odontológica, farmacêutica e psicológica e outras formas de assistência social nas escolas, por exemplo, não podem mais ser incluídas nas despesas com MDE.

Ficou, então, a cargo dos Tribunais de Contas fiscalizarem esses gastos por parte dos municípios e conferir se os mesmos estão de acordo com o que a lei definiu, porém os Tribunais são órgãos auxiliares do Poder Legislativo e muitas vezes “[...] são dirigidos por conselheiros nomeados segundo critérios políticos a partir de acordos entre o executivo e os “representantes” do povo (deputados e vereadores) [...]” (DAVIES, 2005, p. 47), fato que muitas vezes interfere na qualidade do serviço fiscal.

Muitas vezes os municípios agregam o dinheiro do FUNDEF para atingir o mínimo vinculado, ou fazem gastos indevidos ou de outras origens declarando os mesmos como MDE, por exemplo, fazendo o pagamento de salário de inativos como foi destacado em um estudo anterior, (Callegari, 1997 apud DAVIES 2005, p. 48) “[...] o TC do estado de São Paulo tem aceitado a inclusão do pagamento dos inativos da educação, correspondente a cerca de R\$ 1,957 bilhão em 1998 [...]”.

Analisando o caso da cidade de São Paulo, a maior arrecadação do país, podemos ter uma idéia de como isso acontece. Como foi bem apontado em um estudo sobre o financiamento da educação no município (BASSI, 2007, p. 3):

Além disso, a Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOM), promulgada em 1990, no âmbito daquela gestão, determinou a elevação do percentual mínimo de aplicação em MDE para 30% da receita local de impostos, a partir de 1992. Tal medida procurou traduzir em termos orçamentários os esforços do governo em cumprir suas obrigações quanto aos direitos educacionais e melhorar as condições da oferta local de ensino. Em 1995 e 1996, porém, o Prefeito Paulo Maluf (1993 –

1996) descumpriu o percentual mínimo estabelecido na LOM, cujos valores correspondentes foram compensados nos quatro anos seguintes da gestão Celso Pitta (1997 – 2000). A vinculação voltou a ser descumprida no último ano deste governo, cujo percentual ficou aquém até mesmo do mínimo constitucional, e sequer foi compensado posteriormente.

Também é importante citar que a prefeitura de São Paulo em 2001 alterou a Lei Orgânica (LO) “[...] de modo a permitir que uma série de despesas não classificadas de MDE pela LDB, como a alimentação nas escolas, pudessem ser financiadas pelo percentual mínimo (31%) [...]” (DAVIES, 2005, p. 49).

Então, podemos observar, através desses exemplos, que infelizmente alguns municípios cometem irregularidades e mesmo o próprio Tribunal de Contas do Município de São Paulo o TCMSP e o TCESP cometeram alguns erros de julgamento ou omissão, ferindo o dever constitucional para com a educação.

- Do processo de municipalização

O Estado de São Paulo, para atender ao artigo 211, da Constituição Federal, que prevê que os Estados definam formas de colaboração na organização de seus sistemas de ensino, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório, procurou equacionar os recursos vindos do FUNDEF e definiu várias ações visando à municipalização do ensino.

Houve, assim, uma maior cooperação entre Estado e Município para o gerenciamento da rede fundamental de ensino.

Esse processo chamado de municipalização teve início em 1995 com um amplo levantamento junto às prefeituras municipais do Estado sobre o trabalho educacional que já vinha sendo realizado na educação infantil, visando o planejamento da municipalização do ensino fundamental.

A liderança do projeto deu-se através da Secretaria de Estado da Educação.

Vale lembrar que era preciso assegurar o que foi definido no artigo 211 da Constituição Federal de 1988, em que há a obrigatoriedade de os Municípios atuarem prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil (artigo

211, parágrafo 2º). Mesmo assim, em 1994, dos 645 Municípios Paulistas, apenas 64 atendiam a uma pequena parcela do ensino fundamental, sendo que até Municípios ricos, com muitos recursos, não cumpriam o dever constitucional.

Iniciou-se, então, um estudo da SEE⁷ sobre o perfil socioeconômico e educacional dos Municípios em parceria com a FUNDAP (Fundação do Desenvolvimento) e com o SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados).

No mesmo período, foram realizadas palestras nas diferentes regiões do Estado, a pedido dos Prefeitos, das Câmaras Municipais, dos educadores para esclarecer a proposta e suas implicações.

E a procura dos Municípios para iniciar o processo de municipalização da educação intensifica-se a partir de 1997. Isso ocorreu mediante a aprovação da Emenda nº 14 e da Lei nº 9.424/96 (FUNDEF), que entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998.

Essa Lei institui que os recursos dos Municípios, referentes às verbas vinculadas constitucionalmente à educação, no valor de 15% dos recursos de repasse, seriam destinados ao ensino fundamental (antiga 1ª a 8ª séries) e só haveria possibilidade de retirar o recurso de acordo com o número de alunos existentes no ensino fundamental, tanto do Estado como dos Municípios⁸.

Como os recursos do Ensino Fundamental estão retidos pelo FUNDEF, ficou importante destinar, aos Municípios, a responsabilidade pelo ensino fundamental para que eles possam ter direito a esse importante recurso.

Para efetivar a municipalização, foi preciso a elaboração de um instrumento de apoio para viabilizar certas medidas e acordos. Criou-se, assim, o Convênio de Parceria Educacional Estado-Município para o Ensino Fundamental de acordo com o Decreto nº 43.072/98, em que assinam a SEE/SP e a Prefeitura Municipal. A partir de então, a municipalização do ensino fundamental começou a se efetivar no Estado de São Paulo. Para se ter uma idéia, de 1996 a 2004, 2.847 escolas foram municipalizadas e, para reforçar esses dados, citamos José Marcelino de Rezende Pinto (2007, p. 877) que diz:

⁷ Secretaria de Estado da Educação.

⁸ Secretaria de Estado da Educação – Processo de Municipalização, disponível no website oficial.

Assim é que, se no período de 1991 a 1996 as matrículas municipais respondiam por cerca de 37% do total da rede pública, com a entrada em vigor, a partir de 1997, do FUNDEF, nota-se um progressivo aumento da participação de rede municipal, que chega em 2006 atendendo 52% das matrículas públicas.

Na realidade, com o repasse de verbas do FUNDEF, muitos municípios trataram de agregar alunos da rede estadual, e isso causou um imenso impacto, ainda segundo o mesmo autor, “[...] Ao atrelar parcela dos recursos vinculados à educação à matrícula no ensino fundamental regular, este fundo induziu um processo de municipalização sem precedentes no Brasil [...]” (PINTO, 2007, p. 879).

Enfim, tentamos demonstrar, com essa breve descrição, do processo de municipalização do ensino fundamental, o repasse de verbas aos municípios via FUNDEF, porém devemos ainda tratar com cuidado de onde vem esse dinheiro, que financia a educação pública, e ele provém em sua maior parte da vinculação de impostos.

- Do Plano Nacional de Educação (PNE)

Na LDB também foi prevista a elaboração de um plano nacional de educação, mais especificamente no seu artigo 87:

1º - A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Para tanto foi desenvolvido o Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Lei 10.172, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 9 de janeiro de 2001. Ele traça diretrizes e metas para a educação no Brasil e tem prazo de até dez anos para que todas elas sejam cumpridas.

Esse “plano” estabeleceu 295 objetivos para nortear o planejamento da educação no Brasil, da creche à pós-graduação, até 2010. Entre as principais metas estão o acesso e a melhoria da qualidade do ensino além da erradicação do analfabetismo.

Dentre as suas diretrizes, as principais que podemos citar são a gestão e o financiamento da educação, metas para cada nível e modalidade de ensino e

metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação, nos próximos dez anos.

Vale lembrar que o plano tem valor de lei, por isso alguns de seus artigos não foram aprovados, tendo sido vetados gerando alguns modelos de planos que foram sendo cortados para finalmente ir ao congresso com a aprovação do presidente FHC, foram eles, “[...] o PNE-MEC, o PNE-substitutivo, PNE-Coned e por fim o PNE-Lei [...]” (DAVIES, 2001, p. 130).

O plano propõe diversas ações, porém os recursos são os mesmos já definidos pela LDB principalmente pela vinculação de impostos segundo trata Davies (2001, p. 125):

Para a aplicação do percentual mínimo, o PNE-Lei propõe as metas 2 a 5, que prevêem mecanismos de fiscalização e controle da aplicação do percentual mínimo com base nas determinações da LDB, mobilizando inclusive Tribunais de Contas, Procuradorias da União e dos Estados, Conselhos do Fundef, sindicatos, ONGs e a população em geral para essa fiscalização. Esta proposta, presente também no PNE-MEC, tem a virtude de chamar a atenção para um problema antigo e ainda não resolvido, que é a não-aplicação, pelos governos, dos recursos legalmente vinculados à MDE.

Como dito anteriormente, no Brasil, a vinculação de impostos é um caso problemático, por isso atrelar um plano de metas a ela é contar que possíveis problemas surgirão na efetivação do mesmo.

Como estamos no ano de 2010, as metas do plano já deveriam estar cumpridas, no entanto o resultado é positivo somente em algumas metas e em outras não.

Segundo os dados divulgados pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE⁹, referentes a 2008, 97,9% das crianças brasileiras, entre 7 e 14 anos, estão na escola, algo muito perto de 100%, o que atinge a meta de universalização do ensino fundamental. Entretanto a meta de extinguir o analfabetismo ainda não foi cumprida.

⁹ Disponível em <http://www.ibge.gov.br>, acesso março de 2010.

- Do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

Recentemente o governo colocou em prática o PDE tendo em vista, principalmente, executar programas que visam dar consequência às metas estabelecidas e analisadas no PNE, agindo como instrumento executivo de ações do plano citado, visando, sobretudo, a qualidade educacional.

O PDE não é um plano substitutivo ao PNE, mas, na verdade, é uma política pública que teve início em 2007 através de decreto e tem previsão de vigorar até 2022, elevando a qualidade da educação brasileira. Sendo que seus eixos norteadores são a educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização.

Diversas são as ações previstas, havendo, também, um diagnóstico da evolução do plano através de um instrumento de avaliação educacional chamado Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que, congrega resultados de outros sistemas avaliativos como a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb).

No âmbito do ensino básico¹⁰, o foco desse presente estudo, o plano explora as seguintes ações:

- Caminho da Escola
- Cartilha de Mobilização
- EducaCenso
- Ensino Fundamental de 9 anos
- FUNDEB
- Guia de Tecnologias
- Ideb
- Mais Educação
- Nova Capes
- Novo Brasil Alfabetizado
- Novo Proinfo
- Observatório da Educação
- Olimpíadas de Matemática e de Língua portuguesa
- Piso Nacional Salarial do Magistério
- Plano de Ações Articuladas (PAR)
- Pró-Infância
- Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

¹⁰ Disponível em <http://pde.mec.gov.br/>, acesso março de 2010.

- Prova Brasil
- Provinha Brasil
- Saúde da Escola
- UAB - Universidade Aberta do Brasil

Todas essas ações estão sendo postas em práticas, porém nem todas efetivadas e avaliadas, por isso não convém tratar de todas no momento e sua efetivação só será inteiramente possível como aponta estudo recente de Saviani (2009) com o apoio de estados, municípios e escolas.

- Do Ensino Fundamental de 9 anos

O ensino fundamental de 9 anos visa integrar crianças de seis anos de idade, que antes frequentavam o ensino infantil, ao ensino fundamental, sendo que este antes era de 8 anos e integrava idealmente alunos de sete a quinze anos.

Essa idéia originou-se devido ao ensino fundamental ser obrigatório e, portanto, os alunos frequentando a escola por mais tempo, considera-se uma estratégia importante para o desenvolvimento deles. Historicamente no Brasil esse processo foi se desenvolvendo com a Lei nº 4.024, de 1961, que estabeleceu 4 anos de ensino fundamental. No acordo de Punta Del Este e Santiago, o governo brasileiro assumiu a obrigação de estabelecer a duração de seis anos de ensino primário para todos os brasileiros, prevendo cumpri-la até 1970. Em 1971, a Lei nº 5.692 estendeu a obrigatoriedade para oito anos. Já em 1996, a LDB sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos, iniciado aos seis anos de idade. Isso se tornou meta da educação nacional pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o PNE (MEC, 2004, p. 14).

Ainda de acordo com o indicado em 2004, nas orientações gerais para o ensino de nove anos do MEC¹¹, “[...] conforme recentes pesquisas, 81,7% das crianças de seis anos estão na escola, sendo que 38,9% freqüentam a Educação Infantil, 13,6% as classes de alfabetização e 29,6% já estão no Ensino Fundamental. [...]” (IBGE, Censo Demográfico 2000 apud MEC, 2004, p. 17).

¹¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>, acesso em abril de 2010

Isso evidencia que o processo de integração dessas crianças pode ser efetivado e será benéfico para elas, uma vez que não se trata apenas de transformar o ensino em nove anos e criar uma série a mais, mas sim de transformar as disciplinas desse primeiro ano do ensino fundamental em um novo ingresso da população na cultura escolar, ainda de acordo com as orientações do MEC, (MEC, 2004, p. 17).

No entanto, não se trata de transferir para as crianças de seis anos os conteúdos e atividades da tradicional primeira série, mas de conceber uma nova estrutura de organização dos conteúdos em um Ensino Fundamental de nove anos, considerando o perfil de seus alunos.

Com a mudança a estrutura do ensino fundamental passa, então, a ser definida em dois grupos: os anos iniciais que vão do 1º ao 5º ano e os anos finais que vão do 6º ao 9º ano, algo que poderia mesmo ser feito de acordo com a LDB, artigo 23, com a seguinte definição:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

E, para finalizar esse capítulo desse presente trabalho, podemos dizer que, quanto ao Estado de São Paulo, a rede estadual está se adaptando gradativamente às escolas que ainda possuem o ensino fundamental para receberem os alunos de seis anos, mesmo que a sua prioridade seja o ensino médio. E, também, podemos dizer que o governo estadual trabalha em conjunto com as prefeituras que cuidam do processo de efetivação do ensino fundamental em toda a rede, com previsão de término até o fim de 2010.

Buscamos demonstrar como é regida do ponto de vista legal e político a educação paulista. Seu financiamento também foi discutido visto que é fundamental para o bom desenvolvimento e evolução qualitativa da rede. No próximo capítulo vamos discorrer sobre as diferenças entre a escola urbana, rural e indígena presentes no Estado.

Capítulo 4 – Caracterização e diferenciação entre a escola Rural, Urbana e Indígena no Estado de São Paulo.

Após apresentar um panorama sobre as políticas educacionais que interferem direta ou indiretamente na educação básica paulista, trataremos basicamente sobre a diferenciação e caracterização das escolas ditas rurais, urbanas e indígenas presentes no estado São Paulo.

Ao tratarmos do tema escola, não estamos nos restringindo apenas a comentar sobre o prédio escolar, mas sim a tratar geograficamente sobre esse tema apresentando uma discussão acerca do território e da sociedade onde ocorre o fenômeno da educação.

- Da Escola Rural:

Ao tratarmos da educação rural, estamos lidando com o conceito de campo, de uma cultura social diferente da urbana, devido a isso, é claro, que a educação das áreas consideradas rurais, do campo, agrícolas, agrárias, entre outras denominações, possui particularidades que devem ser consideradas e contextualizadas.

A educação e identidade do campo são definidas por suas consideráveis particularidades que, não nos cabe esgotar nesse estudo, porém, podemos apontar diversas características para nos situarmos melhor nesse tema. Iniciaremos pela definição proposta pelo próprio governo nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo que no artigo 2º, parágrafo único, diz o seguinte:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2001).

Vamos falar brevemente sobre a situação da escola rural no período que antecede a Constituição de 1988 e as propostas elaboradas pelo governo do

estado, com a intenção de melhorar o quadro crítico em que se encontrava o ensino rural.

Em 1980 havia apenas 290 escolas de 1º grau completo na zona rural paulista (VASCONCELLOS, 1992), demonstrando o quanto crítica era a situação escolar da zona rural paulista.

Fundamentando essa avaliação, a seguir, apresentamos, então, as informações que foram constituídas com base nas propostas elaboradas pela Secretaria de Estado da Educação nos anos de 1988 e 1989.

A realidade das escolas rurais na década de 80 no Estado de São Paulo era constituída em sua maioria por escolas isoladas (62%) e de emergência (32%), dentre as quais 20% eram de Unidades Escolares de Ação Comunitária.

Essas escolas isoladas e de emergência não possuíam estrutura administrativa própria além de utilizarem classes multisseriadas e oferecerem no máximo o ensino até a 4ª série do 1º grau. Sendo que as escolas de emergência eram extintas quando não haviam mais alunos suficientes ou quando eles podiam ser deslocados ou remanejados.

Em relação às escolas agrupadas podemos dizer que eram ligadas à Delegacia de Ensino e atendiam a alunos de diferentes localidades.

Os principais problemas enfrentados eram o isolamento, a precariedade, a multisseriação, evasão escolar e encerramento da vida escolar antecipadamente por falta de oferta de ensino.

Porém, o problema que existia, e persiste até hoje, não é apenas relacionado às escolas, mas sim relacionado à realidade social e às raízes histórico-culturais do campo brasileiro.

A precariedade das escolas da zona rural realmente era considerável, tanto que elas nem possuíam a estrutura física mínima para se caracterizarem como escolas.

Relacionado a isso, podemos dizer que essas escolas, muitas vezes, tinham o seu tamanho inferior a 100m², o sistema de saneamento utilizava fossas sépticas e outras adaptações, a água vinha de poços, enfim a situação era muito precária.

Além de tudo, muitos alunos precisavam se deslocar por distâncias longas e de difícil acesso, o que os prejudicava e desmotivava a se manterem

na escola, resultando, com isso, em um alto grau de repetência e evasão escolar.

Essa evasão escolar no campo era consideravelmente um problema bem grave, que se esclarece mais devidamente a partir dos seguintes dados constatados por amostragem no começo da década de 80 (DEMARTINI e LANG, 1985). No trabalho analisado, dos agricultores entrevistados, 45,4% tiveram um ou mais filhos com evasão escolar.

Os motivos de abandono dos alunos, apontados pelos pais dentro desse percentual de 45,4%, na pesquisa, foram: (39,2%) porque os filhos precisavam trabalhar; (19,9%) porque os filhos saíram por vontade própria; (13,3%) porque a escola era longe; (5,5%) porque haviam acabado o primário; (6,6%) por problemas financeiros; (2,8%) por mudança de emprego dos pais; e (12,7%) não especificaram.

O professorado também tinha pouco interesse em permanecer nas zonas rurais mais distantes, com isso havia muita rotatividade de professores. Esse fato é até certo ponto compreendido, visto que muitos professores tinham de enfrentar viagens diárias para chegar até os seus alunos. Além de perder muito tempo no trajeto, o valor implicado para isso tornava inviável manter tal atividade.

De acordo com o plano elaborado pela Secretaria de Estado e Educação em 1988, as propostas específicas para a melhoria desse quadro crônico seriam¹²:

Para a escola:

- agrupamento de escolas unidocentes;
- extinção das escolas isoladas;
- normatização para o trabalho com classes multisseriadas;
- condições de operacionalização.

¹² Secretaria de Estado da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação. *A Escola da Zona Rural: a escola, o currículo, o docente, o aluno a comunidade*. São Paulo: FDE, 1988. pág. 17.

Para o currículo:

- abordagem metodológica dos conteúdos dos componentes curriculares;
- material didático;
- enriquecimento curricular;
- condições de operacionalização.

Para o docente:

- formação;
- cursos de extensão cultural;
- condições de operacionalização.

Para a comunidade:

- caracterização;
- condições de operacionalização.

Ainda sobre essas propostas, entendia-se que, com a extinção das escolas isoladas e o agrupamento das unidocentes (onde o professor era o único funcionário e mantenedor da escola), poderia se chegar à formação de escolas agrupadas e possivelmente escolas com seriação completa.

Essas escolas agrupadas teriam maior espaço físico, melhor estrutura pedagógica e seriação mais completa, além da eliminação das classes multisseriadas.

A proposta, visou ainda, melhoria dos recursos humanos, com o melhor preparo e atualização mais efetiva dos professores, melhorias na estrutura de funcionamento das escolas, integração entre escola e comunidade, entre outros aspectos.

E ao Município cabia o comprometimento com o transporte dos alunos para as escolas agrupadas, já que elas estariam distantes de uma grande parcela dos alunos, já ao Estado ficou o compromisso de subsidiar tal ação.

Ressaltando um pouco mais o tema transporte escolar rural, convém, devido à sua importância, aprofundar um pouco mais a discussão sobre a participação dele no desenvolvimento da educação rural.

Em 1981 (VASCONCELLOS, 1992), os municípios que contavam com transporte escolar eram 390, em 1990 esse número subiu para 480, em que apenas 10% dos municípios do interior ainda não possuíam transporte escolar rural, sendo que maioria desses municípios se concentrava no Vale do Paraíba. Em 1990, as regiões de São José do Rio Preto, Campinas, Ribeirão Preto e Presidente Prudente eram responsáveis por 70% do transporte rural estadual, enquanto o Vale do Ribeira e do Paraíba juntos somavam apenas 5,2% do total estadual. Além disso, no Vale do Paraíba a concentração da disponibilidade e do serviço dava-se nos municípios de São José dos Campos e Jacareí.

E quanto ao currículo da zona rural, ele deve, de acordo com as propostas, ser tão bom e completo quanto o da zona urbana, porém, com especificidades que reflitam a realidade do campo e principalmente a sua associação com o trabalho, muitas vezes prematuro dos alunos. O currículo escolar rural não precisa ser igual ao da zona urbana, mas precisa proporcionar o mesmo grau de qualidade.

Todas essas propostas procuravam alterar, assim, uma situação que se tornava insuportável, dado que, na zona rural, os alunos só contavam com no máximo até a 4ª série do 1º grau em sua grande maioria.

Os conteúdos eram alheios à realidade dos alunos, não incorporando o dia-a-dia vivido por essas crianças que possuíam, no calendário rural, boa parte da definição de suas vidas.

Somando-se a isso, ainda tinha de ser enfrentado o baixo nível dos materiais didáticos, a deficiência alimentar de alguns alunos, o trabalho prematuro, entre tantos outros problemas.

O agrupamento procurava, então, criar uma escola com mais aparelhagem e com ciclo completo a fim de manter os alunos na escola e suprir as deficiências citadas.

Ficou acordado, também, que a operacionalização seria efetivada por um conselho comunitário que diagnosticaria os problemas, para com isso, propor melhorias com articulações entre a Secretaria de Estado da Educação e as

Secretarias Municipais. E, tudo isso, visando uma maior integração entre Estado, Município e Comunidade.

Essas articulações visavam entre outros objetivos:

- a articulação de outros setores e instituições de atendimento a crianças, jovens e adultos;
- a integração da comunidade ao processo de ensino e aprendizagem;
- despertar o espírito crítico-analítico do aluno para atuar sobre a realidade;
- o incentivo a trabalhos em grupos, pesquisas sobre o meio e recursos naturais;
- o acesso a materiais simples e de baixo custo.

As leis aprovadas em 1989 colocaram em ação essas propostas. São elas: o Decreto nº 29.499, de 5 de janeiro de 1989, o nº 29.592, de 26 de janeiro de 1989, que altera o de nº 24.499 e a Resolução SE-28, de 27 de janeiro de 1989, que dispõe sobre o agrupamento das escolas rurais firmados nos Decretos anteriores.

Mas, mesmo uma década depois da aplicação desse programa, a situação ainda é bem diferente da planejada.

Em 1998 havia 1.411 prédios da rede estadual (MOREIRA, 2000) em áreas rurais no Estado, dos quais 309 (21%) eram ainda escolas unidocentes e 1.102 escolas eram completas (com toda a estrutura administrativa).

Há, com isso, muita variabilidade dos alunos; em um determinado ano o aluno pode estar na escola unidocente e no outro em escolas agrupadas.

Muitos alunos estão sendo transportados para escolas agrupadas em outros núcleos ou na periferia das cidades, “[...] recebendo a "cultura" urbana como a única e correta forma de viver [...]” (MOREIRA, 2000, p. 26), algo diferenciado da sua realidade. Sendo que esse deslocamento é uma das principais dificuldades encontradas nas zonas rurais, pois muitos alunos enfrentam mais de uma hora para se deslocarem e isso ocorre, principalmente, porque no plano do Estado, em 1989, não foi especificado o tempo máximo de transporte dos alunos.

Para se ter uma idéia dos danos, a metodologia curricular quase se tornou a mesma que a urbana, deixando de lado as interações entre os alunos e o campo.

Como essa situação não condiz com a realidade rural, pode-se supor que haja desinteresse dos alunos em manter-se em tal lugar.

Além de tudo, os alunos ainda têm de enfrentar o péssimo estado dos prédios escolares, principalmente depois dos agrupamentos, uma vez que, esses agrupamentos de escolas foram feitos, em sua maioria, sem nenhum projeto arquitetônico e planejamento, o que faz, muitas vezes, os prédios nem se assemelharem a escolas.

Podemos dizer que as ampliações se deram mais pela autoconstrução (MOREIRA, 2000), em que não há comodidade, segurança ou ambientes pedagógicos.

E mesmo assim, de acordo com o trabalho de Moreira, o custo/benefício por aluno para construir na zona rural, e de acordo com o programa arquitetônico oficial do Governo, é de 2,5 a 3 vezes mais custoso do que na zona urbana.

Conclui-se, então, que por ser bem mais custoso construir na zona rural e bem menos visível politicamente, o interesse em se realizar tais projetos termina por ficar em adaptações e conformações.

Os problemas nas escolas rurais, assim, se generalizam. Essas não possuem os mesmos ambientes e as mesmas estruturas disponíveis na rede urbana (MOREIRA, 2000), tais como laboratórios, bibliotecas; ou mesmo as estruturas e ambientes, que foram planejados especificamente para as escolas rurais, tais como espaço para horta, criação de animais, entre outras, portanto não possuem as condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho a que são destinadas.

Os alunos que mais enfrentam dificuldades para estudar são os filhos de assalariados que não possuem propriedade própria, em que o fator social e as necessidades financeiras possuem incontestável importância, resultando, muitas vezes, no abandono escolar por causa da necessidade de trabalhar, algo lastimável, já que a educação é algo fundamental para promover uma melhoria social para todos, sobretudo no campo.

- Da Escola Urbana.

As escolas urbanas do Estado de São Paulo atendem a uma grande parcela da população total do Estado, que em 2009 era de 39.035.748 pessoas (SEADE, 2010), isso ocorre devido ao fato da maior parte da população se aglomerar nos grandes centros urbanos ou núcleos urbanizados das cidades.

Prova disso é a análise de indicadores demográficos a respeito do estado, tomando um exemplo, mostraremos o grau de urbanização do estado que foi definida pela Fundação SEADE da seguinte forma:

$$\text{Grau de Urbanização} = \frac{\text{População Urbana}}{\text{População Total}} \times 100$$

E segundo os dados da própria Fundação temos o seguinte resultado para os anos analisados nesse trabalho e, também, o último dado levantado sobre 2009:

Tabela 4.1: Grau de Urbanização do Estado de São Paulo (em %)

2000	2002	2004	2006	2009
93,41	93,54	93,61	93,67	93,76

Fonte: SEADE (2010)

Percebemos, assim, um crescimento leve, mas contínuo na série que já se encontra em um valor muito elevado, com um contingente de mais de 90% da população habitando o meio urbano e isso é o resultado de um processo histórico bem anterior.

Nas décadas anteriores, o contingente migratório do campo para a cidade foi muito intenso, principalmente para a região metropolitana de São Paulo.

O impacto geográfico desse processo se deu na ordem demográfica, juntamente com as suas implicações. O aumento da população urbana demandou uma maior rede de atendimento escolar nas áreas urbanas. Principalmente após a industrialização e mais atualmente com a terceirização,

os grandes centros urbanos necessitam de pessoas com maiores graus de instrução. Isso praticamente obriga a população urbana a aumentar a sua permanência na escola em busca de uma melhor escolarização para conseqüentemente conseguir disputar melhores postos de trabalho.

Há de se notar, também, que a migração de pessoas do campo que obtiveram uma maior instrução ainda é muito grande para os centros urbanos.

Esse fenômeno, que teve o seu grande desenvolvimento com a maior efetivação do transporte escolar rural (VASCONCELLOS, 1992), espalhou-se pelo Estado, ocupando as vagas disponíveis nas escolas ociosas dos centros urbanos regionais.

E, essa invasão da cidade pelo campo pode ser entendida nos dizeres de Milton Santos, “[...] O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta-as [...]” (SANTOS, 2005, p. 61).

Continuando o raciocínio de Santos, é necessário comentar que, o autor complementa isso com a idéia de que a regulação do mundo rural não se faz mais no campo, “[...] nas áreas mais desenvolvidas, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano [...]” (SANTOS, 2005, p. 61).

O fluxo pendular que acontece de alunos do meio rural para o urbano, diariamente, é um exemplo dessas idéias, e as cidades grandes acabam oferecendo ao meio rural uma extensão de serviços quando este não os tem.

Podemos identificar que há uma relação entre os municípios sedes de centros urbanos de grande porte e a presença de um contingente populacional com maior nível de instrução (PRUKS, 1993). Porém também se constata que nos centros urbanos há uma maior concentração de analfabetos em relação ao número absoluto de habitantes.

Também se verifica um crescimento nos grandes centros dos cursos superiores, o que contribui para o aumento de instrução da população e também para a formação de novos professores que possivelmente continuarão a trabalhar nos grandes centros.

Os centros urbanos, que estão crescendo no interior paulista, desempenham um papel cada vez maior, por isso pensar na escola urbana já não é mais falar apenas da Região Metropolitana Paulista e sim considerar as novas regiões metropolitanas que se formaram como a de Campinas e a da Baixada Santista.

Devemos destacar, também, que além das regiões metropolitanas definidas, temos também as grandes cidades do interior que se transformaram em centros regionais, tais como Presidente Prudente, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Marília, entre outras.

Nesse tipo de cidade, temos uma polarização perante o seu entorno que atende diversos tipos de serviços que efetivamente se estende à educação, atraindo diversos alunos de cidades vizinhas para suas escolas, nos dizeres do professor Milton Santos, encontramos indicações desse fenômeno, pois, diz ele, as regiões agrícolas contêm hoje cidades e as regiões urbanas contêm atividades rurais (SANTOS, 2005).

Há também diversas situações intermediárias que interligam as “[...] regiões agrícolas e as regiões urbanas [...]” (SANTOS, 2005, p. 73). A divisão do trabalho das regiões paulistas delega para as cidades melhores estruturadas, como as demandas educacionais provindas de regiões agrícolas e rurais. Podemos entender, então, que os alunos do meio rural acabam procurando escolas e cursos complementares ao ensino que tiveram no campo, nas cidades polarizadoras de suas respectivas regiões.

Os gráficos a seguir demonstram evolução na dimensão da escolaridade das regiões administrativas no contexto do Estado de acordo com a metodologia de desenvolvimento do IPRS da Fundação SEADE que agrega diversos indicadores educacionais que trataremos posteriormente:

Gráfico 4.1:

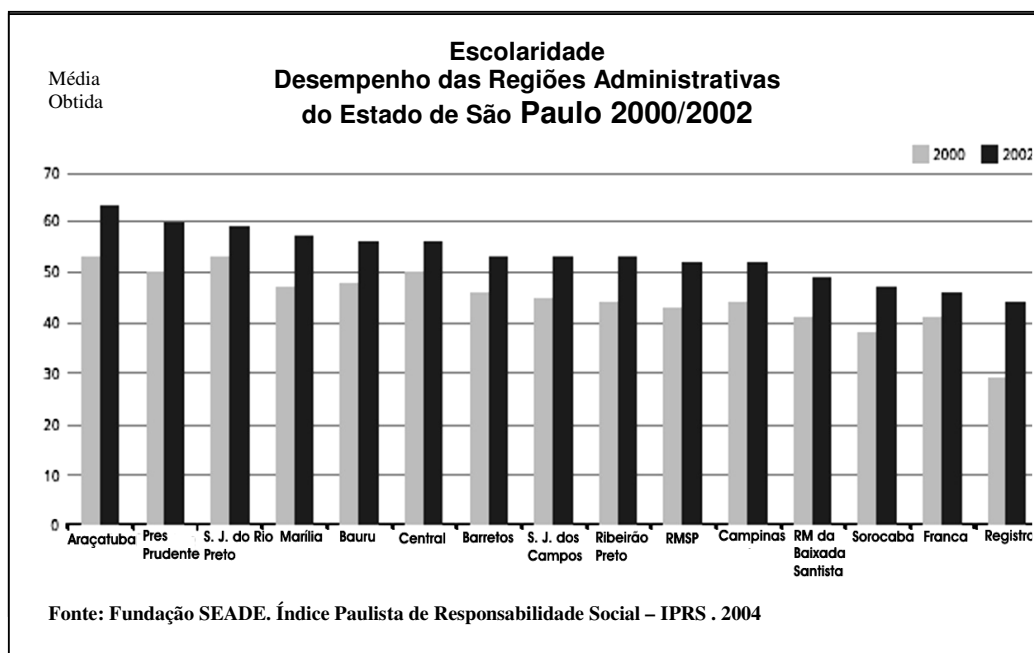
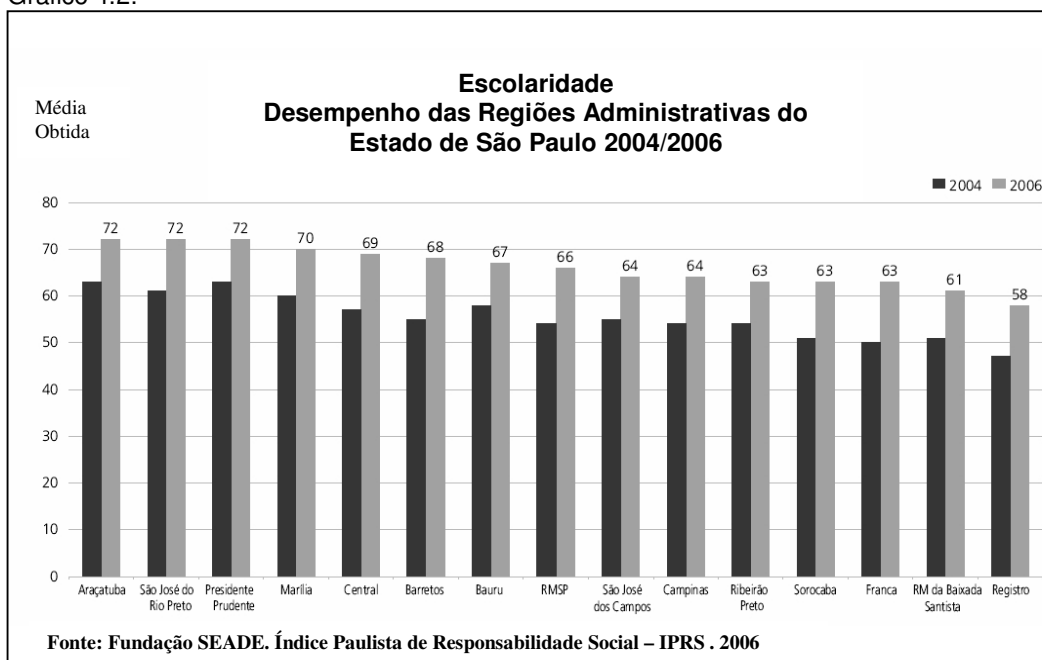


Gráfico 4.2:



Esses gráficos utilizam diversos indicadores educacionais, utilizados no IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), a fim de mostrar a evolução qualitativa do ensino no período de 2000 a 2002 e 2004 a 2006 através das regiões administrativas do Estado, e serve como um bom indicador para

demonstrar a superioridade qualitativa das regiões que se encontram mais interiorizadas no Estado em comparação com as três grandes Regiões Metropolitanas, São Paulo, Campinas e Baixada Santista.

Um dos grandes problemas para a rede escolar urbana é a crescente dificuldade em melhorar a qualidade pedagógica do ensino, já que a demanda física para acesso está relativamente sobre controle (MOREIRA, 2000). Além do que, os problemas urbanos acabam se refletindo na escola, como, por exemplo, a violência e a segregação social.

Não basta apenas a escola urbana atender quantitativamente a demanda escolar, é imperativo para ela enfrentar a verdadeira crise de ensino que se instaura nas escolas. Essa crise, da qual se fala, é visivelmente de ordem pedagógica, pois em muitos aspectos a escola está se transformando em um simples órgão de expedição de diplomas, visando atender ao mercado de trabalho.

Outro ponto recorrente ao se tratar de escola urbana é a tão famigerada e temida violência escolar. Primeiramente, devemos ter consciência de que a violência se manifesta em qualquer ambiente, seja ele rural, urbano, de alto ou baixo padrão social. Entretanto, é reconhecível a alta incidência de casos de violência escolar nas áreas urbanas e, sobretudo nas suburbanas.

Essa violência afeta negativamente a educação e reflete, em parte, nas atitudes da sociedade que está fora dos muros da escola. Um exemplo emblemático apontado por Sposito (1998), diz respeito a uma área de “desova de corpos”, situada entre duas escolas da COHAB Tiradentes, localizada no extremo leste da cidade de São Paulo, onde se tornou rotineiro e cotidiano os alunos presenciarem corpos serem abandonados no local, o que banaliza, assim, a idéia de violência para essas crianças e jovens.

Entretanto o meio não é definidor absoluto do destino das condições escolares, ainda segundo a autora (SPOSITO, 1998, p. 7):

Uma última situação ainda ilustra a diversidade que deve ser retida na análise da violência escolar. Nesse mesmo conjunto - a COHAB Tiradentes - era possível verificar o contraste existente entre duas escolas, ambas mantidas pelo poder municipal. Uma delas, no final dos 80, foi incendiada por alunos e ex-alunos e passava por um esforço de reconstrução de seu projeto pedagógico de modo a estabelecer um novo padrão de interação com os usuários, incluindo o grupo de pais e

demais moradores. Outra unidade, tendo em seus fundos um terreno baldio, não apresentava nenhuma grade ou muros altos de proteção. Suas paredes internas, tomadas por enormes grafites desenhados por alunos, testemunhavam, a despeito das dificuldades, um ambiente de relativa tranqüilidade para as atividades pedagógicas.

Percebemos que coexistem boas e más experiências em uma mesma região que apresenta dificuldades sociais, porém, não há determinação imposta pelo ambiente violento que não possa ser combatida, embora se admita uma situação propícia à proliferação da violência nessas condições. A autora nos elucida com os seguintes dizeres, “[...] Mas a diversidade também sinaliza para o fato de que ambientes sociais violentos nem sempre produzem práticas escolares caracterizadas pela violência. [...]” (SPOSITO, 1998. p.7).

A violência é presente em maior e menor grau no Estado de São Paulo, não respeitando limites urbanos, rurais, de cidades ou de bairros, cabe à escola com o seu projeto pedagógico e as suas atividades criar um ambiente de enfrentamento e questionamento, onde a criança possa se tornar um indivíduo social pleno e não um refém social.

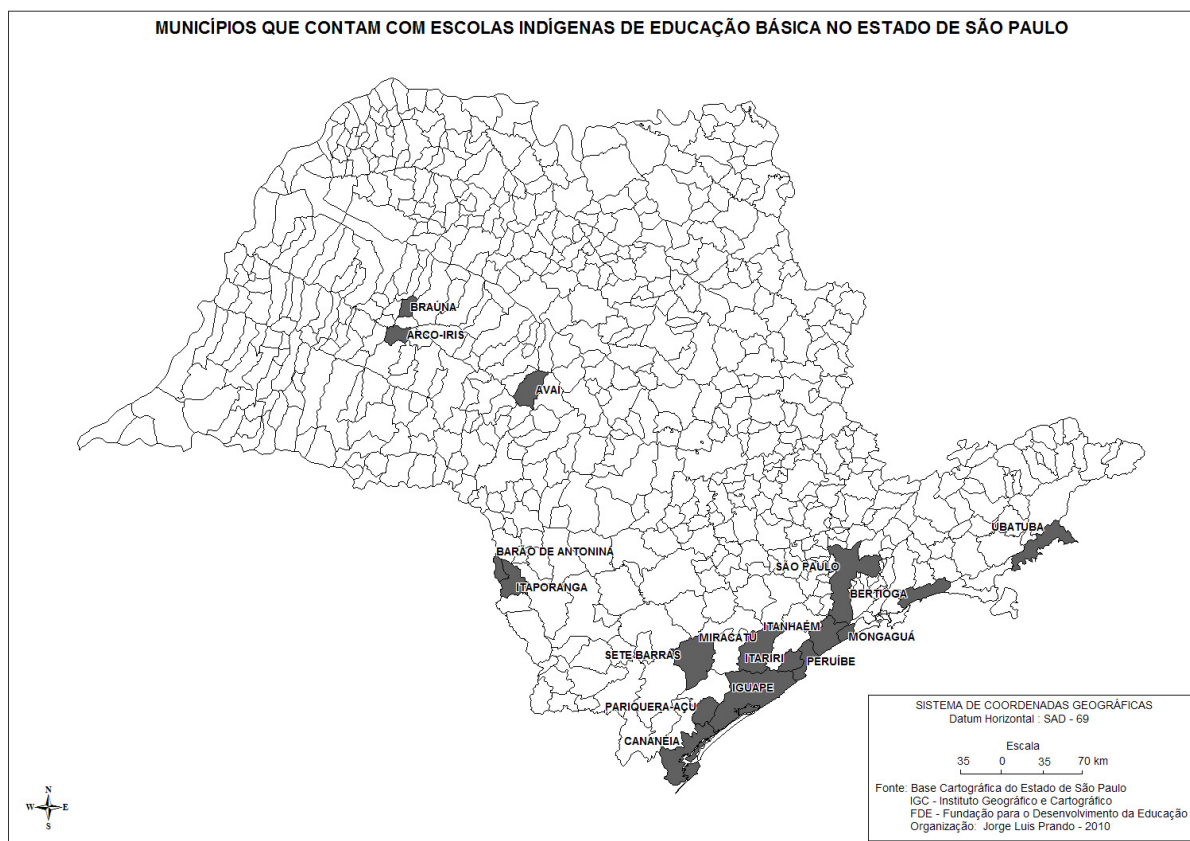
- Da Escola Indígena:

A escola indígena está presente no estado mesmo que em pequena quantidade. De fato, onde há aldeamentos indígenas com crianças em idade escolar faz-se necessário a instalação de um grupo escolar público que atenda diferencialmente essa população.

Segundos dados da FDE¹³ o número de escolas indígenas municipais e estaduais, de ensino básico no estado, são de 31 escolas e 4 extensões distribuídas por 17 municípios. Para entendermos melhor esta representatividade indígena elaboramos o mapa a seguir que aponta quais municípios paulistas contêm escolas indígenas.

¹³ FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação – abril de 2010.

Mapa 4.1



Observando o mapa podemos encontrar uma maior concentração de escolas indígenas ao longo do litoral paulista, com uma maior aglomeração na porção litorânea central e sul do Estado.

Ainda segundo a FDE/SEE, essas escolas são interculturais e bilíngues e seus conteúdos são organizados em três áreas de conhecimento, sendo elas: Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas, ministradas por professores indígenas da mesma etnia de seus alunos que foram formados em Curso Especial de Formação Intercultural em nível Médio e Superior .

Os materiais didáticos utilizados nessas escolas são próprios para educação indígena e foram produzidos durante os cursos de formação.

As construções dos prédios escolares indígenas estão organizadas para atender às diversidades desse tipo de escola. O primeiro projeto de edifício escolar indígena utilizou como concepção a forma arredondada da casa de reza indígena, local onde, tradicionalmente, é transmitida a educação indígena,

sendo que o seu formato teve como referencia as solicitações dessas comunidades.

Foi apurado pela fundação SEADE que em 2004 o Estado contava com uma população indígena de 39.892 pessoas, embora possa parecer pequena essa população, a sua representatividade e direitos devem ser assegurados conforme determina a constituição. A seguir podemos verificar as diretrizes voltadas ao ensino indígena no Art. 78 e 79 das Disposições Gerais, Título VIII da LDB de 1996:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

É interessante observar que foi determinado um ensino bilíngue que respeita as tradições culturais do povo indígena, além da possibilidade da própria comunidade indígena interferir nos programas educacionais aplicados.

Para melhor elucidar o funcionamento da escola indígena paulista, obtivemos uma entrevista com uma funcionária da FDE, que é a responsável pelo atendimento e planejamento da construção de escolas indígenas pelo Governo Estadual. A seguir podemos conferir a entrevista concedida em maio de 2010.

Entrevistada: Nanci Saraiva Moreira – Doutora em Arquitetura pela FAU – USP e Técnica em planejamento na FDE.

Jorge - Há quanto tempo você trabalha com a educação paulista?

Nanci - Desde 1989, quando entrei na FDE.

Jorge – Fale um pouco sobre o desenvolvimento da escola indígena no estado de São Paulo em termos de oferta de atendimento e construção escolar.

Nanci - Estamos em um processo interessante de criação de uma nova escola, vai desde a forma de organização do currículo e maneira de ministrar as aulas até a construção do prédio. Vou falar do prédio e do planejamento de rede, pois é o que tenho informação precisa.

As escolas indígenas do Estado de São Paulo, em geral, estão localizadas em áreas rurais, em alguns casos (em especial no Vale do Ribeira) de acesso muito difícil. A construção das escolas indígenas tiveram início em 2000 e, a primeira (na nova geração, pós constituição de 88) a ser construída, foi a da Aldeia Jaraguá (DER Norte 1). Essa escola foi concebida por um grupo de alunos de graduação da FAUUSP que, após terem apresentado a proposta à prof^a Rose (Secretária da Educação na época), teve seu projeto detalhado pela FDE. Com base no desenho original dessa escola foram desenvolvidos projetos padronizados para 1, 2 e 3 salas de aula. Esse projeto padronizado atualmente está sendo revisto, pois não contempla ambientes para

múltiplo uso e oficinas, requeridos pelo tipo de prática pedagógica desenvolvida na escola indígena.

O desenho original (dos alunos da FAU-USP) foi orientado, segundo a lenda, pela cacique Jandira, da Aldeia Jaraguá. Sua tipologia é discutível, pois o desenho arredondado, também segundo a lenda, não é característico dos guaranis, índios de nossa região. A alegação de sua concepção arredondada é de que na cultura indígena a educação é feita na casa de reza e a escola, apesar de institucional, segue o mesmo princípio (educar embora em outra cultura). Gostaria muito de entender melhor essa história, mas ainda não tive tempo para isso. Se você tiver possibilidade, de uma checada nisso, deve dar um bom trabalho de investigação.

Atualmente estamos desenvolvendo uma nova tipologia de escola mais fácil de ser implantada: desmontável e pré-fabricada. Essa tipologia facilita muito a implantação de prédios em regiões carentes de infraestrutura urbana (acesso muuuuuuuuu difícil) - verifique a localização das aldeias do Vale do Ribeira. A obra que construímos em uma dessas aldeias, que nem é a mais difícil, foi realizada sem energia elétrica e teve o material de construção "carregado nas costas", pois o acesso para carro é impossível! Além disso o fato de estar inserida em área de proteção ambiental e de clima muito úmido choveu o tempo todo! 4 meses de chuva contínua. Imagine isso para uma obra. A solução em pré fabricado minimiza muito problemas com qualidade da obra pelo fato de vir quase pronta.

A revisão do projeto também está incluindo espaços flexíveis, de concepção clean, visando à otimização da construção para a prática pedagógica requerida. Se quiser mais detalhes veja meu doutorado – capítulo 8¹⁴ (em especial item 8.3).

A rede de escola indígena hoje é constituída por 31 prédios, 12 ainda são precários, devido à condição da aldeia – falta de identificação e propriedade da terra desconhecida. A SEE/FDE juntamente com a Secretaria da Justiça, FUNAI e Secretaria do Meio Ambiente estão

¹⁴ Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-26062006-215423/>

trabalhando na solução desse impasse para construção. Vale ressaltar que o Estado não pode construir em áreas irregulares.

Jorge – Discuta a atuação do governo e alguns programas voltados à escola indígena.

Nanci - Como o Estado não pode construir em área irregulares está sendo realizado um alinhamento entre várias secretarias e instituições para solucionar o impasse de construção de escolas em aldeia indígenas. O programa de formação de professores é bem interessante, há um artigo sobre os primeiros resultados¹⁵.

Jorge – Como você avalia a qualidade física das escolas instaladas?

Nanci - Nos casos em que construímos os prédios, é boa, mas necessita ser adequada para instalação de espaços para atividades de oficina e acesso a informática como dito na primeira questão. Para as escolas que não conseguimos resolver a nova construção a precariedade é absoluta. A única escola que temos, nas condições atualmente exigidas pelo programa pedagógico, é da aldeia Peguao-ty que acabamos de entregar, faz 20 dias. Ainda não está completa, falta Internet que ainda não foi instalada. Ainda não dá para avaliar se deu certo!

Jorge - O que você acha que poderia mudar ou melhorar neste cenário futuramente?

Nanci - Não precisa mudar nada. Temos que aplicar a legislação que existe e implementá-la após avaliação. Se não fizermos isso corremos o risco de estar sempre tentando e nunca efetivando nada.

Com a entrevista concedida, foi possível avaliar que a escola indígena encontra grandes dificuldades, principalmente na sua construção devido às restrições ambientais, já que é comum as comunidades indígenas estarem inseridas em reservas ambientais protegidas, nas quais as construções devem respeitar diversos limites e restrições. O Estado começou a construir prédios escolares indígenas após 2000, anteriormente a educação indígena era

¹⁵ Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=88769>

realizada nas dependências comuns das aldeias, sem um ambiente pedagógico adequado.

Analisamos brevemente neste capítulo algumas diferenças e particularidades entre os tipos de escolas presentes no Estado, este panorama é enriquecedor na análise que faremos a seguir, através do mapeamento temático dos indicadores educacionais pelos municípios paulistas.

Capítulo 5 - Indicadores Educacionais do Estado de São Paulo.

Esta parte do trabalho consiste na construção prática dos mapas dos indicadores educacionais, pois, após expor o nosso objeto de estudo, a educação paulista, o contexto geográfico em que ele se desenvolve e trabalhar a metodologia geográfica e cartográfica, apresentaremos agora representações gráficas em mapas atinentes ao estudo.

Utilizaremos para a elaboração dos mapas os dados estatísticos levantados pela fundação SEADE no estudo chamado IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social). Esse estudo é produzido pelo SEADE¹⁶, desde 2000, tendo periodicidade de dois em dois anos. Por isso mesmo ele foi escolhido, pois já temos disponíveis e consolidados para cada um dos cinco indicadores educacionais adotados, uma série histórica de dados referentes aos anos de 2000, 2002, 2004 e 2006. Outro fator importante na escolha desses dados é o fato de eles existirem para todos os municípios paulistas, assim podemos representar todos sem distinção ou lacunas. Os dados são relativos, são porcentagens extraídas da relação entre a população nas idades consideradas e o devido fator educacional considerado em cada indicador.

Como os dados são relativos (%), a orientação metodológica da cartografia temática recomenda o emprego do método coroplético: as classes de dados relativos organizadas numa ordem crescente corresponderá, na legenda e no mapa, a uma ordem crescente de valores visuais entre cores quentes ou frias.

Vale ressaltar que estamos lidando com um universo de dados relativos muito grande, devido ao fato do número de municípios do Estado de São Paulo ser de 645 (segundo o IBGE em 2010) e por estarmos lidando com 4 datas para cada indicador, temos portanto a resultante de 2580 dados a serem representados tematicamente nos mapas.

Para enfrentar essa dificuldade, foi preciso definir classes significativas e comuns para as séries estatísticas (referentes aos anos de 2000, 2002, 2004 e 2006) dos indicadores, a fim de se ter uma melhor representação no mapa. Para tanto, as classes, deveriam ter internamente a melhor similaridade entre os

¹⁶ Dados disponíveis em <http://www.seade.sp.gov.br/>, acesso julho de 2009.

valores que estivessem se aglutinando em seu interior e, ao mesmo tempo, cada classe deveria comportar um agrupamento de valores que ficasse bastante distinto do agrupamento que estivesse nas classes vizinhas, independente do ano estudado.

Para elaborar essas classes foi encontrada para cada indicador a solução de construir gráficos de dispersão, complementados pelos de frequência das respectivas séries contendo as 4 datas consideradas, na intenção de encontrar grupos significativos de dados e as distâncias dignas de nota entre tais grupos. Esclarecemos que essa tarefa não foi possível ser feita automaticamente com o software de geoprocessamento, pois o mesmo cria classes estatísticas por igual frequência, pela média e outros sistemas que não contém o critério almejado. O software sozinho não é capaz de encontrar as nuances que discernimos, utilizando o método de análise aqui desenvolvido.

Com o gráfico de dispersão podemos observar através de pontos as grandes ou pequenas concentrações de valores distribuídos para cada um dos 645 municípios de acordo com cada data considerada.

Para complementar e definir de fato as classes, foi utilizado conjuntamente um gráfico de frequência. Esse gráfico considerou intervalos experimentais de 5 em 5%, preferencialmente. Ele possibilita observar, de forma clara, onde ocorrem grandes mudanças nas frequências de dados (2580 ao todo) entre as classes experimentais, tornando possível decidir por onde fazer os cortes da série de dados em classes significativas. Padronizamos que, para cada indicador, serão utilizadas 5 classes de valores, as quais seriam pertinentes para uma boa representação gráfica em mapa.

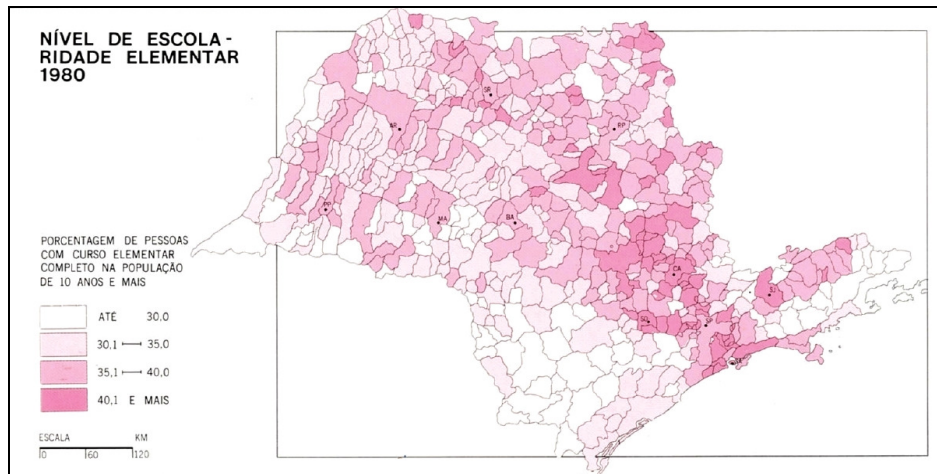
Com a definição das 5 classes para cada indicador, foi criado um mapa para cada data, separadamente, em tamanho apropriado para a visualização de cada município. Para ajudar na localização de cada município disponibilizamos anexo um mapa, em tamanho A3, contendo o nome de cada município e a divisão administrativa do Estado.

Para podermos observar com maior riqueza o efeito do tempo sobre os cinco indicadores, criamos para cada um deles uma diagramação que apresentasse os quatro mapas reduzidos do período estudado, alinhados verticalmente, com o objetivo de elucidar o que houve com os dados através do tempo. Essa proposta visa mostrar o comportamento dinâmico dos municípios,

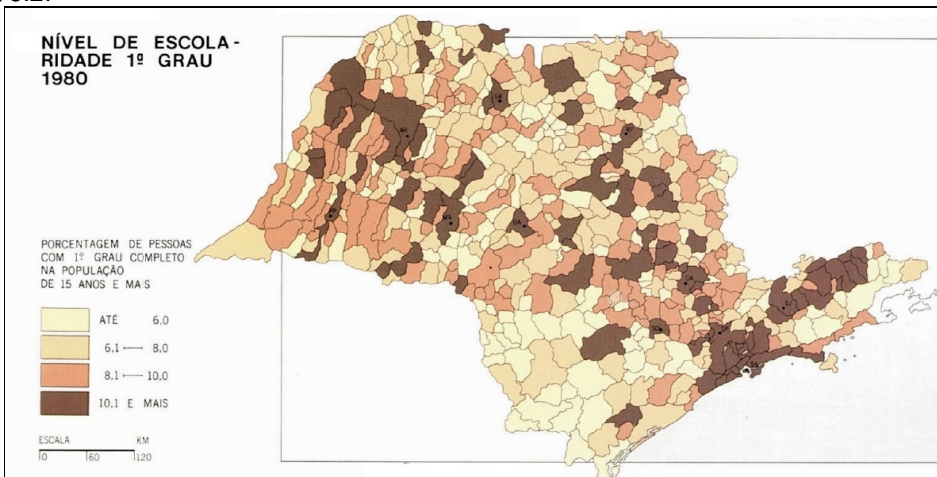
em cada indicador, através dos anos, fornecendo um panorama de análise rico e consistente.

Trabalhos desse tipo já foram feitos no passado e nos servem de inspiração e comparação, vamos conferir alguns mapas sobre a educação paulista que fizeram parte do Atlas do Estado de São Paulo (ROSSINI, 1991).

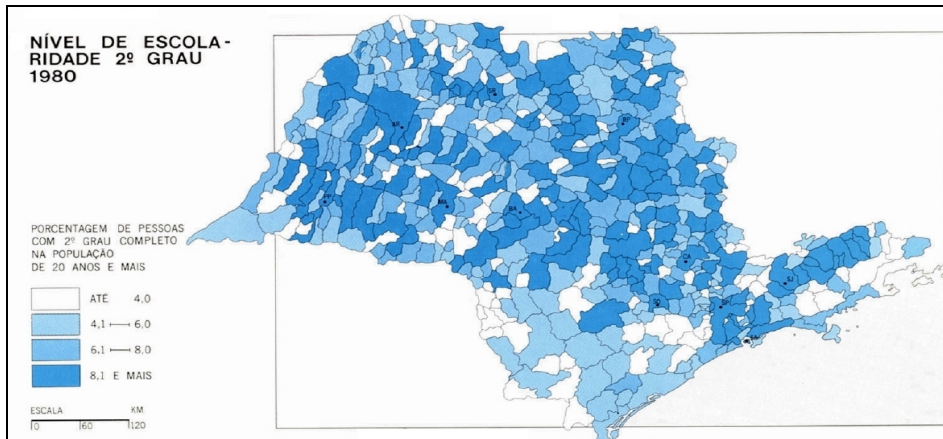
Mapa 5.1:



Mapa 5.2:



Mapa 5.3:



Esse trabalho, executado em 1991, é fundamental como orientação ao que iremos desenvolver, e mostra o quanto é importante darmos continuidade à atualização cartográfica, buscando utilizar dados recentes que vão sendo coletados e disponibilizados pelos institutos de pesquisas e órgãos públicos .

Apresentaremos, agora, os cinco indicadores tratados, esclarecendo o trabalho de construção dos gráficos, os quatro mapas temáticos gerados e um comentário acerca da visualização da imagem de conjunto reveladora do conteúdo da informação em cada série histórica.

- 5.1 - Indicador 1: Percentual de atendimento das crianças entre 5 e 6 anos na escola infantil, em relação ao total de crianças nessa faixa etária, segundo os municípios – 2000/2006.

Esse indicador trata do atendimento em pré-escola fornecido, publicamente, para as crianças entre 5 e 6 anos nos municípios do Estado.

No presente indicador, a porcentagem de crianças entre 5 e 6 anos, que frequentam a pré-escola, diz respeito, segundo a metodologia do IPRS, à razão entre o total de matrículas na faixa etária de 5 a 6 anos na pré-escola e o total de crianças dessa faixa etária na população, multiplicada por 100.

A forma de construção do indicador é descrita na seguinte equação¹⁷ e vale para todos os anos em consideração:

$$V_{12i} = \frac{PRE_i^{5-6}}{P_i^{5-6}} \times 100 \quad (17)$$

Sendo,

V_{12i} = percentagem de crianças de 5 a 6 anos que freqüentam pré-escola;

PRE_i^{5-6} = total de matrículas na pré-escola de crianças na faixa etária de 5 a 6 anos (Censo Escolar 2002);

P_i^{5-6} = população de 5 a 6 anos (projeção para 1° de março de 2002);

$i = 1, 2, \dots, 645$, representando os 645 municípios do Estado de São Paulo.

Antes da Constituição de 1988, a rede estadual também era responsável pelo atendimento das crianças até seis anos de idade, mas, após a efetivação

¹⁷ IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social 2004. *Metodologia*, p. 20.

da Constituição, a demanda de atendimento pré-escolar e fundamental ficou a cargo do poder municipal.

A participação da rede privada é muito grande no atendimento pré-escolar, muitas vezes havendo convênio com as prefeituras, que subsidiam os gastos para atender à demanda. Essa operação nos lembra o processo de terceirização, que no caso do ensino pré-escolar deve ser fiscalizada a fim de ser mantida a qualidade.

Mesmo com os aparentes problemas desse atendimento, a melhora em relação à década de 80 foi muito grande. Em 1987, havia 40 municípios no Estado que não possuíam nenhuma modalidade de atendimento desse nível, visto que os municípios pobres e menos povoados tendem a não oferecer serviços próprios de pré-escola, e os maiores e possuidores de maiores recursos, com maior frequência, mantêm redes relativamente grandes de educação infantil (BARRETO, 1991).

Sobre as matrículas na educação infantil, podemos conferir a sua distribuição de atendimento segundo os dados do Censo Escolar de 2006, realizado pelo INEP¹⁸. De acordo com o Censo, a rede municipal responde por 1.073.448 matrículas, a rede privada responde a 298.832 matrículas e a rede estadual contribui pouco com esse nível de ensino somando apenas 2.583 matrículas. E percebemos, claramente, com isso, a importância da rede municipal nesse atendimento. Precisamos esclarecer que não estamos considerando as matrículas em creche, levamos em conta apenas as matrículas, em pré-escola, para as crianças entre 5 e 6 anos, devido à delimitação do indicador construído pela Fundação SEADE.

Na tabela 1, apresentada em anexo, podemos conferir a porcentagem de atendimento que cada município alcançou em cada ano e, a seguir, podemos ver os procedimentos gráficos que nos possibilitaram elaborar as classes para os mapas.

¹⁸ Disponível em: <http://www.inep.gov.br>, acesso junho de 2010.

Gráfico 5.1 – Dispersão de atendimento em escola infantil para as crianças de 5 a 6 anos para as datas 2000, 2002, 2004 e 2006:

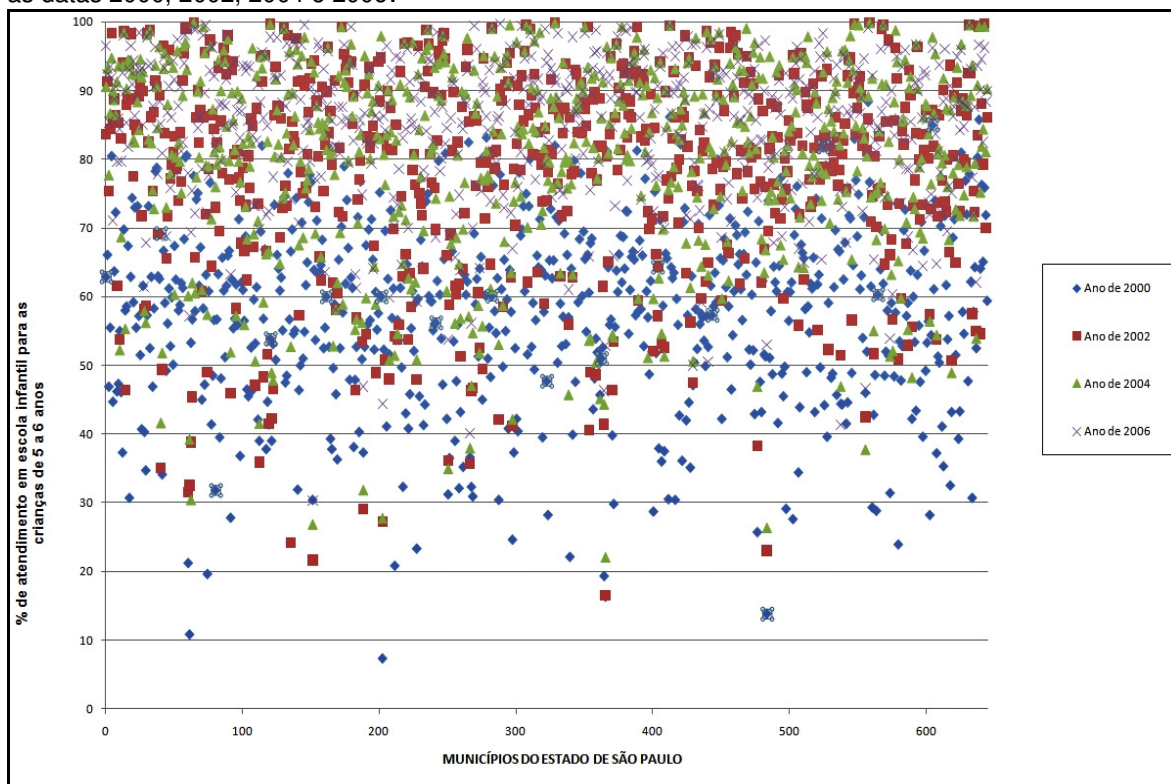
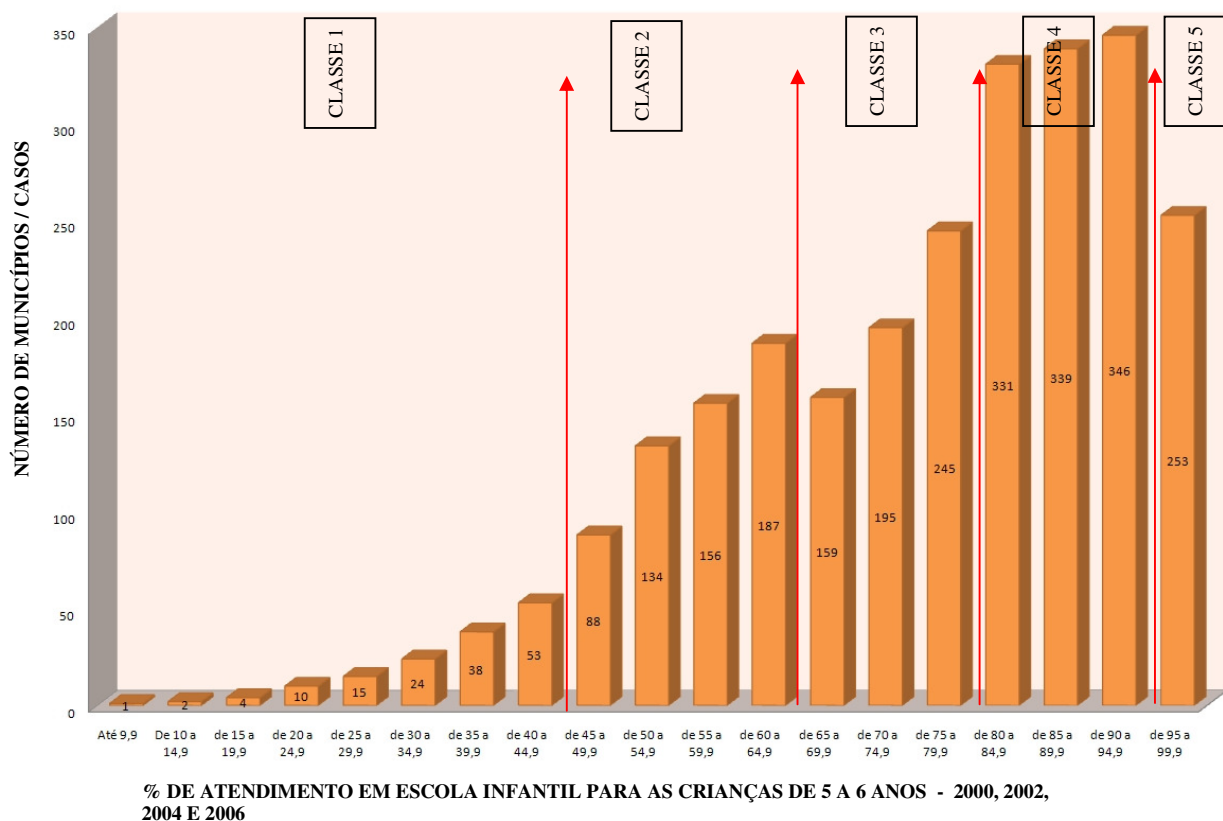


Gráfico 5.2 – Frequência de atendimento em escola infantil dada em porcentagem para as crianças de 5 a 6 anos para as datas 2000, 2002, 2004 e 2006:



Observando o gráfico de dispersão, fica evidente que, com o passar do tempo, no período estudado, os dados vão se concentrando cada vez mais, nos mais altos valores de porcentagem de atendimento, em escola infantil, no caso de crianças de 5 a 6 anos.

Para construir o gráfico de frequência, fizemos uma apuração entre as quatro séries de valores, em classes experimentais de 5%, a partir do primeiro valor verificado. Com isso, procuramos demonstrar as mudanças significativas das frequências entre as classes que contém o total de casos verificados na mesma, apresentando todos os dados levados em consideração. Após a construção desse gráfico e sua comparação com o gráfico de dispersão, foram definidas, como ideais, 5 classes para serem mapeadas. Elas se distribuem da seguinte forma:

Classe 1 – até 44,9% (147 casos) - até esse valor, temos intervalos que vão aumentando suavemente entre as divisões de 5%, por isso agregamos todos em uma classe única, que representa 5,70% do total de casos.

Classe 2 – de 45,0% a 64,9% (565 casos) – nessa classe temos uma ascensão constante do número de municípios por intervalos que os integrou numa outra classe comum, contendo 21,89% dos casos.

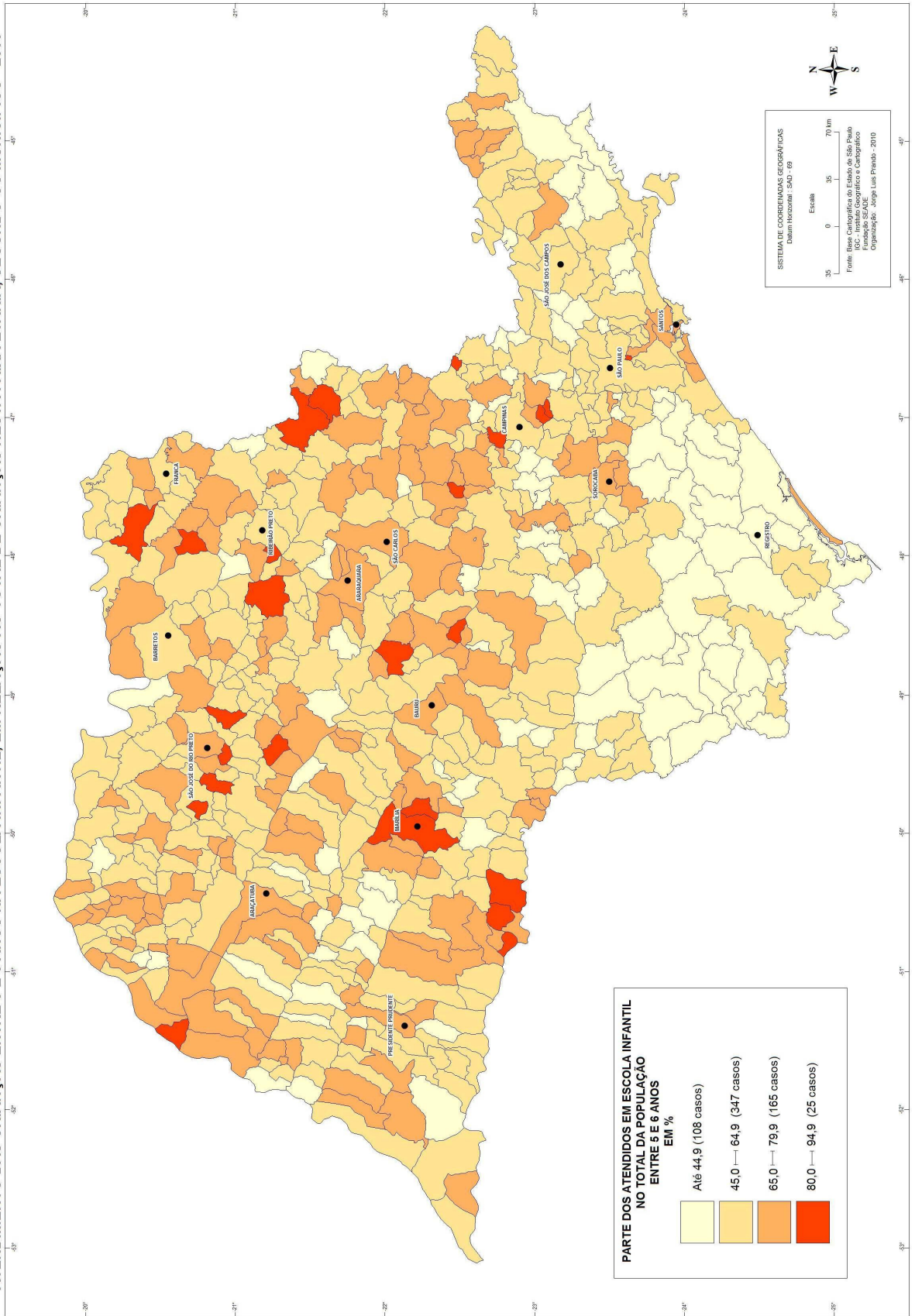
Classe 3 – de 65,0% a 79,9% (599 casos) - embora a porcentagem já seja bem alta, percebemos uma queda percentual no gráfico que delimitou o início dessa classe e que vai crescendo paulatinamente até os 79,9%, representando 23,22% do total.

Classe 4 – de 80,0% a 94,9% (1016 casos) – agora, além de termos um forte crescimento em relação à classe anterior, alcançou-se altos índices percentuais que concedem a esse intervalo o maior número de casos entre as classes totalizando 39,38% dos casos.

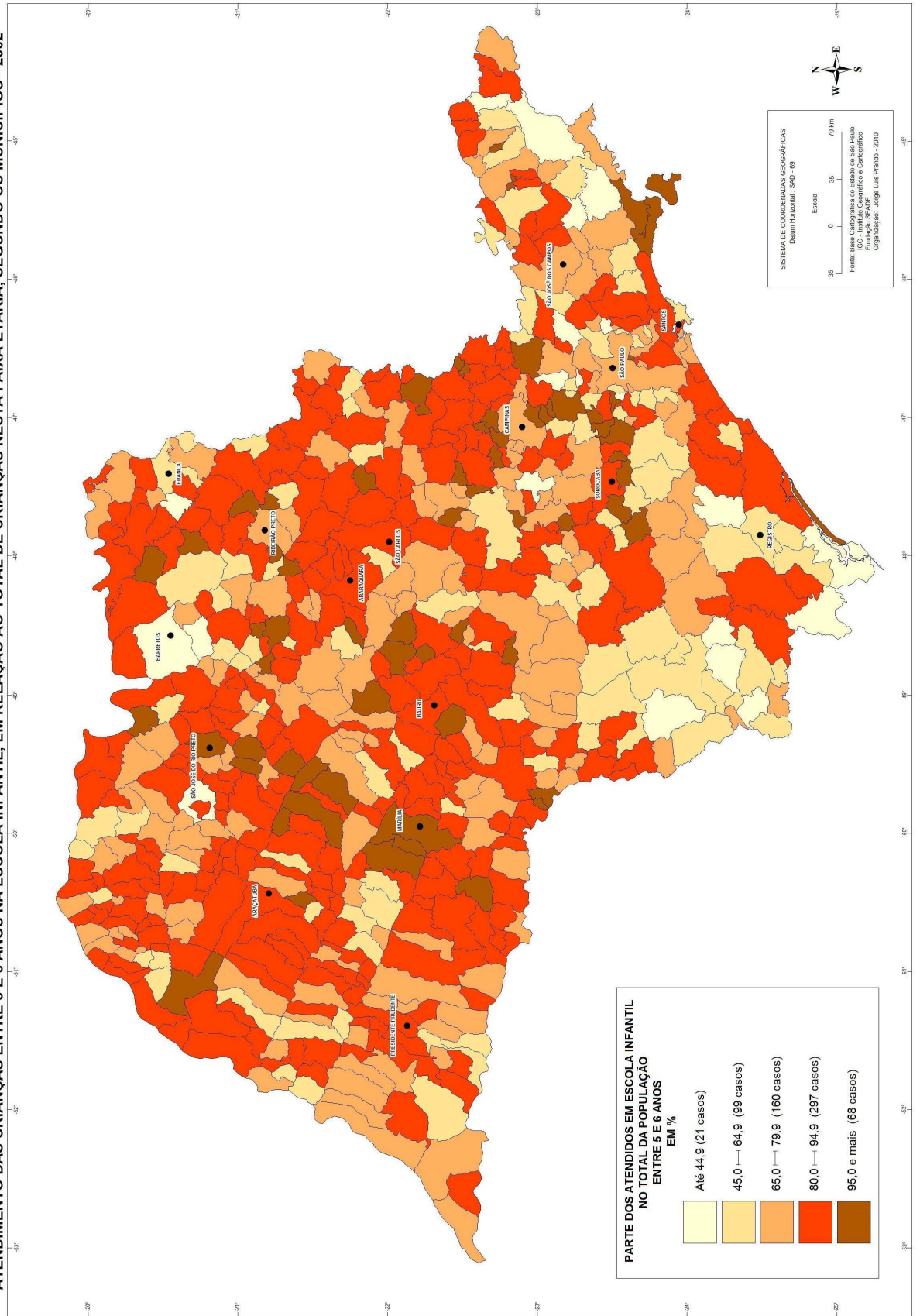
Classe 5 – 95,0% e mais (253 casos) – essa classe engloba os casos com um altíssimo nível percentual de aproveitamento, sendo maior que 95%, nela encontramos um número de 253 casos distribuídos entre os 4 anos que representam 9,81% do total analisado.

A seguir, apresentamos os quatro mapas gerados a partir dessa análise, mais uma prancha que dispõe os mesmos em coluna para o período de 2000/2006:

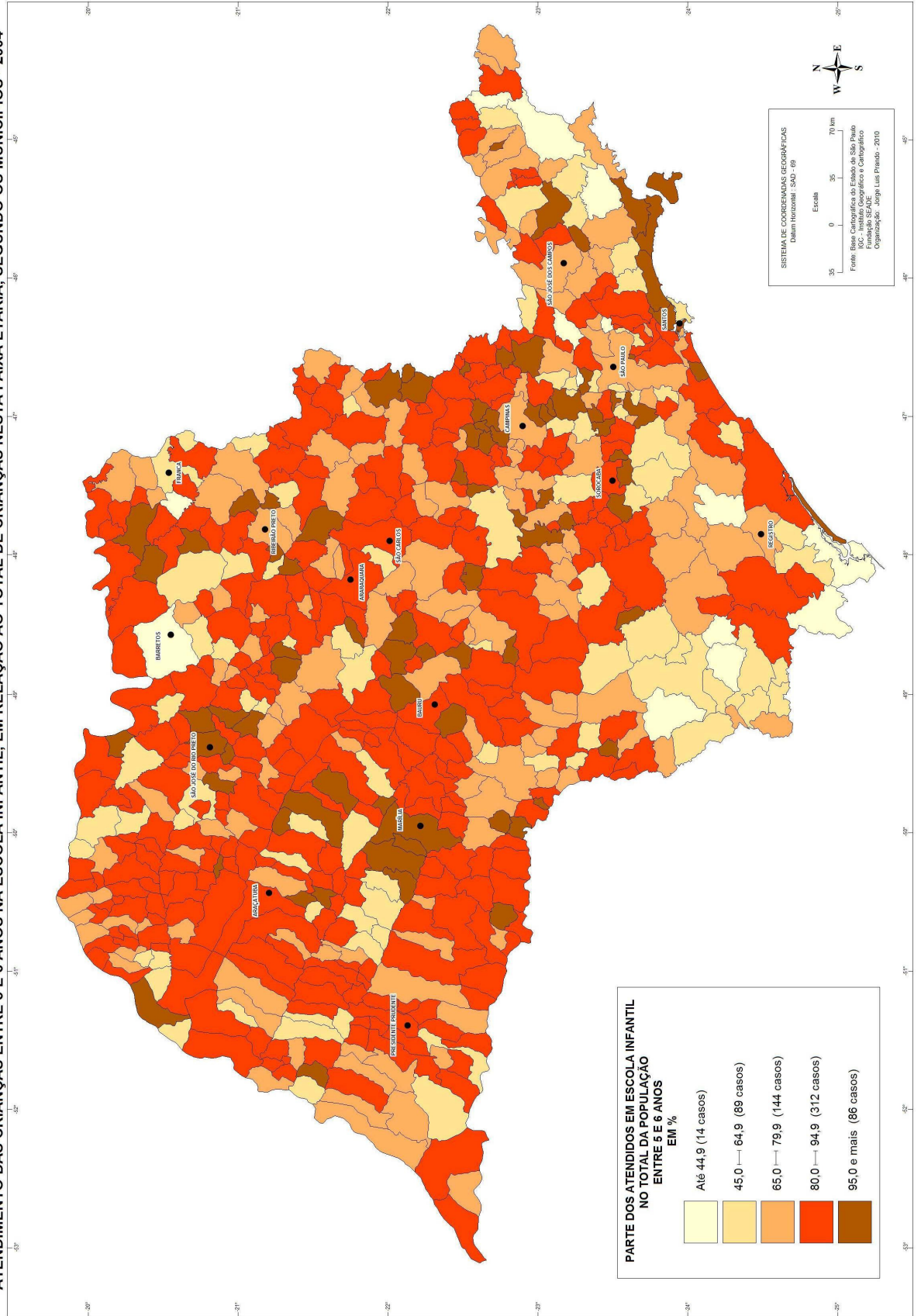
Mapa 5.4: ESTADO DE SÃO PAULO
 ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS ENTRE 5 E 6 ANOS NA ESCOLA INFANTIL, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CRIANÇAS NESTA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2000



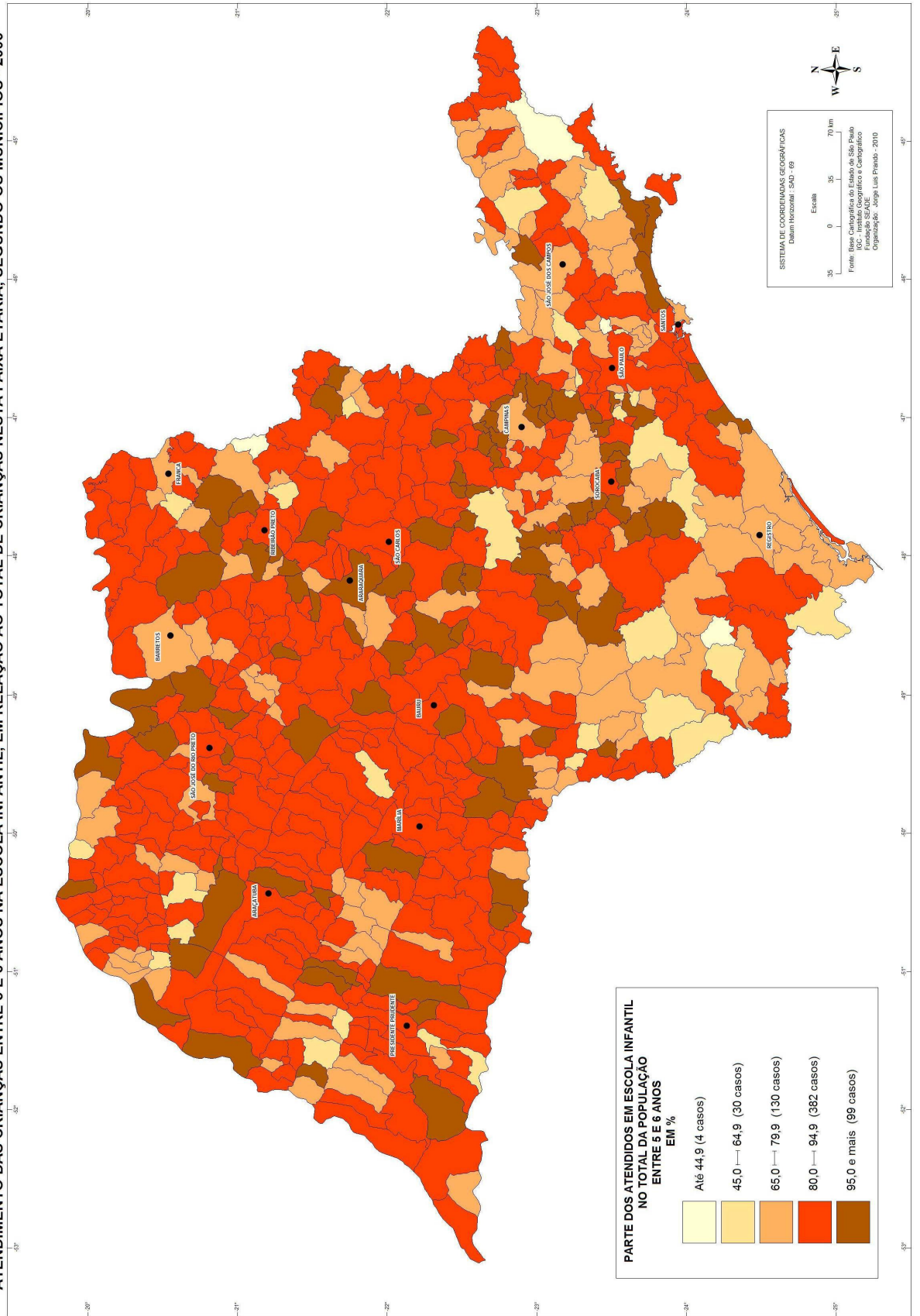
Mapa 5.5: ESTADO DE SÃO PAULO
 ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS ENTRE 5 E 6 ANOS NA ESCOLA INFANTIL, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CRIANÇAS NESTA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2002



Mapa 5.6: ESTADO DE SÃO PAULO
 ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS ENTRE 5 E 6 ANOS NA ESCOLA INFANTIL, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CRIANÇAS NESTA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2004



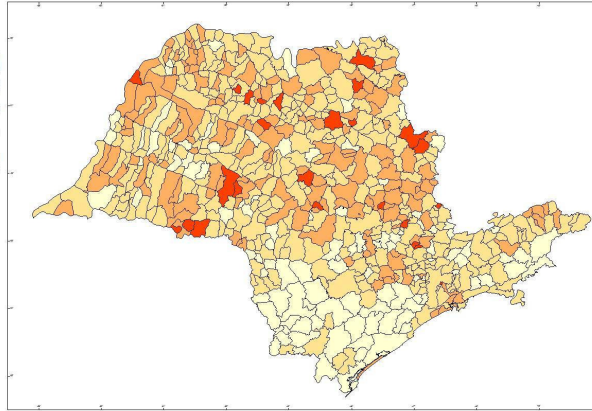
Mapa 5.7: ESTADO DE SÃO PAULO
ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS ENTRE 5 E 6 ANOS NA ESCOLA INFANTIL, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CRIANÇAS NESTA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2006



Mapa 5.8: ESTADO DE SÃO PAULO
ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS ENTRE 5 E 6 ANOS NA ESCOLA INFANTIL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2000 /2006

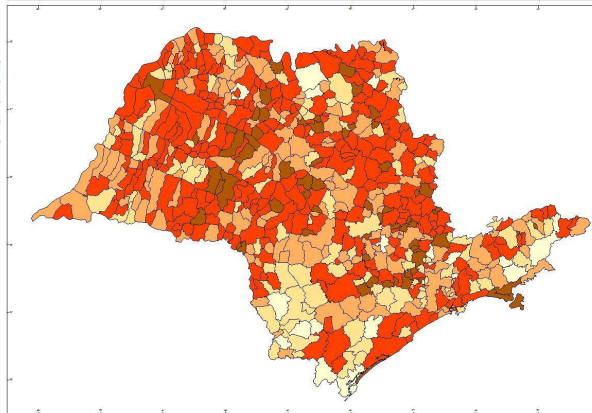
Porcentagem de pessoas entre 5 e 6 anos na escola infantil em relação ao total de crianças nesta faixa etária, segundo os municípios

2000



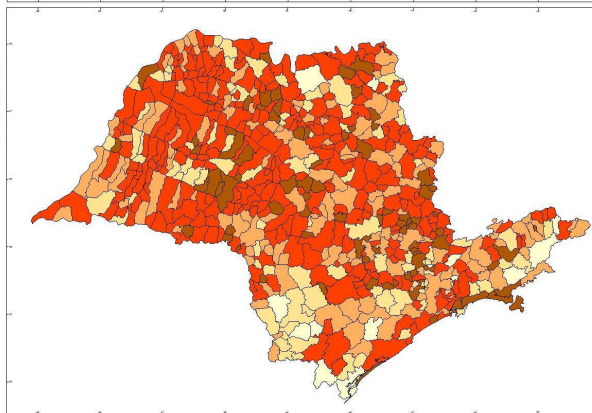
Porcentagem de pessoas entre 5 e 6 anos na escola infantil em relação ao total de crianças nesta faixa etária, segundo os municípios

2002



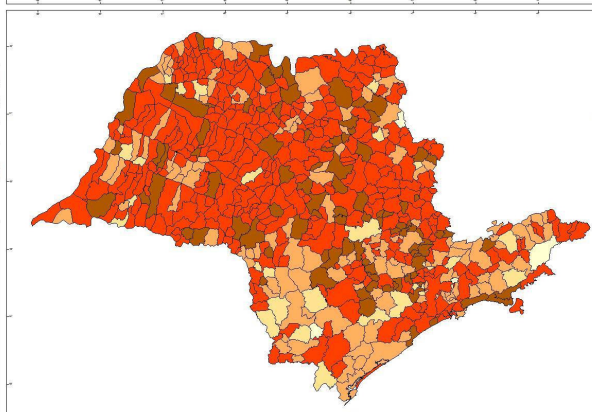
Porcentagem de pessoas entre 5 e 6 anos na escola infantil em relação ao total de crianças nesta faixa etária, segundo os municípios

2004



Porcentagem de pessoas entre 5 e 6 anos na escola infantil em relação ao total de crianças nesta faixa etária, segundo os municípios

2006



SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS
 Datum Horizontal : SAD - 69
 Escala
 100 0 100 200 300 km
 Fonte:
 Base Cartográfica do Estado de São Paulo
 IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico
 Fundação SEADE
 Organização: Jorge Luis Prando - 2010



Após mostrarmos o processo de construção e os mapas prontos, temos um aporte muito maior para a análise do fenômeno que estamos estudando.

Observamos que no ano de 2000 o mapa apresentou o predomínio de municípios com valores que se incluem entre a primeira e a terceira classe, que se fecha em 79,9%, embora podemos encontrar espalhados casos de municípios com valores que se enquadraram na quarta e quinta classe.

No ano de 2002, predominam os valores que se enquadram entre a segunda e a quarta classe. Visualmente, já percebemos uma grande diferença entre este e o mapa anterior, dada pela predominância dos valores visuais correspondentes às classes citadas.

Essa situação persiste no ano de 2004 e se mostra muito mais efetiva em 2006, em que podemos ver a predominância dos valores das classes mais altas, estipuladas para essa cartografia.

Na prancha que agrega os quatro mapas em sequência vertical, temos a evocação visual da evolução que os municípios obtiveram através do período analisado. Este foi o propósito em construir essa diagramação para os mapas, podendo-se ter a idéia da dinâmica do atendimento das crianças na pré-escola.

É notório o aumento da intensidade de atendimento, mas também percebemos que em certos municípios a situação não progrediu muito ou até regrediu. Mesmo no ano de 2006 ainda temos casos em que alguns municípios não obtiveram mais que 44,9% de atendimento, o que indica que mais da metade de suas crianças entre 5 e 6 anos estão sem atendimento pré-escolar público.

- 5.2 - Indicador 2: Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo em relação ao total da população nesta faixa etária, segundo os municípios – 2000/2006.

Na análise do presente indicador, vamos estudar a quantidade de pessoas entre 15 e 17 anos que conseguiram ao menos concluir os quatro anos de estudos iniciais do ensino fundamental e sua distribuição pelos municípios paulistas.

Entende-se que, nesse indicador, estão inclusos também todos os que possuem mais de quatro anos de estudo. Foram apenas excluídos aqueles que não conseguiram concluir quatro anos de estudo completos na faixa etária estipulada.

É muito importante a análise desse indicador, pois ele consiste em incorporar uma variável que expressa, ainda que indiretamente, o analfabetismo funcional¹⁹ entre os jovens paulistas, uma situação que, nos dias atuais, nem deveria existir; portanto a universalização dessa etapa do ensino deve ser alcançada o quanto antes.

A reorganização da escola pública após a Constituição e a LDB dividiu as unidades escolares por ciclos de ensino, e dessa forma criaram-se escolas com atendimento exclusivo do ciclo básico de 1ª a 4ª série, que são atendidos em maior parte pela rede municipal de ensino.

Esse fato evitou a concomitância de diversos alunos em idades distintas, a fim de criar um ambiente escolar mais propício para o desenvolvimento pedagógico infantil e, evitar, entre outros problemas, a evasão escolar.

A distribuição de ciclos, juntamente com a progressão continuada, que só retinha os alunos com excesso de faltas, tornou mais acessível a conclusão das quatro séries iniciais do sistema de ensino, bem como o aumento da oferta de vagas.

Segundo a metodologia de elaboração do IPRS, a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos, com pelo menos quatro anos de estudo, é referente à razão entre o total estimado desses jovens no ano em questão e o total de pessoas dessa faixa etária na população, multiplicada por 100.

¹⁹ A Unesco ressalta que o processo de alfabetização só se consolida de fato entre as pessoas que concluem a quarta série do ensino fundamental, em razão das elevadas taxas de regressão ao analfabetismo entre os que não atingirem esse nível de escolaridade. Dessa forma, a alfabetização funcional é definida operacionalmente, segundo critérios da Unesco, como o domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, correspondentes a uma escolaridade mínima de quatro séries completas. (IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social 2004. *Metodologia*, pág. 08).

A equação²⁰ que descreve a elaboração do indicador válida para todos os anos é descrita a seguir:

$$V_{10i} = \frac{D_{i,2000}^{13-15} + E_{i,2001}^{14-16} + F_{i,2002}^{15-17}}{P_i^{15-17}} \times 100$$

Sendo:

V_{10i} = percentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade em 2000;

$D_{i,2000}^{13-15}$ = total de jovens de 13 a 15 anos que, em 2000, possuíam pelo menos quatro anos de escolaridade (Censo Demográfico 2000);

$E_{i,2001}^{14-16}$ = total de matrículas de jovens de 14 a 16 anos, em 2001, na 5ª série (Censo Escolar 2001);

$F_{i,2001}^{15-17}$ = total de matrículas de jovens de 15 a 17 anos, em 2002, na 5ª série (Censo Escolar 2002);

P_i^{15-17} = população de 15 a 17 anos (projeção para 1º de março de 2002);

$i = 1, 2, \dots, 645$, representando os 645 municípios do Estado de São Paulo.

A quantidade percentual de pessoas com pelo menos quatro anos de estudo, mesmo sendo um nível de estudo muito baixo, é bem maior em relação a quem consegue concluir o ensino fundamental, como veremos no próximo indicador.

Na tabela 2, apresentada em anexo, encontra-se, para consulta, a percentagem desempenhada por parte de cada município, em cada ano analisado, e agora conferimos os gráficos gerados para definirmos as cinco classes para o agrupamento dos dados e respectiva representação em mapas.

²⁰ IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social 2004. *Metodologia*, pág. 18

Gráfico 5.3 – Dispersão do percentual de pessoas com pelo menos 4 anos de estudo entre 15 e 17 anos para as datas 2000, 2002, 2004 e 2006:

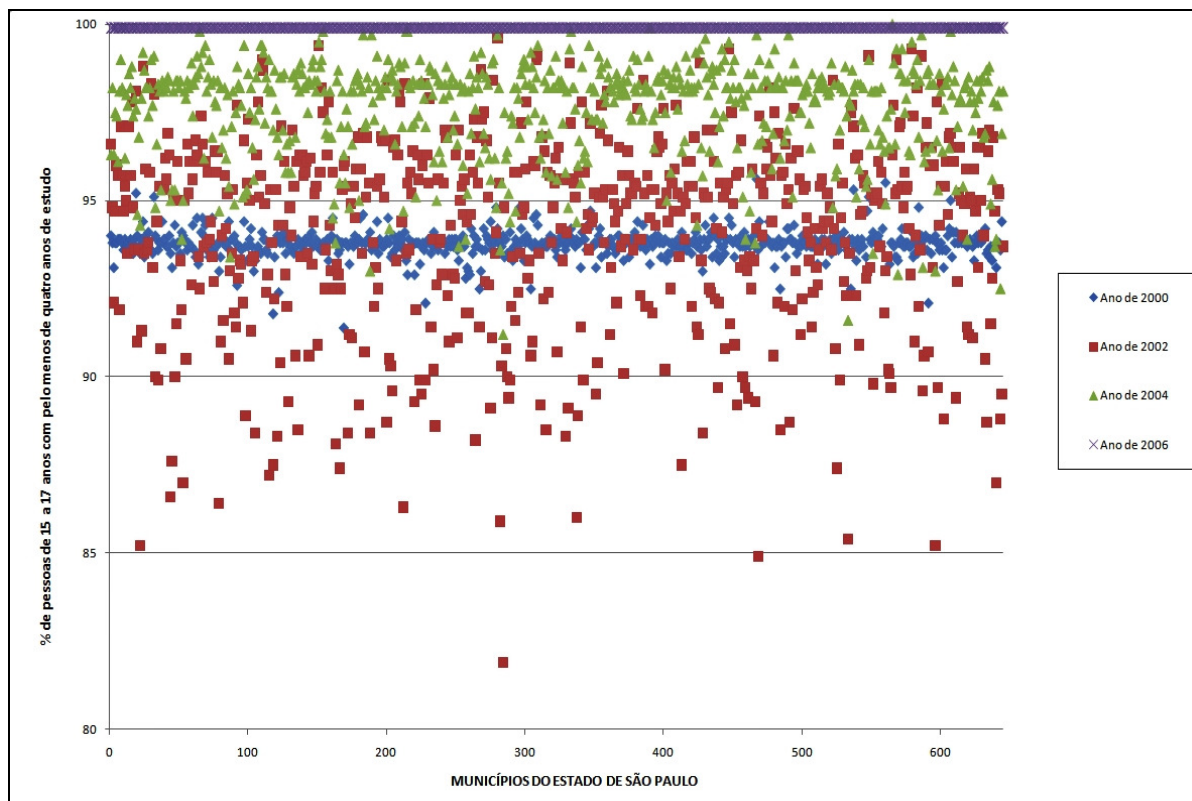
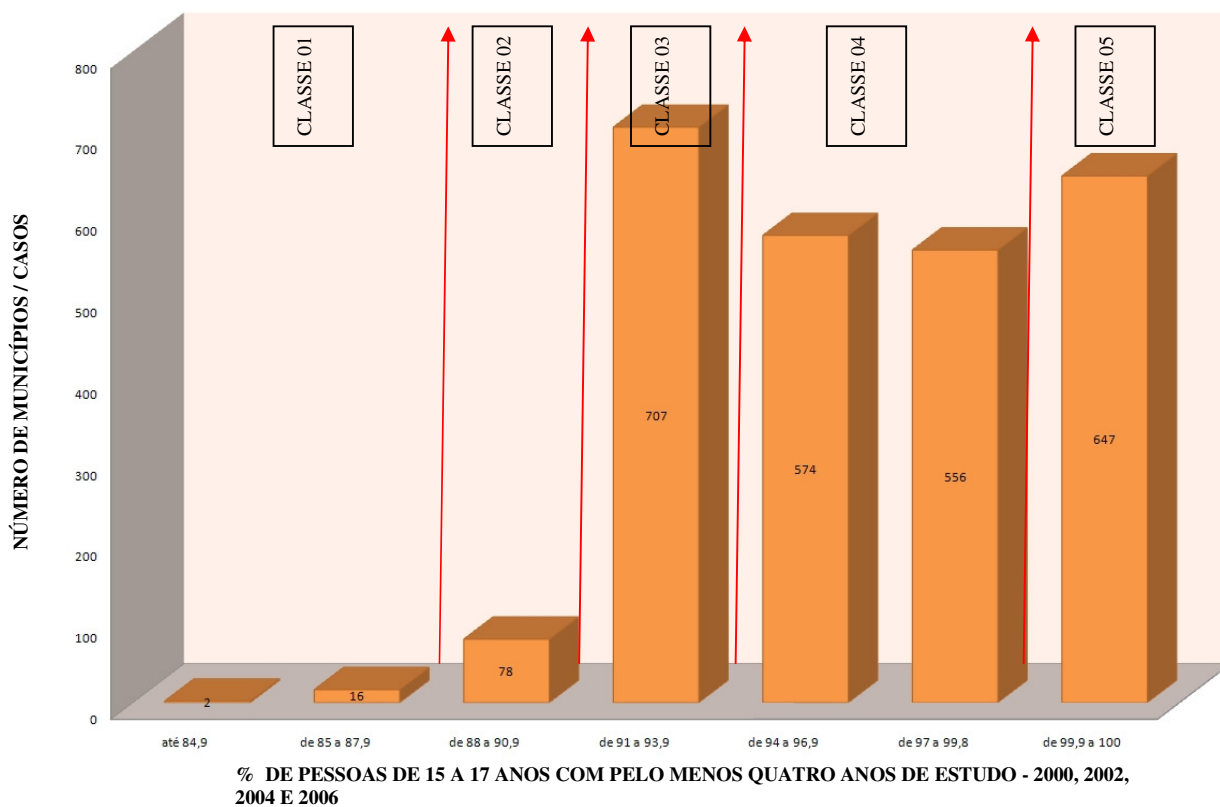


Gráfico 5.4 - Frequência do percentual de pessoas com pelo menos 4 anos de estudo entre 15 e 17 anos para as datas 2000, 2002, 2004 e 2006:



Sobre o gráfico de dispersão do indicador analisado, é notório o alto índice alcançado na série de dados do ano de 2006, demonstrado pela linha contínua condensada no extremo superior do gráfico.

Esse fenômeno desperta interesse e explica-se pelo fato de que, nesse ano, todos os municípios do Estado alcançaram 99,99%, segundo o indicador, e consultando diretamente a Fundação SEADE, desenvolvedora do indicador, foi constatado que o acontecido se deu pelo fato deste grau de ensino realmente ter se homogeneizado na população paulista, no tocante à faixa etária indicada (15 a 17 anos) a partir de 2004, alcançando este grau em 2006.

Uma das principais explicações ocorre principalmente pelo fato de ter sido determinado, desde a Constituição de 1988 e a LDB/1996 dela decorrente, o direito de acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito. Esse direito de acesso é qualificado pela Constituição como sendo público subjetivo, podendo ser exigido via esfera judicial caso haja omissão do Estado ou das famílias na sua execução e obrigação constitucionalmente estabelecida.

No gráfico de dispersão podemos verificar que os dados do ano de 2000 se concentram no intervalo perto de 94,0%. Os do ano de 2002 se encontram mais espalhados entre todos os valores percentuais considerados e os dados de 2004 se aglutinam no intervalo de 95,0 a 99,0%.

Devido a forte concentração de dados entre valores elevados, o gráfico de frequência adotou intervalos de apuração de 3% a partir do valor de 85,0%, já que só havia dois casos antes disso, e como explicado separamos uma classe de valor 99,9% que contém quase que exclusivamente os casos de 2006. As classes são as seguintes:

Classe 1 – até 87,9% (18 casos) – são poucos os casos encontrados aqui mesmo considerando que o valor da classe vai de 84,9% a 87,9%, demonstrando que desde 2000 já eram poucos os casos em que a população entre 15 e 17 anos não havia concluído ao menos os 4 primeiros anos de estudo. Esta classe representa 0,69% do total da série.

Classe 2 – de 88,0% a 90,9% (78 casos) – esta classe determina um grupo ainda relativamente pequeno de casos, mas que se distingue da anterior por ser mais numerosa no intervalo considerado correspondendo a 3,03% do total de casos.

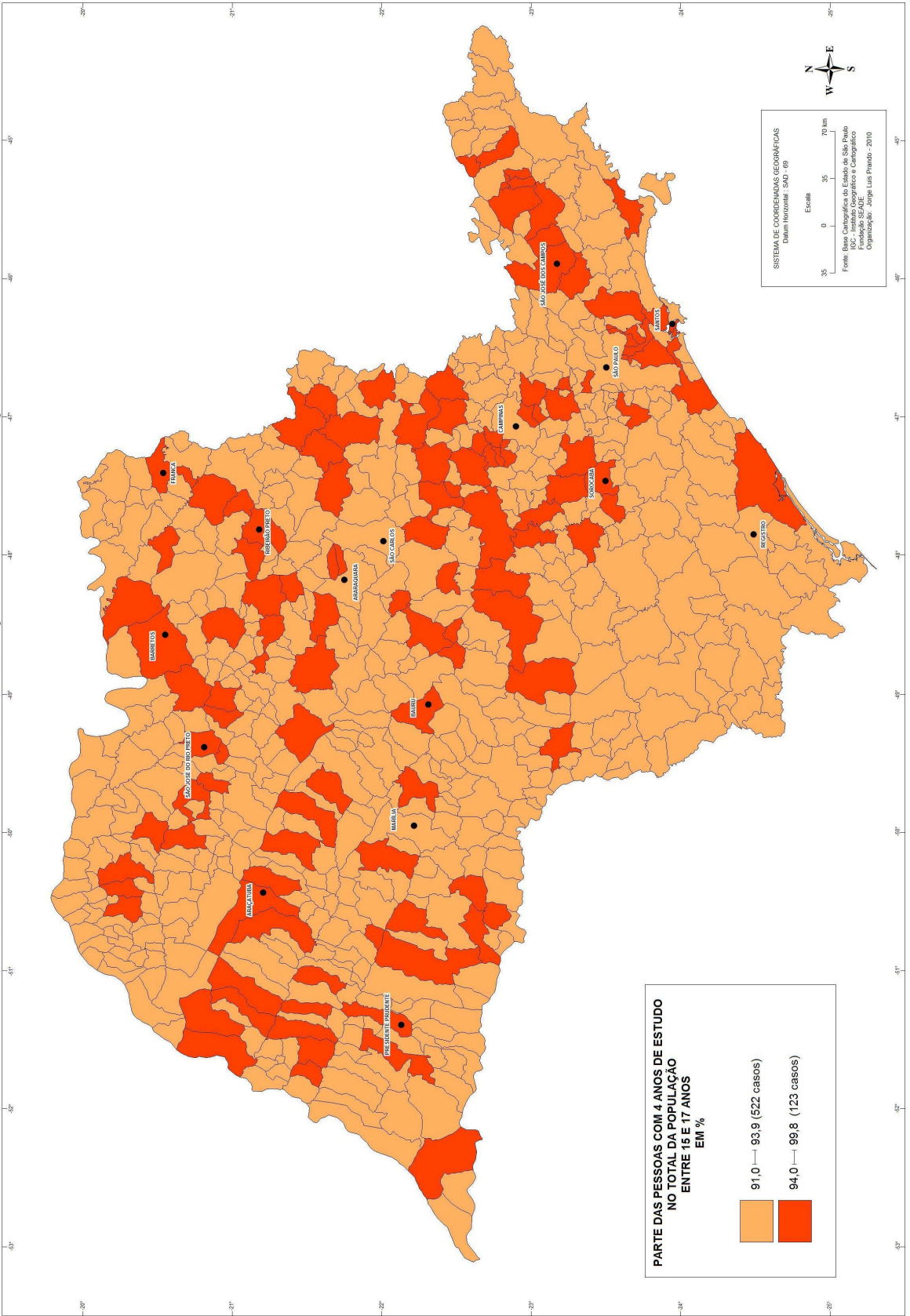
Classe 3 – de 91,0% a 93,9% (707 casos) – agora o número de casos na classe delimitada é bastante grande, distinguindo-se da classe anterior. Aqui podemos ver uma crescente evolução na taxa de atendimento por município, sua representatividade é de 27,41% em relação ao total.

Classe 4 – de 94,0% a 99,8 (1130 casos) – temos aqui o maior número de casos em uma classe no indicador analisado, representando 43,79% do total. Para delimitá-la, agregamos dois intervalos e sua separação em relação à classe anterior se deu pelo fato de haver uma queda percentual significativa na mudança de intervalo desta para a próxima classe.

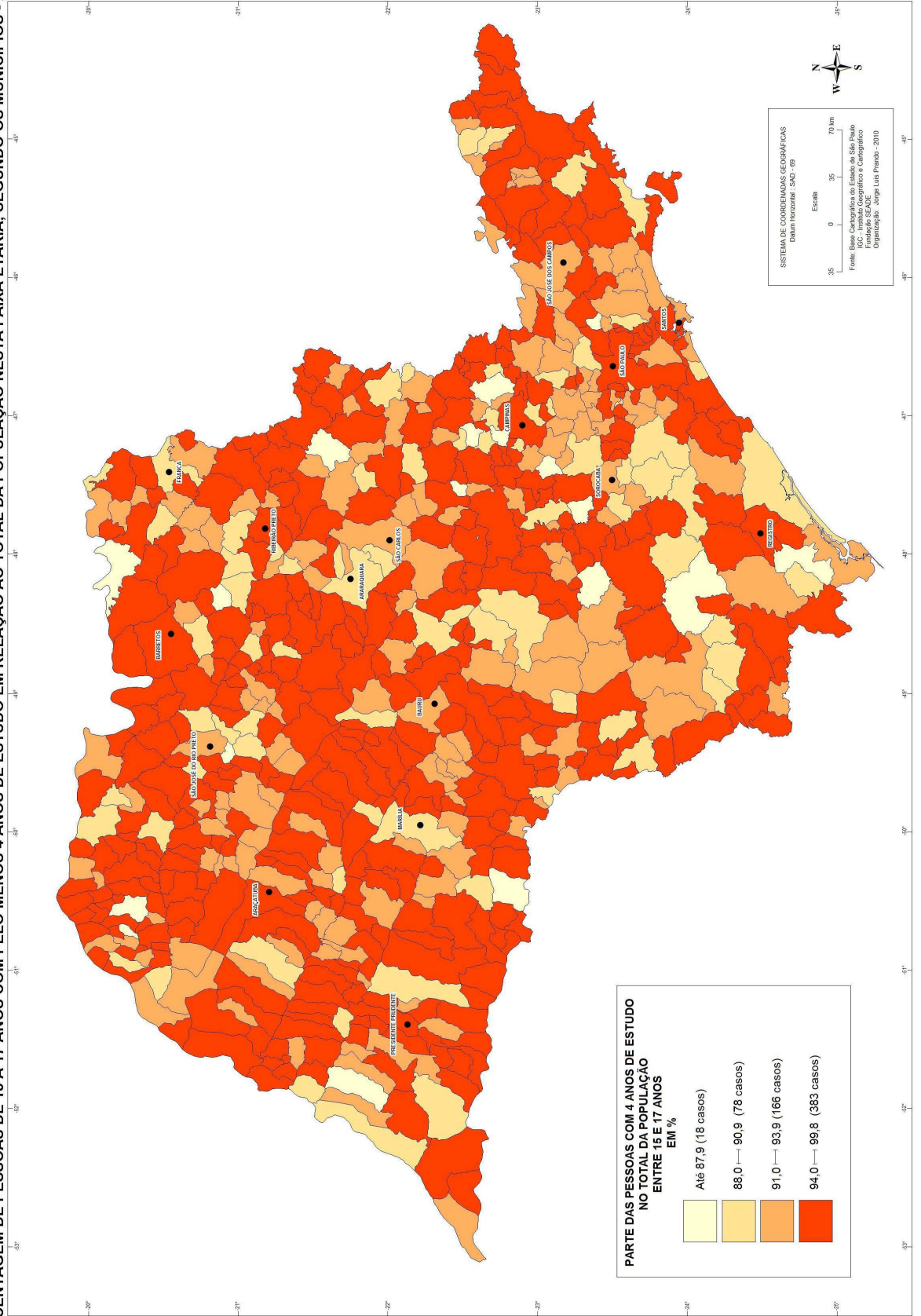
Classe 5 – 99,9% e mais (647 casos) – como dito anteriormente esta classe é constituída pelos dados de 2006 que alcançaram um padrão homogêneo de atendimento e dois casos de anos anteriores que já haviam atingido esta totalidade percentual, seu montante equivale a 25,08% do total de casos.

A seguir apresentamos os 4 mapas gerados a partir desta análise mais uma prancha com os 4 mapas dispostos em coluna:

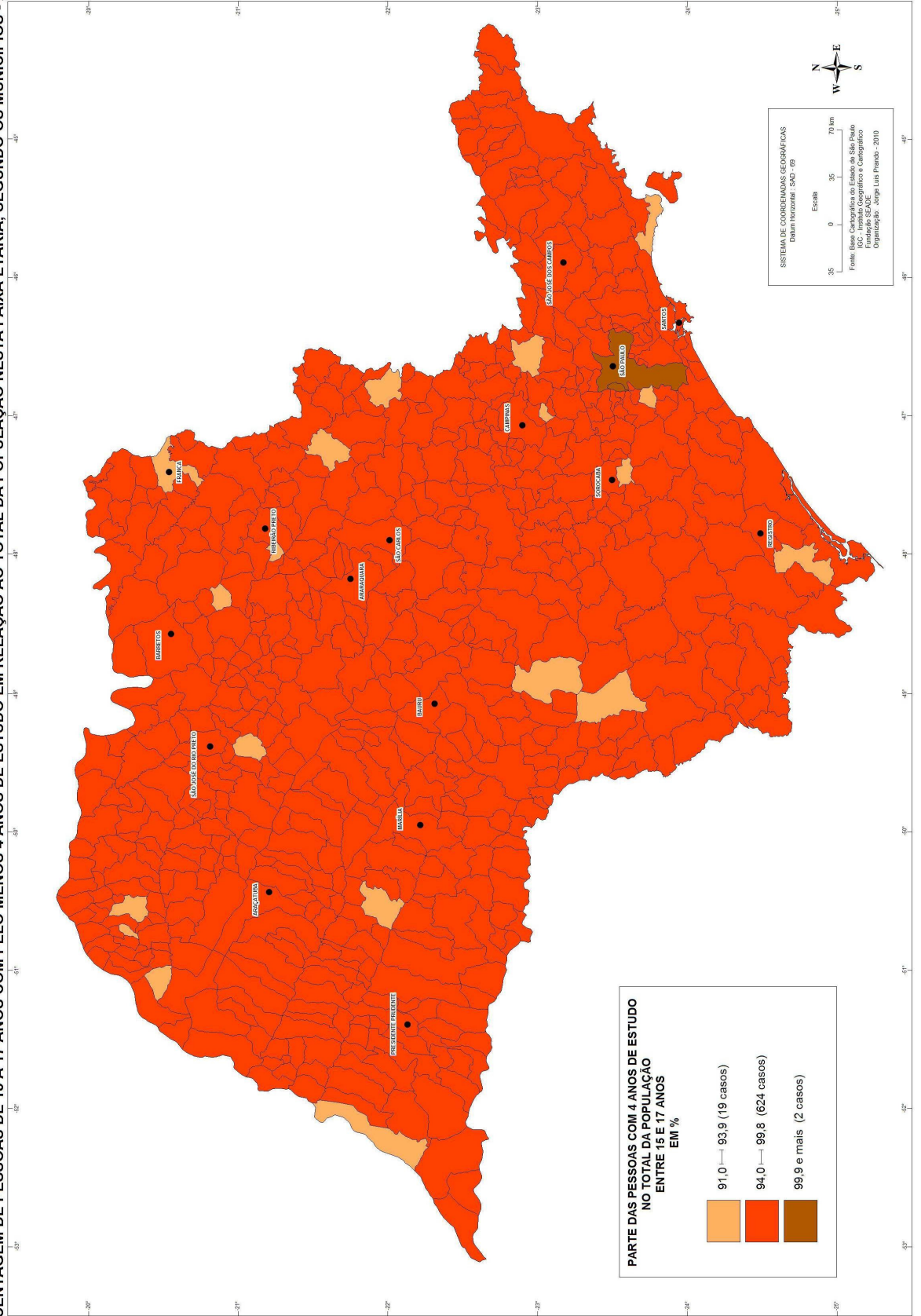
Mapa 5.9: ESTADO DE SÃO PAULO
PORCENTAGEM DE PESSOAS DE 15 A 17 ANOS COM POUCO MENOS DE 4 ANOS DE ESTUDO EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO NESTA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2000



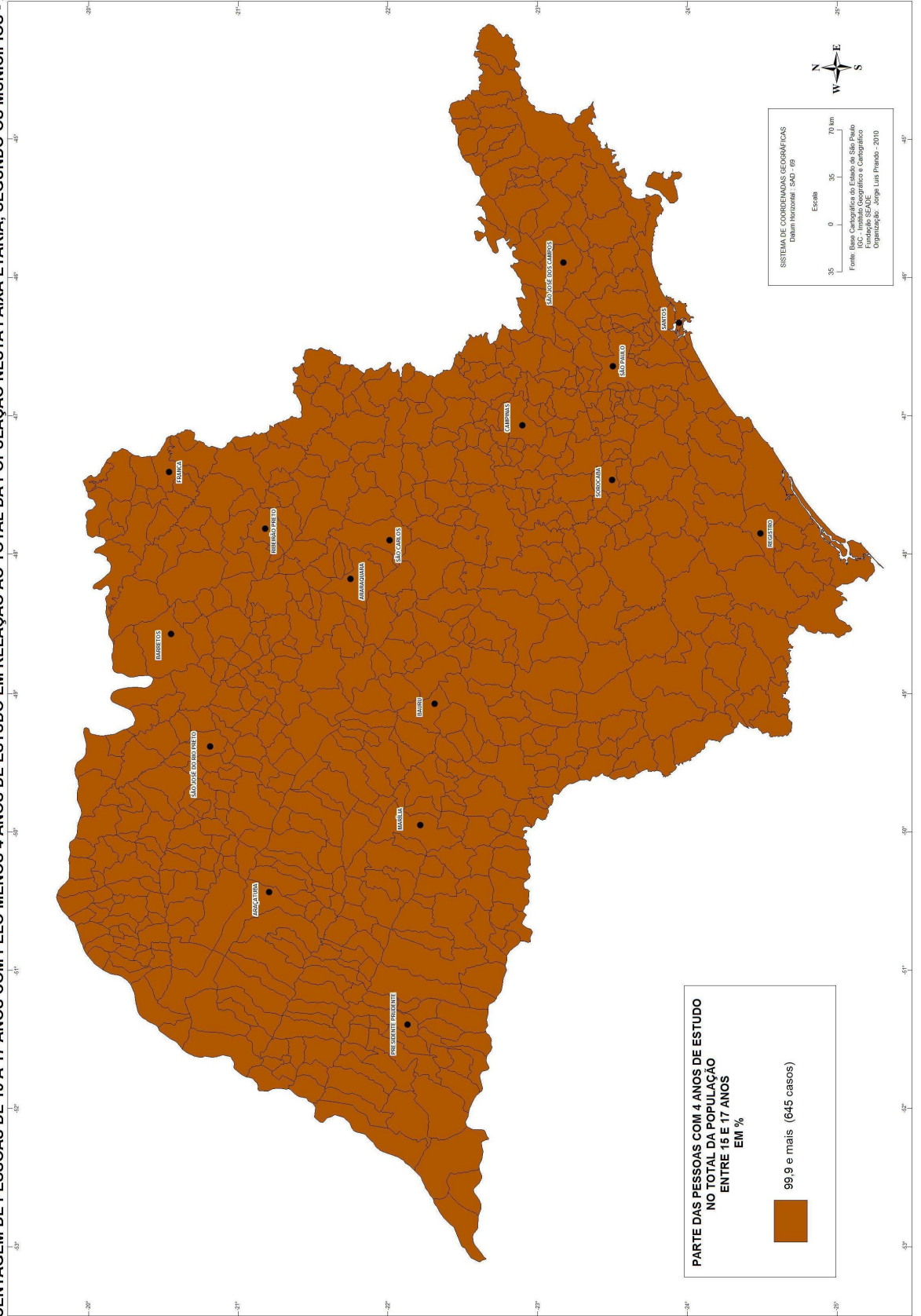
Mapa 5.10: ESTADO DE SÃO PAULO
 PORCENTAGEM DE PESSOAS DE 15 A 17 ANOS COM PLO MENOS 4 ANOS DE ESTUDO EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO NESTA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2002



Mapa 5.11: ESTADO DE SÃO PAULO
PORCENTAGEM DE PESSOAS DE 15 A 17 ANOS COM PLO MENOS 4 ANOS DE ESTUDO EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO NESTA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2004



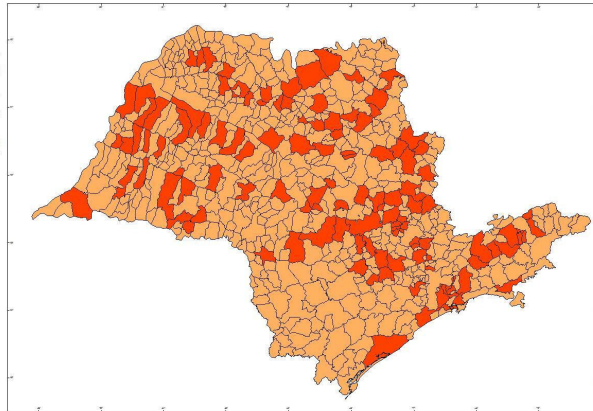
Mapa 5.12: ESTADO DE SÃO PAULO
PORCENTAGEM DE PESSOAS DE 15 A 17 ANOS COM PELO MENOS 4 ANOS DE ESTUDO EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO NESTA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2006



Mapa 5.13: ESTADO DE SÃO PAULO
 PESSOAS DE 15 A 17 ANOS COM PELO MENOS 4 ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2000/2006

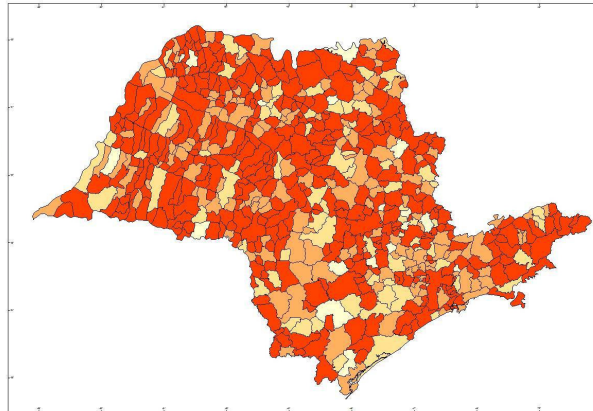
Porcentagem de pessoas entre
 15 e 17 anos com pelo menos
 4 anos de estudo,
 segundo os municípios.

2000



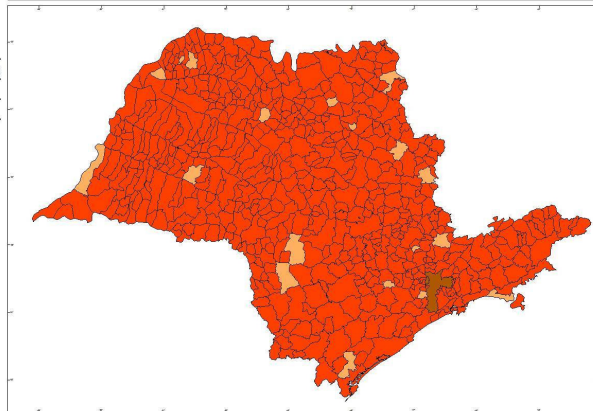
Porcentagem de pessoas entre
 15 e 17 anos com pelo menos
 4 anos de estudo,
 segundo os municípios.

2002



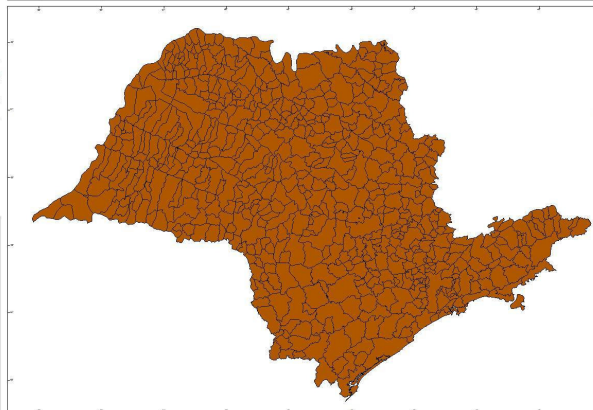
Porcentagem de pessoas entre
 15 e 17 anos com pelo menos
 4 anos de estudo,
 segundo os municípios.

2004



Porcentagem de pessoas entre
 15 e 17 anos com pelo menos
 4 anos de estudo,
 segundo os municípios.

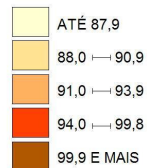
2006



SISTEMA DE COORDENADAS
 GEOGRÁFICAS
 Datum Horizontal : SAD - 69
 Escala
 100 0 100 200 300 km
 Fonte:
 Base Cartográfica do Estado de São Paulo
 IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico
 Fundação SEADE
 Organização: Jorge Luis Prando - 2010



PARTE DAS PESSOAS
 COM 4 ANOS DE ESTUDO
 NO TOTAL DA POPULAÇÃO
 ENTRE 15 E 17 ANOS
 EM %



Com a apresentação dos mapas, visualizamos o fenômeno estudado distribuído espacialmente nos municípios paulistas.

As classes definidas já começaram em altos valores percentuais. Esse desempenho relativamente alto, que foi no mínimo 81% em 2002, reflete as ações tomadas a partir da reordenação das escolas públicas do Estado que tiveram início em 1996²¹.

Nos chama a atenção a comparação dos mapas, pois percebemos que em 2002 temos casos da 1ª e 2ª classes, algo que não ocorre em 2000, fato que fica evidente quando olhamos os mapas em série cronológica.

Esse aparecimento de valores estatísticos, menores em relação ao ano anterior, mostra que o desempenho dos alunos não é apenas condicionado pelo tempo, aumentando infinitamente, mas pelo contrário, muitos outros fatores implicam no processo, e possivelmente pode ser explicado pelas gestões públicas que se alternam e podem dar mais ênfase ou não para a educação, no seu período de governabilidade.

Talvez, isso explique porque, em 2002, alguns municípios tiveram um índice percentual menor de alunos com quatro anos de estudo, do que em 2000; lembramos que as eleições municipais ocorreram em 2000, havendo mudanças políticas que podem ter tido impacto sobre a educação.

Já em 2004, a situação melhora muito e podemos atentar para isso ao perceber a concentração de valores percentuais da classe 4 e os dois casos da classe 5.

Em 2006, como analisado, temos uma homogeneidade de atendimento para esse nível de ensino, algo realmente muito promissor, espera-se que este quadro de conquista persista pelos próximos anos que virão.

5.3 – Indicador 3: Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental em relação ao total da população nessa faixa etária, segundo os municípios – 2000/2006.

²¹ Estas mudanças tiveram início após a implantação do Decreto Estadual nº 40.473, de 21 de novembro de 1995; da Resolução SE-256, de 4 de dezembro de 1995, e da Comunicação SE, de 22 de março de 1995 (MOREIRA, 2000)

Esses dados estatísticos estão, mais uma vez, apresentados segundo os municípios, assim a porcentagem dos concluintes do ensino fundamental é calculada em relação ao total da população de cada cidade que está na faixa etária entre 15 e 17 anos.

No anexo, podemos conferir, na tabela 3, a porcentagem obtida por todos os municípios do Estado em cada ano analisado.

O indicador é constituído mediante a razão entre o total estimado de jovens de 15 a 17 anos, que no ano em questão já haviam concluído o ensino fundamental, e o total de pessoas dessa faixa etária na população, multiplicada por 100. Segundo o trabalho analisado, foi utilizada a seguinte equação²² para definir o indicador, valendo para todos os anos considerados:

$$V_{9i} = \frac{A_{i,2000}^{13-15} + B_{i,2000}^{13-15} + C_{i,2001}^{14-16}}{p_i^{15-17}} \times 100 \quad (11)$$

Sendo,

V_{9i} = porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental;

$A_{i,2000}^{13-15}$ = total de jovens de 13 a 15 anos que, em 2000, já haviam concluído o ensino fundamental (Censo Demográfico 2000);

$B_{i,2000}^{13-15}$ = total de jovens de 13 a 15 anos que concluíram o ensino fundamental em 2000 (Censo Escolar 2001);

$C_{i,2001}^{14-16}$ = total de jovens de 14 a 16 anos que concluíram o ensino fundamental em 2001 (Censo Escolar 2002);

p_i^{15-17} = população de 15 a 17 anos (projeção para 1° de março de 2002);

$i = 1, 2, \dots, 645$, representando os 645 municípios do Estado de São Paulo.

Agora, seguem os gráficos que desenvolvemos para definir os cortes da série estatística em 5 classes.

²² IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social 2004. *Metodologia*, pág. 17.

Gráfico 5.5 - Dispersão do percentual de concluintes do ensino fundamental entre as pessoas de 15 e 17 anos para as datas 2000, 2002, 2004 e 2006:

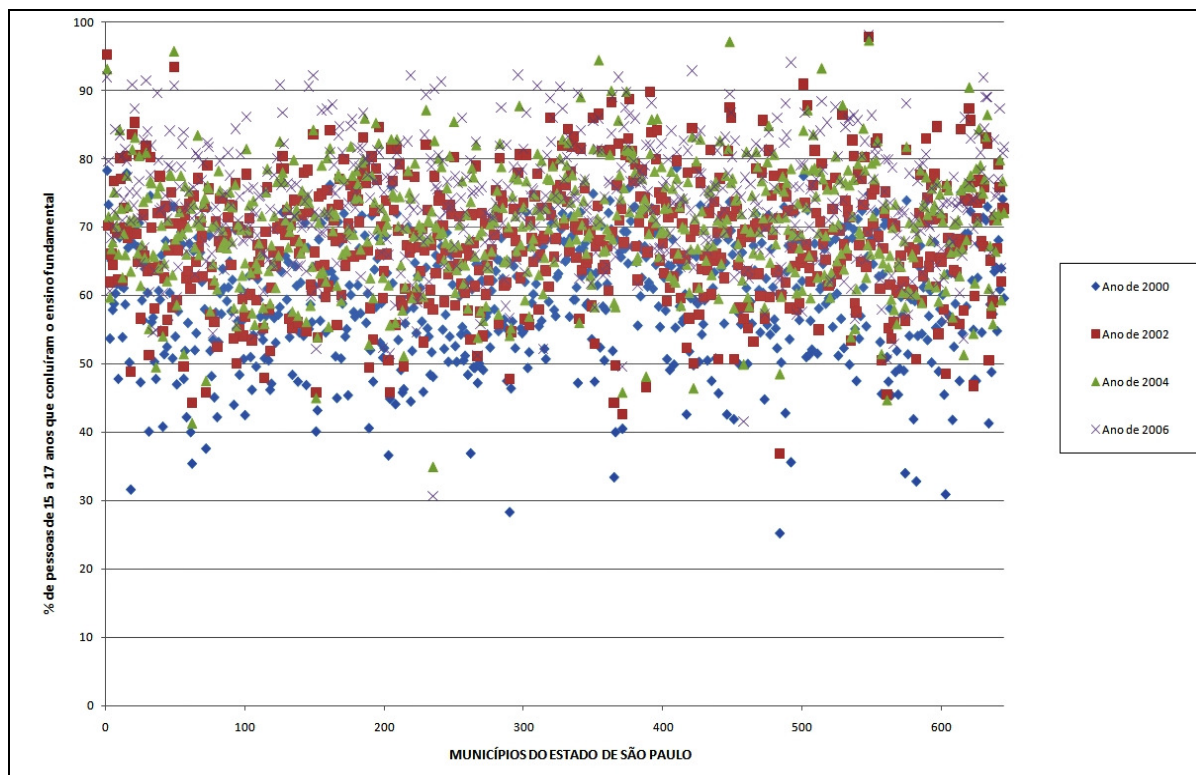
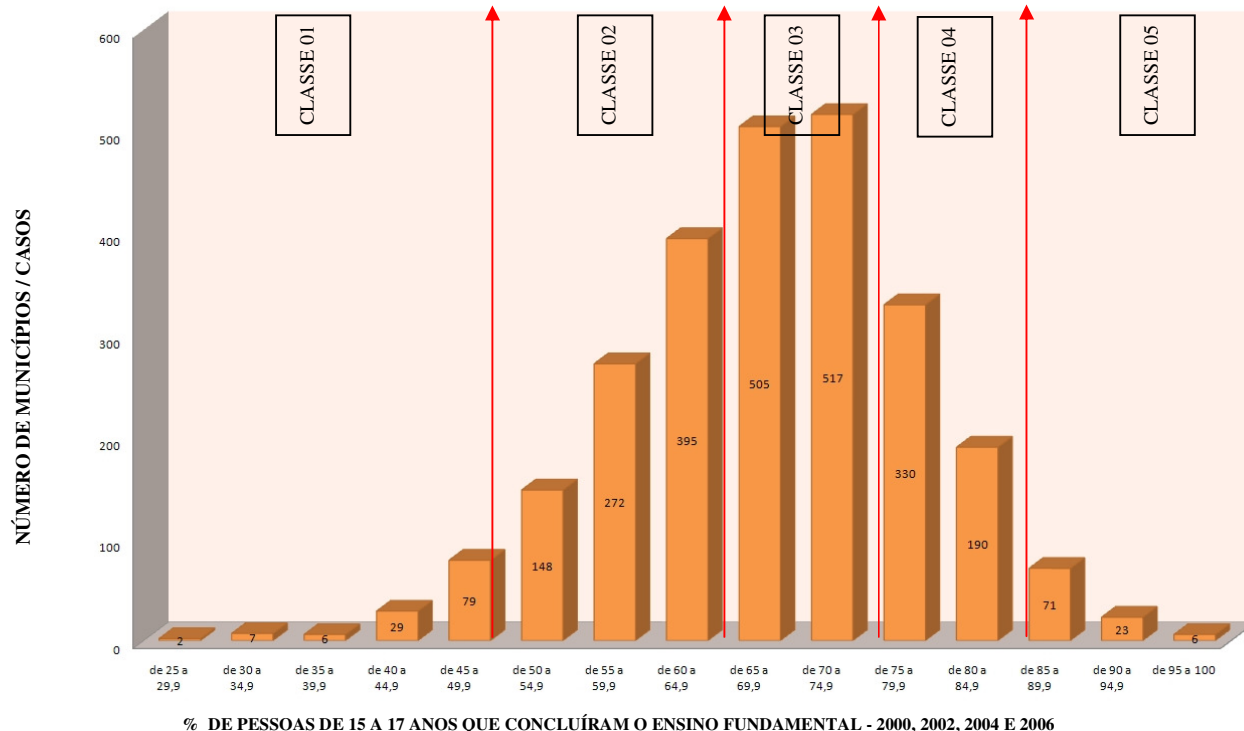


Gráfico 5.6 - Frequência do percentual de concluintes do ensino fundamental entre as pessoas de 15 e 17 anos para os anos 2000, 2002, 2004 e 2006:



Devido aos anos de estudo considerados serem maiores, já é visível em relação ao indicador anterior que a série de dados se inicia em valores percentuais mais baixos, perto de 25%, indicando que infelizmente ainda há muitos jovens que não concluem essa etapa de formação na idade ideal.

No gráfico de dispersão, observa-se que a maior concentração de dados, ao longo dos anos, se dá no intervalo de 60% a 80%, podendo indicar um aproveitamento de médio a alto no quesito analisado.

Devido à série analisada ir de 25% a 100%, conseguimos considerar intervalos de apuração de 5%, possibilitando assim mais divisões para podermos captar melhor onde ocorrem as variações percentuais. Elas ficaram definidas da seguinte forma:

Classe 1 – até 49,9% (123 casos) – agrupamos os intervalos que não ultrapassaram 100 casos em uma classe única inicial com 123 casos, ela representa 4,76% do total de dados.

Classe 2 – de 50,0% a 64,9% (815 casos) – aqui podemos observar uma frequência cada vez maior entre os intervalos, tomando, assim, a decisão de considerarmos a classe com o agrupamento de três intervalos, somando 31,59% do total de dados.

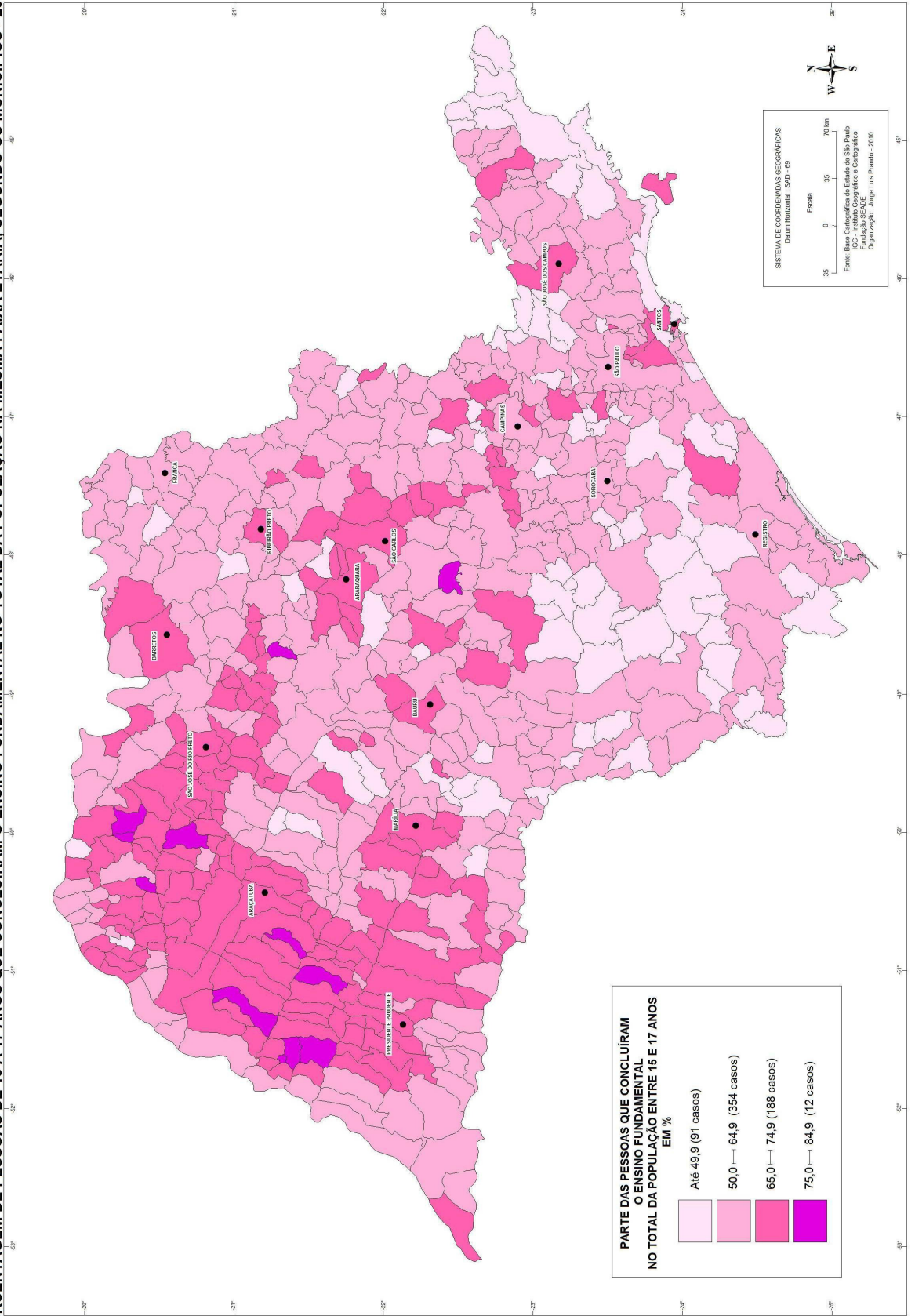
Classe 3 – de 65,0% a 74,9% (1022 casos) – essa classe é a que mais contém casos demonstrando uma grande concentração de valores percentuais nos valores de médio a alto, contendo 39,61% do total de casos analisados.

Classe 4 – de 75,0% a 84,9% (520 casos) – contendo 20,16% dos casos, essa classe indica altos índices de desempenho, no entanto, contém um número de casos menor na soma dos intervalos frente à classe anterior.

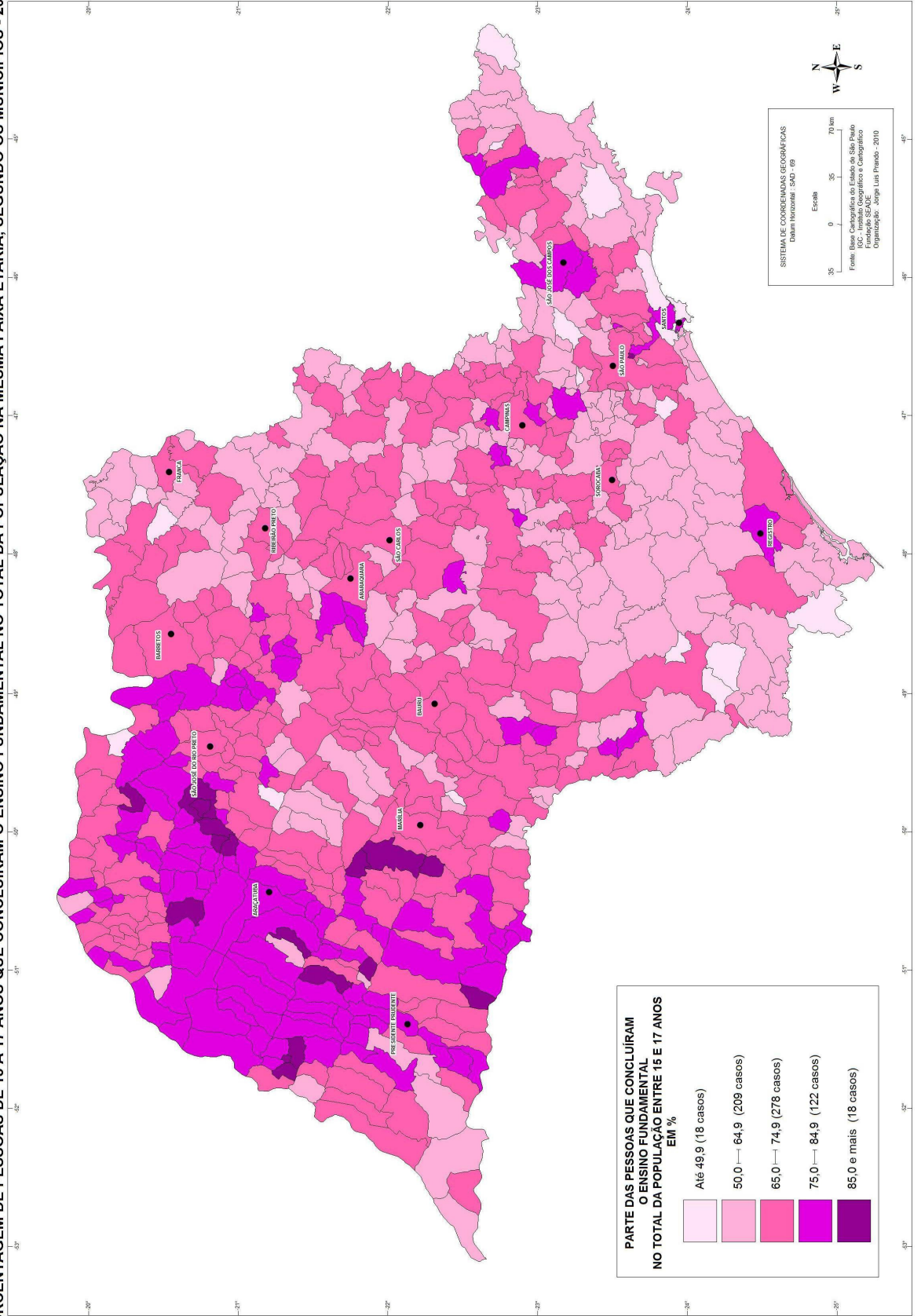
Classe 5 – 85,0% e mais (100 casos) – são poucas as ocorrências nessa classe, demonstrando que ainda está longe o alcance da totalidade, ou pelo menos um alto índice de concluintes do ensino fundamental no Estado, essa classe contém 3,88% dos casos.

Agora, apreciaremos os mapas obtidos através da análise desse indicador.

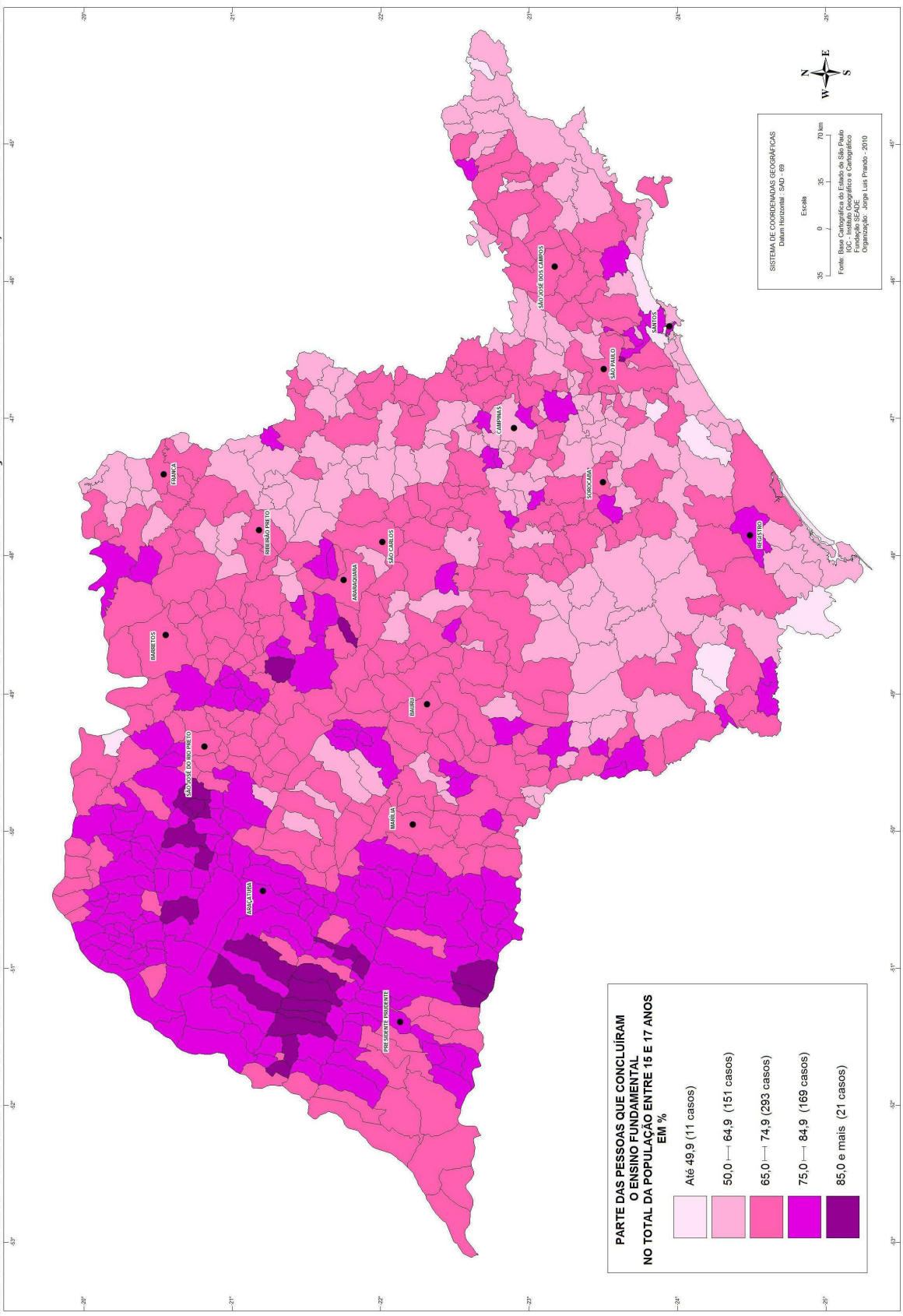
Mapa 5.14: ESTADO DE SÃO PAULO
PORCENTAGEM DE PESSOAS DE 15 A 17 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL NO TOTAL DA POPULAÇÃO NA MESMA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2000



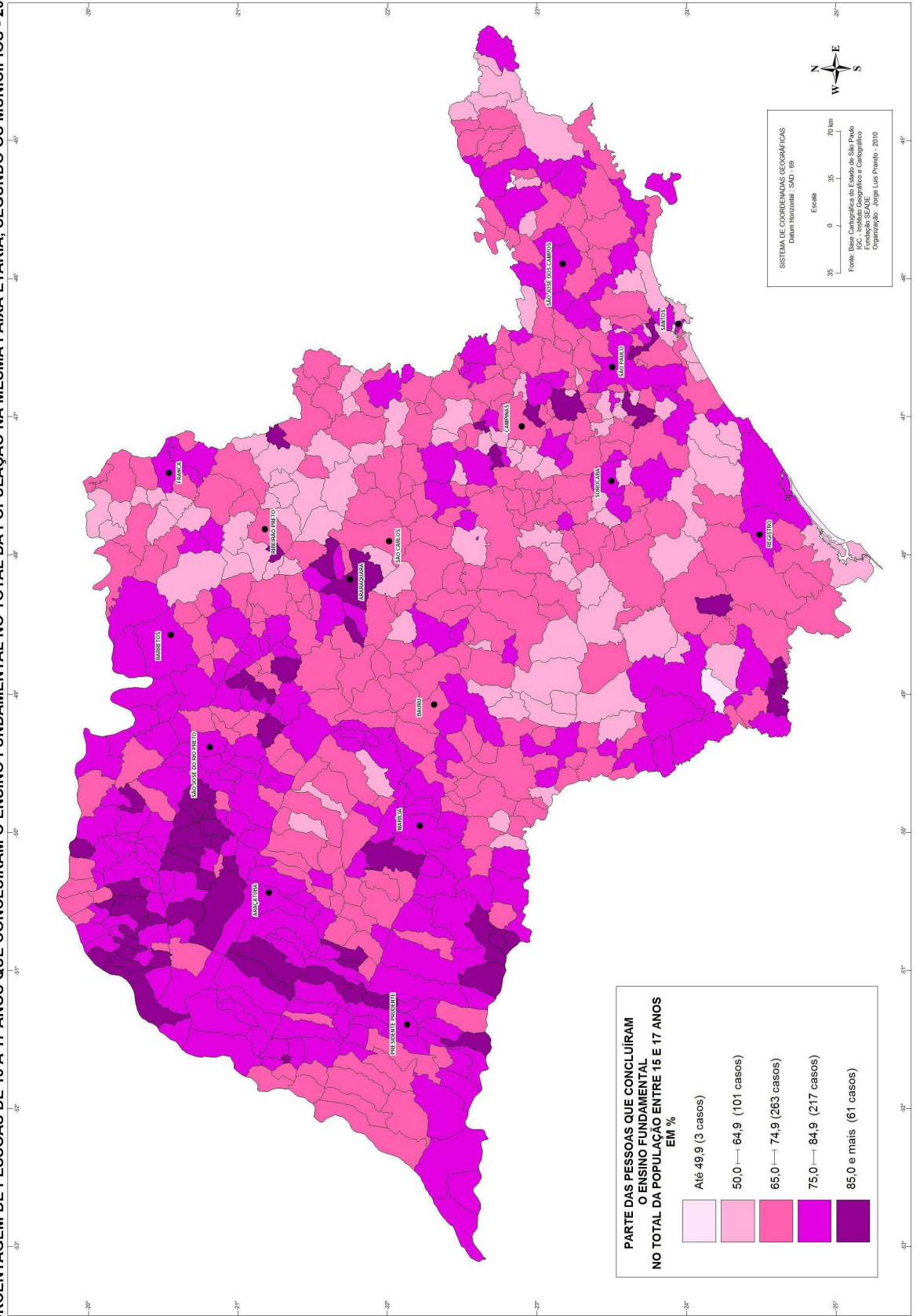
Mapa 5.15: ESTADO DE SÃO PAULO
PORCENTAGEM DE PESSOAS DE 15 A 17 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL NA MESMA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2002



Mapa 5.16: ESTADO DE SÃO PAULO
PORCENTAGEM DE PESSOAS DE 15 A 17 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL NA MESMA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2004



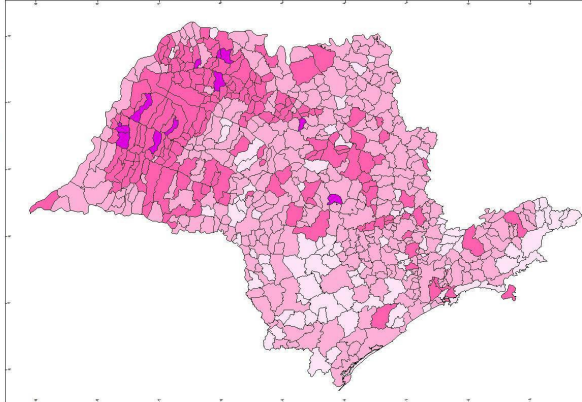
Mapa 5.17: ESTADO DE SÃO PAULO
PORCENTAGEM DE PESSOAS DE 15 A 17 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL NA MESMA FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2006



**Mapa 5.18: ESTADO DE SÃO PAULO
CONCLUINTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 15 A 17 ANOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2000/2006**

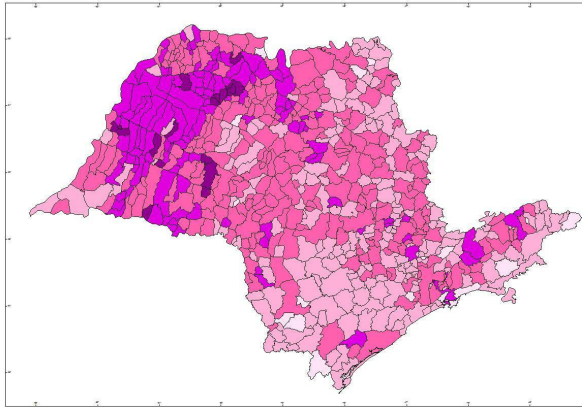
Porcentagem de pessoas entre
15 e 17 anos concluintes
do ensino fundamental,
segundo os municípios

2000



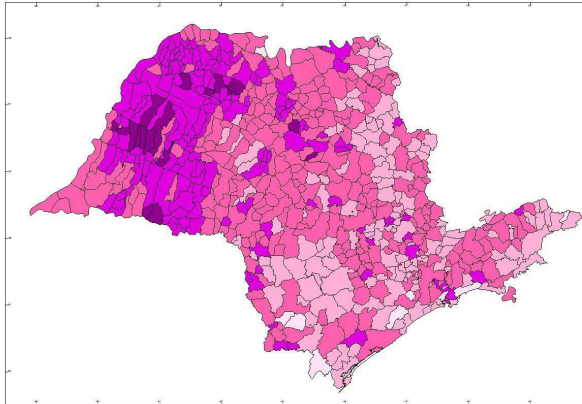
Porcentagem de pessoas entre
15 e 17 anos concluintes
do ensino fundamental,
segundo os municípios

2002



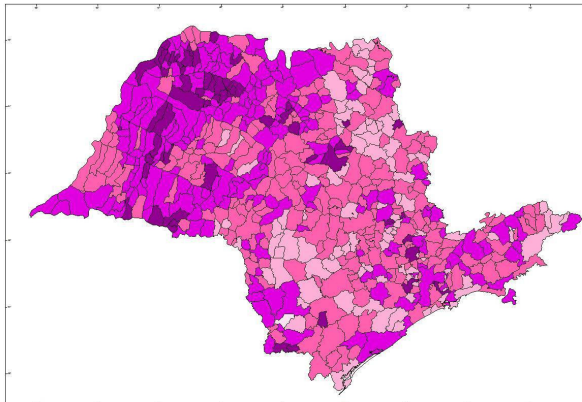
Porcentagem de pessoas entre
15 e 17 anos concluintes
do ensino fundamental,
segundo os municípios

2004



Porcentagem de pessoas entre
15 e 17 anos concluintes
do ensino fundamental,
segundo os municípios

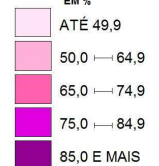
2006



SISTEMA DE COORDENADAS
GEOGRÁFICAS
Datum Horizontal : SAD - 69
Escala
100 0 100 200 300 km
Fonte:
Base Cartográfica do Estado de São Paulo
IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico
Fundação SEADE
Organização: Jorge Luis Prando - 2010



PARTE DAS PESSOAS
CONCLUINTES DO
ENSINO FUNDAMENTAL
NO TOTAL DA POPULAÇÃO
ENTRE 15 E 17 ANOS
EM %



Esses mapas demonstram os concluintes do ensino fundamental na idade considerada. O ensino fundamental compreendia os 8 primeiros anos da educação básica, mas isso mudou e recentemente passou a ser 9 anos, de acordo com a alteração do art. 32 da LDB, pela lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, que diz o seguinte: “[...] Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão [...]”.

Após essa alteração na lei, os municípios tiveram, até 2010, para adaptarem sua rede escolar ao ensino fundamental de 9 anos, incorporando, para isso, os alunos com 6 anos da pré-escola ao ensino fundamental.

Para termos uma idéia do universo quantitativo do ensino fundamental, vamos vislumbrar o total de matrículas, no Estado, em 2006, segundo os dados do Censo escolar. O total de alunos em áreas urbanas era de 2.896.368, na rede estadual, 2.176.202, na rede municipal, 181, na rede federal, e 814.988, na rede privada. Na esfera rural, temos o montante de 49.617 alunos, na rede estadual, 73.060, na rede municipal, nenhum atendimento da rede federal e 3.793 na rede privada. Percebemos que o montante de matrículas nas áreas consideradas urbanas é extremamente maior e a rede municipal atende a menos alunos em áreas urbanas. Isso ocorre pelo fato de, até 2006, a rede estadual, ainda, atender, em grande quantidade, os alunos de 5º a 8º série, situação que foi sendo alterada nos últimos anos pela efetivação do processo de municipalização, que tem como meta atender todo o ensino fundamental (agora de 9 anos) em rede municipal.

Como sabemos, o mapeamento digital desses indicadores busca demonstrar a distribuição temática do desempenho dos municípios na classificação proposta ao longo do Estado de São Paulo.

Por isso, utilizamos a ordenação crescente de intensidade visual das cores, demonstrando, assim, que gradativamente as cores menos intensas indicam os municípios que menos se destacaram e que as cores mais intensas indicam municípios que mais se destacaram nesse quesito de análise.

Ao pensarmos na distribuição dos concluintes do ensino fundamental, de 15 a 17 anos, no Estado, o total populacional de cada município é um fator que nos desperta a atenção e passa-nos uma falsa impressão: a de que quanto

mais pessoas houver no município mais difícil será a obtenção de bons resultados educacionais.

Considerando o montante populacional, sabemos que o total de 1% de adolescentes de municípios, com uma pequena população, é bem diferente daquele de municípios com um grande contingente populacional.

Porém, não é só a variação populacional que define a quantidade dos concluintes do ensino fundamental no Estado, diversos outros fatores estão envolvidos.

Como exemplo, analisaremos os dois municípios que estão em situação oposta quanto à questão populacional no Estado de São Paulo.

Vamos considerar o município de São Paulo, que possui mais de 11 milhões de habitantes, segundo o IBGE, em 2009, e no município de Borá, que conta com a menor população do Estado, 837 pessoas em 2009.

Devido ao considerável efetivo populacional, é aceitável que o município de São Paulo deva ter maior dificuldade para atender o grande número de alunos de sua rede. Porém, o menor município, em termos populacionais, que é Borá, no indicador analisado, consegue resultados muito próximos daqueles de São Paulo, conforme destacado a seguir.

Tabela 5.1 - Percentual de concluintes do ensino fundamental entre as pessoas de 15 e 17 anos dos municípios de Borá e São Paulo.

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
BORÁ	60,3	74,1	75,3	79,6
SÃO PAULO	61,3	70,4	69,9	78,6

Fonte: Fundação SEADE -IPRS

Nota-se, através desses dados, que os dois municípios, mesmo separados por uma enorme diferença populacional, possuem quase o mesmo percentual de concluintes do ensino fundamental na idade considerada em relação a sua população entre 15 e 17 anos.

Isso é uma prova que há diversos outros fatores que influenciam a qualidade e o acesso à educação, cada município em sua devida magnitude

deve procurar enfrentar os problemas estruturais, desenvolver sua rede educacional e promover a educação de sua população.

Nas regiões mais desenvolvidas economicamente, como as da porção Oeste do Estado, o eixo tecnológico de Campinas e algumas cidades do Vale do Paraíba, a questão econômica contribui para um melhor acesso e permanência dos alunos na escola.

Já os municípios e regiões deprimidas economicamente, como as do Sul do Estado, encontram, na dificuldade econômica, um alto grau de empecilho para a manutenção dos jovens na escola.

Para poder contribuir com a sobrevivência da família, grande parte de seus jovens acabam abandonando a escola para poderem trabalhar, e a conclusão do ensino fundamental acaba sendo adiada para o futuro ou mesmo, em muitos casos, não há indicação de retorno.

A qualidade escolar é outro fator desestimulante, como foi analisado em 1999 por Castro. O acesso à escola já não é o problema maior e sim a qualidade e manutenção do ensino, conforme nos aponta o mesmo autor (CASTRO, 1999, p. 17).

[...] é possível afirmar que o Brasil já ultrapassou a etapa de prioridade exclusiva à política de expansão do acesso à escola e, portanto, de investimento prioritário na rede física. A busca da qualidade e a promoção de maior equidade do sistema passaram a ocupar lugar de destaque na nova agenda das políticas de educação básica [...].

Outro fato que também chama a atenção é que, mesmo após a implantação da progressão continuada, com os sistemas de ciclo, que impede que os alunos sejam retidos em determinado ano e só são reprovados por excesso de faltas, a média de concluintes ainda continua muito baixa, reforçando a idéia de que a evasão escolar ainda é muito grande e implica seriamente em conjunto com os demais problemas, no bom desenvolvimento dessa etapa primordial da educação, que é o ensino fundamental.

5.4 – Indicador 4: Porcentagem de pessoas entre 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio, segundo os municípios – 2000/2006.

Esse indicador analisa a segunda etapa, a mais elevada da educação básica, que é o ensino médio composto por três anos de estudo.

De acordo com a metodologia do IPRS, a porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio é definida pela razão entre o total estimado de jovens de 18 a 19 anos, que no ano em questão já haviam concluído o ensino médio, e o total de pessoas dessa faixa etária na população multiplicada por 100.

A equação²³, formada para se constituir esse indicador, é a seguinte:

$$V_{11i} = \frac{G_{i,2000}^{16-17} + H_{i,2000}^{16-17} + K_{i,2001}^{17-18}}{P_i^{18-19}} \times 100$$

Sendo:

V_{11i} = porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio;

$G_{i,2000}^{16-17}$ = total de jovens de 16 a 17 anos que, em 2000, já haviam concluído o ensino médio (Censo Demográfico 2000);

$H_{i,2000}^{16-17}$ = total de jovens de 16 a 17 anos que concluíram o ensino médio em 2000 (Censo Escolar 2001);

$K_{i,2001}^{17-18}$ = total de jovens de 17 a 18 anos que concluíram o ensino médio em 2001 (Censo Escolar 2002);

P_i^{18-19} = população de 18 a 19 anos (projeção para 1º de março de 2002);

$i = 1, 2, \dots, 645$, representando os 645 municípios do Estado de São Paulo.

O universo de matrículas, no ensino médio, é distribuído, mais uma vez, segundo o Censo escolar de 2006, da seguinte forma: em áreas urbanas, rede estadual, 1.527.155, rede municipal, 16.638, rede federal, 365 e rede privada, 250.413 alunos. Na área rural, rede estadual, 17.960, rede municipal, 198, rede

²³ IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social 2004. *Metodologia*, pág. 19.

federal, sem matrículas, e rede privada, 1.066 alunos. Conferimos, através dos números, a supremacia de atendimento da rede estadual nesse nível de ensino, a participação da rede municipal é muito pequena, mas ainda presente e a área rural conta com poucas matrículas no ensino médio em relação ao fundamental, como podemos comparar com o indicador anterior.

Na tabela 4, disposta em anexo, disponibilizamos para consulta a porcentagem exibida por parte de cada município em cada ano analisado e agora mais uma vez consultamos os gráficos gerados para definirmos as cinco classes da variável em análise.

Gráfico 5.7 – Dispersão da porcentagem de pessoas entre 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio para os anos 2000, 2002, 2004 e 2006:

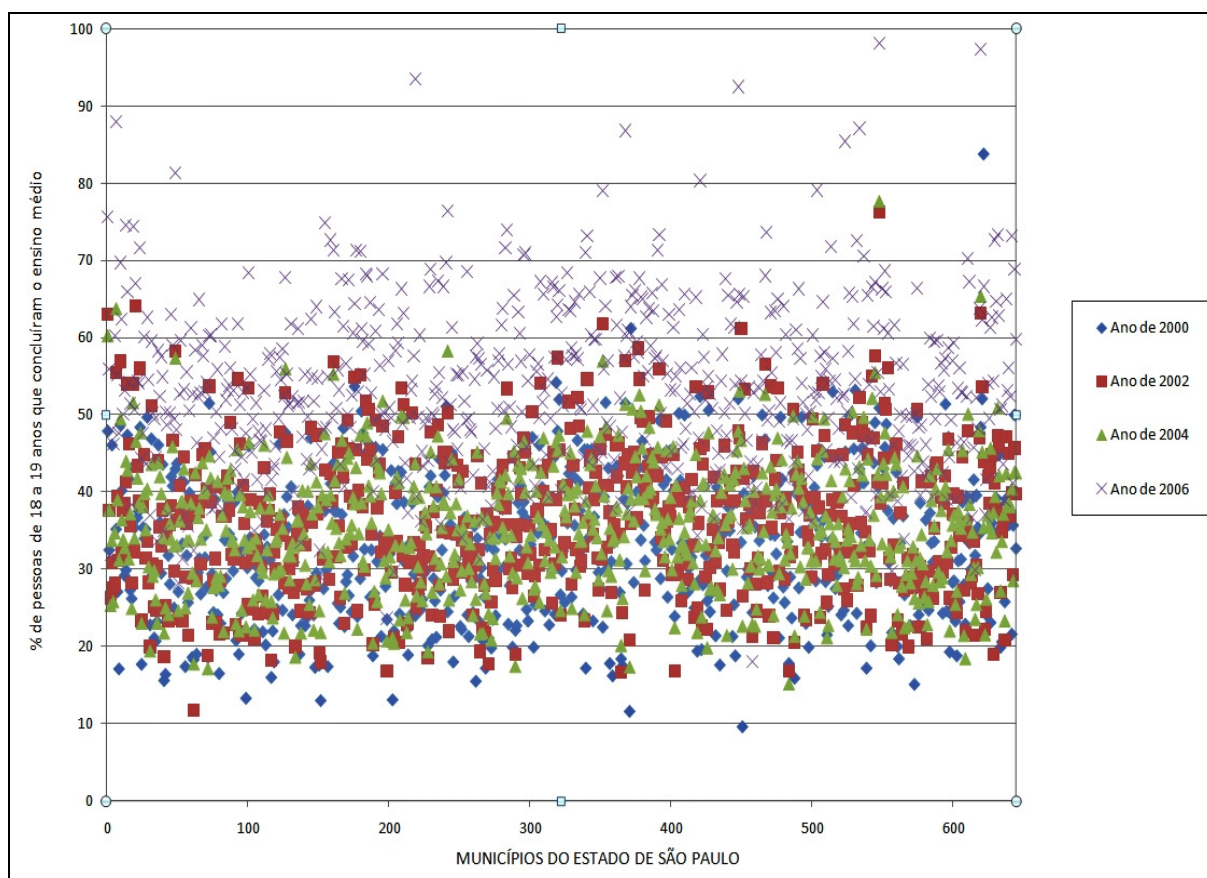
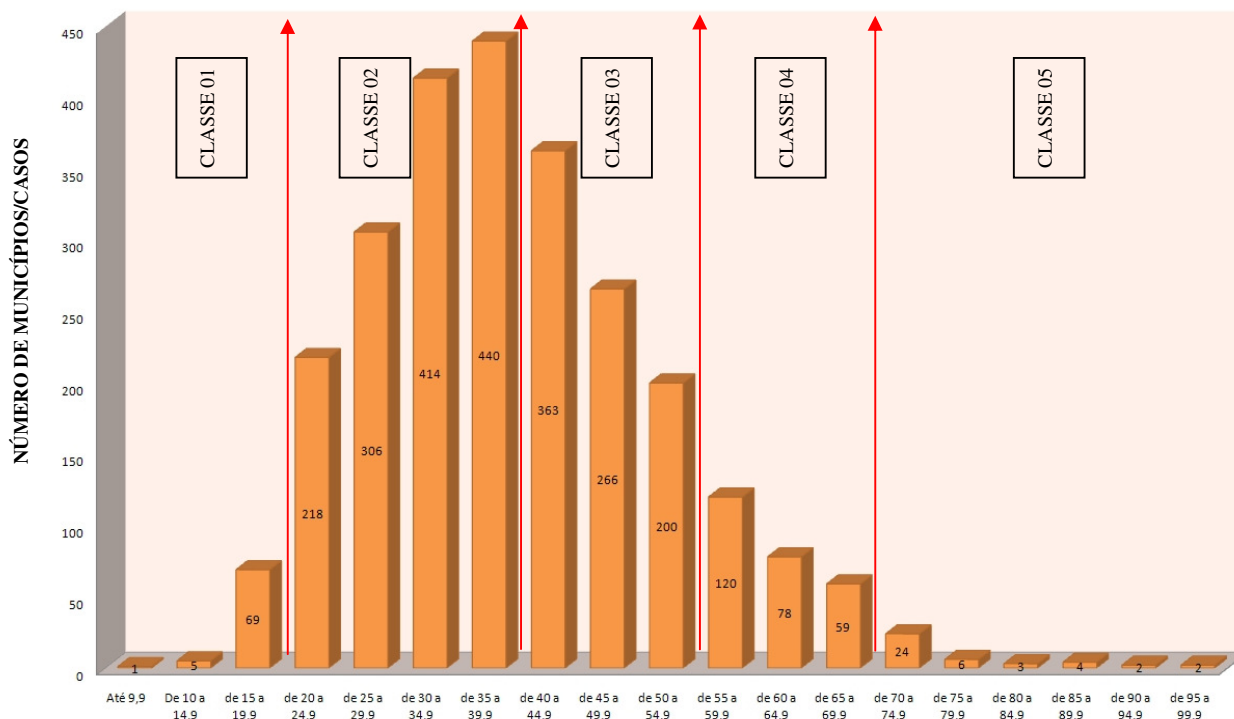


Gráfico 5.8 – Frequência da porcentagem de pessoas entre 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio para os anos 2000, 2002, 2004 e 2006:



% DE CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO ENTRE 18 E 19 ANOS – 2000, 2002, 2004 E 2006

Nesse indicador, estudamos as pessoas que concluíram o ensino médio entre 18 e 19 anos (quase a idade ideal). Nele, podemos reparar índices mais baixos que os do indicador de concluintes do ensino fundamental, o que aponta para uma tendência de que os anos de estudo estão diminuindo conforme o aumento da idade da população paulista.

O gráfico de dispersão nos demonstra isso, uma vez que a grande massa de casos se concentra abaixo dos 50%, sobretudo no que diz respeito aos dados de 2000, 2002 e 2004. Já no ano de 2006, encontramos um maior número de representantes acima do percentual de 50%.

Vamos demonstrar, agora, a análise mais detalhada das classes delimitadas no gráfico de frequência, que foi subdividido para uma melhor análise em intervalos percentuais de 5%, complementarmente ao gráfico de dispersão.

Classe 1 – até 19,9% (75 casos) – somente 75 casos compõem essa classe que é, de certa forma, uma indicação positiva, mostrando que são

poucos os casos em que a população, na idade estudada, não alcançou ao menos 20% de conclusão do ensino médio. Essa classe representa 2,90% do total.

Classe 2 – de 20,0% a 39,9% (1378 casos) – essa é a classe mais numerosa, que corresponde mais da metade dos casos com 53,41% de representatividade. Nela, temos como limite, 40,0% de concluintes, portanto podemos dizer que o maior grupo de casos analisados, na série de dados, não chegou ao menos a 50,0% de aproveitamento durante os anos considerados.

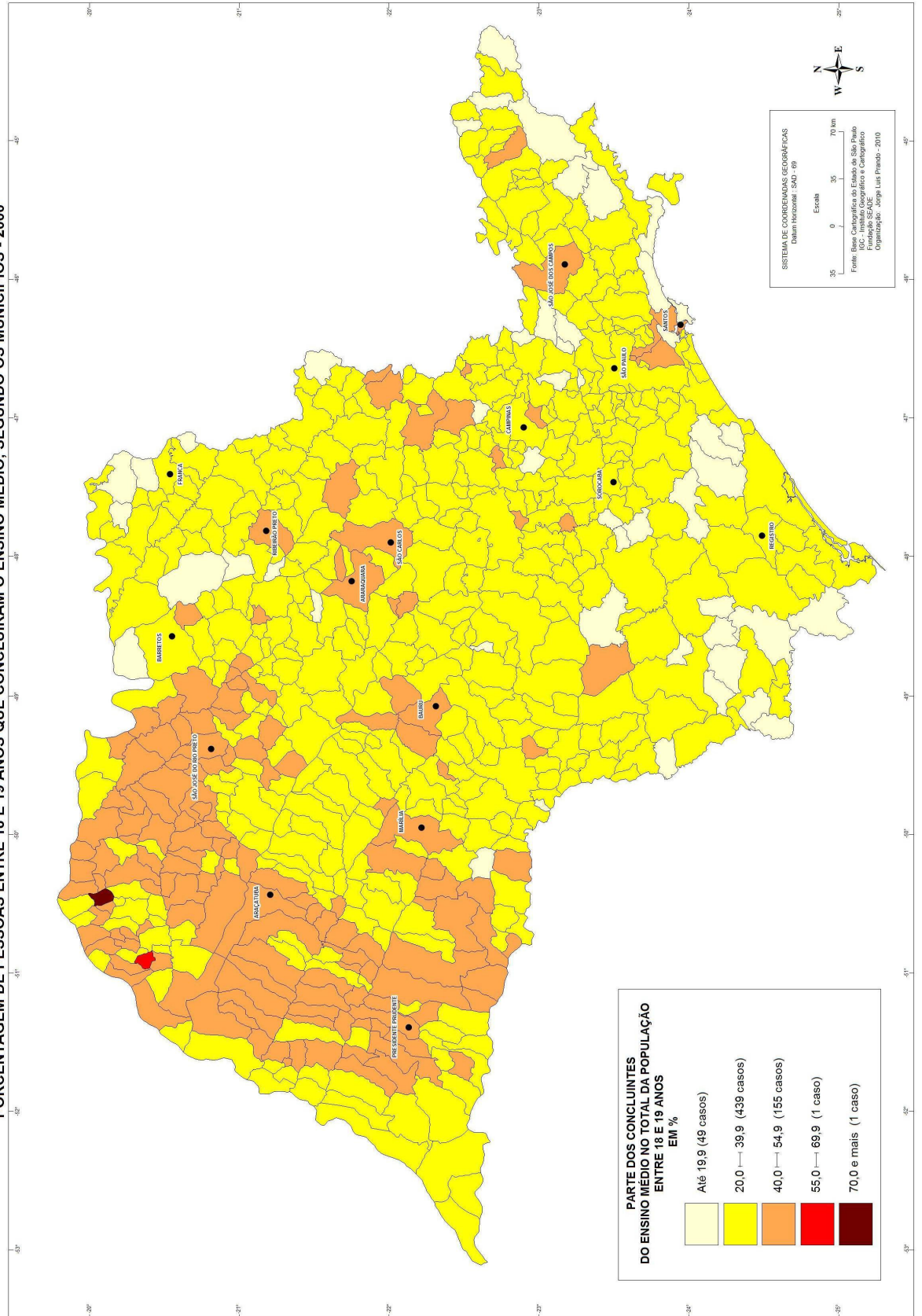
Classe 3 – de 40,0% a 54,9% (829 casos) – essa classe também possui um grande número de casos chegando a 32,13% do total. Decidimos delimitar essa classe no momento que os intervalos passaram a comportar menos de 200 casos.

Classe 4 – de 55,0% a 69,9% (257 casos) - com o aumento de aproveitamento no indicador temos uma forte queda no número de casos por intervalo, mesmo agrupando três deles obtivemos uma classe com apenas 9,97% do total.

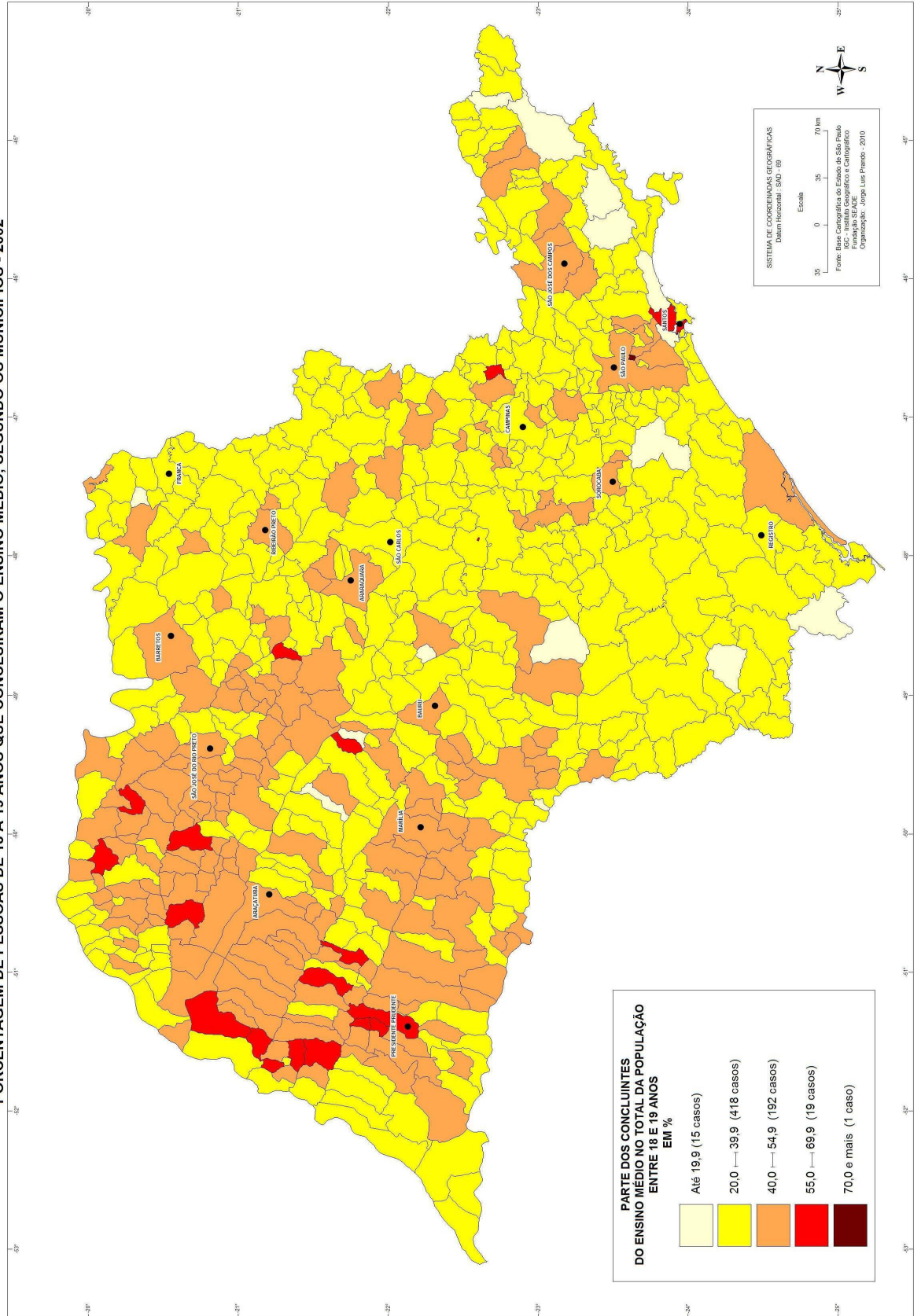
Classe 5 – mais de 70,0% (41 casos) – agrupando os últimos seis intervalos, obtivemos um montante que representa apenas 1,59% do total de casos, indicando que poucos foram os casos que obtiveram esse alto aproveitamento percentual, que, em sua maioria, ocorreram, como visto no gráfico de dispersão, no ano de 2006.

Podemos visualizar, a seguir, os mapas obtidos da presente análise.

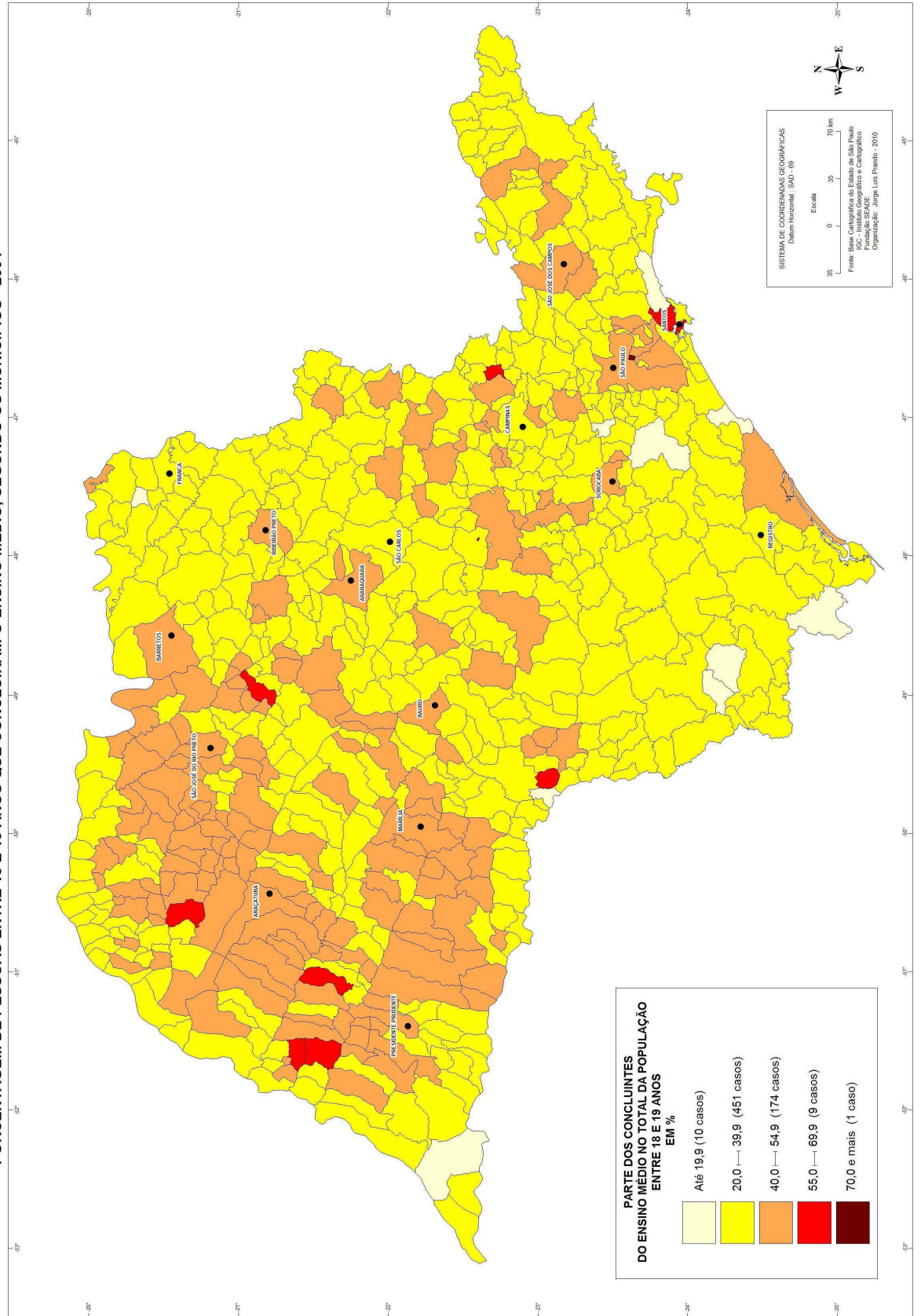
Mapa 5.19: ESTADO DE SÃO PAULO
PORCENTAGEM DE PESSOAS ENTRE 18 E 19 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2000



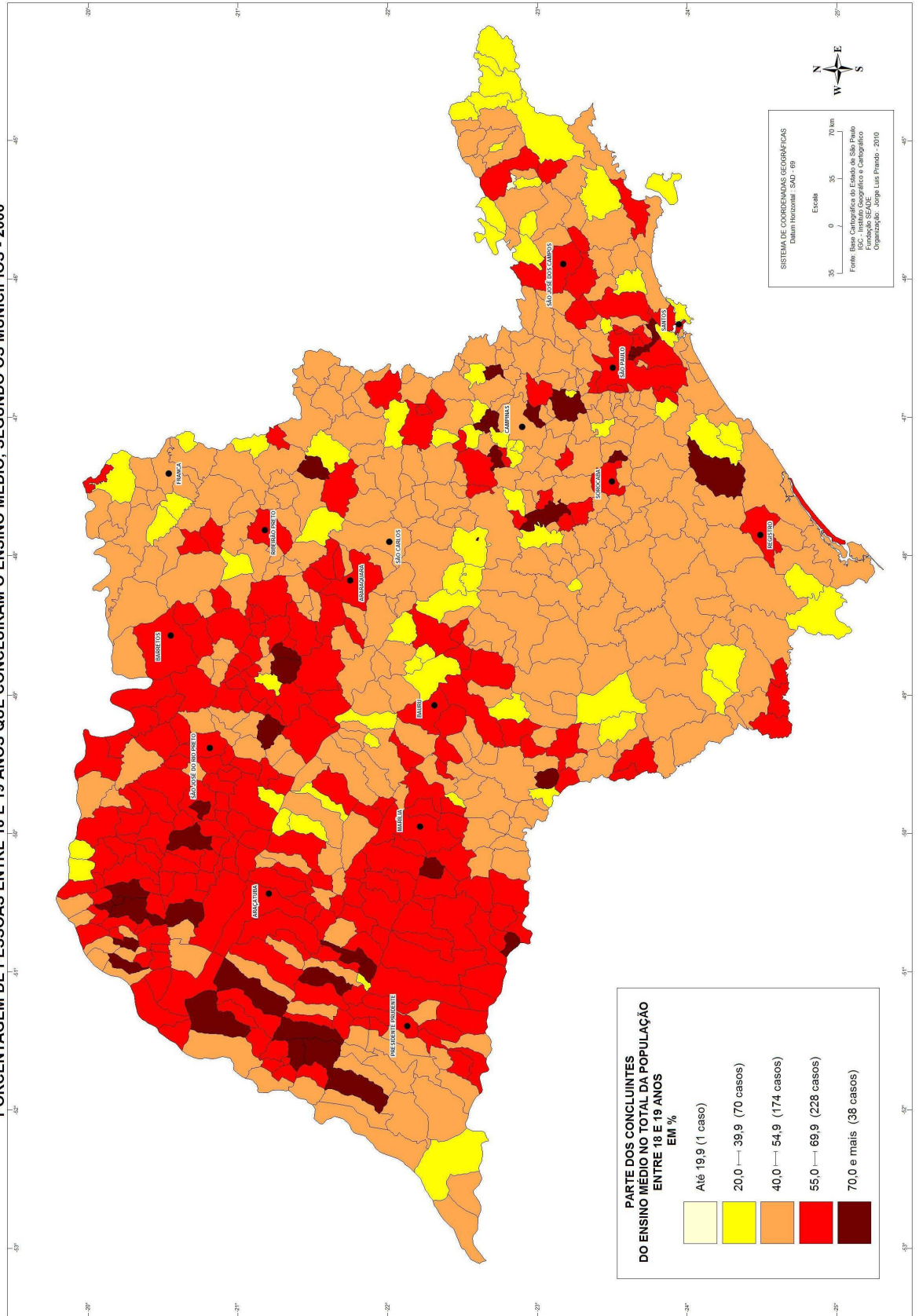
Mapa 5.20: ESTADO DE SÃO PAULO
 PORCENTAGEM DE PESSOAS DE 18 A 19 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2002



Mapa 5.21: ESTADO DE SÃO PAULO
 PORCENTAGEM DE PESSOAS ENTRE 18 E 19 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2004



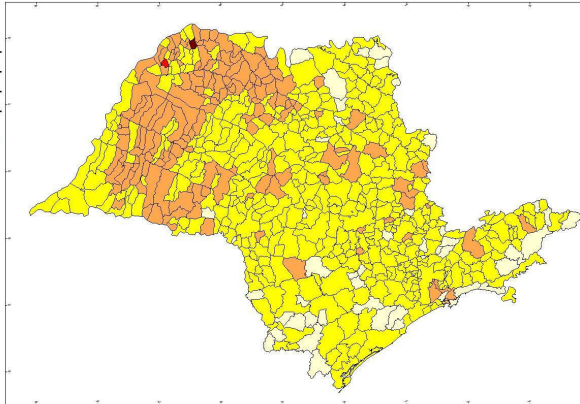
Mapa 5.22: ESTADO DE SÃO PAULO
 PORCENTAGEM DE PESSOAS ENTRE 18 E 19 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2006



**Mapa 5.23: ESTADO DE SÃO PAULO
CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO ENTRE 18 E 19 ANOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000/2006**

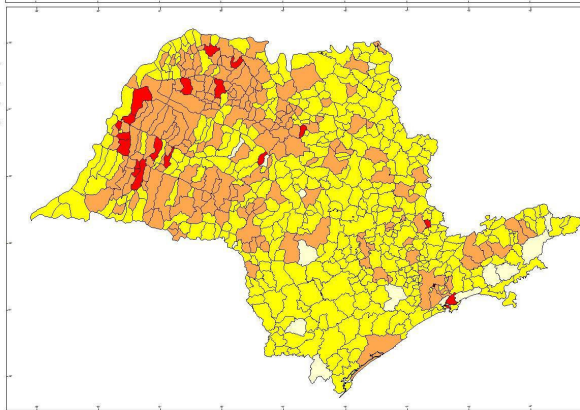
Porcentagem de pessoas entre
18 e 19 anos que concluíram
o Ensino Médio,
segundo os municípios.

2000



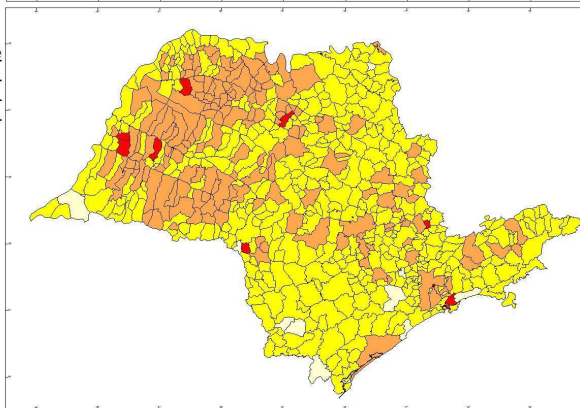
Porcentagem de pessoas entre
18 e 19 anos que concluíram
o Ensino Médio,
segundo os municípios.

2002



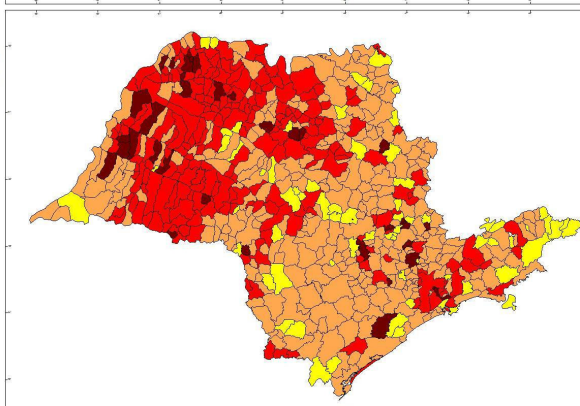
Porcentagem de pessoas entre
18 e 19 anos que concluíram
o Ensino Médio,
segundo os municípios.

2004



Porcentagem de pessoas entre
18 e 19 anos que concluíram
o Ensino Médio,
segundo os municípios.

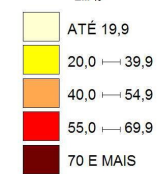
2006



SISTEMA DE COORDENADAS
GEOGRÁFICAS
Datum Horizontal : SAD - 69
Escala
100 0 100 200 300 km
Fonte:
Base Cartográfica do Estado de São Paulo
IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico
Fundação SEADE
Organização: Jorge Luis Prando - 2010



PARTE DOS CONCLUINTES
DO ENSINO MÉDIO NO
TOTAL DA POPULAÇÃO
ENTRE 18 E 19 ANOS
EM %



Por não haver a obrigatoriedade constitucional de garantia de acesso ao ensino médio, por parte das esferas públicas (como há no ensino fundamental), ainda muito precisa ser melhorado nesse nível de ensino.

O ensino médio é atendido preferencialmente pela rede estadual de acordo com as determinações da LDB. Para termos idéia do quadro, já em 2002, havia 2,1 milhões de matrículas em ensino médio no Estado. A rede estadual atendeu 1,8 milhão de alunos, 86,0% da demanda, a rede particular participou com 13,0% e as redes municipal e federal com menos de 1,0% cada uma²⁴.

O percentual de atendimento do ensino médio é bem inferior ao fundamental, chegando a uma porcentagem mínima de 11,0% de concluintes nos anos considerados, o que é um índice muito baixo, comparando-se com o ensino fundamental analisado, no qual, a menor taxa estava próxima dos 25,0% de concluintes.

O atendimento ao ensino médio precisa, urgentemente, ser priorizado pelo Poder Público, uma vez que, se a melhora desse nível de ensino continuar sendo ignorada, o nível superior de ensino continuará sendo uma utopia para a maioria da população.

Somado aos problemas de atendimento ao ensino médio, temos o impacto da responsabilidade da vida adulta, o que leva os jovens a priorizarem o mercado de trabalho e outras obrigações que dificultam, ainda mais, o acesso e a permanência na escola.

A maioria dos alunos frequenta o período noturno e encontra dificuldades em conciliar o trabalho com o estudo, além do fato de se sentirem desestimulados a frequentar escolas com recorrentes problemas de segurança, falta de professores ou distanciamento do ponto de trabalho ou residência.

Ao observarmos os mapas, notamos que as três primeiras classes de valores, que vão até 55,0%, estão muito presentes na situação descrita, mesmo nas regiões do Oeste paulista em que o ensino infantil e fundamental demonstrou elevados níveis de eficiência.

²⁴ Fundação SEADE – Anuário dos Municípios Paulistas, 2002.

Essa grave situação estudantil atinge diversos municípios dessas regiões e, no restante do Estado, isso é ainda mais visível. Em toda a porção Central, Sul e Norte do Estado não há quase municípios pertencentes às classes 4 e 5 até 2004. Podemos verificar isso observando os três primeiros mapas que quase não se alteram visualmente.

Somente em 2006 temos um avanço significativo na porcentagem de concluintes do ensino médio, mesmo assim apenas 10 municípios obtiveram mais de 80,0% de concluintes na idade considerada. Podemos entender, assim, que o desempenho vem sendo muito mediano nos anos considerados, conforme já havíamos explicitado no gráfico de dispersão do presente indicador.

É notório, na análise dos mapas, o destaque que a região oeste do Estado obteve principalmente no ano de 2006, evidenciado pela grande presença de municípios nas classes 4 e 5. Temos também uma ocorrência mais forte de concluintes em alguns municípios da Região Metropolitana de São Paulo e Campinas.

5.5 – Indicador 5: Porcentagem de rendimento escolar na educação básica, segundo os municípios – 2000/2006.

Nesse indicador, encontramos uma média obtida pelos municípios na dimensão escolaridade.

Para isso, foi determinado, na construção do indicador, pela Fundação SEADE, que a dimensão escolaridade, chamada por nós de rendimento escolar, seria uma nota média percentual (indo de 0 a 100), elaborada a partir do uso dos indicadores analisados, anteriormente, e definida no seguinte quadro:

Quadro 5.1: Formação do indicador sintético de rendimento escolar pelos municípios paulistas.

Dimensões	Componentes	Contribuição para o Indicador Sintético
Escolaridade	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental	36%
	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade	8%
	Porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio	36%
	Porcentagem de crianças de 5 e 6 anos que freqüentam a pré-escola	20%

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

O indicador contém, assim, uma síntese muito útil para avaliar como está a educação básica dos municípios e isso será ainda mais útil ao observarmos os resultados através do tempo, pelos quatro anos considerados, na prancha que contém os mapas distribuídos em coluna.

Como estamos abordando a escolaridade básica (excluso o atendimento infantil em creches), é importante mostrar que, segundo a LDB, aquela engloba o ensino infantil, o fundamental e o médio. Nas tabelas seguintes, podemos conferir como se distribuem a ordenação do atendimento e a idade ideal dos alunos de acordo com as normatizações da LDB.

Tabela 5.2 – Atendimento da Educação Infantil.

Educação Infantil	Idade ideal
Creche	0 a 3
Pré-Escola	3 a 5

Tabela 5.3 – Atendimento do Ensino Fundamental.

Antigo Ensino Fundamental de 8 anos	Idade ideal	Ensino Fundamental de 9 anos
Alfabetização (antiga pré-escola)	5 a 6	1º ano
1ª série	6 a 7	2º ano
2ª série	7 a 8	3º ano
3ª série	8 a 9	4º ano
4ª série	9 a 10	5º ano
5ª série	10 a 11	6º ano
6ª série	11 a 12	7º ano
7ª série	12 a 13	8º ano
8ª série	13 a 14	9º ano

Tabela 5.4 – Atendimento do Ensino Médio.

Ensino Médio de 3 anos	Idade ideal
1º ano	14 a 15
2º ano	15 a 16
3º ano	16 a 17

Na tabela 5, exibida em anexo, podemos ver o resultado numérico obtido por cada município nesse indicador e a seguir podemos vislumbrar os gráficos gerados para podermos definir as classes de agrupamento das variáveis a serem mapeadas.

Gráfico 5.9 – Dispersão do rendimento escolar na educação básica pelos municípios para os anos 2000, 2002, 2004 e 2006:

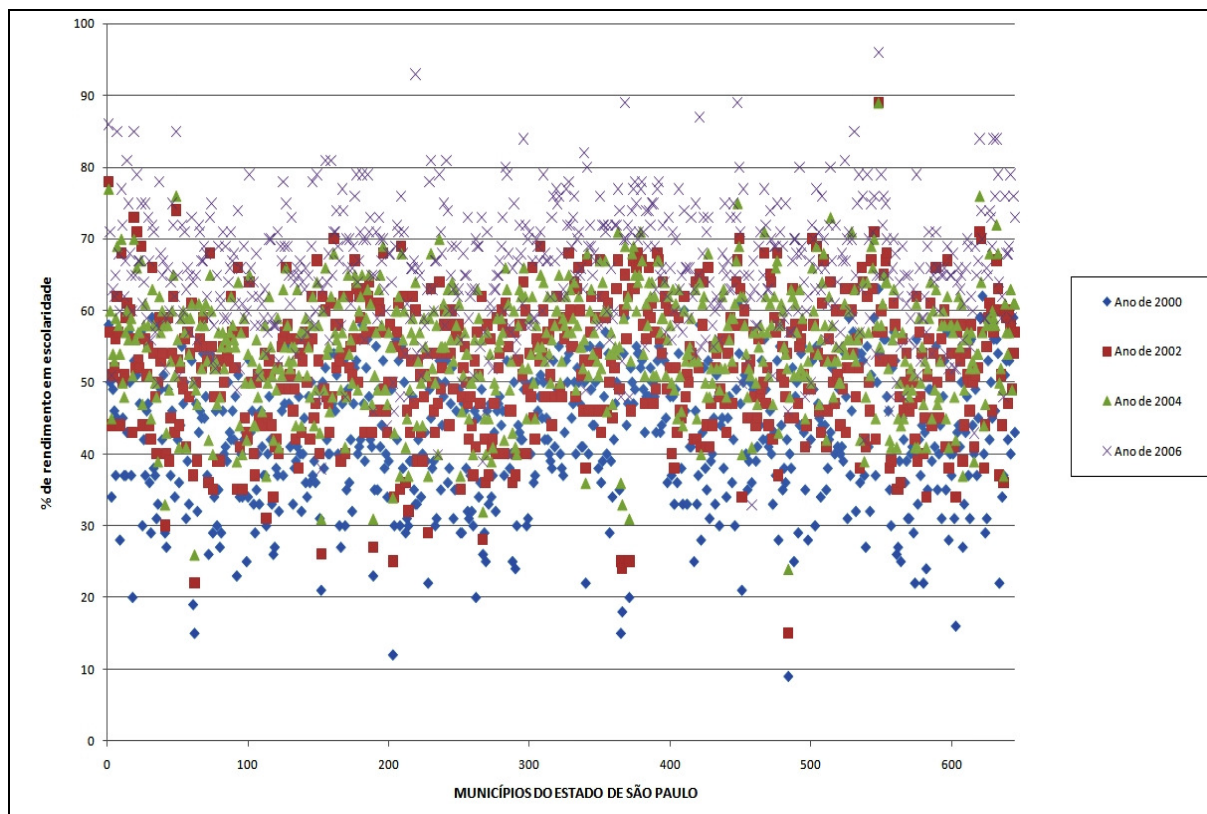
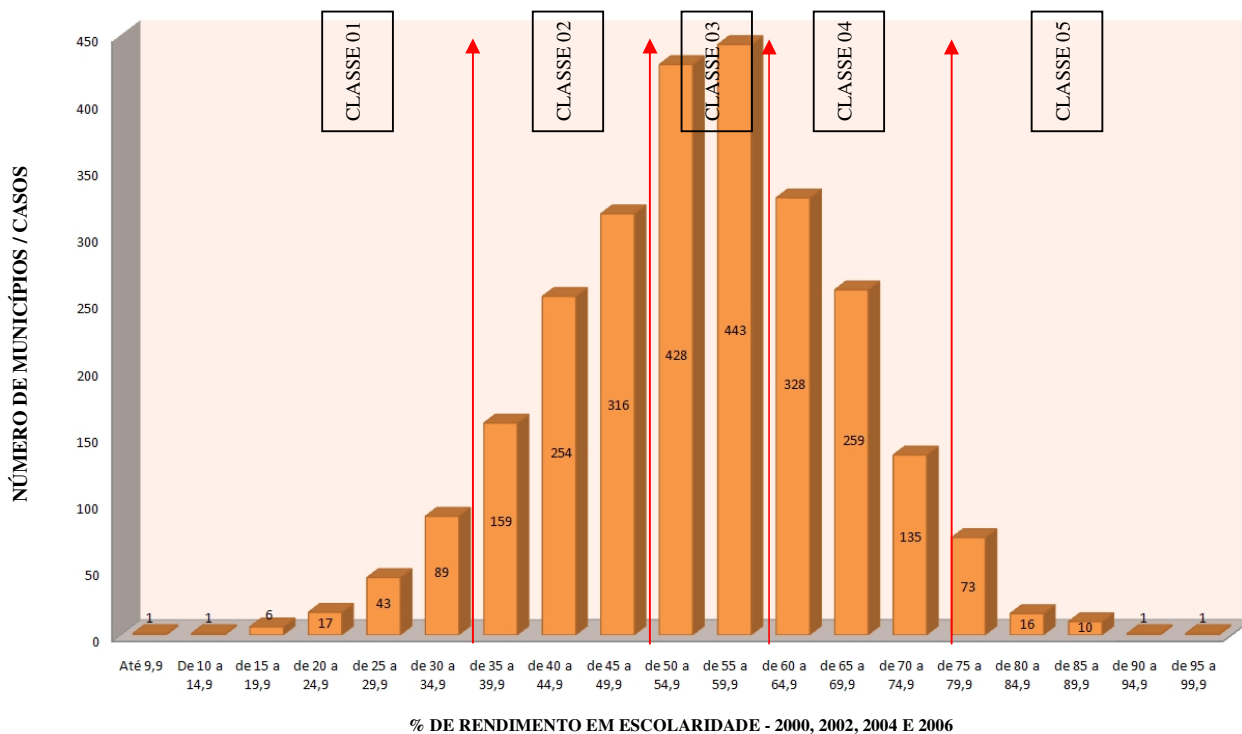


Gráfico 5.10 – Frequência do rendimento escolar na educação básica pelos municípios para os anos 2000, 2002, 2004 e 2006:



O presente indicador é muito importante para observarmos, de um modo mais compreensível e dinâmico, a evolução em escolaridade segundo os critérios analisados, e o desempenho desses municípios no período considerado (2000/2006).

Pelo gráfico de dispersão, podemos perceber que, nas baixas porcentagens, concentram-se mais casos do ano de 2000 e, nas altas porcentagens, temos mais representantes do ano de 2006. Os anos de 2002 e 2004 concentram seus casos numa classe intermediária, principalmente entre 40,0 e 70,0%.

Para a elaboração do gráfico de frequência, consideramos intervalos de apuração de 5 em 5%, com exceção do primeiro, que, por ter apenas um caso, ficou definido em até 9,9%. Veremos então como foram organizadas as classes:

Classe 1 – até 34,9% (157 casos) – reunimos aqui os intervalos que não ultrapassaram os 100 casos, juntos representam 6,09% do total.

Classe 2 – de 35,0% a 49,9% (729 casos) - aqui temos 3 intervalos com uma sequência crescente de casos; delimitamos os mesmos a fim de criar uma classe representativa com 28,25% dos casos.

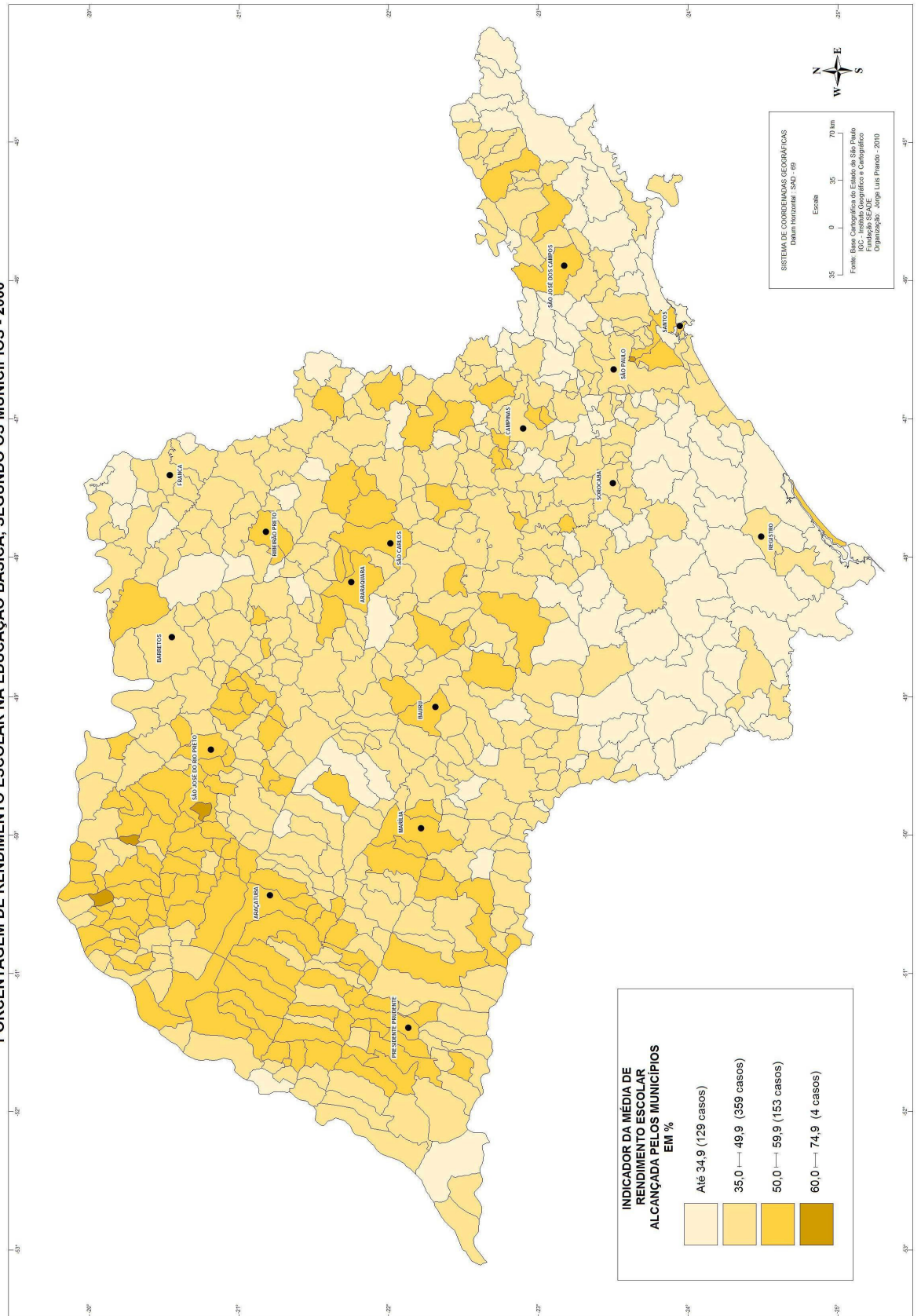
Classe 3 – de 50,0% a 59,9% (871 casos) - agora temos dois intervalos que ultrapassaram os 400 casos, reunimos os dois que juntos contam com 33,76% do total.

Classe 4 – de 60,0% a 74,9% (722 casos) – começamos a ter, agora, uma queda relativa frente à classe anterior, mas, mesmo assim, são intervalos com muitos casos; delimitamos a classe no último intervalo que possuía mais de 100 elementos, ao todo essa classe representa 27,98% do total.

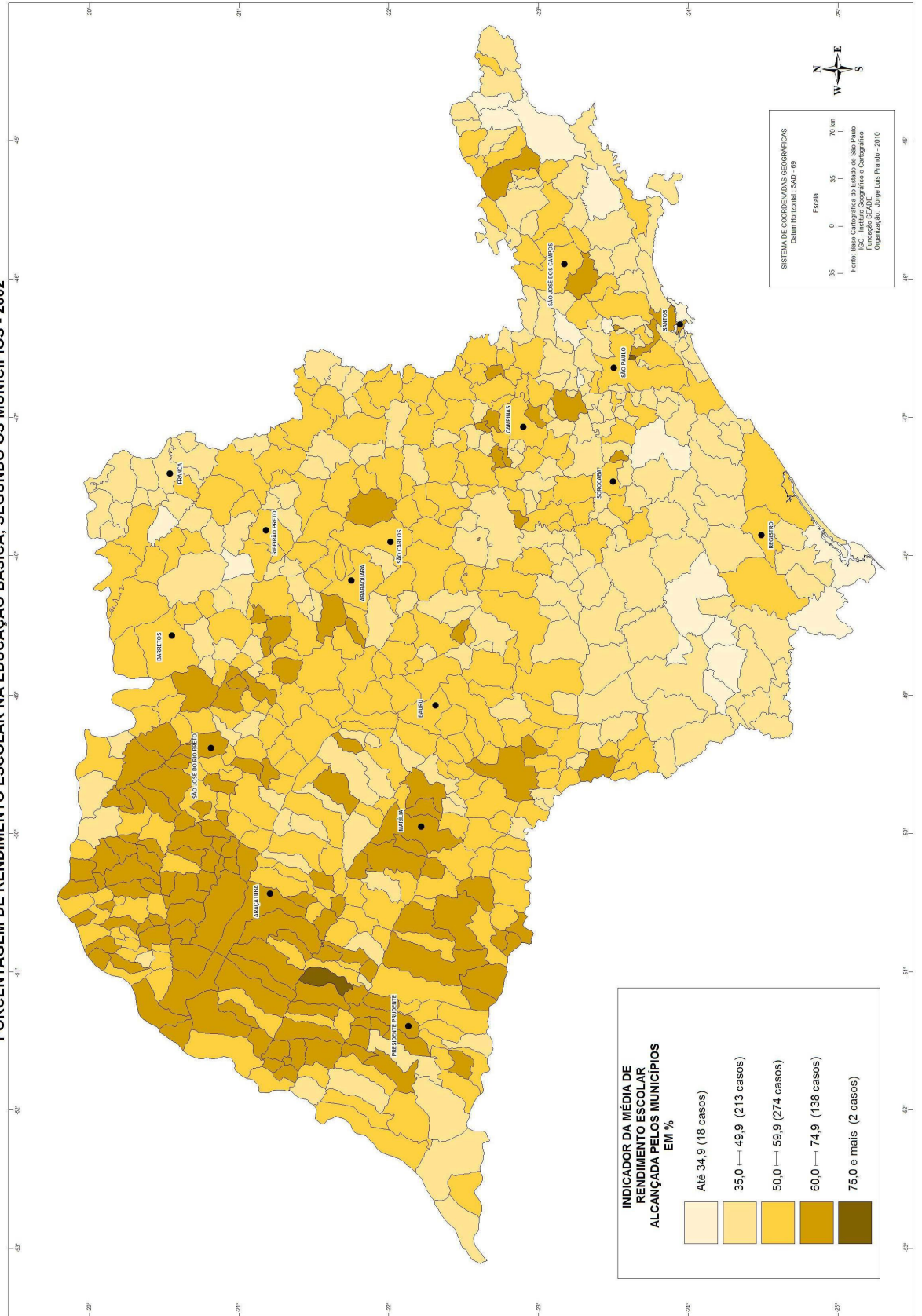
Classe 5 – mais de 75,0% (101 casos) - já, a partir de 75,0% de rendimento, começamos a encontrar bem menos casos por intervalos e, nos percentuais mais altos, os casos diminuíram consideravelmente, agregando esses 5 intervalos somamos apenas 3,92% do total.

Agora teremos a apresentação dos mapas gerados a partir da adoção dessas classes no indicador analisado.

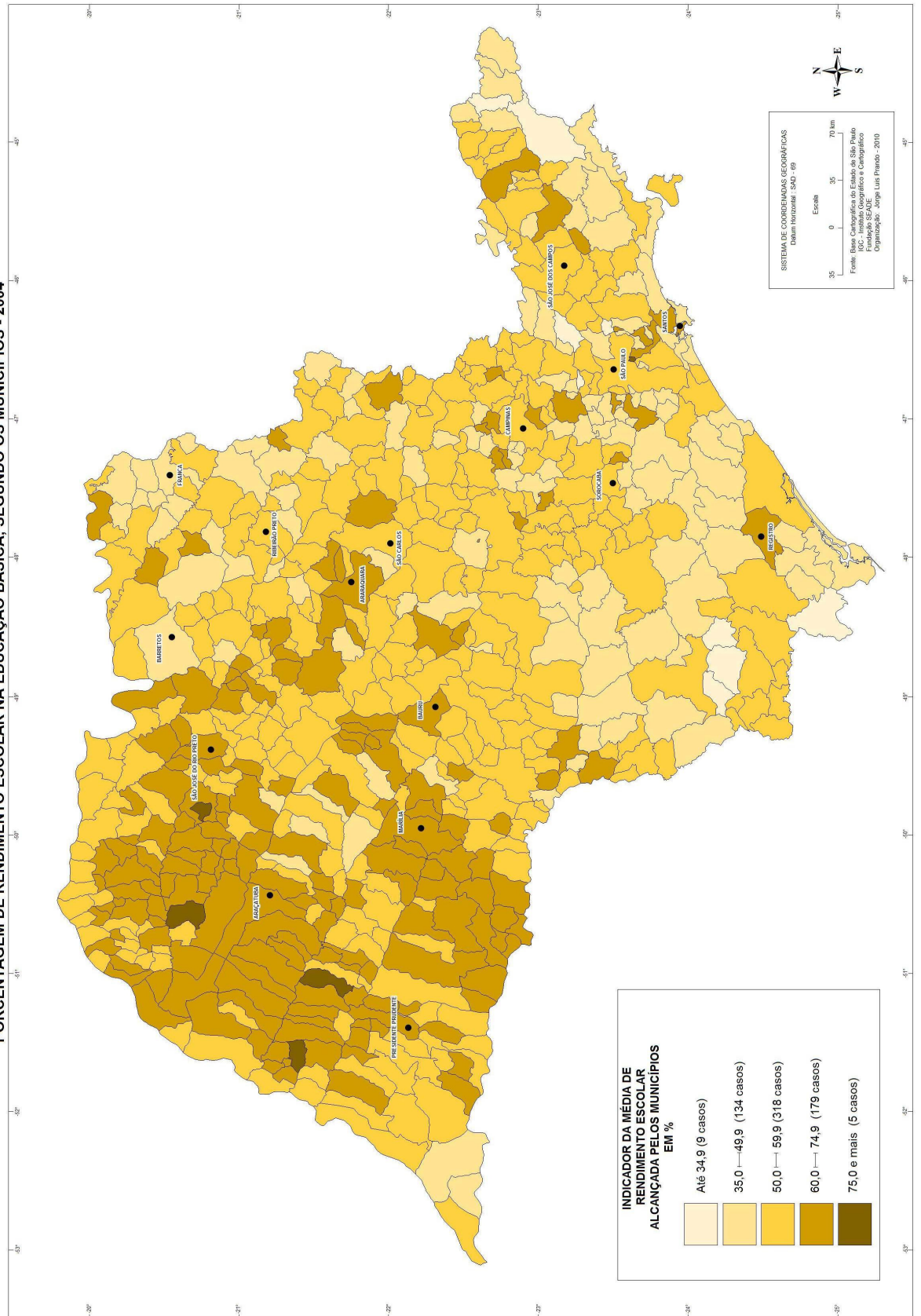
Mapa 5.24: ESTADO DE SÃO PAULO
 PORCENTAGEM DE RENDIMENTO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2000



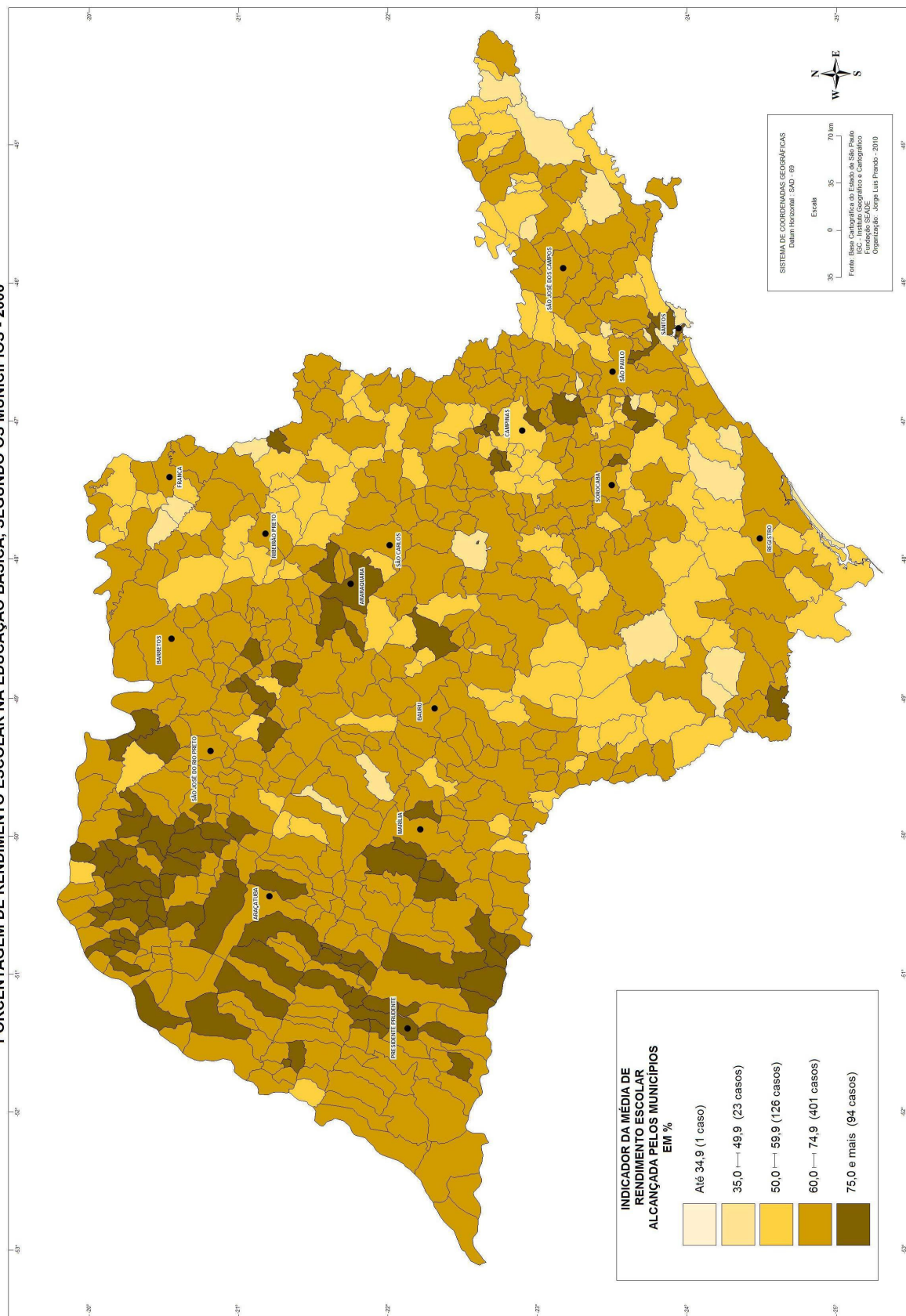
Mapa 5.25: ESTADO DE SÃO PAULO
 PORCENTAGEM DE RENDIMENTO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2002



Mapa 5.26: ESTADO DE SÃO PAULO
 PORCENTAGEM DE RENDIMENTO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2004



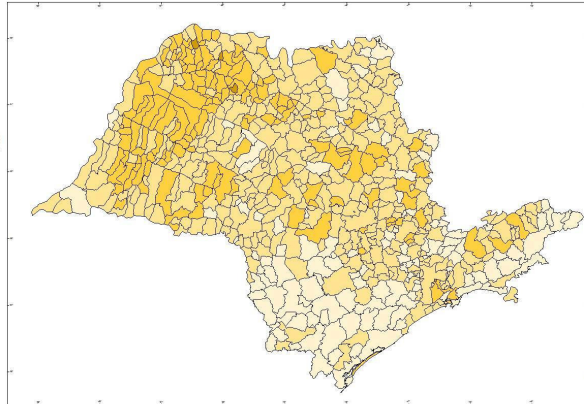
Mapa 5.27: ESTADO DE SÃO PAULO
 PORCENTAGEM DE RENDIMENTO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2006



Mapa 5.28: ESTADO DE SÃO PAULO
PORCENTAGEM DE RENDIMENTO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2000/2006

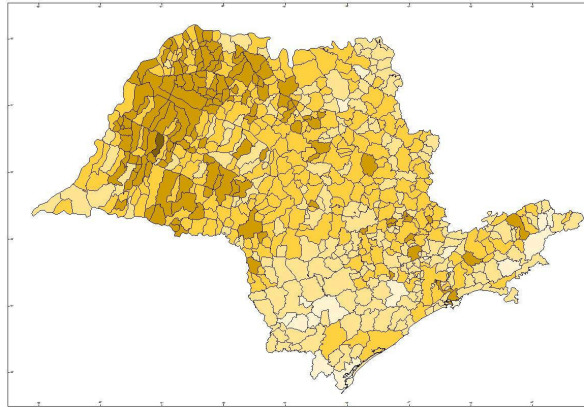
Rendimento escolar na educação básica, segundo os municípios

2000



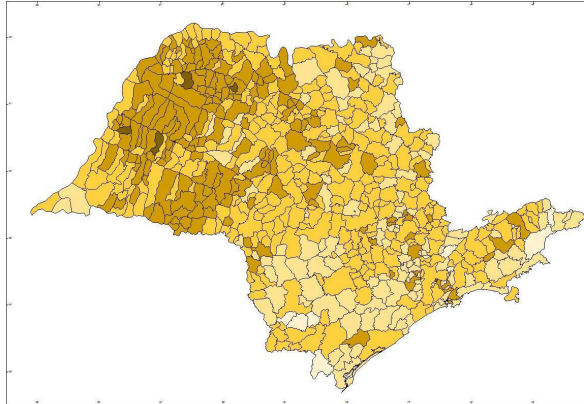
Rendimento escolar na educação básica, segundo os municípios

2002



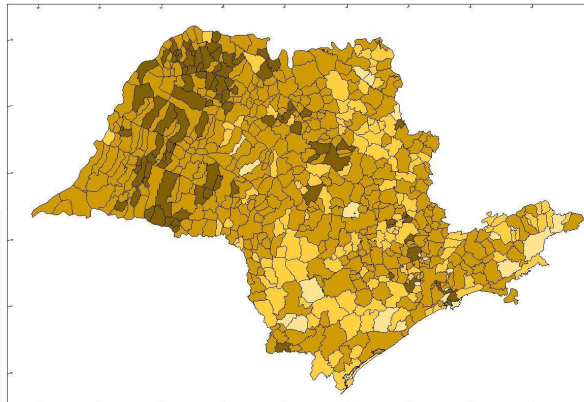
Rendimento escolar na educação básica, segundo os municípios

2004



Rendimento escolar na educação básica, segundo os municípios

2006



SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS
 Datum Horizontal : SAD - 69
 Escala
 100 0 100 200 300 km
 Fonte:
 Base Cartográfica do Estado de São Paulo
 IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico
 Fundação SEADE
 Organização: Jorge Luis Prando - 2010



Por fim, com a exibição desses mapas, temos o indicador sintético que agrega os outros indicadores analisados e nos possibilita ter uma boa idéia de evolução e desempenho pelos municípios na educação básica.

Ao analisarmos tais representações, encontramos, visualmente, uma evolução na presença de valores das classes 4 e 5 com o passar do tempo, porém a grande concentração de casos se deu nas classes 3 e 4 que chega até a porcentagem de 75,0%. Percebemos que, mais uma vez, as classes 4 e 5 são mais predominantes nos municípios do Oeste paulista e as regiões que aparecem com mais representantes das classes de 1 a 3 (até 60,0% de rendimento) são as de Sorocaba, as do Vale do Paraíba e mais ao norte as de Franca e Barretos.

O motivo para essa concentração de qualidade educacional nos indicadores analisados, em boa parte das regiões administrativas do Oeste do estado (Araçatuba, São José do Rio Preto, Marília e Presidente Prudente), talvez possa ser explicado, dentre vários outros fatores, pela tradição do professorado do interior, que em geral possui bom preparo, seriedade e um maior comprometimento com a educação, além de conhecer mais de perto os alunos e suas famílias.

Sobre os professores do estado, podemos conferir alguns dados pertinentes que foram organizados pela FEPESP²⁵ (Federação dos Professores do Estado de São Paulo), sobre um estudo produzido pelo INEP²⁶ a respeito dos professores brasileiros. Nos quadros encontramos o número de professores e a distribuição pelas redes, além de outros fatores importantes para compreendermos melhor esse componente primordial do desenvolvimento da educação.

²⁵ Disponível em: http://www.fepesp.org.br/noticias_ensino_basico.asp?id=890. Acesso em 20 jun. 2010.

²⁶ Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>. Acesso em 20 jun. 2010

Gráfico 5.11:

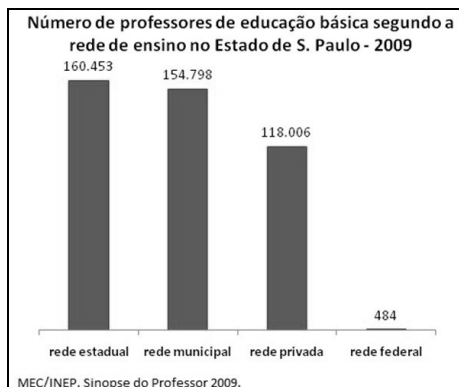
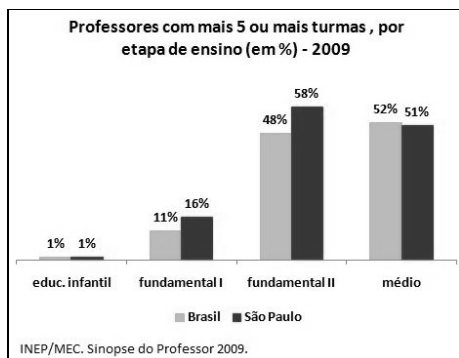


Gráfico 5.12:



Gráfico 5.13:



No gráfico 5.11 podemos conferir que a rede estadual é a que mais possui professores, a rede municipal também possui muitos profissionais quase se igualando à estadual. Embora os dados sejam de 2009, eles são úteis para mostrar o quadro atual dos professores.

Os gráficos 5.12 e 5.13 fazem uma comparação entre os professores de São Paulo e os do Brasil, no tocante às condições de trabalho desses profissionais. No gráfico 5.12, percebemos que 26,4% dos professores de São

Paulo estão trabalhando em mais de 1 escola; na média do Brasil esse percentual é inferior somando 22,6%. No gráfico 5.13, a maior parte dos professores de São Paulo lecionam para 5 ou mais classes no ensino fundamental II (do 6º ao 9º ano) com 58% e no ensino médio o percentual é de 51%; esses dados indicam que os professores paulistas trabalham em muitos períodos e em escolas diferentes, o que pode implicar em desgaste excessivo, repercutindo na qualidade do ensino aplicado.

Voltando a falar sobre o Oeste paulista, vale a pena apontar que, de acordo com o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), a maioria dos seus municípios enquadram-se no grupo que agrega municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons níveis na dimensão longevidade e escolaridade²⁷.

As regiões de Araçatuba, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Marília e Bauru são, respectivamente, as que mais apresentaram ganhos no indicador de escolaridade no período estudado.

O bom desempenho do Oeste paulista demonstra que a qualidade na área educacional não está estritamente relacionada com a riqueza da população, já que muitos municípios bem colocados na classificação não possuem um alto grau de riqueza.²⁸ A questão do bom desempenho vem de outros fatores, como os de tradição familiar, acesso à rede escolar, ao transporte escolar, entre outros.

Em particular, o município da Capital encontra-se numa situação, no indicador, semelhante à da média estadual. O atendimento pré-escolar é o que mais necessita atenção, estando um pouco abaixo da média do Estado.

Em geral, nas regiões metropolitanas, a educação defronta-se com outro fator muito prejudicial que é a variabilidade e mobilidade dos professores. É certo que professores mais fixos comprometem-se mais com a escola, relacionam-se melhor com os alunos e criam, assim, um vínculo mais forte na relação professor- aluno, o que auxilia, em muito, os alunos no bom desenvolvimento do processo educacional.

²⁷ Fundação SEADE. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 2004.

²⁸ Fundação SEADE. Índice Paulista de Responsabilidade Social– IPRS – Dimensão Riqueza, 2004.

Já, nas outras regiões, o desempenho não se encontra tão elevado, o que, em parte, é explicado por essas regiões já lidarem com diversos problemas históricos, cujos aspectos principais são o econômico e o social.

Essas áreas possuem muitos municípios com baixa taxa de urbanização, pouca industrialização e suas economias são calcadas na agricultura, mineração e extrativismo. A maior parte dos municípios dessas regiões ficou abaixo da média do Estado em escolaridade.

Porém, como dito anteriormente, a pobreza não explica, somente por si, o baixo rendimento dos municípios no campo educacional. Como visto, na região Oeste há diversas unidades administrativas pequenas e com baixa riqueza, porém com um bom desempenho na educação.

Após analisarmos os mapas, vamos observar algumas tabelas sobre esse indicador que demonstram os extremos de desempenho alcançado pelos municípios nos anos considerados mais afastados entre si, 2000 e 2006. Vale lembrar que, em anexo a esse trabalho, encontramos todos os dados por municípios mapeados nesse estudo.

Começaremos apresentando os dados de 2000 nas duas tabelas a seguir; a primeira contém os dez últimos colocados no indicador em seguida os dez melhores colocados.

Tabela 5.5: Os dez municípios com melhor desempenho no indicador de escolaridade em 2000.

MUNICÍPIO	REGIÃO ADMINISTRATIVA	ÍNDICE OBTIDO EM %
NHANDEARA	S. J. DO RIO PRETO	59
SANTA LÚCIA	CENTRAL	59
SANTOS	SANTOS	59
TUPI PAULISTA	PRESIDENTE PRUDENTE	59
TURIÚBA	ARAÇATUBA	59
VOTUPORANGA	S. J. DO RIO PRETO	59
PARISI	S. J. DO RIO PRETO	60
POLONI	S. J. DO RIO PRETO	61
TURMALINA	S. J. DO RIO PRETO	62
SÃO CAETANO DO SUL	SÃO PAULO	63

Fonte: Fundação SEADE – IPRS 2000

Tabela 5.6: Os dez municípios com menor desempenho no indicador de escolaridade em 2000.

MUNICÍPIO	REGIÃO ADMINISTRATIVA	ÍNDICE OBTIDO EM %
RIBEIRÃO BRANCO	SOROCABA	9
GUAPIARA	SOROCABA	12
BARRA DO TURVO	REGISTRO	15
NATIVIDADE DA SERRA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	15
TAQUARIVAÍ	SOROCABA	16
NAZARÉ PAULISTA	CAMPINAS	18
BARRA DO CHAPÉU	SOROCABA	19
ALVINLÂNDIA	MARÍLIA	20
ITAPIRAPUÃ PAULISTA	SOROCABA	20
NOVA CAMPINA	SOROCABA	20

Fonte: Fundação SEADE – IPRS 2000

Em 2000, temos cinco municípios da região administrativa de São José do Rio Preto entre os dez mais bem colocados e apenas um da região de São Paulo. É interessante notar que a maior média obtida foi de 63%, valor que, como visualizamos nos mapas, aumentou muito no indicador com o passar do tempo.

Já, entre os últimos colocados, encontramos seis municípios da região de Sorocaba, sobretudo os municípios mais agrícolas da região na porção Sudoeste e Sudeste, que possuem economia de cultivo de produtos básicos e tradicionais, responsáveis pela geração de uma renda de parcela significativa da população; a produção de frutas tem se expandido também nessas áreas (SEADE, 2006).

Agora, vamos observar as tabelas referentes à 2006 que representam os dez municípios mais bem colocados nesse indicador e os dez municípios que tiveram o menor desempenho entre os municípios analisados.

Tabela 5.7: Os dez municípios com melhor desempenho no indicador de escolaridade em 2006.

MUNICÍPIO	REGIÃO ADMINISTRATIVA	ÍNDICE OBTIDO EM %
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	CAMPINAS	85
AMERICANA	CAMPINAS	85
AURIFLAMA	ARAÇATUBA	85
SANTA RITA D'OESTE	S. J. DO RIO PRETO	85
ADAMANTINA	PRESIDENTE PRUDENTE	86
PEDRINHAS PAULISTA	MARÍLIA	87
NHANDEARA	S. J. DO RIO PRETO	89
POLONI	S. J. DO RIO PRETO	89
HOLAMBRA	CAMPINAS	93
SÃO CAETANO DO SUL	SÃO PAULO	96

Fonte: Fundação SEADE – IPRS 2006

Tabela 5.8: Os dez municípios com menor desempenho no indicador de escolaridade EM 2006.

MUNICÍPIO	REGIÃO ADMINISTRATIVA	ÍNDICE OBTIDO EM %
POTIM	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	33
CUNHA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	38
ITAQUAQUECETUBA	SÃO PAULO	39
ILHA COMPRIDA	REGISTRO	40
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	RIBEIRÃO PRETO	42
TREMEMBÉ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	43
GUAIÇARA	BAURU	44
FRANCISCO MORATO	SÃO PAULO	46
GUARÁ	FRANCA	46
ITARIRI	REGISTRO	46

Fonte: Fundação SEADE – IPRS 2006

Com essas tabelas, localizamos os extremos de desempenho no indicador escolaridade pelos municípios, agora em 2006. Podemos ter uma idéia do quão diferenciada é a situação da qualidade escolar pelo Estado, observando esses valores e também analisando a região em que se encontram esses municípios.

Entre os melhores colocados, despontam em primeiro lugar, tanto em 2000 quanto em 2006, o município de São Caetano do Sul, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, unidade administrativa que possui um bom desenvolvimento econômico e social. O restante dessa lista de 2000 e 2006 é do interior do estado.

As regiões de São José do Rio Preto e Campinas comparecem na lista dos melhores classificados com três municípios cada uma. Na região de Campinas encontramos um bom desenvolvimento industrial e agropecuário. Quanto aos salários médios reais, os níveis de rendimento aumentaram de forma generalizada na região, e quinze municípios obtiveram acréscimos superiores a 15% na síntese apresentada. Entre 2004 e 2006, na região de São José do Rio Preto, há um expressivo desenvolvimento econômico, sendo que a economia regional baseia-se principalmente na produção de cana-de-açúcar e carne bovina. Quanto à atividade industrial, merece destaque a produção de produtos alimentícios de origem agrícola, animal e bebidas (SEADE, 2006).

Nos municípios do outro extremo, na lista de 2006, já não temos mais nenhum município da região de Sorocaba, o que indica um avanço da mesma

na educação desde 2000. A região que aparece, agora, com mais municípios, nessa lista, é a de São José dos Campos, com três municípios; a região de São Paulo também aparece com dois municípios.

A região de São José dos Campos é bem heterogênea, uma vez que possui uma estrutura industrial muito forte em capital e tecnologia, com destaque para empresas ligadas aos setores petroquímico, automobilístico, químico, bélico, farmacêutico, veterinário, de telecomunicações e, sobretudo, aeronáutico. Mas, também, conta com municípios agropecuários muito pobres como os da região do vale do café, que ficaram praticamente estagnados após a fase áurea de séculos passados, conhecidas historicamente por cidades mortas (LOBATO, 1984).

Já na região de São Paulo, embora seja extremamente urbanizada e desenvolvida, encontram-se diversas disparidades sociais. Percebemos essa situação nos municípios vizinhos à Capital, que servem muitas vezes de cidade dormitório, onde os moradores não encontram trabalho efetivo e não têm um vínculo forte com a cidade, pois ela serve quase sempre de moradia, não alcançando grande desenvolvimento econômico e social.

Nesse capítulo, demonstramos a parte fundamental do trabalho, que foi a construção dos mapas dos indicadores educacionais e sua análise geográfica. Utilizamos uma metodologia de desenvolvimento que buscou não só utilizar, mas também confrontar criticamente os processos de automatização na criação de mapas, disponibilizados pelos modernos softwares de Sistema de Informação Geográfica.

Considerações Finais

Foi apresentada, nesse estudo, uma análise geográfica da educação paulista com o uso de representações gráficas em mapas provenientes da cartografia temática.

Fazendo uso da metodologia geográfica procuramos desenvolver o tema tratado apresentando, de início, uma breve evolução da ciência geográfica e da cartografia, visando orientar o método de análise, segundo os preceitos da Geografia Crítica.

Após essa tarefa, localizamos espacialmente e historicamente o nosso objeto de estudo; para tanto tratamos de discutir e apresentar as características geográficas e históricas do Estado de São Paulo, uma etapa primordial. visto que é sobre o território construído fisicamente e socialmente que se manifestam os fenômenos que procuramos estudar.

O passo seguinte foi discorrer acerca da educação pública, apresentamos seus aspectos legais, seu financiamento e políticas públicas recorrentes que definem e determinam as ações que são implementadas nas redes de ensino.

Complementando o estudo, sobre a educação, resolvemos aprofundar a discussão apresentando as diferenças entre as escolas urbanas, rurais e indígenas, para podermos elucidar que existem diferenças culturais que devem ser consideradas na busca da qualidade educacional. Essas diferenças precisam ser respeitadas e a planificação do currículo escolar precisa ser questionada, porque toda criança que vive no meio indígena, rural ou urbano merece ter a mesma qualidade educacional sem o desrespeito da sua cultura e origem.

A seguir, chegamos ao propósito maior do trabalho, que foi desenvolver mapas temáticos que trouxessem alguma revelação a respeito dos dados que neles foram introduzidos, acerca da educação de São Paulo. Para construir esses mapas, procuramos utilizar dados confiáveis e que representassem todos os 645 municípios do Estado, para isso conseguimos reunir os dados de 5

indicadores educacionais organizados pela Fundação SEADE, em séries estatísticas dos anos de 2000, 2002, 2004 e 2006.

Utilizar essa série histórica de dados estatísticos nos permitiu construir uma análise que levasse em conta o fator temporal acerca de um componente social de enorme importância que é a Educação. Para cada indicador construímos 4 mapas representando cada ano considerado e uma diagramação que alinhou, em coluna, uma miniatura de cada um desses mapas para podermos acompanhar, visualmente, a evolução do fenômeno através dos anos considerados.

Esse passo mostra a importância da cartografia, que materializou, através de uma representação gráfica particular, dados estatísticos que, por si só, não proporcionavam a experiência de análise visual proporcionada pelos mapas.

Após analisar esses mapas, verificamos que houve uma tendência de melhoria em todos os indicadores ao longo do tempo. Podemos citar, por exemplo, o indicador que representa os jovens com os 4 primeiros anos de estudos concluídos pelos jovens entre 15 e 17 anos, que conseguiram alcançar em 2006 um percentual absoluto de conclusão nos municípios paulistas.

Embora tenha ocorrido essa melhoria percentual em todos os indicadores, percebe-se que ainda muito há de ser feito, visando melhorar esses índices, sobretudo no ensino pré-escolar e no ensino fundamental e médio, em que, ainda, temos um baixo índice de conclusão entre os jovens. Mesmo com o avanço escolar contínuo apresentado, os alunos ainda encontram muita dificuldade para concluírem a educação básica.

Percebemos que, embora algumas regiões do Estado se destaquem mais que outras, internamente sempre há algum município onde o desempenho ainda se encontra em níveis inferiores à média.

A escola rural melhorou muito seu desempenho e um dos grandes trunfos para a melhor equalização foi o desenvolvimento agrícola, que integrou o campo paulista na rede de relacionamentos econômicos que permeiam o Estado. Essa melhoria e transformação das áreas rurais em áreas agrícolas

mais desenvolvidas, talvez, tenha sido reflexo da tendência de expansão do meio técnico científico para todo o território brasileiro (SANTOS 2005).

Os problemas urbanos, como discutimos, repercutem na educação, sobretudo dos jovens, envolvidos em um contexto social de violência, pobreza e descaso político, em que muitas vezes estes se veem sem alternativa e terminam por abandonar os estudos ou não conseguem um rendimento escolar satisfatório.

A busca pela melhoria da educação é uma busca social, responsabilidade de todos nós, seja lecionando, pesquisando ou ajudando a comunidade. Cabe a população fiscalizar as ações educacionais do poder público e contribuir de forma consistente na busca da estruturação de uma geração futura de cidadãos com uma formação escolar básica de qualidade e equidade.

Referências Bibliográficas

- BARRETTO, E. S. de S. **Ensino Fundamental na Confluência das Políticas Públicas em São Paulo**. 1991. 248 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 1991.
- BASSI, M. E. **O financiamento da educação na prefeitura do município de São Paulo: uma análise exploratória de suas fontes e aplicações (1995 – 2006)**. São Paulo, Ação Educativa. 2007. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org>. Acesso em: 25 jan. 2009.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 03 jan. 2009.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. MEC/CNE. Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB 1 de 3 ab. 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 de ab. 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>. Acesso em 03 jan. 2009.
- CANO, W.; GUIMARÃES L. N. A Questão Regional no Brasil , Traços Gerais de sua Evolução Histórica - Pensamiento Iberoamericano - **Revista de Economia Política**. Madrid, ICI. nº 10, 1986.
- CASTRO, M. H. G. **A Educação para o Século XXI: o desafio da qualidade e da equidade**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, 1999. 40 p.
- CORRÊA, R. L. et al. O sistema urbano brasileiro: uma análise através dos fluxos aéreos de passageiros In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 39 (3), 1977.
- _____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.

DAVIES, N. Os recursos financeiros na LDB. In: **Cadernos de Política e Administração da Educação**, v. I, nº II, Vitória, 1999, p. 7-19.

_____. **Plano Nacional de Educação** : muito discurso nenhum recurso. São Bernardo do Campo: ANPAE, 2002. p. 117-143. (Cadernos ANPAE ; n. 1).

_____. Fundeb: solução ou remendo para o financiamento da educação básica? In: GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. de; TAVARES, T. M. (Org.). **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: Editora UFPR, 2006, 1ª ed. p. 43-72.

DEMARTINI, Z. de B. F.; LANG, A. B. da S. G. **Educando para o Trabalho: Família e Escola como Agências Educadoras**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. 205 p.

ENGE, R. B. **Planejamento de Rede Física Escolar**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.

FERREIRA, A. de F.; MELLO, M. G. (org.). **FDE - Estruturas Pré-Fabricadas. Arquitetura Escolar Paulista**. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. 336 p.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. **Anuário Estatístico do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2002.

_____. **Informação dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2009.

_____. **IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social 2006**. Disponível em http://www.al.sp.gov.br/web/forum/iprs03/index_iprs.htm. Acesso em: 23 jan. 2009.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, A. S.; TONETO Jr. R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999. 3ª ed.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997. 7ª ed. 234 p.

LACOSTE, Y. **A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Trad: Maria Cecília França. Campinas: Papyrus, 1993. 3ª ed. 263 p.

- LAURO, T. H. **Técnicas de Apresentação de Dados em Geoprocessamento**. 1997. 82 f. Dissertação (Mestrado em Geoprocessamento) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/teses/lauro/>. Acesso em: 10 jan. 2009. São Paulo, 1997.
- LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: 12: 27-42, 1998.
- _____. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço & Debates**. São Paulo: 38: 54-61, 1994.
- LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. São Paulo, Editora HARBRA - Harper e Row do Brasil, 1985. 2ª ed., 392 p.
- LOBATO, M. **Cidades mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 24ª ed., 243 p.
- MAPINFO CORPORATION – **Guia do Usuário MapInfo 7.0**. Ed. Geograph. São Paulo, 2001, 320 p.
- MARTINELLI, M. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 1991. 180 p.
- _____. **Cartografia Temática: Caderno de Mapas**. São Paulo: Edusp, 2003. 160 p.
- _____. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 2003. 112 p.
- _____. **As representações gráficas da geografia: os mapas temáticos**. São Paulo: Edição do Autor como Tese de Livre Docência na USP, 1999.
- MORAES, A. C. R. **Geografia. Pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1984. 3ª ed., 138 p.
- MOREIRA, N. S. **Construção Escolar: desenvolvimento, políticas e propostas para a escola rural visando à democratização do campo**. 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.

- _____. **Espaços Educativos para a escola de Ensino Médio.** Proposta para as escolas do Estado de São Paulo. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2005.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar – a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. In: **Revista Espaço Geográfico no. 6.** Bauru: AGB-Seção Local, 1997.
- _____. **Geografia: teoria e crítica.** O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.
- NEUBAER, R. Quem tem medo da progressão continuada? Ou melhor, a quem interessa o sistema de reprovação e exclusão social?. Artigo para o **Centro de Referência Mário Covas**, 2001. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/int_a.php?t=001. 2001. Acesso em: 10 jan. 2009.
- NERO, M. A. **Estudo Comparativo de Metodologias de Digitalização de Mapas e seu Controle de Qualidade Geométrica.** 2000. 233 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - Departamento de Engenharia de Transportes da Universidade de São Paulo, 2000.
- PINTO, J.M.R. **A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo.** Campinas, 2007, p. 877 - 897. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101. Acesso: 10 jan. 2009.
- _____. **O custo aluno qualidade da legislação.** In: GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. de; TAVARES, T. M. (Org.). Conversas sobre financiamento da educação no Brasil. Curitiba: Editora UFPR, 2006, 1ª ed. p. 73-88.
- PRANDO, J. L. **Estado de São Paulo: Análise Geográfica de Indicadores Educacionais Segundo os Municípios em 2002 e 2004.** 2006. 114 f. Trabalho de Graduação Individual (Geografia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. 2006.

- PRUKS, L. **Escolarização e Instrução da População: o Exemplo do Estado de São Paulo.**1993. 93f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1993.
- RIEBOLD, V. Base Cartográfica. In: **1º Seminário Paranaense. Cadastro Técnico e Planejamento Municipal.** Paraná, 1990. p. 65 – 73.
- ROBBI, C. **Atualização Cartográfica.** In: **1º Seminário Paranaense. Cadastro Técnico e Planejamento Municipal.** Paraná, 1990. p. 79 - 87.
- ROSSINI, R. E. **Atlas da População do Estado de São Paulo.** São Paulo: Secretaria da Economia, Fundação SEADE, Universidade de São Paulo, 1991. Escalas variam.
- SANTOS, M. A **Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005 , 5ª ed. 176 p.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Record, 2001. 474 p.
- SAVIANI, D . **PDE - Análise Crítica da Política do MEC.** São Paulo: Autores Associados, 2009. 128 p.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **A Escola da Zona Rural: a escola, o currículo, o docente, o aluno a comunidade.** São Paulo: FDE, 1988. 32 p.
- SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. **Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico e Sustentado: reflexões e perspectivas para o desenvolvimento paulista.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 89p.
- SPOSITO, M. P. **A Instituição escolar e a violência.** In: Cadernos de Pesquisa, n.104, jul. 1998. Disponível em: <http://www.eliasbitencourt.com/psi/sposito.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.
- VASCONCELLOS, E. A. **População Rural e Acesso à Educação no Estado de São Paulo: Análise da Política Pública.** 1992, 249f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1992.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, O. M. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994. 304p.

Acesso a Websites:

Centro de Referência Mário Covas. Disponível em:

[http:// www.crmariocovas.sp.gov.br](http://www.crmariocovas.sp.gov.br). Acesso em: 10 jan. 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 15 mar. 2009.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2009.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em:

<http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. disponível em:

<http://www.educacao.sp.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2009.

Anexos

TABELA 1: Porcentagem de atendimento das crianças entre 5 e 6 anos na escola infantil, em relação ao total de crianças nesta faixa etária, segundo os municípios – 2000/2006.

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
ADAMANTINA	62,9	83,7	90,6	96,5
ADOLFO	66,1	91,3	93,3	92,4
AGUAÍ	46,9	75,4	77,7	85,4
ÁGUAS DA PRATA	55,5	84,4	86,7	93,5
ÁGUAS DE LINDÓIA	80,5	98,4	94,8	91,9
ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	44,7	85,9	90,0	71,1
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	63,7	88,9	88,7	88,7
AGUDOS	72,3	86,4	86,5	90,5
ALAMBARI	46,2	61,6	91,3	79,6
ALFREDO MARCONDES	47,3	85,4	93,6	85,9
ALTAIR	55,0	53,8	52,2	84,4
ALTINÓPOLIS	46,1	83,0	68,7	79,7
ALTO ALEGRE	37,3	94,0	93,7	92,6
ALUMÍNIO	69,8	98,6	98,5	98,1
ÁLVARES FLORENCE	58,0	46,4	55,3	89,9
ÁLVARES MACHADO	58,6	88,0	90,3	85,3
ÁLVARO DE CARVALHO	67,4	88,9	94,5	81,8
ALVINLÂNDIA	30,7	93,6	93,6	93,0
AMERICANA	62,9	98,3	94,5	96,5
AMÉRICO BRASILIENSE	74,4	88,8	92,5	90,9
AMÉRICO DE CAMPOS	59,2	77,5	82,9	94,3
AMPARO	73,0	85,0	82,5	86,3
ANALÂNDIA	55,5	84,3	92,3	93,0
ANDRADINA	73,2	84,4	88,4	89,3
ANGATUBA	57,2	89,2	84,3	98,4
ANHEMBI	51,5	90,7	94,6	92,9
ANHUMAS	40,7	71,8	92,0	93,3
APARECIDA	61,6	90,0	92,8	85,0
APARECIDA D'OESTE	40,3	58,1	57,9	61,4
APIAÍ	34,7	58,7	56,2	67,8
ARAÇARIGUAMA	57,3	98,3	98,2	97,8
ARAÇATUBA	73,2	82,5	82,9	93,6
ARAÇOIABA DA SERRA	52,5	98,8	98,8	98,5
ARAMINA	62,9	86,2	82,4	93,9
ARANDU	46,9	75,4	75,5	87,7
ARAPÉI	58,3	86,9	72,8	90,5
ARARAQUARA	78,3	91,5	93,7	96,4
ARARAS	78,8	90,6	90,6	84,5
ARCO ÍRIS	63,0	69,1	84,6	77,9
AREALVA	62,6	89,3	96,4	88,4
AREIAS	69,2	35,0	41,6	85,2
AREIÓPOLIS	34,1	49,4	51,8	80,9
ARIRANHA	66,7	96,6	93,2	94,8
ARTUR NOGUEIRA	59,1	83,8	95,5	93,3
ARUJÁ	49,2	65,6	73,0	68,8
ASPÁSIA	56,1	71,8	88,0	86,8
ASSIS	61,2	95,9	94,5	90,6
ATIBAIA	52,8	77,2	77,9	75,8
AURIFLAMA	59,9	79,3	80,7	86,1
AVAÍ	50,1	81,1	93,4	94,4
AVANHANDAVA	67,4	83,4	60,3	91,6
AVARÉ	62,5	78,6	80,3	77,9
BADY BASSITT	83,5	79,1	95,8	97,4
BALBINOS	58,0	74,0	82,4	87,8
BÁLSAMO	58,8	83,9	79,7	90,5
BANANAL	62,0	76,8	75,1	81,2
BARÃO DE ANTONINA	61,3	91,5	89,3	82,5
BARBOSA	68,4	95,5	96,5	94,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
BARIRI	80,3	99,1	97,1	98,1
BARRA BONITA	80,6	99,2	93,1	98,8
BARRA DO CHAPÉU	21,2	31,5	60,1	78,0
BARRA DO TURVO	10,8	32,5	39,2	57,2
BARRETOS	53,3	38,8	30,4	69,4
BARRINHA	56,7	45,4	62,0	75,4
BARUERI	77,6	99,9	99,9	99,0
BASTOS	57,9	65,7	60,5	72,1
BATATAIS	74,2	86,1	77,4	99,0
BAURU	75,1	90,1	89,9	84,5
BEBEDOURO	61,6	82,4	80,3	85,9
BENTO DE ABREU	67,2	87,1	91,4	86,3
BERNARDINO DE CAMPOS	45,0	60,8	61,0	78,6
BERTIOGA	58,3	86,2	99,3	98,0
BILAC	47,2	95,6	95,5	89,6
BIRIGUI	63,2	72,0	79,1	99,5
BIRITIBA MIRIM	19,6	49,0	57,4	72,2
BOA ESPERANÇA DO SUL	60,8	78,6	79,0	77,7
BOCAINA	76,6	97,4	96,5	92,9
BOFETE	41,4	64,4	71,3	96,4
BOITUVA	48,5	86,5	87,3	96,3
BOM JESUS DOS PERDÕES	56,6	84,4	81,1	92,1
BOM SUCESSO DE ITARARÉ	31,8	73,0	76,0	81,6
BORÁ	56,7	82,4	79,3	82,8
BORACÉIA	63,3	93,4	94,4	93,6
BORBOREMA	39,5	69,5	81,8	88,0
BOREBI	48,1	85,6	90,0	79,7
BOTUCATU	65,7	78,0	80,1	88,1
BRAGANÇA PAULISTA	60,9	96,2	95,9	84,9
BRAÚNA	51,2	94,4	94,2	87,8
BREJO ALEGRE	61,6	92,4	84,8	91,7
BRODOWSKI	66,0	98,0	97,5	98,1
BROTAS	66,7	77,1	79,8	93,1
BURI	27,8	45,9	51,9	63,2
BURITAMA	62,5	93,0	89,7	84,9
BURITIZAL	55,4	94,2	85,7	85,2
CABRÁLIA PAULISTA	56,8	80,7	81,4	94,3
CABREÚVA	61,8	58,3	57,2	75,2
CAÇAPAVA	55,9	81,3	89,9	87,1
CACHOEIRA PAULISTA	71,3	77,3	79,7	88,5
CACONDE	36,8	74,0	76,7	83,1
CAFELÂNDIA	62,1	67,8	88,9	87,0
CAIABU	61,0	78,8	82,3	93,6
CAIEIRAS	56,5	66,7	55,9	80,7
CAIUÁ	68,8	73,4	73,1	92,9
CAJAMAR	46,5	62,4	68,4	93,6
CAJATI	45,5	80,5	83,3	85,7
CAJOBÍ	46,3	75,8	79,0	93,4
CAJURU	52,6	85,9	82,4	84,7
CAMPINA DO MONTE ALEGRE	46,4	84,9	96,2	83,5
CAMPINAS	59,6	67,3	69,1	73,2
CAMPO LIMPO PAULISTA	53,2	47,1	50,6	73,3
CAMPOS DO JORDÃO	61,4	87,4	92,2	82,7
CAMPOS NOVOS PAULISTA	42,1	73,5	71,0	90,9
CANANÉIA	39,0	35,9	41,5	69,8
CANAS	69,5	95,0	95,0	88,3
CÂNDIDO MOTA	82,0	91,3	93,3	95,6
CÂNDIDO RODRIGUES	56,8	48,3	59,2	86,0
CANITAR	66,9	95,2	95,2	94,8
CAPÃO BONITO	37,8	66,6	66,2	71,9
CAPELA DO ALTO	44,7	51,6	82,6	84,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
CAPIVARI	41,4	41,5	66,6	72,4
CARAGUATATUBA	53,9	99,7	99,7	97,8
CARAPICUÍBA	39,0	42,2	48,9	53,4
CARDOSO	53,1	46,5	47,8	77,4
CASA BRANCA	73,4	86,4	80,4	92,3
CÁSSIA DOS COQUEIROS	50,8	93,5	91,7	91,8
CASTILHO	66,1	87,8	87,2	97,7
CATANDUVA	64,1	87,7	82,2	73,4
CATIGUÁ	60,9	68,6	64,8	80,3
CEDRAL	62,8	86,0	80,3	92,2
CERQUEIRA CÉSAR	55,1	72,9	74,4	88,2
CERQUILHO	74,5	99,1	99,1	98,9
CESÁRIO LANGE	47,5	76,1	75,2	87,7
CHARQUEADA	48,5	73,2	83,8	96,9
CHAVANTES	78,0	98,1	89,5	79,6
CLEMENTINA	56,7	81,5	95,7	95,0
COLINA	66,6	24,1	52,7	74,1
COLÔMBIA	69,8	85,5	89,7	89,3
CONCHAL	54,6	83,4	82,1	97,3
CONCHAS	55,1	82,4	86,3	96,8
CORDEIRÓPOLIS	74,4	97,6	96,0	97,6
COROADOS	31,9	91,3	93,9	93,8
CORONEL MACEDO	46,4	57,3	67,5	70,7
CORUMBATÁI	50,0	78,1	79,7	88,7
COSMÓPOLIS	70,8	91,4	95,1	96,7
COSMORAMA	51,0	75,1	68,6	81,3
COTIA	54,9	90,8	97,8	99,6
CRAVINHOS	61,7	75,9	75,8	84,4
CRISTAIS PAULISTA	65,0	80,8	77,0	85,4
CRUZÁLIA	73,8	86,9	78,6	85,7
CRUZEIRO	77,8	91,8	84,3	79,6
CUBATÃO	76,7	93,9	94,3	90,5
CUNHA	30,4	21,6	26,8	30,3
DESCALVADO	63,9	94,4	92,7	89,5
DIADEMA	53,7	73,1	69,2	77,2
DIRCE REIS	71,1	88,5	87,8	87,6
DIVINOLÂNDIA	63,3	80,4	85,4	96,9
DOBRADA	63,6	65,8	84,5	96,2
DOIS CÓRREGOS	64,6	62,4	65,8	77,5
DOLCINÓPOLIS	68,3	90,6	85,3	88,9
DOURADO	52,5	75,4	83,6	93,1
DRACENA	55,5	82,2	84,9	63,5
DUARTINA	60,0	89,9	81,4	87,7
DUMONT	82,0	96,4	96,3	95,8
ECHAPORÃ	52,7	83,9	86,1	83,6
ELDORADO	39,3	87,0	80,8	90,0
ELIAS FAUSTO	37,8	79,3	81,3	85,6
ELISIÁRIO	49,6	62,0	52,8	90,9
EMBAÚBA	58,9	91,5	77,8	81,9
EMBU	45,8	58,1	58,1	58,1
EMBU-GUAÇU	36,3	60,6	62,0	81,8
EMILIANÓPOLIS	65,4	72,3	92,2	87,6
ENGENHEIRO COELHO	52,5	81,7	69,3	80,9
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	70,2	99,3	99,3	85,6
ESPÍRITO SANTO DO TURVO	57,7	71,7	58,9	87,6
ESTIVA GERBI	79,0	95,3	91,2	96,7
ESTRELA DO NORTE	61,9	93,1	93,0	85,0
ESTRELA D'OESTE	74,1	94,4	90,6	85,9
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	67,1	91,2	79,8	79,5
FARTURA	47,9	94,3	94,1	93,8
FERNANDO PRESTES	62,8	94,2	96,8	99,3

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
FERNANDÓPOLIS	61,3	85,2	86,3	93,8
FERNÃO	38,1	89,2	89,2	82,7
FERRAZ DE VASCONCELOS	47,9	46,4	55,2	63,2
FLORA RICA	52,7	56,9	56,7	61,2
FLOREAL	71,6	74,2	70,7	89,5
FLÓRIDA PAULISTA	40,3	77,1	81,1	84,6
FLORÍNIA	76,8	79,8	83,6	85,7
FRANCA	50,9	53,4	56,2	74,8
FRANCISCO MORATO	37,3	29,1	31,8	46,9
FRANCO DA ROCHA	52,7	90,8	95,1	86,7
GABRIEL MONTEIRO	67,5	54,5	59,8	82,8
GÁLIA	55,9	83,3	89,7	82,2
GARÇA	69,8	93,4	92,4	92,9
GASTÃO VIDIGAL	56,6	81,7	80,1	93,2
GAVIÃO PEIXOTO	71,3	83,2	87,0	79,4
GENERAL SALGADO	65,4	84,9	88,5	64,1
GETULINA	52,3	67,4	64,4	82,2
GLICÉRIO	60,7	48,9	58,9	86,4
GUAIÇARA	55,2	83,0	83,5	88,3
GUAIMBÊ	57,6	94,3	90,8	85,8
GUAIÁRA	75,2	88,5	83,0	90,2
GUAPIAÇU	60,0	94,8	98,0	94,9
GUAPIARA	7,3	27,2	27,7	44,4
GUARÁ	52,3	83,0	80,7	86,2
GUARAÇAI	69,6	50,8	76,3	84,2
GUARACI	41,1	81,5	83,6	96,5
GUARANI D'OESTE	62,6	90,0	90,1	88,0
GUARANTÃ	51,6	48,0	50,8	59,9
GUARARAPES	72,6	87,6	84,0	91,6
GUARAREMA	56,9	81,4	88,7	92,9
GUARATINGUETÁ	61,2	69,9	71,7	74,4
GUAREÍ	20,8	54,2	51,4	70,3
GUARIBA	53,7	85,0	82,8	95,0
GUARUJÁ	56,6	53,8	54,6	73,4
GUARULHOS	53,7	55,9	72,4	78,6
GUATAPARÁ	61,3	92,8	90,9	94,7
GUZOLÂNDIA	49,7	74,6	73,3	64,6
HERCULÂNDIA	32,3	63,0	64,8	83,1
HOLAMBRA	62,6	96,9	96,9	96,7
HORTOLÂNDIA	43,0	66,2	71,2	84,4
IACANGA	64,7	97,0	89,9	96,1
IACRI	40,8	53,8	62,7	70,0
IARAS	45,8	63,4	89,1	91,3
IBATÉ	55,4	58,5	61,1	85,9
IBIRÁ	60,8	78,4	97,0	85,2
IBIRAREMA	52,1	80,7	80,7	89,0
IBITINGA	59,1	76,3	62,1	84,4
IBIÚNA	23,3	47,9	50,8	59,2
ICÉM	59,7	96,6	92,4	95,8
IEPÊ	45,5	75,1	84,3	92,1
IGARAÇU DO TIETÊ	68,3	73,5	77,5	88,4
IGARAPAVA	64,4	71,9	94,8	90,7
IGARATÁ	41,3	64,1	69,6	78,4
IGUAPE	44,3	90,6	86,4	77,2
ILHA COMPRIDA	73,9	98,8	96,0	84,1
ILHA SOLTEIRA	75,0	92,9	98,9	98,8
ILHABELA	60,1	96,8	96,7	94,7
INDAIATUBA	59,4	80,7	80,9	94,2
INDIANA	59,3	76,6	81,5	89,7
INDIAPORÃ	55,1	89,7	82,2	82,5
INÚBIA PAULISTA	56,0	75,8	93,4	86,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
IPAUSSU	56,2	69,8	74,3	68,7
IPERÓ	62,3	82,7	93,9	98,5
IPEÚNA	79,8	95,7	89,3	89,5
IPIGUÁ	60,3	94,3	94,2	78,3
IPORANGA	53,9	89,3	88,6	80,2
IPUÁ	47,2	97,4	98,0	87,7
IRACEMÁPOLIS	65,5	98,3	95,4	97,9
IRAPUÁ	80,9	94,7	94,2	82,2
IRAPURU	42,2	66,0	60,8	84,5
ITABERÁ	31,2	36,1	34,9	53,7
ITAÍ	36,5	58,8	74,6	68,9
ITAJOBÍ	68,9	69,0	67,7	86,0
ITAJU	66,6	81,3	92,0	91,3
ITANHAÉM	53,5	89,8	93,3	91,0
ITAÓCA	39,0	61,6	56,1	65,7
ITAPECERICA DA SERRA	47,7	60,3	68,6	72,0
ITAPETINGA	55,9	82,5	80,6	80,7
ITAPEVA	32,1	61,8	64,7	74,8
ITAPEVI	43,2	51,3	56,8	63,8
ITAPIRA	64,2	87,7	89,9	85,3
ITAPIRAPUÁ PAULISTA	35,2	64,0	69,8	84,4
ITÁPOLIS	63,2	72,2	76,6	88,6
ITAPORANGA	60,3	93,5	89,5	88,0
ITAPUÍ	62,2	96,0	97,7	92,8
ITAPURA	82,5	85,5	57,1	93,7
ITAQUAQUECETUBA	36,6	35,6	37,9	40,1
ITARARÉ	32,3	46,3	47,0	56,1
ITARIRI	30,9	46,7	54,7	70,0
ITATIBA	69,2	86,2	93,0	99,4
ITATINGA	58,9	76,1	86,7	76,3
ITIRAPINA	62,6	85,7	88,2	96,0
ITIRAPUÁ	51,3	60,6	58,7	87,7
ITOBÍ	64,1	52,5	51,8	64,2
ITU	65,8	79,5	77,3	75,3
ITUPEVA	45,0	49,5	55,7	91,3
ITUVERAVA	80,4	94,7	95,1	90,4
JABORANDI	60,2	71,4	77,0	89,8
JABOTICABAL	83,2	79,5	81,2	86,2
JACAREÍ	51,0	76,0	77,7	84,2
JACI	55,5	80,9	77,3	93,0
JACUPIRANGA	48,3	64,7	61,1	73,9
JAGUARIÚNA	60,1	99,2	99,1	99,0
JALES	76,2	81,1	84,1	81,2
JAMBEIRO	57,9	78,7	95,0	94,2
JANDIRA	54,7	81,3	73,6	79,4
JARDINÓPOLIS	62,7	83,7	89,2	85,7
JARINU	30,4	42,1	53,0	86,2
JAÚ	77,8	90,2	93,4	99,7
JERIQUARA	61,1	88,6	83,7	93,3
JOANÓPOLIS	49,8	58,5	58,7	74,8
JOÃO RAMALHO	65,4	76,3	68,0	72,9
JOSÉ BONIFÁCIO	55,0	90,8	94,3	88,0
JÚLIO MESQUITA	59,6	94,1	95,4	94,6
JUMIRIM	40,8	91,3	91,2	90,6
JUNDIAÍ	63,9	95,5	99,6	96,4
JUNQUEIRÓPOLIS	57,8	62,8	63,5	72,2
JUQUIÁ	24,6	41,2	42,1	67,0
JUQUITIBA	37,3	78,6	73,9	91,9
LAGOINHA	52,5	70,4	76,6	83,9
LARANJAL PAULISTA	42,2	82,3	97,1	96,5
LAVÍNIA	40,4	90,7	84,8	76,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
LAVRINHAS	78,1	88,0	84,1	77,9
LEME	68,9	78,5	74,6	81,1
LENÇÓIS PAULISTA	69,8	92,2	83,7	99,4
LIMEIRA	73,2	85,6	84,4	90,2
LINDÓIA	60,8	95,8	95,7	94,7
LINS	75,0	99,6	99,5	91,9
LORENA	51,6	62,1	70,1	79,7
LOURDES	73,2	86,5	82,3	87,9
LOUVEIRA	80,1	99,0	99,0	98,4
LUCÉLIA	52,7	89,4	90,4	95,0
LUCIANÓPOLIS	59,1	80,8	84,6	91,3
LUÍS ANTÔNIO	49,4	92,4	97,3	97,0
LUIZIÂNIA	56,6	87,5	84,1	77,0
LUPÉRCIO	66,0	63,6	90,1	89,4
LUTÉCIA	64,3	84,0	86,9	91,7
MACATUBA	71,3	80,6	98,5	88,5
MACAUBAL	63,9	79,3	70,5	83,8
MACEDÔNIA	39,5	73,8	72,5	89,1
MAGDA	57,8	59,0	81,7	79,3
MAIRINQUE	63,1	84,5	84,9	99,0
MAIRIPORÃ	47,7	74,0	80,1	94,1
MANDURI	28,2	78,2	76,9	95,2
MARABÁ PAULISTA	65,3	81,4	79,6	82,7
MARACÁI	72,8	91,6	88,9	93,2
MARAPOAMA	62,7	80,7	75,9	74,4
MARIÁPOLIS	65,3	87,3	87,7	92,5
MARÍLIA	82,0	99,9	99,9	91,7
MARINÓPOLIS	71,6	87,4	89,1	91,1
MARTINÓPOLIS	50,4	76,5	76,6	98,3
MATÃO	71,1	86,5	86,1	88,8
MAUÁ	59,0	63,0	63,4	75,5
MENDONÇA	52,8	71,8	78,2	81,5
MERIDIANO	57,1	83,8	94,1	74,9
MESÓPOLIS	69,2	87,4	79,6	84,8
MIGUELÓPOLIS	53,1	93,9	80,2	90,3
MINEIROS DO TIETÉ	66,1	72,5	75,8	89,9
MIRA ESTRELA	57,0	56,0	45,7	61,0
MIRACATU	22,1	86,1	79,8	90,9
MIRANDÓPOLIS	64,1	77,8	76,4	92,5
MIRANTE DO PARANAPANEMA	39,9	62,8	63,2	97,8
MIRASSOL	79,8	78,2	82,4	86,7
MIRASSOLÂNDIA	47,6	93,0	87,4	80,0
MOCOCA	83,9	92,5	88,9	86,9
MOGI DAS CRUZES	59,2	84,0	87,7	86,6
MOGI GUAÇU	68,4	88,0	90,8	85,0
MOJI MIRIM	78,0	91,2	91,2	88,6
MOMBUCA	60,1	83,9	91,0	90,0
MONÇÕES	69,5	88,5	89,8	80,8
MONGAGUÁ	65,5	87,4	99,3	98,3
MONTE ALEGRE DO SUL	54,9	84,9	82,6	85,0
MONTE ALTO	66,1	99,3	93,4	92,6
MONTE APRAZÍVEL	60,6	40,6	53,6	65,8
MONTE AZUL PAULISTA	67,8	49,0	53,9	75,5
MONTE CASTELO	68,5	78,0	91,8	89,6
MONTE MOR	43,6	88,7	81,7	93,3
MONTEIRO LOBATO	48,1	89,7	92,3	95,5
MORRO AGUDO	53,9	48,6	50,4	98,8
MORUNGABA	51,9	77,0	77,2	95,7
MOTUCA	50,2	82,0	80,2	79,6
MURUTINGA DO SUL	45,7	88,9	45,1	92,8
NANTES	51,0	81,9	86,0	86,2

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
NARANDIBA	52,6	61,5	91,3	92,1
NATIVIDADE DA SERRA	19,3	41,4	44,3	46,3
NAZARÉ PAULISTA	16,3	16,5	22,0	52,9
NEVES PAULISTA	81,2	80,4	96,4	95,4
NHANDEARA	64,3	65,1	80,9	91,2
NIPOÃ	55,9	83,7	85,2	92,3
NOVA ALIANÇA	56,7	95,0	94,8	88,8
NOVA CAMPINA	39,8	46,4	54,4	84,8
NOVA CANAÃ PAULISTA	29,8	53,4	54,1	65,9
NOVA CASTILHO	55,6	86,1	86,8	73,2
NOVA EUROPA	63,8	96,9	96,8	96,3
NOVA GRANADA	60,7	78,4	81,6	97,9
NOVA GUATAPORANGA	66,2	90,4	88,5	88,8
NOVA INDEPENDÊNCIA	68,9	81,4	91,0	90,3
NOVA LUZITÂNIA	62,1	93,6	99,4	99,1
NOVA ODESSA	68,7	93,9	87,9	92,6
NOVAIS	64,1	92,6	83,8	92,5
NOVO HORIZONTE	72,5	88,9	80,0	98,7
NUPORANGA	72,4	83,3	80,6	76,9
OCAUÇU	54,6	86,6	91,5	94,0
ÓLEO	61,0	88,5	79,8	91,9
OLÍMPIA	65,8	86,1	84,5	99,1
ONDA VERDE	66,6	92,5	94,3	93,6
ORIENTE	65,4	95,7	95,5	94,7
ORINDIÚVA	57,3	92,8	95,2	89,8
ORLÂNDIA	81,3	99,3	97,8	89,8
OSASCO	57,9	59,4	59,7	66,5
OSCAR BRESSANE	68,2	91,4	91,2	86,1
OSVALDO CRUZ	58,2	83,3	74,7	74,1
OURINHOS	66,0	92,4	89,4	92,9
OURO VERDE	52,8	91,3	96,0	95,2
OUROESTE	77,2	82,8	81,1	96,0
PACAEMBU	60,8	84,4	90,7	79,7
PALESTINA	57,0	72,4	51,1	80,7
PALMARES PAULISTA	48,7	69,9	84,0	79,9
PALMEIRA D'OESTE	62,3	89,5	93,0	83,1
PALMITAL	52,0	71,3	86,8	79,2
PANORAMA	28,7	52,1	59,7	72,4
PARAGUAÇU PAULISTA	75,3	84,6	91,9	87,3
PARAIBUNA	51,8	66,2	76,2	77,3
PARAÍSO	64,3	57,2	89,0	90,7
PARANAPANEMA	37,9	64,4	62,7	77,6
PARANAPUÃ	71,2	94,2	94,1	93,4
PARAPUÃ	36,0	53,1	54,6	71,4
PARDINHO	58,7	71,7	69,8	95,4
PARIQUERA-AÇU	37,5	52,6	51,3	70,0
PARISI	66,3	89,9	90,1	84,1
PATROCÍNIO PAULISTA	65,6	77,0	84,8	89,8
PAULICÉIA	30,5	74,3	75,6	89,6
PAULÍNIA	86,2	99,5	99,5	99,4
PAULISTÂNIA	64,3	77,5	76,7	86,7
PAULO DE FARIA	62,7	83,1	86,7	96,4
PEDERNEIRAS	63,5	92,8	78,9	89,6
PEDRA BELA	30,4	86,1	93,2	95,0
PEDRANÓPOLIS	59,7	78,7	83,7	90,6
PEDREGULHO	55,9	70,8	76,0	83,6
PEDREIRA	42,7	80,0	82,9	96,5
PEDRINHAS PAULISTA	82,2	82,9	87,3	90,8
PEDRO DE TOLEDO	36,1	86,9	85,0	83,1
PENÁPOLIS	70,9	86,2	89,8	91,9
PEREIRA BARRETO	72,9	98,0	88,7	88,6

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
PEREIRAS	42,0	63,4	67,8	71,8
PERUÍBE	57,3	81,9	94,1	97,8
PIACATU	44,6	94,9	94,7	94,0
PIEDADE	35,1	56,3	61,3	71,3
PILAR DO SUL	63,0	76,1	78,2	96,7
PINDAMONHANGABA	47,1	47,5	50,6	50,0
PINDORAMA	50,4	78,3	89,2	79,5
PINHALZINHO	58,2	93,6	97,7	96,8
PIQUEROBI	52,4	75,4	74,5	76,3
PIQUETE	70,6	70,0	68,2	76,1
PIRACAIA	56,0	84,3	80,2	72,5
PIRACICABA	57,5	59,7	64,4	59,1
PIRAJU	57,0	81,2	89,5	84,7
PIRAJUÍ	53,6	82,4	86,8	86,5
PIRANGI	49,9	62,2	67,6	86,6
PIRAPORA DO BOM JESUS	57,1	98,6	98,6	96,3
PIRAPOZINHO	52,7	64,9	63,1	50,5
PIRASSUNUNGA	71,9	92,0	81,8	87,3
PIRATININGA	61,6	97,0	97,5	97,0
PITANGUEIRAS	57,3	78,6	81,0	92,3
PLANALTO	58,6	73,3	72,8	93,5
PLATINA	63,5	93,7	93,5	92,4
POÁ	59,2	79,5	89,3	88,6
POLONI	80,0	89,3	91,7	86,3
POMPÉIA	73,3	96,3	98,5	98,1
PONGAÍ	65,6	75,6	74,6	91,9
PONTAL	42,2	59,4	59,7	68,6
PONTALINDA	65,3	79,0	88,7	92,9
PONTES GESTAL	68,4	87,1	81,2	81,0
POPULINA	61,4	79,7	79,2	92,4
PORANGABA	51,2	67,6	68,0	74,2
PORTO FELIZ	58,6	66,3	62,3	76,6
PORTO FERREIRA	71,4	96,2	94,0	89,7
POTIM	46,5	98,5	82,6	70,9
POTIRENDABA	54,4	97,3	90,9	82,0
PRACINHA	60,8	89,2	89,1	86,2
PRADÓPOLIS	70,4	98,1	96,3	96,7
PRAIA GRANDE	69,0	77,9	85,4	91,9
PRATÂNIA	64,7	95,4	95,3	94,2
PRESIDENTE ALVES	66,2	61,9	92,9	85,8
PRESIDENTE BERNARDES	61,1	81,3	85,3	85,6
PRESIDENTE EPITÁCIO	56,6	74,3	75,4	80,4
PRESIDENTE PRUDENTE	66,2	91,2	92,9	90,0
PRESIDENTE VENCESLAU	69,4	65,6	84,8	78,8
PROMISSÃO	63,2	95,0	99,1	94,9
QUADRA	72,4	78,2	82,5	86,9
QUATÁ	52,3	81,6	81,0	89,5
QUEIROZ	50,1	92,7	86,3	92,3
QUELUZ	60,3	80,3	90,9	82,6
QUINTANA	52,2	91,0	95,6	88,7
RAFARD	42,9	75,7	97,0	93,1
RANCHARIA	65,0	81,0	81,5	85,7
REDEÇÃO DA SERRA	25,7	38,3	46,9	74,4
REGENTE FELJÓ	71,0	88,8	91,9	96,5
REGINÓPOLIS	47,6	76,7	94,9	82,8
REGISTRO	43,2	62,1	68,4	75,8
RESTINGA	62,3	87,0	91,8	82,8
RIBEIRA	51,6	66,9	63,5	89,9
RIBEIRÃO BONITO	51,3	76,0	66,8	97,3
RIBEIRÃO BRANCO	13,8	23,0	26,3	53,0
RIBEIRÃO CORRENTE	74,0	69,5	74,1	78,7

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
RIBEIRÃO DO SUL	51,1	81,6	95,0	80,0
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	57,9	88,1	75,3	80,7
RIBEIRÃO GRANDE	48,7	83,4	83,3	89,1
RIBEIRÃO PIRES	64,4	76,4	80,3	67,8
RIBEIRÃO PRETO	62,1	72,2	74,1	87,5
RIFAINA	60,8	87,7	92,7	80,8
RINCÃO	41,6	83,2	76,8	88,7
RINÓPOLIS	64,5	92,3	93,7	91,4
RIO CLARO	77,3	71,4	67,5	86,5
RIO DAS PEDRAS	48,8	74,2	75,3	68,8
RIO GRANDE DA SERRA	45,5	59,7	65,4	76,2
RIOLÂNDIA	49,8	80,2	81,2	73,1
RIVERSUL	29,1	75,6	78,3	92,5
ROSANA	60,7	78,2	82,0	82,2
ROSEIRA	56,5	85,7	84,1	80,7
RUBIÁCEA	60,7	82,8	74,4	89,7
RUBINÉIA	62,1	83,7	84,9	75,5
SABINO	27,6	95,2	94,9	88,8
SAGRES	69,0	92,5	90,7	91,2
SALES	72,8	95,2	86,9	94,0
SALES OLIVEIRA	76,1	83,8	90,2	96,4
SALESÓPOLIS	34,4	55,8	64,3	67,0
SALMOURÃO	43,9	72,0	71,6	91,6
SALTINHO	67,6	95,4	95,3	94,6
SALTO	66,4	82,0	80,9	76,4
SALTO DE PIRAPORA	65,6	62,5	64,2	65,0
SALTO GRANDE	58,2	89,8	95,0	89,5
SANDOVALINA	49,0	87,9	94,1	90,7
SANTA ADÉLIA	58,6	87,5	97,9	87,1
SANTA ALBERTINA	54,8	77,1	79,1	70,9
SANTA BÁRBARA D'OESTE	61,9	73,1	73,5	83,9
SANTA BRANCA	61,2	73,8	77,5	77,9
SANTA CLARA D'OESTE	65,7	91,0	80,6	90,5
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO	43,2	81,7	89,8	92,8
SANTA CRUZ DA ESPERANÇA	74,3	88,4	88,2	77,9
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	61,8	55,1	79,1	86,1
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	63,2	82,7	78,1	96,9
SANTA ERNESTINA	49,7	77,1	78,6	94,9
SANTA FÉ DO SUL	71,4	92,2	74,0	65,4
SANTA GERTRUDES	81,8	78,9	92,7	98,3
SANTA ISABEL	44,2	83,5	84,7	82,8
SANTA LUCIA	79,1	83,4	77,9	82,2
SANTA MARIA DA SERRA	39,6	93,1	95,7	95,0
SANTA MERCEDES	59,1	52,3	87,4	82,2
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	79,1	81,9	70,7	86,9
SANTA RITA D'OESTE	48,2	78,3	85,6	83,1
SANTA ROSA DO VITERBO	48,8	81,3	89,0	82,0
SANTA SALETE	61,4	79,5	84,1	91,8
SANTANA DA PONTE PENSEA	69,7	86,1	90,0	89,5
SANTANA DE PARNAÍBA	45,7	83,2	91,4	93,7
SANTO ANASTÁCIO	66,9	76,2	74,2	87,2
SANTO ANDRÉ	66,6	78,5	82,1	75,4
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	44,4	51,4	46,9	41,3
SANTO ANTONIO DE POSSE	44,3	80,8	95,8	73,0
SANTO ANTONIO DO ARACANGUÁ	62,5	82,7	83,8	95,2
SANTO ANTONIO DO JARDIM	67,9	85,2	96,0	94,9
SANTO ANTONIO DO PINHAL	41,5	75,7	75,3	67,8
SANTO EXPEDITO	44,6	92,2	91,2	86,9
SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	71,8	94,6	94,4	93,5
SANTOS	71,4	94,8	98,0	86,2
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	48,9	56,6	65,4	75,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
SÃO BERNARDO DO CAMPO	64,6	89,7	92,9	87,3
SÃO CAETANO DO SUL	83,0	99,7	99,7	91,8
SÃO CARLOS	77,0	83,7	84,9	83,5
SÃO FRANCISCO	68,8	87,5	78,3	91,3
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	74,9	90,5	99,6	93,2
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	61,1	92,1	90,4	86,7
SÃO JOÃO DE IRACEMA	63,1	89,3	89,1	88,9
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	54,0	82,0	84,6	72,4
SÃO JOAQUIM DA BARRA	71,6	83,2	83,1	94,7
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	46,0	42,5	37,7	46,6
SÃO JOSÉ DO BARREIRO	52,0	81,3	80,5	81,1
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	88,4	85,9	89,2	99,2
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	76,7	99,9	99,9	85,1
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	61,5	70,9	74,5	76,3
SÃO LOURENÇO DA SERRA	29,3	74,7	91,8	92,2
SÃO LUÍS DO PARAITINGA	42,8	51,7	55,0	65,4
SÃO MANUEL	48,6	80,4	75,1	82,7
SÃO MIGUEL ARCANJO	28,8	70,2	68,3	81,2
SÃO PAULO	60,3	75,7	75,4	84,8
SÃO PEDRO	75,2	83,4	84,1	84,3
SÃO PEDRO DO TURVO	64,0	75,8	76,6	96,0
SÃO ROQUE	69,6	99,1	91,0	86,9
SÃO SEBASTIÃO	61,9	99,6	99,6	99,5
SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	48,5	64,7	69,9	74,4
SÃO SIMÃO	52,0	85,5	90,9	88,3
SÃO VICENTE	58,0	73,4	74,7	85,4
SARAPUÍ	51,4	97,4	82,6	96,6
SARUTAÍÁ	31,4	66,1	51,3	53,9
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	59,1	68,3	63,2	90,0
SERRA AZUL	51,3	56,7	52,1	60,3
SERRA NEGRA	48,4	85,7	88,4	83,5
SERRANA	57,7	96,2	98,8	85,3
SERTÃOZINHO	73,6	91,8	94,2	95,0
SETE BARRAS	23,9	50,9	65,2	79,3
SEVERÍNIA	53,5	73,5	80,0	85,9
SILVEIRAS	47,8	59,7	59,8	73,7
SOCORRO	52,8	84,2	85,5	93,4
SOROCABA	69,7	82,2	85,8	82,9
SUD MENUCCI	72,7	87,6	94,5	95,9
SUMARÉ	57,2	67,7	70,8	78,6
SUZANÁPOLIS	59,1	52,9	55,2	68,7
SUZANO	53,1	93,0	90,4	78,6
TABAPUÁ	63,8	89,4	92,1	85,5
TABATINGA	42,2	55,6	48,2	82,9
TABOÃO DA SERRA	60,0	73,2	74,5	66,8
TACIBA	53,4	77,0	72,8	91,1
TAGUÁÍ	43,4	83,8	96,8	96,6
TAIAÇU	63,2	96,4	90,3	89,9
TAIÚVA	55,8	80,0	78,9	91,4
TAMBAÚ	47,6	71,2	69,4	78,7
TANABI	70,9	83,7	80,1	86,0
TAPIRAÍ	39,6	73,4	68,5	64,5
TAPIRATIBA	66,7	81,4	86,2	92,8
TAQUARAL	49,2	87,2	88,1	92,2
TAQUARITINGA	53,3	83,7	87,8	85,8
TAQUARITUBA	56,4	80,1	83,7	73,7
TAQUARIVÁÍ	28,2	57,4	56,4	72,0
TARABÁÍ	54,4	72,8	76,4	74,9
TARUMÃ	85,0	87,2	97,8	96,2
TATUÍ	61,1	81,9	86,7	86,1
TAUBATÉ	74,0	86,5	95,4	83,7

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
TEJUPÁ	37,2	53,7	54,4	64,8
TEODORO SAMPAIO	51,3	71,7	80,9	81,1
TERRA ROXA	50,4	86,4	81,6	93,7
TIETÉ	70,3	73,7	77,7	78,1
TIMBURI	41,1	76,9	79,5	72,1
TORRE DE PEDRA	35,3	90,1	91,8	88,4
TORRINHA	71,8	73,8	80,6	96,0
TRABIJU	61,7	72,4	87,4	88,8
TREMEMBÉ	53,8	80,0	76,0	69,5
TRÊS FRONTEIRAS	57,2	66,5	68,3	76,1
TUIUTI	32,5	93,7	87,2	90,7
TUPÁ	43,2	50,7	48,9	75,1
TUPI PAULISTA	68,6	80,5	78,0	86,2
TURIÚBA	71,3	89,3	89,1	87,6
TURMALINA	51,5	64,9	72,7	80,1
UBARANA	72,4	91,2	93,4	94,9
UBATUBA	39,3	76,5	79,2	88,6
UBIRAJARA	43,3	72,4	71,8	84,2
UCHÔA	81,0	87,1	96,8	95,9
UNIÃO PAULISTA	57,8	88,9	88,6	88,3
URÂNIA	54,6	80,0	74,8	84,8
URU	76,9	79,5	87,8	87,8
URUPÊS	72,0	86,4	78,9	92,8
VALENTIM GENTIL	47,7	92,6	87,8	87,6
VALINHOS	77,9	99,6	99,6	99,5
VALPARAÍSO	62,2	92,6	89,3	93,1
VARGEM	30,7	57,5	93,7	77,3
VARGEM GRANDE DO SUL	57,8	75,4	71,7	71,8
VARGEM GRANDE PAULISTA	64,3	72,3	79,4	87,6
VÁRZEA PAULISTA	52,5	55,0	53,9	62,1
VERA CRUZ	80,3	83,5	90,8	93,6
VINHEDO	85,8	99,4	99,4	96,7
VIRADOURO	64,1	54,6	75,2	90,1
VISTA ALEGRE DO ALTO	76,3	88,1	81,9	94,6
VITÓRIA BRASIL	65,1	79,3	84,4	82,5
VOTORANTIM	75,9	99,8	99,4	96,3
VOTUPORANGA	71,9	70,0	81,1	88,4
ZACARIAS	59,4	86,1	90,3	89,9

TABELA 2: Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo em relação ao total da população nesta faixa etária, segundo os municípios – 2000/2006.

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
ADAMANTINA	94,0	96,6	96,3	99,9
ADOLFO	93,8	94,8	98,2	99,9
AGUÁÍ	93,1	92,1	96,3	99,9
ÁGUAS DA PRATA	93,8	94,7	97,5	99,9
ÁGUAS DE LINDÓIA	93,8	96,0	97,4	99,9
ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	93,9	95,7	96,1	99,9
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	93,9	91,9	98,1	99,9
AGUDOS	93,9	97,1	99,0	99,9
ALAMBARI	93,8	95,7	98,2	99,9
ALFREDO MARCONDES	93,6	94,7	98,1	99,9
ALTAIR	93,9	95,4	96,2	99,9
ALTINÓPOLIS	93,7	95,0	98,0	99,9
ALTO ALEGRE	93,8	93,5	97,7	99,9
ALUMÍNIO	93,7	97,1	98,6	99,9
ÁLVARES FLORENCE	93,9	95,7	98,2	99,9
ÁLVARES MACHADO	93,8	97,8	98,8	99,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
ÁLVARO DE CARVALHO	93,5	94,8	97,4	99,9
ALVINLÂNDIA	93,9	93,6	97,9	99,9
AMERICANA	95,2	98,1	97,6	99,9
AMÉRICO BRASILIENSE	94,0	91,0	94,6	99,9
AMÉRICO DE CAMPOS	93,7	93,6	96,8	99,9
AMPARO	93,5	85,2	94,3	99,9
ANALÂNDIA	93,9	91,3	97,9	99,9
ANDRADINA	94,4	98,8	99,2	99,9
ANGATUBA	93,4	93,5	98,7	99,9
ANHEMBI	94,0	95,9	98,2	99,9
ANHUMAS	93,6	93,6	98,2	99,9
APARECIDA	94,1	93,8	97,4	99,9
APARECIDA D'OESTE	93,6	95,8	98,2	99,9
APIAÍ	93,6	98,3	99,0	99,9
ARAÇARIGUAMA	93,5	93,1	97,7	99,9
ARAÇATUBA	95,1	98,0	99,1	99,9
ARAÇOIABA DA SERRA	94,0	90,0	94,8	99,9
ARAMINA	93,9	94,4	96,6	99,9
ARANDU	93,6	89,9	98,3	99,9
ARAPEÍ	93,8	95,4	98,1	99,9
ARARAQUARA	93,8	90,8	95,3	99,9
ARARAS	94,4	95,4	98,4	99,9
ARCO ÍRIS	93,9	95,3	98,1	99,9
AREALVA	93,9	96,2	98,3	99,9
AREIAS	93,7	95,6	98,2	99,9
AREIÓPOLIS	93,7	96,9	98,5	99,9
ARIRANHA	94,0	96,3	98,4	99,9
ARTUR NOGUEIRA	93,5	86,6	95,0	99,9
ARUJÁ	93,1	87,6	95,3	99,9
ASPÁSIA	93,8	95,1	98,1	99,9
ASSIS	94,3	90,0	95,3	99,9
ATIBAIA	93,7	91,5	98,4	99,9
AURIFLAMA	93,8	96,1	98,4	99,9
AVAÍ	93,8	95,0	98,2	99,9
AVANHANDAVA	93,5	93,3	98,4	99,9
AVARÉ	94,1	91,9	93,9	99,9
BADY BASSITT	94,0	87,0	95,0	99,9
BALBINOS	93,9	95,0	98,1	99,9
BÁLSAMO	93,8	90,5	97,9	99,9
BANANAL	93,6	96,6	98,4	99,9
BARÃO DE ANTONINA	93,8	95,2	98,2	99,9
BARBOSA	93,7	96,1	98,3	99,9
BARIRI	93,7	92,6	98,9	99,9
BARRA BONITA	94,3	95,6	97,4	99,9
BARRA DO CHAPÉU	93,6	96,1	98,3	99,9
BARRA DO TURVO	93,4	96,7	98,5	99,9
BARRETOS	94,5	96,3	99,1	99,9
BARRINHA	93,2	93,4	98,6	99,9
BARUERI	93,4	92,5	99,8	99,9
BASTOS	94,1	97,4	98,8	99,9
BATATAIS	94,5	96,6	99,2	99,9
BAURU	94,0	93,7	96,2	99,9
BEBEDOURO	94,3	96,1	99,4	99,9
BENTO DE ABREU	93,6	93,8	98,1	99,9
BERNARDINO DE CAMPOS	93,9	95,8	98,5	99,9
BERTIOGA	93,4	93,9	99,0	99,9
BILAC	93,8	94,4	98,3	99,9
BIRIGUI	94,5	93,4	96,8	99,9
BIRITIBA MIRIM	93,6	92,7	98,4	99,9
BOA ESPERANÇA DO SUL	93,7	96,4	97,8	99,9
BOCAINA	93,7	95,8	97,7	99,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
BOFETE	93,8	96,4	98,4	99,9
BOITUVA	93,0	86,4	94,7	99,9
BOM JESUS DOS PERDÕES	93,4	91,0	98,2	99,9
BOM SUCESSO DE ITARARÉ	93,9	94,0	96,5	99,9
BORÁ	93,8	91,6	97,0	99,9
BORACÉIA	93,9	95,7	98,2	99,9
BORBOREMA	93,7	94,2	96,2	99,9
BOREBI	93,8	95,2	98,0	99,9
BOTUCATU	94,4	90,5	95,4	99,9
BRAGANÇA PAULISTA	93,6	93,0	93,4	99,9
BRAÚNA	93,9	93,5	97,1	99,9
BREJO ALEGRE	93,9	95,3	98,1	99,9
BRODOWSKI	94,0	91,8	94,9	99,9
BROTAS	93,8	91,4	97,5	99,9
BURI	92,6	97,7	98,8	99,9
BURITAMA	93,7	92,8	98,3	99,9
BURITIZAL	93,7	93,3	98,2	99,9
CABRÁLIA PAULISTA	93,6	93,2	97,7	99,9
CABREÚVA	93,3	92,1	95,1	99,9
CAÇAPAVA	94,4	96,7	99,4	99,9
CACHOEIRA PAULISTA	93,7	88,9	95,2	99,9
CACONDE	93,3	95,5	95,3	99,9
CAFELÂNDIA	93,7	97,3	98,6	99,9
CAIABU	93,9	95,0	97,5	99,9
CAIEIRAS	94,2	91,3	98,2	99,9
CAIUÁ	93,7	93,3	96,5	99,9
CAJAMAR	93,0	93,4	95,6	99,9
CAJATI	93,3	88,4	97,3	99,9
CAJOBI	93,5	96,3	98,5	99,9
CAJURU	93,7	97,8	98,8	99,9
CAMPINA DO MONTE ALEGRE	93,6	95,1	97,6	99,9
CAMPINAS	93,5	95,7	99,4	99,9
CAMPO LIMPO PAULISTA	94,1	99,0	99,4	99,9
CAMPOS DO JORDÃO	93,9	98,7	99,2	99,9
CAMPOS NOVOS PAULISTA	93,9	94,9	97,2	99,9
CANANÉIA	93,6	92,4	98,5	99,9
CANAS	93,5	92,9	98,2	99,9
CÂNDIDO MOTA	93,8	87,2	99,0	99,9
CÂNDIDO RODRIGUES	93,8	95,3	98,1	99,9
CANITAR	93,8	93,8	98,1	99,9
CAPÃO BONITO	91,8	87,5	97,0	99,9
CAPELA DO ALTO	93,4	92,2	98,7	99,9
CAPIVARI	93,8	95,3	97,6	99,9
CARAGUATATUBA	94,0	88,3	96,8	99,9
CARAPICUÍBA	92,4	94,3	96,3	99,9
CARDOSO	93,8	90,4	98,5	99,9
CASA BRANCA	94,0	97,1	98,5	99,9
CÁSSIA DOS COQUEIROS	93,8	94,3	97,0	99,9
CASTILHO	94,1	96,1	98,6	99,9
CATANDUVA	93,5	92,9	95,8	99,9
CATIGUÁ	93,9	92,0	96,6	99,9
CEDRAL	93,9	89,3	95,8	99,9
CERQUEIRA CÉSAR	93,7	94,8	96,7	99,9
CERQUILHO	93,7	94,0	95,8	99,9
CESÁRIO LANGE	93,6	97,0	98,5	99,9
CHARQUEADA	93,5	95,4	98,6	99,9
CHAVANTES	93,7	90,6	96,8	99,9
CLEMENTINA	93,7	96,1	98,3	99,9
COLINA	93,9	88,5	98,7	99,9
COLÔMBIA	93,8	96,3	98,1	99,9
CONCHAL	93,5	93,4	98,9	99,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
CONCHAS	93,7	96,3	98,6	99,9
CORDEIRÓPOLIS	93,8	95,7	98,2	99,9
COROADOS	93,9	95,8	98,2	99,9
CORONEL MACEDO	93,8	96,1	98,3	99,9
CORUMBATAÍ	93,9	93,5	97,5	99,9
COSMÓPOLIS	94,0	90,6	98,4	99,9
COSMORAMA	93,8	96,2	98,3	99,9
COTIA	94,1	93,2	98,8	99,9
CRAVINHOS	93,7	94,4	99,0	99,9
CRISTAIS PAULISTA	93,8	95,2	98,4	99,9
CRUZÁLIA	93,9	95,4	98,1	99,9
CRUZEIRO	93,7	90,9	98,4	99,9
CUBATÃO	93,8	99,4	99,5	99,9
CUNHA	93,6	95,8	98,8	99,9
DESCALVADO	93,6	98,2	99,0	99,9
DIADEMA	93,8	97,5	99,8	99,9
DIRCE REIS	93,8	92,5	98,1	99,9
DIVINOLÂNDIA	93,6	93,6	96,9	99,9
DOBRADA	93,9	96,3	97,3	99,9
DOIS CÔRREGOS	93,3	97,8	96,8	99,9
DOLCINÓPOLIS	93,9	94,3	98,1	99,9
DOURADO	94,0	93,0	96,8	99,9
DRACENA	94,5	95,8	94,5	99,9
DUARTINA	93,9	92,5	94,9	99,9
DUMONT	93,8	88,1	93,8	99,9
ECHAPORÃ	93,9	93,2	98,4	99,9
ELDORADO	93,5	92,9	98,7	99,9
ELIAS FAUSTO	93,6	87,4	95,5	99,9
ELISIÁRIO	93,8	92,5	97,1	99,9
EMBAÚBA	93,8	95,3	98,1	99,9
EMBU	91,4	96,0	96,3	99,9
EMBU-GUAÇU	93,8	96,1	95,5	99,9
EMILIANÓPOLIS	93,8	95,4	97,6	99,9
ENGENHEIRO COELHO	93,7	88,4	97,1	99,9
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	93,2	91,2	94,8	99,9
ESPÍRITO SANTO DO TURVO	93,8	94,9	98,1	99,9
ESTIVA GERBI	93,8	91,1	96,6	99,9
ESTRELA DO NORTE	93,7	95,4	98,1	99,9
ESTRELA D'OESTE	94,0	94,5	98,4	99,9
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	93,8	95,9	98,5	99,9
FARTURA	93,8	96,8	98,6	99,9
FERNANDO PRESTES	93,9	89,2	95,0	99,9
FERNANDÓPOLIS	94,5	95,9	98,3	99,9
FERNÃO	93,8	93,5	98,1	99,9
FERRAZ DE VASCONCELOS	94,6	96,9	99,7	99,9
FLORA RICA	93,8	90,7	97,1	99,9
FLOREAL	93,8	95,1	97,2	99,9
FLÓRIDA PAULISTA	93,9	96,8	98,5	99,9
FLORÍNIA	93,8	95,5	98,2	99,9
FRANCA	94,1	88,4	93,0	99,9
FRANCISCO MORATO	93,6	95,5	99,7	99,9
FRANCO DA ROCHA	93,7	93,8	97,8	99,9
GABRIEL MONTEIRO	93,7	92,0	97,3	99,9
GÁLIA	93,7	93,1	98,4	99,9
GARÇA	94,4	95,4	99,1	99,9
GASTÃO VIDIGAL	93,5	92,5	98,2	99,9
GAVIÃO PEIXOTO	93,9	95,6	98,0	99,9
GENERAL SALGADO	93,8	96,8	98,0	99,9
GETULINA	93,7	96,7	98,2	99,9
GLICÉRIO	93,7	95,1	97,0	99,9
GUAÍÇARA	93,8	96,7	98,5	99,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
GUAIMBÊ	93,9	88,7	98,2	99,9
GUAÍRA	94,5	98,4	99,0	99,9
GUAPIAÇU	93,8	90,5	94,2	99,9
GUAPIARA	93,4	90,3	98,5	99,9
GUARÁ	93,5	89,6	98,7	99,9
GUARAÇAI	94,0	96,5	98,4	99,9
GUARACI	93,6	96,7	96,6	99,9
GUARANI D'OESTE	93,8	93,3	98,1	99,9
GUARANTÁ	93,7	96,3	98,3	99,9
GUARARAPES	94,0	98,1	98,9	99,9
GUARAREMA	93,8	97,8	98,8	99,9
GUARATINGUETÁ	93,9	94,4	97,1	99,9
GUAREÍ	93,6	86,3	94,7	99,9
GUARIBA	94,1	98,3	98,9	99,9
GUARUJÁ	93,3	93,5	99,8	99,9
GUARULHOS	92,9	95,5	99,8	99,9
GUATAPARÁ	93,9	93,6	98,3	99,9
GUZOLÂNDIA	93,7	95,8	98,2	99,9
HERCULÂNDIA	93,7	95,2	97,1	99,9
HOLAMBRA	93,8	96,4	98,4	99,9
HORTOLÂNDIA	92,9	89,3	97,2	99,9
IACANGA	93,8	91,9	95,1	99,9
IACRI	93,8	96,3	98,3	99,9
IARAS	93,8	95,6	97,4	99,9
IBATÉ	93,2	89,9	99,0	99,9
IBIRÁ	93,7	89,5	98,4	99,9
IBIRAREMA	93,8	96,0	98,3	99,9
IBITINGA	93,6	98,3	97,9	99,9
IBIÚNA	92,1	89,9	97,1	99,9
ICÉM	93,8	96,3	98,3	99,9
IEPÉ	93,9	95,5	98,3	99,9
IGARAÇU DO TIETÊ	93,9	97,9	98,8	99,9
IGARAPAVA	93,5	91,4	98,7	99,9
IGARATÁ	93,7	93,9	98,0	99,9
IGUAPE	94,1	90,2	96,1	99,9
ILHA COMPRIDA	93,9	88,6	98,6	99,9
ILHA SOLTEIRA	93,8	92,6	95,0	99,9
ILHABELA	93,6	95,6	98,4	99,9
INDAIATUBA	93,8	93,8	96,4	99,9
INDIANA	93,9	93,9	98,3	99,9
INDIAPORÁ	93,9	92,9	96,1	99,9
INÚBIA PAULISTA	93,8	95,5	97,9	99,9
IPAUSSU	93,5	97,0	98,3	99,9
IPERÓ	93,8	96,8	98,8	99,9
IPEÚNA	93,7	92,3	96,8	99,9
IPIGUÁ	93,9	91,0	98,0	99,9
IPORANGA	93,7	94,3	98,3	99,9
IPUÁ	93,9	97,0	98,5	99,9
IRACEMÁPOLIS	93,7	92,9	97,0	99,9
IRAPUÁ	93,9	92,8	97,4	99,9
IRAPURU	93,9	96,3	98,3	99,9
ITABERÁ	93,6	91,1	96,6	99,9
ITAÍ	93,3	97,0	93,7	99,9
ITAJOBI	93,8	95,0	98,3	99,9
ITAJU	93,9	95,4	98,1	99,9
ITANHAÉM	94,0	94,6	96,0	99,9
ITAÓCA	93,7	95,6	98,2	99,9
ITAPEÇERICA DA SERRA	92,8	91,8	93,9	99,9
ITAPETINGA	93,1	94,4	95,2	99,9
ITAPEVA	93,0	91,8	98,1	99,9
ITAPEVI	92,9	96,3	98,6	99,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
ITAPIRA	94,2	94,6	96,9	99,9
ITAPIRAPUÃ PAULISTA	93,5	95,8	98,2	99,9
ITÁPOLIS	94,0	97,3	99,1	99,9
ITAPORANGA	93,7	88,2	97,6	99,9
ITAPUÍ	93,9	96,8	98,5	99,9
ITAPURA	93,7	95,5	98,2	99,9
ITAQUAQUECETUBA	92,5	91,4	96,1	99,9
ITARARÉ	93,0	98,7	99,2	99,9
ITARIRI	93,6	97,3	98,6	99,9
ITATIBA	94,2	97,5	96,9	99,9
ITATINGA	93,6	92,7	96,5	99,9
ITIRAPINA	94,0	96,7	98,5	99,9
ITIRAPUÃ	93,9	95,1	98,3	99,9
ITOBI	93,8	92,6	96,2	99,9
ITU	94,4	89,1	95,6	99,9
ITUPEVA	93,6	91,1	98,9	99,9
ITUVERAVA	93,9	98,4	99,0	99,9
JABORANDI	93,8	93,5	96,2	99,9
JABOTICABAL	94,8	94,1	94,8	99,9
JACAREÍ	94,2	99,6	99,7	99,9
JACI	93,8	95,5	98,2	99,9
JACUPIRANGA	93,8	85,9	93,6	99,9
JAGUARIÚNA	93,7	90,3	95,5	99,9
JALES	94,0	81,9	91,2	99,9
JAMBEIRO	93,4	94,8	97,5	99,9
JANDIRA	93,9	90,8	96,2	99,9
JARDINÓPOLIS	93,5	90,0	96,4	99,9
JARINU	93,4	89,4	95,2	99,9
JAÚ	94,1	89,9	94,4	99,9
JERIQUARA	93,6	92,0	97,4	99,9
JOANÓPOLIS	93,3	93,4	97,2	99,9
JOÃO RAMALHO	93,7	95,8	98,2	99,9
JOSÉ BONIFÁCIO	93,9	91,6	94,7	99,9
JÚLIO MESQUITA	93,8	95,8	98,2	99,9
JUMIRIM	93,7	92,4	97,9	99,9
JUNDIAÍ	94,8	93,5	96,8	99,9
JUNQUEIRÓPOLIS	94,2	97,2	98,6	99,9
JUQUIÁ	93,9	94,6	98,8	99,9
JUQUITIBA	93,3	94,8	99,0	99,9
LAGOINHA	93,8	95,9	98,3	99,9
LARANJAL PAULISTA	94,0	97,8	98,8	99,9
LAVÍNIA	93,9	92,8	97,3	99,9
LAVRINHAS	93,8	93,3	98,3	99,9
LEME	92,5	90,6	99,2	99,9
LENÇÓIS PAULISTA	93,7	91,0	98,8	99,9
LIMEIRA	94,5	96,1	98,2	99,9
LINDÓIA	93,8	96,0	97,5	99,9
LINS	94,6	99,0	98,5	99,9
LORENA	94,3	99,1	99,4	99,9
LOURDES	93,7	93,5	96,8	99,9
LOUVEIRA	93,7	89,2	96,2	99,9
LUCÉLIA	93,8	96,8	96,9	99,9
LUCIANÓPOLIS	93,7	92,2	97,3	99,9
LUÍS ANTÔNIO	93,8	96,4	98,4	99,9
LUIZIÂNIA	93,7	88,5	95,8	99,9
LUPÉRCIO	93,7	95,8	98,2	99,9
LUTÉCIA	93,9	92,4	96,9	99,9
MACATUBA	94,0	95,7	98,7	99,9
MACAUBAL	93,9	93,8	95,7	99,9
MACEDÔNIA	93,8	94,8	98,2	99,9
MAGDA	93,9	95,5	98,2	99,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
MAIRINQUE	93,6	96,2	99,1	99,9
MAIRIPORÃ	93,4	90,7	95,6	99,9
MANDURI	93,8	96,5	98,4	99,9
MARABÁ PAULISTA	93,8	95,6	98,2	99,9
MARACÁI	94,0	94,2	98,4	99,9
MARAPOAMA	93,8	93,3	97,2	99,9
MARIÁPOLIS	93,9	95,6	98,2	99,9
MARÍLIA	93,6	88,3	95,8	99,9
MARINÓPOLIS	93,8	94,1	98,1	99,9
MARTINÓPOLIS	93,8	89,1	94,8	99,9
MATÃO	94,0	98,9	99,3	99,9
MAUÁ	94,2	97,2	99,8	99,9
MENDONÇA	93,9	95,6	98,2	99,9
MERIDIANO	93,8	95,5	98,2	99,9
MESÓPOLIS	93,7	95,1	97,6	99,9
MIGUELÓPOLIS	93,9	86,0	94,4	99,9
MINEIROS DO TIETÊ	93,8	88,9	96,0	99,9
MIRA ESTRELA	93,8	95,8	96,7	99,9
MIRACATU	93,1	91,4	95,5	99,9
MIRANDÓPOLIS	94,1	97,8	98,8	99,9
MIRANTE DO PARANAPANEMA	93,9	89,9	96,2	99,9
MIRASSOL	93,9	95,8	96,4	99,9
MIRASSOLÂNDIA	93,6	94,2	97,5	99,9
MOCOÇA	94,3	94,6	96,1	99,9
MOGI DAS CRUZES	94,2	93,6	99,4	99,9
MOGI GUAÇU	94,7	97,2	98,2	99,9
MOJI MIRIM	94,4	94,4	97,3	99,9
MOMBUCA	93,7	94,5	98,2	99,9
MONÇÕES	93,8	95,2	98,1	99,9
MONGAGUÁ	93,1	89,5	97,3	99,9
MONTE ALEGRE DO SUL	93,8	90,4	97,3	99,9
MONTE ALTO	94,0	95,1	99,1	99,9
MONTE APRAZÍVEL	94,2	96,9	98,6	99,9
MONTE AZUL PAULISTA	93,4	97,7	98,8	99,9
MONTE CASTELO	93,8	95,1	97,2	99,9
MONTE MOR	93,8	93,8	98,0	99,9
MONTEIRO LOBATO	93,8	95,3	97,8	99,9
MORRO AGUDO	93,5	98,1	98,9	99,9
MORUNGABA	93,7	96,7	98,5	99,9
MOTUCA	93,9	91,2	98,2	99,9
MURUTINGA DO SUL	93,9	93,1	98,2	99,9
NANTES	93,7	95,3	98,1	99,9
NARANDIBA	93,7	94,9	97,8	99,9
NATIVIDADE DA SERRA	93,5	94,4	98,3	99,9
NAZARÉ PAULISTA	93,6	92,1	98,6	99,9
NEVES PAULISTA	94,0	94,7	98,4	99,9
NHANDEARA	94,0	96,5	98,0	99,9
NIPOÃ	93,8	93,7	98,2	99,9
NOVA ALIANÇA	93,9	95,7	98,2	99,9
NOVA CAMPINA	93,3	90,1	98,4	99,9
NOVA CANAÃ PAULISTA	93,8	93,9	98,1	99,9
NOVA CASTILHO	93,8	94,9	98,0	99,9
NOVA EUROPA	93,9	96,4	98,4	99,9
NOVA GRANADA	93,4	95,7	98,7	99,9
NOVA GUATAPORANGA	93,9	95,2	97,4	99,9
NOVA INDEPENDÊNCIA	93,9	95,2	97,3	99,9
NOVA LUZITÂNIA	93,8	93,6	99,1	99,9
NOVA ODESSA	94,1	95,5	98,2	99,9
NOVAIS	93,9	95,4	98,1	99,9
NOVO HORIZONTE	94,4	97,6	99,0	99,9
NUPORANGA	93,8	93,9	98,3	99,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
OCAUÇU	93,7	92,3	97,6	99,9
ÓLEO	93,8	93,9	97,3	99,9
OLÍMPIA	94,3	98,4	97,4	99,9
ONDA VERDE	93,7	95,2	98,1	99,9
ORIENTE	93,6	92,0	98,3	99,9
ORINDIÚVA	93,9	95,7	98,2	99,9
ORLÂNDIA	93,8	92,0	99,1	99,9
OSASCO	93,2	94,5	99,9	99,9
OSCAR BRESSANE	93,9	95,3	98,1	99,9
OSVALDO CRUZ	93,7	91,8	97,3	99,9
OURINHOS	93,8	95,3	96,5	99,9
OURO VERDE	94,0	94,3	97,5	99,9
OUROESTE	93,9	96,4	98,4	99,9
PACAEMBU	94,0	96,8	98,5	99,9
PALESTINA	93,8	96,5	98,4	99,9
PALMARES PAULISTA	93,4	94,9	98,0	99,9
PALMEIRA D'OESTE	93,8	96,6	98,4	99,9
PALMITAL	93,8	97,6	98,7	99,9
PANORAMA	93,9	90,2	97,5	99,9
PARAGUAÇU PAULISTA	93,3	95,2	95,0	99,9
PARAIBUNA	93,5	94,4	98,6	99,9
PARAÍSO	93,8	95,7	98,3	99,9
PARANAPANEMA	93,5	92,5	95,8	99,9
PARANAPUÃ	93,8	95,5	98,2	99,9
PARAPUÃ	93,7	94,7	98,5	99,9
PARDINHO	93,8	95,9	98,2	99,9
PARIQUERA-AÇU	93,7	97,7	98,8	99,9
PARISI	93,9	95,2	97,6	99,9
PATROCÍNIO PAULISTA	93,7	93,4	98,5	99,9
PAULICÉIA	93,7	94,7	98,3	99,9
PAULÍNIA	94,1	87,5	96,4	99,9
PAULISTÂNIA	93,7	95,1	98,1	99,9
PAULO DE FARIA	93,9	93,9	96,7	99,9
PEDERNEIRAS	93,6	94,9	99,1	99,9
PEDRA BELA	93,6	96,1	98,3	99,9
PEDRANÓPOLIS	93,8	95,4	98,1	99,9
PEDREGULHO	93,8	96,1	98,7	99,9
PEDREIRA	93,5	92,0	98,2	99,9
PEDRINHAS PAULISTA	93,8	95,4	98,1	99,9
PEDRO DE TOLEDO	93,9	96,8	98,2	99,9
PENÁPOLIS	94,1	94,5	99,2	99,9
PEREIRA BARRETO	93,7	91,4	94,3	99,9
PEREIRAS	93,8	91,2	98,3	99,9
PERÚIBE	93,9	98,9	99,3	99,9
PIACATU	93,6	93,3	96,5	99,9
PIEDADE	93,0	88,4	95,7	99,9
PILAR DO SUL	93,9	95,2	98,9	99,9
PINDAMONHANGABA	94,3	95,1	99,6	99,9
PINDORAMA	93,7	97,0	98,5	99,9
PINHALZINHO	93,9	95,1	98,0	99,9
PIQUEROBI	93,9	92,5	96,4	99,9
PIQUETE	94,1	92,4	98,6	99,9
PIRACAIÁ	93,4	97,0	98,8	99,9
PIRACICABA	94,5	96,1	98,3	99,9
PIRAJU	94,0	92,2	97,5	99,9
PIRAJÚ	93,5	94,2	98,7	99,9
PIRANGI	93,9	89,7	96,1	99,9
PIRAPORA DO BOM JESUS	93,3	92,1	97,1	99,9
PIRAPOZINHO	93,7	95,5	98,8	99,9
PIRASSUNUNGA	93,4	94,1	99,3	99,9
PIRATININGA	93,7	95,1	97,4	99,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
PITANGUEIRAS	93,5	90,8	99,0	99,9
PLANALTO	93,9	95,3	98,2	99,9
PLATINA	93,9	95,5	98,2	99,9
POÁ	94,5	99,3	99,5	99,9
POLONI	93,9	91,5	97,9	99,9
POMPÉIA	94,3	97,5	98,7	99,9
PONGAÍ	93,8	94,9	98,2	99,9
PONTAL	93,4	90,9	99,0	99,9
PONTALINDA	93,9	95,7	97,8	99,9
PONTES GESTAL	93,8	89,2	96,5	99,9
POPULINA	93,8	95,8	98,2	99,9
PORANGABA	93,7	93,1	98,2	99,9
PORTO FELIZ	94,0	96,7	97,9	99,9
PORTO FERREIRA	93,7	90,0	95,1	99,9
POTIM	94,1	93,3	97,7	99,9
POTIRENDABA	93,7	89,7	93,9	99,9
PRACINHA	93,8	93,0	98,0	99,9
PRADÓPOLIS	93,9	89,4	98,6	99,9
PRAIA GRANDE	93,7	93,4	94,7	99,9
PRATÂNIA	93,9	92,5	95,8	99,9
PRESIDENTE ALVES	93,8	95,9	98,2	99,9
PRESIDENTE BERNARDES	94,0	93,3	98,6	99,9
PRESIDENTE EPITÁCIO	93,7	89,3	93,8	99,9
PRESIDENTE PRUDENTE	95,6	94,2	99,7	99,9
PRESIDENTE VENCESLAU	93,6	84,9	96,6	99,9
PROMISSÃO	94,4	97,4	99,0	99,9
QUADRA	93,7	95,5	98,2	99,9
QUATÁ	94,0	94,0	96,7	99,9
QUEIROZ	93,8	95,2	97,2	99,9
QUELUZ	93,8	96,6	98,4	99,9
QUINTANA	93,9	95,9	97,1	99,9
RAFARD	93,9	96,5	98,4	99,9
RANCHARIA	94,4	98,2	98,9	99,9
REDENÇÃO DA SERRA	93,8	95,7	98,2	99,9
REGENTE FEIJÓ	93,7	94,4	95,9	99,9
REGINÓPOLIS	93,8	90,6	96,9	99,9
REGISTRO	93,1	97,5	99,3	99,9
RESTINGA	93,7	96,2	98,3	99,9
RIBEIRA	93,7	92,1	98,2	99,9
RIBEIRÃO BONITO	93,9	96,9	98,5	99,9
RIBEIRÃO BRANCO	92,5	88,5	96,2	99,9
RIBEIRÃO CORRENTE	93,7	95,7	98,2	99,9
RIBEIRÃO DO SUL	93,8	95,8	98,2	99,9
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	93,8	92,0	96,7	99,9
RIBEIRÃO GRANDE	93,4	96,6	98,4	99,9
RIBEIRÃO PIRES	94,2	94,9	97,0	99,9
RIBEIRÃO PRETO	94,2	95,3	99,7	99,9
RIFAINA	93,9	88,7	97,4	99,9
RINCÃO	93,9	96,2	98,4	99,9
RINÓPOLIS	93,8	91,9	95,1	99,9
RIO CLARO	94,3	97,6	98,9	99,9
RIO DAS PEDRAS	93,8	93,0	98,4	99,9
RIO GRANDE DA SERRA	93,5	96,4	98,4	99,9
RIOLÂNDIA	93,7	96,4	98,4	99,9
RIVERSUL	93,8	95,6	97,5	99,9
ROSANA	93,7	91,2	97,5	99,9
ROSEIRA	94,0	92,2	98,0	99,9
RUBIÁCEA	93,8	95,3	98,1	99,9
RUBINÉIA	93,8	95,4	98,1	99,9
SABINO	93,7	94,5	98,3	99,9
SAGRES	93,9	94,1	98,1	99,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
SALES	93,8	93,3	97,2	99,9
SALES OLIVEIRA	93,7	93,8	96,5	99,9
SALESÓPOLIS	93,7	91,4	98,6	99,9
SALMOURÃO	93,7	92,4	97,8	99,9
SALTINHO	93,9	94,2	97,9	99,9
SALTO	93,8	93,1	97,8	99,9
SALTO DE PIRAPORA	93,2	92,6	98,2	99,9
SALTO GRANDE	93,7	93,6	98,4	99,9
SANDOVALINA	93,7	95,4	98,2	99,9
SANTA ADÉLIA	93,9	95,6	98,5	99,9
SANTA ALBERTINA	93,7	94,2	98,3	99,9
SANTA BÁRBARA D'OESTE	93,9	94,4	98,2	99,9
SANTA BRANCA	93,2	93,8	98,2	99,9
SANTA CLARA D'OESTE	93,8	95,2	98,1	99,9
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO	93,8	94,4	98,0	99,9
SANTA CRUZ DA ESPERANÇA	93,9	94,8	98,1	99,9
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	93,5	93,6	98,9	99,9
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	93,9	98,4	94,8	99,9
SANTA ERNESTINA	93,9	94,2	98,3	99,9
SANTA FÉ DO SUL	93,8	90,8	95,7	99,9
SANTA GERTRUDES	94,0	87,4	95,9	99,9
SANTA ISABEL	93,6	96,6	98,3	99,9
SANTA LUCIA	94,0	89,9	97,0	99,9
SANTA MARIA DA SERRA	93,8	94,5	98,2	99,9
SANTA MERCEDES	93,9	95,5	98,2	99,9
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	94,1	92,7	98,1	99,9
SANTA RITA D'OESTE	93,8	93,8	98,8	99,9
SANTA ROSA DO VITERBO	93,6	92,3	97,4	99,9
SANTA SALETE	93,8	85,4	91,6	99,9
SANTANA DA PONTE PENSA	93,9	93,5	97,8	99,9
SANTANA DE PARNAÍBA	92,5	97,5	97,7	99,9
SANTO ANASTÁCIO	93,9	97,7	98,7	99,9
SANTO ANDRÉ	95,3	97,1	98,1	99,9
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	93,7	96,2	98,3	99,9
SANTO ANTONIO DE POSSE	93,3	92,3	95,1	99,9
SANTO ANTONIO DO ARACANGUÁ	93,9	96,3	98,3	99,9
SANTO ANTONIO DO JARDIM	93,6	90,9	95,9	99,9
SANTO ANTONIO DO PINHAL	93,8	94,6	98,3	99,9
SANTO EXPEDITO	93,9	94,7	97,3	99,9
SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	93,7	95,7	98,2	99,9
SANTOS	95,6	95,5	97,1	99,9
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	93,4	92,8	95,4	99,9
SÃO BERNARDO DO CAMPO	94,7	93,0	95,6	99,9
SÃO CAETANO DO SUL	95,1	99,1	99,0	99,9
SÃO CARLOS	93,9	93,1	96,6	99,9
SÃO FRANCISCO	93,8	95,2	98,1	99,9
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	94,1	89,8	93,5	99,9
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	93,9	95,0	98,1	99,9
SÃO JOÃO DE IRACEMA	93,8	95,1	98,1	99,9
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	93,9	95,2	98,1	99,9
SÃO JOAQUIM DA BARRA	94,0	96,1	97,0	99,9
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	93,8	93,7	96,6	99,9
SÃO JOSÉ DO BARREIRO	93,7	95,8	98,2	99,9
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	94,2	94,9	96,8	99,9
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	94,9	91,8	96,4	99,9
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	95,5	93,0	94,9	99,9
SÃO LOURENÇO DA SERRA	93,4	93,4	97,4	99,9
SÃO LUÍS DO PARAITINGA	93,4	90,2	96,5	99,9
SÃO MANUEL	93,2	90,1	96,5	99,9
SÃO MIGUEL ARCANJO	93,8	89,7	97,6	99,9
SÃO PAULO	93,8	96,3	100,0	99,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
SÃO PEDRO	93,7	97,7	98,9	99,9
SÃO PEDRO DO TURVO	93,4	95,2	96,6	99,9
SÃO ROQUE	93,4	99,0	99,3	99,9
SÃO SEBASTIÃO	93,3	95,3	92,9	99,9
SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	93,8	97,1	98,6	99,9
SÃO SIMÃO	93,9	97,2	98,6	99,9
SÃO VICENTE	94,2	95,4	99,3	99,9
SARAPUÍ	93,7	94,8	98,4	99,9
SARUTAÍÁ	93,7	95,8	97,5	99,9
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	93,8	95,3	97,9	99,9
SERRA AZUL	93,8	95,4	98,4	99,9
SERRA NEGRA	93,7	94,2	96,4	99,9
SERRANA	93,7	92,9	96,3	99,9
SERTÃOZINHO	94,1	99,3	99,5	99,9
SETE BARRAS	93,4	97,4	98,7	99,9
SEVERÍNIA	93,5	91,0	98,6	99,9
SILVEIRAS	93,8	94,0	98,3	99,9
SOCORRO	93,5	98,2	99,0	99,9
SOROCABA	94,8	92,0	96,8	99,9
SUD MENUCCI	93,9	93,6	98,4	99,9
SUMARÉ	94,0	99,1	99,7	99,9
SUZANÁPOLIS	93,9	89,6	93,1	99,9
SUZANO	93,9	90,6	96,1	99,9
TABAPUÁ	94,0	96,5	96,4	99,9
TABATINGA	93,6	97,2	98,6	99,9
TABOÃO DA SERRA	92,1	90,7	98,7	99,9
TACIBA	93,9	96,0	98,3	99,9
TAGUAÍ	93,5	96,5	96,5	99,9
TAIAÇU	93,9	93,1	98,3	99,9
TAIÚVA	93,9	96,0	98,3	99,9
TAMBAÚ	94,0	85,2	93,0	99,9
TANABI	93,8	97,8	96,7	99,9
TAPIRAÍ	93,8	89,7	95,3	99,9
TAPIRATIBA	93,6	94,3	98,6	99,9
TAQUARAL	93,8	95,4	98,1	99,9
TAQUARITINGA	93,6	98,3	96,4	99,9
TAQUARITUBA	93,1	88,8	97,6	99,9
TAQUARIVÁI	93,6	95,4	98,3	99,9
TARABAÍ	93,6	96,1	98,3	99,9
TARUMÃ	94,0	94,6	98,5	99,9
TATUÍ	94,2	96,8	96,5	99,9
TAUBATÉ	95,0	96,9	99,8	99,9
TEJUPÁ	93,4	96,1	98,0	99,9
TEODORO SAMPAIO	94,1	96,1	98,8	99,9
TERRA ROXA	93,8	96,5	98,4	99,9
TIETÊ	94,1	89,4	95,3	99,9
TIMBURI	93,8	92,7	97,1	99,9
TORRE DE PEDRA	93,8	95,2	97,8	99,9
TORRINHA	94,0	96,5	97,9	99,9
TRABIJU	93,8	95,0	97,8	99,9
TREMEMBÉ	93,9	94,0	95,4	99,9
TRÊS FRONTEIRAS	93,8	94,9	98,2	99,9
TUIUTI	93,8	95,9	98,3	99,9
TUPÃ	93,7	91,4	93,9	99,9
TUPI PAULISTA	93,8	91,2	98,5	99,9
TURIÚBA	93,9	95,1	97,8	99,9
TURMALINA	93,8	95,0	98,1	99,9
UBARANA	93,7	91,1	97,0	99,9
UBATUBA	93,3	95,9	97,8	99,9
UBIRAJARA	93,8	94,7	97,5	99,9
UCHÔA	94,0	96,5	98,4	99,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
UNIÃO PAULISTA	93,8	93,1	97,9	99,9
URÂNIA	93,9	96,5	98,4	99,9
URU	93,8	95,0	98,1	99,9
URUPÊS	93,9	96,9	98,5	99,9
VALENTIM GENTIL	93,9	94,0	96,8	99,9
VALINHOS	94,2	90,5	96,9	99,9
VALPARAÍSO	93,5	88,7	98,7	99,9
VARGEM	93,6	96,4	98,4	99,9
VARGEM GRANDE DO SUL	93,4	97,0	98,8	99,9
VARGEM GRANDE PAULISTA	93,7	91,5	94,9	99,9
VÁRZEA PAULISTA	93,3	92,8	95,6	99,9
VERA CRUZ	93,7	96,8	97,8	99,9
VINHEDO	94,7	94,7	93,7	99,9
VIRADOURO	93,1	87,0	93,9	99,9
VISTA ALEGRE DO ALTO	93,8	95,3	97,7	99,9
VITÓRIA BRASIL	93,8	95,2	98,1	99,9
VOTORANTIM	93,6	88,8	92,5	99,9
VOTUPORANGA	94,4	89,5	96,9	99,9
ZACARIAS	93,7	93,7	98,1	99,9

TABELA 3: Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental em relação ao total da população nesta faixa etária, segundo os municípios – 2000/2006.

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
ADAMANTINA	78,3	95,2	93,1	91,9
ADOLFO	73,3	70,2	71,5	79,5
AGUAÍ	53,7	61,9	59,7	60,6
ÁGUAS DA PRATA	65,1	66,0	66,8	68,4
ÁGUAS DE LINDÓIA	57,9	64,4	67,8	70,1
ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	58,8	76,7	75,1	72,3
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	60,3	69,7	71,7	84,2
AGUDOS	61,7	69,2	70,1	75,0
ALAMبارI	47,8	62,2	66,0	69,0
ALFREDO MARCONDES	68,5	80,1	84,2	83,4
ALTAIR	61,4	77,0	72,7	80,2
ALTINÓPOLIS	53,9	62,1	62,6	70,9
ALTO ALEGRE	61,1	72,8	69,0	74,0
ALUMÍNIO	58,7	69,9	65,9	81,4
ÁLVARES FLORENCE	77,9	80,4	77,5	79,6
ÁLVARES MACHADO	67,0	68,4	73,0	77,2
ÁLVARO DE CARVALHO	50,2	69,8	70,9	75,1
ALVINLÂNDIA	31,6	48,8	63,5	70,9
AMERICANA	70,3	83,6	81,3	90,8
AMÉRICO BRASILIENSE	67,6	69,0	71,1	73,1
AMÉRICO DE CAMPOS	69,0	85,3	83,1	87,3
AMPARO	69,5	69,0	70,7	74,9
ANALÂNDIA	67,1	64,9	66,1	71,2
ANDRADINA	70,6	80,5	80,4	76,7
ANGATUBA	47,3	56,6	61,4	64,6
ANHEMBI	59,3	66,3	67,4	71,2
ANHUMAS	56,4	71,8	73,7	82,7
APARECIDA	63,9	65,8	65,5	67,0
APARECIDA D'OESTE	64,7	81,8	80,9	91,4
APIAÍ	60,4	63,6	74,3	83,9
ARAÇARIGUAMA	40,1	51,2	55,1	60,4
ARAÇATUBA	74,6	80,2	76,7	77,6
ARAÇOIABA DA SERRA	56,1	69,9	76,4	81,9
ARAMINA	56,8	63,9	65,9	54,5
ARANDU	50,3	58,0	65,6	63,5

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
ARAPEÍ	47,8	63,7	49,5	54,8
ARARAQUARA	72,0	72,0	74,9	89,5
ARARAS	60,7	64,3	64,0	79,7
ARCO ÍRIS	59,4	77,4	76,0	72,4
AREALVA	65,9	72,1	70,2	72,7
AREIAS	40,8	54,7	54,0	60,2
AREÍÓPOLIS	51,4	62,5	64,7	64,3
ARIRANHA	68,0	73,0	67,3	74,5
ARTUR NOGUEIRA	52,5	56,4	62,1	71,1
ARUJÁ	56,4	66,5	70,9	78,9
ASPÁSIA	60,4	70,5	77,7	84,0
ASSIS	73,1	75,0	77,5	78,6
ATIBAIA	50,8	58,2	63,0	72,7
AURIFLAMA	73,0	93,4	95,7	90,6
AVAI	54,0	67,5	68,2	73,3
AVANHANDAVA	47,0	59,2	58,6	59,7
AVARÉ	57,7	66,5	68,7	64,1
BADY BASSITT	67,7	70,5	72,2	75,8
BALBINOS	69,3	72,3	77,5	78,8
BÁLSAMO	67,5	70,1	69,0	82,2
BANANAL	47,8	49,5	51,4	83,8
BARÃO DE ANTONINA	51,9	71,8	76,0	72,8
BARBOSA	42,2	62,5	66,0	66,3
BARIRI	56,0	63,5	70,0	67,7
BARRA BONITA	67,6	73,3	75,2	75,2
BARRA DO CHAPÉU	40,0	60,9	72,7	72,8
BARRA DO TURVO	35,4	44,2	41,3	71,2
BARRETOS	66,5	74,5	73,3	75,7
BARRINHA	52,0	62,6	67,0	63,0
BARUERI	54,5	64,9	70,6	80,7
BASTOS	68,5	77,1	83,4	80,2
BATATAIS	62,6	67,0	65,9	70,8
BAURU	66,3	70,8	70,2	72,3
BEBEDOURO	62,0	68,6	71,4	76,8
BENTO DE ABREU	69,0	62,7	73,4	79,3
BERNARDINO DE CAMPOS	58,0	72,9	74,2	67,8
BERTIOGA	37,6	45,7	47,5	64,9
BILAC	72,8	79,0	76,0	82,3
BIRIGUI	68,8	75,6	75,7	81,7
BIRITIBA MIRIM	51,9	57,1	57,7	64,5
BOA ESPERANÇA DO SUL	48,2	64,1	70,0	66,0
BOCAINA	53,5	61,6	64,6	54,4
BOFETE	45,1	56,1	62,2	68,7
BOITUVA	57,5	70,8	70,3	72,9
BOM JESUS DOS PERDÕES	42,2	52,4	60,9	71,1
BOM SUCESSO DE ITARARÉ	53,2	67,9	78,2	69,7
BORÁ	60,3	74,1	75,3	79,6
BORACÉIA	57,3	67,0	67,1	68,9
BORBOREMA	63,9	74,3	69,5	74,6
BOREBI	61,1	67,1	67,9	63,6
BOTUCATU	67,3	69,1	67,8	70,4
BRAGANÇA PAULISTA	59,2	68,6	66,9	74,8
BRAÚNA	61,2	71,4	73,1	80,8
BREJO ALEGRE	65,0	73,2	75,1	77,5
BRODOWSKI	57,7	64,4	67,9	73,2
BROTAS	62,3	73,1	72,9	67,5
BURI	44,0	53,6	58,1	57,1
BURITAMA	69,6	76,4	76,2	84,3
BURITIZAL	55,2	50,0	55,5	55,6
CABRÁLIA PAULISTA	56,3	70,0	70,3	70,9
CABREÚVA	48,4	54,9	61,2	74,4

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
CAÇAPAVA	60,9	69,6	69,6	80,6
CACHOEIRA PAULISTA	56,3	59,4	62,9	68,0
CACONDE	50,7	54,0	58,3	67,9
CAFELÂNDIA	42,5	56,9	64,7	70,0
CAIABU	69,5	77,7	81,4	86,1
CAIEIRAS	60,4	69,2	69,5	75,4
CAIUÁ	62,9	71,3	73,2	68,4
CAJAMAR	51,0	60,1	63,3	70,1
CAJATI	46,2	53,4	57,4	72,2
CAJOBI	54,2	64,1	73,8	75,7
CAJURU	59,5	63,0	55,7	54,1
CAMPINA DO MONTE ALEGRE	49,6	59,3	64,7	71,9
CAMPINAS	62,4	67,3	63,9	68,7
CAMPO LIMPO PAULISTA	59,4	64,9	67,6	74,4
CAMPOS DO JORDÃO	56,9	65,9	65,9	74,6
CAMPOS NOVOS PAULISTA	54,6	67,5	71,6	66,1
CANANÉIA	53,5	55,1	58,2	60,5
CANAS	50,8	47,9	55,8	66,0
CÂNDIDO MOTA	57,0	69,3	75,1	75,3
CÂNDIDO RODRIGUES	61,0	75,8	78,5	78,0
CANITAR	50,5	57,9	63,6	65,2
CAPÃO BONITO	46,2	51,8	58,8	72,6
CAPELA DO ALTO	47,1	61,1	67,3	64,5
CAPIVARI	57,1	66,2	64,6	69,6
CARAGUATATUBA	56,7	64,4	71,6	77,6
CARAPICUÍBA	53,1	64,3	61,1	64,2
CARDOSO	65,3	69,8	76,6	80,0
CASA BRANCA	57,2	66,4	65,8	72,1
CÁSSIA DOS COQUEIROS	58,3	70,4	82,5	90,8
CASTILHO	63,5	78,5	76,8	76,1
CATANDUVA	72,2	80,4	78,0	86,7
CATIGUÁ	70,1	78,5	76,6	82,1
CEDRAL	65,8	68,9	71,0	71,4
CERQUEIRA CÉSAR	59,4	72,5	73,0	63,3
CERQUILHO	64,9	69,1	67,0	76,4
CESÁRIO LANGE	53,9	56,5	69,3	72,3
CHARQUEADA	57,3	70,4	70,3	75,8
CHAVANTES	48,4	55,1	57,6	64,6
CLEMENTINA	56,8	74,0	79,8	71,5
COLINA	64,3	68,0	71,6	71,5
COLÔMBIA	61,4	73,8	72,6	76,2
CONCHAL	47,4	56,0	57,0	64,2
CONCHAS	54,6	66,1	67,9	70,7
CORDEIRÓPOLIS	61,9	67,5	66,2	64,3
COROADOS	67,5	71,8	75,3	69,8
CORONEL MACEDO	54,1	77,9	73,9	70,5
CORUMBATAÍ	70,6	73,9	67,0	73,7
COSMÓPOLIS	46,9	54,7	56,1	63,5
COSMORAMA	67,0	78,3	74,4	74,6
COTIA	55,1	72,2	73,5	90,5
CRAVINHOS	58,7	61,5	58,5	59,8
CRISTAIS PAULISTA	56,1	60,6	64,2	70,2
CRUZÁLIA	64,2	83,6	84,2	92,1
CRUZEIRO	61,5	66,3	71,6	72,1
CUBATÃO	40,1	45,7	45,0	52,1
CUNHA	43,2	53,8	53,9	61,1
DESCALVADO	68,2	74,4	70,6	71,6
DIADEMA	56,3	64,3	63,2	69,1
DIRCE REIS	70,6	74,8	79,0	87,0
DIVINOLÂNDIA	59,8	61,8	63,5	69,1
DOBRADA	63,2	64,4	72,2	71,8

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
DOIS CÓRREGOS	54,6	59,7	62,0	69,8
DOLCINÓPOLIS	71,6	75,4	80,1	87,2
DOURADO	63,6	61,3	55,4	71,9
DRACENA	76,2	84,2	81,5	80,8
DUARTINA	63,5	72,6	72,3	75,3
DUMONT	62,1	68,9	69,4	87,9
ECHAPORÃ	62,5	70,9	71,6	79,0
ELDORADO	51,1	67,9	71,9	74,9
ELIAS FAUSTO	45,0	55,6	61,4	64,6
ELISIÁRIO	70,8	73,2	77,7	83,3
EMBAÚBA	67,7	77,0	77,3	84,7
EMBU	50,8	60,0	59,2	59,7
EMBU-GUAÇU	58,8	68,4	66,0	80,8
EMILIANÓPOLIS	72,0	79,9	77,0	76,1
ENGENHEIRO COELHO	54,0	64,3	66,4	73,0
ESPIRITO SANTO DO PINHAL	55,1	65,7	66,6	68,2
ESPIRITO SANTO DO TURVO	45,4	70,5	69,7	73,5
ESTIVA GERBI	61,5	69,1	68,9	69,9
ESTRELA DO NORTE	60,1	76,2	81,8	84,7
ESTRELA D'OESTE	69,3	74,4	77,5	85,7
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	57,6	65,7	68,9	79,0
FARTURA	56,9	74,6	74,1	72,8
FERNANDO PRESTES	76,4	75,6	78,2	75,1
FERNANDÓPOLIS	61,5	73,9	76,3	81,5
FERNÃO	66,9	70,7	74,2	78,8
FERRAZ DE VASCONCELOS	57,4	66,0	66,7	62,7
FLORA RICA	71,7	77,4	79,4	81,5
FLOREAL	66,1	83,1	79,9	86,6
FLÓRIDA PAULISTA	68,8	78,5	85,9	79,9
FLORÍNIA	56,0	76,4	77,5	79,9
FRANCA	60,3	66,5	67,9	77,6
FRANCISCO MORATO	40,6	49,4	52,8	60,6
FRANCO DA ROCHA	52,0	58,1	62,5	74,2
GABRIEL MONTEIRO	71,7	80,3	77,6	79,6
GÁLIA	47,4	53,5	59,6	68,6
GARÇA	63,8	72,4	73,6	76,8
GASTÃO VIDIGAL	58,3	78,5	85,2	76,3
GAVIÃO PEIXOTO	65,4	76,9	69,7	81,2
GENERAL SALGADO	68,4	84,6	82,2	80,8
GETULINA	53,1	65,9	68,1	72,4
GLICÉRIO	58,9	70,0	72,8	66,2
GUAIÇARA	50,9	59,6	62,6	52,2
GUAIMBÉ	52,3	63,5	69,3	75,0
GUAÍRA	68,7	73,8	71,6	77,3
GUAPIAÇU	63,3	66,0	70,4	68,2
GUAPIARA	36,6	50,4	61,5	65,8
GUARÁ	44,9	45,7	55,6	51,4
GUARAÇÁI	76,0	81,5	82,8	77,1
GUARACI	61,8	76,7	74,9	75,7
GUARANI D'OESTE	72,3	72,5	74,4	78,5
GUARANTÃ	44,1	55,6	56,0	58,5
GUARARAPES	72,0	81,5	82,8	80,7
GUARAREMA	53,5	69,5	70,1	79,3
GUARATINGUETÁ	69,5	79,1	74,4	82,3
GUARÉI	49,1	59,1	64,4	63,2
GUARIBA	45,8	58,5	57,8	69,7
GUARUJÁ	46,3	49,5	51,1	56,0
GUARULHOS	55,9	60,9	61,2	65,6
GUATAPARÁ	57,9	67,3	69,8	71,0
GUZOLÂNDIA	70,0	77,6	78,2	82,5
HERCULÂNDIA	59,8	66,2	75,0	73,2

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
HOLAMBRA	44,5	66,8	74,2	92,1
HORTOLÂNDIA	51,9	59,9	59,6	61,4
IACANGA	58,2	69,1	68,6	72,4
IACRI	64,8	77,3	79,3	74,0
IARAS	54,5	60,5	61,2	54,6
IBATÉ	62,9	59,4	62,9	58,9
IBIRÁ	62,7	67,0	70,3	68,3
IBIRAREMA	61,1	63,5	68,8	60,0
IBITINGA	56,2	69,7	69,9	72,4
IBIÚNA	45,9	53,1	59,8	67,7
ICÉM	66,6	66,6	67,9	83,4
IEPÉ	64,1	82,0	87,1	89,3
IGARAÇU DO TIETÊ	55,2	72,5	70,8	68,5
IGARAPAVA	54,0	58,8	70,9	62,0
IGARATÁ	48,4	60,8	68,3	80,0
IGUAPE	51,7	67,3	72,3	78,8
ILHA COMPRIDA	48,1	57,9	34,9	30,6
ILHA SOLTEIRA	63,2	77,4	82,6	90,1
ILHABELA	65,9	63,2	70,2	75,9
INDAIATUBA	64,4	68,8	69,9	75,4
INDIANA	64,6	73,8	80,0	80,4
INDIAPORÃ	68,6	74,5	69,0	71,2
INÚBIA PAULISTA	67,2	65,3	78,8	91,2
IPAUSSU	55,0	70,2	69,3	79,6
IPERÓ	52,2	59,0	65,2	64,2
IPEÚNA	57,2	66,6	67,7	72,1
IPIGUÁ	69,2	73,2	75,7	76,6
IPORANGA	50,3	63,0	64,1	72,9
IPUÁ	54,0	73,2	80,4	65,9
IRACEMÁPOLIS	65,9	71,9	67,5	74,1
IRAPUÃ	61,6	64,2	67,1	72,9
IRAPURU	72,0	80,2	85,4	67,3
ITABERÁ	52,6	58,5	60,4	77,4
ITAÍ	50,3	66,3	63,7	64,2
ITAJOBI	63,9	64,5	67,3	76,3
ITAJU	59,9	71,6	70,3	70,8
ITANHAÉM	54,3	61,6	64,7	74,2
ITAÓCA	55,4	64,5	76,7	85,9
ITAPECERICA DA SERRA	50,5	61,2	61,7	69,6
ITAPETININGA	51,2	60,4	64,4	72,1
ITAPEVA	54,4	66,8	71,8	77,3
ITAPEVI	48,4	57,7	58,1	61,3
ITAPIRA	62,3	65,8	68,2	68,0
ITAPIRAPUÃ PAULISTA	36,9	53,5	73,7	79,7
ITÁPOLIS	60,9	71,8	78,6	74,8
ITAPORANGA	49,5	67,7	77,3	75,1
ITAPUÍ	49,4	61,3	65,7	65,9
ITAPURA	64,6	78,9	82,0	82,4
ITAQUAQUECETUBA	47,2	51,0	53,8	51,2
ITARARÉ	50,1	63,7	68,8	75,3
ITARIRI	49,5	57,5	57,7	55,7
ITATIBA	62,2	72,0	69,4	75,8
ITATINGA	49,1	54,0	56,3	61,3
ITIRAPINA	64,8	70,5	65,9	67,7
ITIRAPUÃ	56,9	60,1	58,4	72,0
ITOBI	54,3	64,3	64,3	63,9
ITU	57,7	62,1	64,0	71,7
ITUPEVA	52,4	65,9	70,4	68,4
ITUVERAVA	60,7	66,7	66,4	71,3
JABORANDI	62,2	71,0	71,5	67,5
JABOTICABAL	58,0	68,8	70,8	71,3

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
JACARÉI	63,6	75,3	73,0	73,4
JACI	65,3	71,5	75,3	76,2
JACUPIRANGA	54,8	55,8	57,2	69,4
JAGUARÍUNA	65,1	80,1	82,2	81,8
JALES	68,4	74,6	78,8	87,4
JAMBEIRO	62,5	73,5	72,8	70,5
JANDIRA	56,5	61,4	64,9	62,3
JARDINÓPOLIS	55,3	61,6	64,9	58,4
JARINU	47,5	61,8	65,2	82,0
JAÚ	65,0	69,2	70,0	75,8
JERIQUARA	28,3	47,7	54,1	56,6
JOANÓPOLIS	46,4	54,6	55,2	64,5
JOÃO RAMALHO	56,2	69,1	74,5	73,8
JOSÉ BONIFÁCIO	64,3	72,6	77,3	78,7
JÚLIO MESQUITA	52,3	68,0	71,6	71,3
JUMIRIM	62,8	65,7	66,5	65,1
JUNDIAÍ	66,7	77,9	77,0	92,2
JUNQUEIRÓPOLIS	72,6	80,6	87,7	77,8
JUQUIÁ	55,2	62,5	67,4	71,6
JUQUITIBA	54,5	66,4	70,1	78,4
LAGOINHA	54,8	73,5	72,9	81,4
LARANJAL PAULISTA	62,0	56,5	59,3	63,3
LAVÍNIA	72,2	80,6	76,7	86,7
LAVRINHAS	49,4	56,4	63,5	70,5
LEME	51,7	55,7	56,9	72,1
LENÇÓIS PAULISTA	67,1	70,8	70,3	74,5
LIMEIRA	58,9	68,3	67,2	75,5
LINDÓIA	60,2	64,9	68,3	75,2
LINS	65,4	74,5	74,7	70,0
LORENA	61,7	67,9	72,5	65,8
LOURDES	65,4	77,8	80,7	90,6
LOUVEIRA	55,5	57,9	63,0	72,5
LUCÉLIA	67,6	65,9	71,7	78,5
LUCIANÓPOLIS	56,3	72,7	79,7	72,6
LUÍS ANTÔNIO	67,2	68,2	60,2	52,1
LUIZIÂNIA	52,2	68,7	65,5	73,3
LUPÉRCIO	50,7	63,6	72,7	74,5
LUTÉCIA	68,2	72,8	77,1	80,4
MACATUBA	59,1	61,2	69,7	71,5
MACAUBAL	72,7	86,0	76,9	88,8
MACEDÔNIA	70,5	71,7	74,4	82,4
MAGDA	71,6	79,2	78,9	85,9
MAIRINQUE	57,9	65,6	64,9	70,6
MAIRIPORÃ	57,0	68,3	70,7	74,5
MANDURI	62,7	75,4	74,9	65,3
MARABÁ PAULISTA	63,2	74,3	74,2	73,2
MARACÁI	68,1	76,1	80,0	90,4
MARAPOAMA	69,7	74,4	74,1	79,5
MARIÁPOLIS	72,0	81,9	82,8	87,3
MARÍLIA	67,9	70,4	71,3	76,8
MARINÓPOLIS	65,0	76,1	77,3	74,3
MARTINÓPOLIS	65,3	73,7	79,0	80,1
MATÃO	68,0	84,3	82,3	83,2
MAUÁ	56,9	66,4	67,8	73,1
MENDONÇA	71,6	78,0	73,6	81,6
MERIDIANO	68,8	81,8	77,6	78,5
MESÓPOLIS	59,4	83,2	71,6	74,7
MIGUELÓPOLIS	59,4	70,0	75,4	74,5
MINEIROS DO TIETÊ	61,2	65,5	68,2	73,9
MIRA ESTRELA	47,2	69,6	72,2	89,5
MIRACATU	66,7	56,5	56,0	62,4

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
MIRANDÓPOLIS	72,2	81,5	89,0	84,1
MIRANTE DO PARANAPANEMA	62,9	63,7	70,3	81,1
MIRASSOL	66,9	70,4	73,8	76,4
MIRASSOLÂNDIA	67,6	75,7	76,8	76,9
MOCOCA	58,6	64,7	66,1	72,4
MOGI DAS CRUZES	58,9	65,4	68,6	73,2
MOGI GUAÇU	63,5	69,4	69,1	70,7
MOJI MIRIM	68,4	68,9	62,9	61,7
MOMBUCA	53,6	58,4	61,6	70,8
MONÇÕES	74,9	86,0	81,4	85,4
MONGAGUÁ	47,4	52,9	58,3	58,2
MONTE ALEGRE DO SUL	63,3	67,2	70,3	66,2
MONTE ALTO	61,5	73,1	71,2	81,3
MONTE APRAZÍVEL	72,9	86,5	94,4	85,8
MONTE AZUL PAULISTA	52,4	68,0	70,7	70,7
MONTE CASTELO	70,2	81,1	81,0	81,2
MONTE MOR	58,4	63,9	66,4	62,9
MONTEIRO LOBATO	50,5	64,4	74,1	74,4
MORRO AGUDO	57,9	63,9	66,6	63,3
MORUNGABA	61,7	67,1	69,7	64,4
MOTUCA	72,1	60,6	68,8	76,7
MURUTINGA DO SUL	73,9	81,2	80,6	76,4
NANTES	69,7	88,3	89,9	83,6
NARANDIBA	51,9	69,2	68,2	89,0
NATIVIDADE DA SERRA	33,4	44,2	58,9	67,0
NAZARÉ PAULISTA	40,0	49,7	58,3	65,6
NEVES PAULISTA	68,2	76,1	71,7	75,5
NHANDEARA	75,9	82,2	85,6	91,9
NIPOÃ	66,3	70,9	77,6	73,6
NOVA ALIANÇA	65,6	72,7	74,1	78,6
NOVA CAMPINA	40,5	42,5	45,8	49,5
NOVA CANAÃ PAULISTA	69,4	67,7	75,7	84,6
NOVA CASTILHO	66,9	80,6	81,3	87,4
NOVA EUROPA	69,3	81,1	89,8	89,7
NOVA GRANADA	64,7	82,9	81,1	81,8
NOVA GUATAPORANGA	75,8	88,7	72,2	86,4
NOVA INDEPENDÊNCIA	70,9	80,3	80,6	76,6
NOVA LUZITÂNIA	67,2	81,1	81,2	72,6
NOVA ODESSA	72,9	76,7	80,1	79,5
NOVAIS	73,0	79,1	78,0	85,8
NOVO HORIZONTE	64,9	67,1	65,1	76,5
NUPORANGA	55,6	62,2	65,6	61,4
OCAUÇU	67,4	70,6	72,0	78,1
ÓLEO	59,9	74,4	72,6	76,4
OLÍMPIA	62,6	78,3	77,1	76,8
ONDA VERDE	66,5	72,1	72,9	77,7
ORIENTE	67,2	74,2	74,1	78,9
ORINDIÚVA	65,6	46,5	48,1	82,0
ORLÂNDIA	61,3	66,3	73,0	75,1
OSASCO	61,9	69,3	69,0	72,6
OSCAR BRESSANE	69,3	89,8	80,7	81,9
OSVALDO CRUZ	72,8	83,9	85,7	88,1
OURINHOS	61,0	70,2	71,5	72,3
OURO VERDE	69,2	72,5	78,1	66,8
OUROESTE	64,5	79,9	70,6	70,9
PACAEMBU	69,8	84,2	85,8	80,6
PALESTINA	58,4	75,0	65,6	66,7
PALMARES PAULISTA	55,4	65,1	69,1	66,9
PALMEIRA D'OESTE	67,4	74,2	78,8	82,2
PALMITAL	63,1	67,6	69,4	75,9
PANORAMA	62,6	63,2	72,7	65,4

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
PARAGUAÇU PAULISTA	57,8	73,6	75,9	76,7
PARAIBUNA	50,7	59,1	69,2	66,5
PARAÍSO	64,4	71,5	72,8	79,8
PARANAPANEMA	49,1	61,1	62,8	69,0
PARANAPUÃ	64,3	72,1	78,1	84,0
PARAPUÃ	68,2	72,0	75,6	73,4
PARDINHO	49,9	62,7	62,3	73,6
PARIQUERA-AÇU	55,3	66,1	61,9	67,8
PARISI	78,7	79,7	77,1	80,9
PATROCÍNIO PAULISTA	63,4	65,4	66,1	75,9
PAULICÉIA	58,4	72,8	73,0	74,0
PAULÍNIA	64,5	59,6	58,5	64,1
PAULISTÂNIA	56,1	70,5	70,0	74,1
PAULO DE FARIA	56,6	65,7	74,2	82,6
PEDERNEIRAS	60,2	65,3	69,7	73,5
PEDRA BELA	42,6	52,3	64,5	66,2
PEDRANÓPOLIS	66,1	77,9	76,6	81,1
PEDREGULHO	51,8	56,6	60,4	65,0
PEDREIRA	59,6	68,5	66,7	72,4
PEDRINHAS PAULISTA	66,2	84,5	83,2	92,8
PEDRO DE TOLEDO	49,8	50,0	46,4	64,0
PENÁPOLIS	59,3	69,5	71,2	71,1
PEREIRA BARRETO	65,7	78,5	79,6	83,0
PEREIRAS	58,8	61,1	66,8	59,4
PERUÍBE	50,3	57,1	61,1	77,9
PIACATU	73,2	76,5	82,8	84,0
PIEDADE	54,3	63,8	72,3	77,7
PILAR DO SUL	55,8	59,7	69,7	69,1
PINDAMONHANGABA	59,3	65,8	69,6	75,2
PINDORAMA	65,9	65,8	65,1	68,0
PINHALZINHO	50,5	63,7	67,2	66,5
PIQUEROBI	72,7	72,1	75,4	73,9
PIQUETE	63,6	81,3	75,0	75,3
PIRACAIA	47,5	60,1	63,0	68,1
PIRACICABA	61,1	65,1	67,3	74,0
PIRAJU	63,4	73,7	76,0	75,8
PIRAJÚ	50,8	66,0	76,6	76,0
PIRANGI	68,0	69,1	70,9	81,1
PIRAPORA DO BOM JESUS	45,7	50,6	59,5	71,3
PIRAPOZINHO	64,8	77,1	82,6	82,4
PIRASSUNUNGA	64,0	65,4	64,6	68,5
PIRATININGA	62,7	71,6	70,6	75,6
PITANGUEIRAS	55,9	62,5	69,2	72,5
PLANALTO	64,8	72,1	77,5	83,1
PLATINA	42,6	69,2	71,1	69,3
POÁ	68,2	81,1	81,4	77,8
POLONI	73,7	87,5	97,1	89,4
POMPÉIA	69,5	86,0	76,5	86,7
PONGÁI	66,0	71,6	77,1	80,2
PONTAL	41,9	50,6	58,1	62,6
PONTALINDA	67,3	73,7	73,9	82,6
PONTES GESTAL	64,3	72,6	74,2	75,2
POPULINA	57,5	64,4	67,5	66,1
PORANGABA	49,9	58,2	65,6	63,3
PORTO FELIZ	55,8	67,8	71,9	74,3
PORTO FERREIRA	66,3	69,0	62,2	71,8
POTIM	58,2	56,5	49,9	41,5
POTIRENDABA	68,9	69,6	69,8	77,2
PRACINHA	61,1	63,5	81,0	80,6
PRADÓPOLIS	50,0	55,1	59,7	63,7
PRAIA GRANDE	55,7	58,2	58,4	62,4

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
PRATÂNIA	59,1	68,6	69,3	76,2
PRESIDENTE ALVES	55,9	63,0	74,6	80,2
PRESIDENTE BERNARDES	67,3	53,2	66,2	71,9
PRESIDENTE EPITÁCIO	63,7	70,1	72,2	74,0
PRESIDENTE PRUDENTE	71,9	78,5	81,0	82,1
PRESIDENTE VENCESLAU	63,2	70,4	78,8	73,2
PROMISSÃO	60,8	63,1	69,3	66,6
QUADRA	54,6	59,9	65,9	69,1
QUATÁ	67,7	78,0	76,7	81,3
QUEIROZ	60,4	85,6	71,3	77,1
QUELUZ	44,8	56,6	58,2	57,3
QUINTANA	62,5	70,1	75,3	69,7
RAFARD	55,7	71,1	79,5	72,1
RANCHARIA	71,8	81,2	84,8	83,8
REDENÇÃO DA SERRA	54,3	59,7	64,8	66,2
REGENTE FEIJÓ	66,8	74,6	71,4	80,7
REGINÓPOLIS	61,2	68,8	69,6	71,4
REGISTRO	56,5	77,5	80,6	75,7
RESTINGA	55,2	63,7	67,5	69,5
RIBEIRA	52,3	63,4	75,6	85,9
RIBEIRÃO BONITO	60,2	71,3	71,3	62,6
RIBEIRÃO BRANCO	25,2	36,8	48,5	62,1
RIBEIRÃO CORRENTE	50,2	60,0	59,8	64,1
RIBEIRÃO DO SUL	60,4	77,7	77,4	63,1
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	73,0	75,6	75,2	82,3
RIBEIRÃO GRANDE	42,8	61,8	71,4	88,0
RIBEIRÃO PIRES	63,5	74,5	76,5	83,4
RIBEIRÃO PRETO	67,3	72,3	69,6	72,0
RIFAINA	53,6	58,1	64,1	67,0
RINCÃO	35,6	68,9	78,5	94,0
RINÓPOLIS	68,3	66,9	68,8	73,3
RIO CLARO	68,2	72,5	69,1	75,9
RIO DAS PEDRAS	72,1	64,3	63,4	70,2
RIO GRANDE DA SERRA	61,1	57,9	60,3	57,2
RIOLÂNDIA	57,8	68,7	73,4	68,7
RIVERSUL	56,4	58,8	66,9	75,7
ROSANA	67,9	64,8	68,9	79,0
ROSEIRA	62,1	65,4	60,7	57,6
RUBIÁCEA	77,5	90,9	84,1	79,1
RUBINÉIA	65,4	73,5	78,5	86,7
SABINO	51,0	67,4	72,9	67,7
SAGRES	72,5	87,8	87,1	72,9
SALES	51,3	64,0	65,8	70,0
SALES OLIVEIRA	56,3	62,0	59,6	75,4
SALESÓPOLIS	52,1	65,7	78,3	76,1
SALMOURÃO	65,5	76,1	83,5	83,4
SALTINHO	67,6	81,2	78,6	73,9
SALTO	62,7	72,0	74,5	77,0
SALTO DE PIRAPORA	51,5	62,7	62,6	68,9
SALTO GRANDE	58,1	54,9	69,1	65,0
SANDOVALINA	60,9	70,7	78,1	84,0
SANTA ADÉLIA	61,4	79,3	93,2	88,3
SANTA ALBERTINA	64,6	67,5	77,0	78,3
SANTA BÁRBARA D'OESTE	66,8	69,0	63,0	66,6
SANTA BRANCA	58,8	65,2	68,7	66,7
SANTA CLARA D'OESTE	67,8	76,1	75,5	85,2
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO	59,6	61,4	62,1	70,9
SANTA CRUZ DA ESPERANÇA	67,8	61,7	59,7	61,9
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	59,6	62,0	63,3	62,3
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	55,4	72,6	70,0	73,4
SANTA ERNESTINA	62,8	69,6	75,5	71,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
SANTA FÉ DO SUL	68,3	77,2	80,3	87,5
SANTA GERTRUDES	60,3	63,0	65,0	72,9
SANTA ISABEL	51,2	64,2	70,4	80,3
SANTA LUCIA	70,2	69,5	77,0	76,6
SANTA MARIA DA SERRA	56,6	64,5	66,1	69,3
SANTA MERCEDES	69,9	86,5	87,8	74,0
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	52,3	67,4	63,8	62,0
SANTA RITA D'OESTE	70,1	73,8	76,4	84,5
SANTA ROSA DO VITERBO	68,1	65,8	66,9	70,9
SANTA SALETE	70,3	72,4	78,3	85,5
SANTANA DA PONTE PENSA	49,9	71,4	76,1	85,9
SANTANA DE PARNAÍBA	71,8	53,3	53,9	60,9
SANTO ANASTÁCIO	68,4	82,7	71,6	71,5
SANTO ANDRÉ	69,7	80,4	76,9	86,3
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	55,1	58,8	55,1	56,5
SANTO ANTONIO DE POSSE	47,5	57,5	60,9	65,3
SANTO ANTONIO DO ARACANGUÁ	71,2	78,0	79,2	85,5
SANTO ANTONIO DO JARDIM	53,7	67,3	69,4	77,2
SANTO ANTONIO DO PINHAL	57,0	64,9	68,9	73,5
SANTO EXPEDITO	72,4	77,0	80,4	80,3
SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	61,2	73,2	84,4	74,5
SANTOS	73,3	80,2	78,3	82,5
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	55,5	64,2	62,6	65,1
SÃO BERNARDO DO CAMPO	65,7	69,3	67,4	69,1
SÃO CAETANO DO SUL	74,9	97,8	97,3	98,0
SÃO CARLOS	68,0	67,4	66,0	72,4
SÃO FRANCISCO	68,4	74,8	79,3	86,3
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	64,6	70,4	71,6	77,0
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	75,4	75,6	77,0	81,4
SÃO JOÃO DE IRACEMA	72,2	82,3	79,7	80,4
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	69,5	82,9	82,6	81,9
SÃO JOAQUIM DA BARRA	62,8	68,6	66,4	67,6
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	53,2	60,9	66,1	62,3
SÃO JOSÉ DO BARREIRO	45,6	50,4	51,4	57,9
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	63,1	66,8	64,7	73,2
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	70,3	72,1	72,7	75,1
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	71,1	75,1	73,3	79,8
SÃO LOURENÇO DA SERRA	51,0	45,4	44,7	50,6
SÃO LUÍS DO PARAITINGA	47,4	55,1	64,1	79,8
SÃO MANUEL	58,1	61,5	65,8	73,5
SÃO MIGUEL ARCANJO	45,4	53,6	59,4	62,8
SÃO PAULO	61,3	70,4	69,9	78,6
SÃO PEDRO	56,3	56,0	57,9	52,9
SÃO PEDRO DO TURVO	48,8	70,1	73,3	70,7
SÃO ROQUE	51,9	60,8	55,8	68,8
SÃO SEBASTIÃO	45,5	60,4	64,8	72,2
SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	49,3	64,1	64,4	64,7
SÃO SIMÃO	59,8	65,8	64,2	61,1
SÃO VICENTE	57,1	62,0	60,4	72,4
SARAPUÍ	49,0	62,0	68,0	71,9
SARUTAÍÁ	34,0	56,3	58,3	67,8
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	73,9	81,3	81,7	88,0
SERRA AZUL	51,4	60,2	60,7	57,1
SERRA NEGRA	54,1	67,0	70,6	77,8
SERRANA	59,5	60,7	60,3	59,9
SERTÃOZINHO	59,5	66,4	66,0	62,0
SETE BARRAS	41,9	60,4	65,6	70,5
SEVERÍNIA	59,2	66,7	69,9	71,3
SILVEIRAS	32,8	50,6	60,1	68,9
SOCORRO	54,1	64,8	68,5	76,7
SOROCABA	64,2	72,0	70,8	78,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
SUD MENNUGCI	67,3	77,6	78,3	69,4
SUMARÉ	54,4	59,0	58,9	63,3
SUZANÁPOLIS	61,2	62,8	73,3	79,2
SUZANO	62,4	70,6	73,0	72,7
TABAPUÃ	73,8	82,9	77,3	80,6
TABATINGA	53,5	74,3	71,8	74,0
TABOÃO DA SERRA	57,0	64,2	61,6	70,3
TACIBA	60,7	65,6	68,0	70,0
TAGUAÍ	50,2	76,1	75,6	75,6
TAIAÇU	65,7	71,1	72,4	67,9
TAIÚVA	67,8	77,7	73,2	68,1
TAMBAÚ	55,3	61,2	61,2	64,3
TANABI	71,5	84,7	76,5	76,0
TAPIRAÍ	48,9	54,3	59,1	61,8
TAPIRATIBA	58,0	65,4	74,8	72,4
TAQUARAL	56,1	64,9	72,0	66,7
TAQUARITINGA	60,1	71,3	70,8	73,3
TAQUARITUBA	45,5	57,9	63,1	62,4
TAQUARIVAI	30,9	48,5	60,6	56,2
TARABAÍ	63,1	75,9	76,3	73,6
TARUMÃ	57,2	68,4	75,4	67,2
TATUÍ	56,9	66,1	67,8	68,3
TAUBATÉ	63,3	67,2	66,3	73,5
TEJUPÁ	41,8	56,2	56,8	67,7
TEODORO SAMPAIO	52,5	63,7	70,4	77,3
TERRA ROXA	58,8	67,2	70,5	70,7
TIETÊ	62,9	63,3	66,4	72,9
TIMBURI	56,1	68,2	71,0	73,5
TORRE DE PEDRA	47,5	55,8	62,8	60,3
TORRINHA	75,1	84,3	75,4	73,7
TRABIJU	54,5	67,4	66,8	65,8
TREMEMBÉ	57,9	57,7	51,3	53,6
TRÊS FRONTEIRAS	69,0	74,1	76,3	86,0
TUIUTI	58,4	68,1	68,1	72,8
TUPÃ	69,1	73,9	75,9	72,5
TUPI PAULISTA	76,8	87,3	90,4	76,3
TURIÚBA	72,3	85,6	77,5	82,9
TURMALINA	62,2	76,6	75,8	74,0
UBARANA	55,0	46,7	54,4	69,7
UBATUBA	47,7	59,9	61,8	67,6
UBIRAJARA	47,5	71,2	78,5	74,2
UCHÔA	62,6	73,6	70,8	71,0
UNIÃO PAULISTA	67,5	76,8	84,3	83,5
URÂNIA	74,4	74,2	79,0	80,8
URU	54,6	67,9	75,2	78,1
URUPÊS	71,4	67,1	74,9	91,8
VALENTIM GENTIL	67,1	75,9	77,0	84,3
VALINHOS	71,0	83,0	83,2	88,9
VALPARAÍSO	73,0	82,2	86,4	88,9
VARGEM	41,3	50,4	61,0	77,0
VARGEM GRANDE DO SUL	58,7	65,1	67,2	66,2
VARGEM GRANDE PAULISTA	48,8	57,3	58,5	71,9
VÁRZEA PAULISTA	57,3	59,0	55,8	60,2
VERA CRUZ	63,5	70,9	71,8	82,7
VINHEDO	64,1	71,4	66,4	74,4
VIRADOURO	54,8	66,8	71,0	75,0
VISTA ALEGRE DO ALTO	68,1	79,1	71,9	77,0
VITÓRIA BRASIL	60,9	75,8	79,8	87,3
VOTORANTIM	64,0	62,0	59,3	63,9
VOTUPORANGA	74,1	72,8	76,7	80,7
ZACARIAS	59,6	72,6	72,1	81,7

TABELA 4: Porcentagem de pessoas entre 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio, segundo os municípios – 2000/2006.

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
ADAMANTINA	47,9	63,0	60,3	75,6
ADOLFO	32,5	37,6	37,7	55,9
AGUAÍ	26,0	26,3	25,3	31,9
ÁGUAS DA PRATA	46,1	30,9	33,7	48,0
ÁGUAS DE LINDÓIA	31,1	27,6	25,8	46,2
ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	27,7	28,2	34,7	60,2
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	35,2	55,5	63,8	88,0
AGUDOS	27,1	39,5	39,0	55,2
ALAMBARI	17,1	31,2	31,2	47,6
ALFREDO MARCONDES	48,7	56,9	49,5	69,7
ALTAIR	40,2	32,2	36,4	62,4
ALTINÓPOLIS	32,9	37,7	33,8	50,0
ALTO ALEGRE	29,2	38,5	32,8	53,1
ALUMÍNIO	29,9	41,3	44,0	74,5
ÁLVARES FLORENCE	47,4	54,0	42,8	65,9
ÁLVARES MACHADO	41,7	46,2	31,3	54,2
ÁLVARO DE CARVALHO	27,3	35,7	37,2	51,4
ALVINLÂNDIA	26,2	28,2	24,9	38,3
AMERICANA	43,3	54,0	51,6	74,4
AMÉRICO BRASILIENSE	35,4	32,3	34,0	50,6
AMÉRICO DE CAMPOS	43,3	64,1	46,6	67,0
AMPARO	36,7	43,4	41,8	54,3
ANALÂNDIA	37,5	38,8	38,5	54,0
ANDRADINA	48,4	56,0	47,7	71,6
ANGATUBA	17,7	23,4	23,0	44,3
ANHEMBI	35,4	38,2	38,1	47,6
ANHUMAS	34,0	44,9	39,8	60,1
APARECIDA	35,2	31,5	35,1	43,6
APARECIDA D'OESTE	49,7	33,6	40,4	62,6
APIAÍ	28,7	28,3	30,3	54,5
ARAÇARIGUAMA	22,8	20,0	19,4	36,9
ARAÇATUBA	46,9	51,2	43,6	59,5
ARAÇOIABA DA SERRA	30,7	30,7	29,1	50,1
ARAMINA	21,1	25,2	29,8	49,4
ARANDU	20,7	24,7	26,0	44,5
ARAPEÍ	23,2	30,3	23,0	33,5
ARARAQUARA	46,1	44,1	43,8	58,3
ARARAS	36,1	35,5	42,0	52,4
ARCO ÍRIS	29,5	33,0	39,8	57,5
AREALVA	43,6	37,7	34,1	54,9
AREIAS	15,6	18,7	21,7	34,9
AREÍÓPOLIS	16,4	25,3	25,0	50,3
ARIRANHA	35,8	34,5	37,9	48,6
ARTUR NOGUEIRA	31,8	23,3	24,1	37,1
ARUJÁ	28,1	35,8	35,9	50,2
ASPÁSIA	42,0	38,2	33,9	63,0
ASSIS	40,8	46,7	45,9	59,0
ATIBAIA	25,0	29,8	33,0	49,4
AURIFLAMA	43,0	58,2	57,4	81,3
AVAÍ	43,7	36,3	33,1	48,0
AVANHANDAVA	27,1	23,7	24,6	28,2
AVARÉ	36,9	40,9	36,3	52,6
BADY BASSITT	41,4	37,8	38,7	59,6
BALBINOS	33,3	23,4	38,8	31,3
BÁLSAMO	41,3	44,5	43,0	53,2
BANANAL	17,4	29,0	25,0	37,0
BARÃO DE ANTONINA	31,8	36,0	33,7	55,5
BARBOSA	25,7	21,5	26,9	35,5

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
BARIRI	39,9	37,0	33,7	50,5
BARRA BONITA	37,0	38,8	38,5	61,2
BARRA DO CHAPÉU	18,6	28,9	29,5	52,7
BARRA DO TURVO	18,3	11,8	17,7	32,4
BARRETOS	38,1	42,2	42,5	58,4
BARRINHA	19,0	28,5	28,5	46,3
BARUERI	29,6	38,1	36,7	52,3
BASTOS	31,4	37,5	37,9	64,9
BATATAIS	26,8	30,7	33,9	52,8
BAURU	44,9	44,8	43,8	59,0
BEBEDOURO	34,2	38,9	39,9	57,6
BENTO DE ABREU	31,5	45,6	40,3	53,0
BERNARDINO DE CAMPOS	27,7	40,3	35,1	54,2
BERTIOGA	18,6	18,9	17,1	40,5
BILAC	51,5	53,7	44,7	60,2
BIRIGUI	45,2	38,7	41,8	60,3
BIRITIBA MIRIM	29,4	23,1	23,8	37,7
BOA ESPERANÇA DO SUL	24,4	28,5	27,6	47,0
BOCAINA	39,1	31,4	28,1	38,1
BOFETE	27,3	23,2	29,0	50,3
BOITUVA	24,1	40,7	41,4	55,8
BOM JESUS DOS PERDÕES	16,5	21,6	27,9	44,5
BOM SUCESSO DE ITARARÉ	23,0	28,5	29,1	48,2
BORÁ	41,0	36,8	37,0	61,8
BORACÉIA	27,0	21,8	21,9	37,7
BORBOREMA	33,8	40,5	40,0	58,8
BOREBI	28,8	36,8	35,0	51,9
BOTUCATU	38,9	42,0	41,8	53,2
BRAGANÇA PAULISTA	34,6	37,7	39,6	53,8
BRAÚNA	33,4	49,0	42,8	56,1
BREJO ALEGRE	33,9	31,9	33,8	48,1
BRODOWSKI	29,8	31,3	33,6	53,1
BROTAS	38,7	31,9	32,5	45,3
BURI	20,8	22,9	22,9	43,0
BURITAMA	40,0	54,6	45,5	61,8
BURITIZAL	19,0	21,9	22,0	40,4
CABRÁLIA PAULISTA	32,3	46,2	39,7	51,3
CABREÚVA	24,3	21,5	24,7	44,5
CAÇAPAVA	31,1	40,9	38,1	52,9
CACHOEIRA PAULISTA	32,6	35,9	33,8	41,5
CACONDE	13,3	30,8	22,5	47,6
CAFELÂNDIA	30,2	25,4	32,8	53,4
CAIABU	46,0	53,5	46,4	68,4
CAIEIRAS	34,1	39,0	37,5	55,2
CAIUÁ	32,6	31,3	33,3	45,1
CAJAMAR	25,6	24,8	26,0	49,4
CAJATI	22,2	21,1	22,1	34,9
CAJOBI	28,9	33,8	34,0	51,5
CAJURU	30,3	32,6	31,8	41,6
CAMPINA DO MONTE ALEGRE	28,5	24,2	26,7	47,8
CAMPINAS	38,0	38,6	37,9	46,6
CAMPO LIMPO PAULISTA	31,6	30,4	30,4	46,5
CAMPOS DO JORDÃO	21,9	26,5	29,6	36,1
CAMPOS NOVOS PAULISTA	34,5	43,1	46,1	53,1
CANANÉIA	20,2	24,4	26,0	48,1
CANAS	32,9	36,2	32,5	39,8
CÂNDIDO MOTA	36,4	37,6	39,6	57,2
CÂNDIDO RODRIGUES	31,2	39,8	37,9	57,9
CANITAR	16,0	18,2	25,8	41,6
CAPÃO BONITO	22,0	24,3	23,7	43,0
CAPELA DO ALTO	18,0	32,2	29,4	43,6

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
CAPIVARI	33,0	30,0	33,6	45,9
CARAGUATATUBA	24,8	35,2	34,0	55,6
CARAPICUÍBA	26,7	29,6	29,7	49,5
CARDOSO	46,3	47,8	37,1	57,4
CASA BRANCA	35,8	36,5	30,0	54,5
CÁSSIA DOS COQUEIROS	24,7	34,4	35,3	58,5
CASTILHO	37,1	28,2	21,7	52,3
CATANDUVA	47,7	52,8	56,0	67,8
CATIGUÁ	39,4	46,6	44,5	55,2
CEDRAL	35,4	27,7	31,8	51,1
CERQUEIRA CÉSAR	31,3	30,1	28,6	51,4
CERQUILHO	40,7	33,4	31,7	61,7
CESÁRIO LANGE	24,1	31,2	33,3	52,4
CHARQUEADA	30,9	27,1	32,9	40,0
CHAVANTES	27,7	20,0	18,6	38,3
CLEMENTINA	34,7	34,9	36,2	51,4
COLINA	37,2	38,0	36,4	61,1
COLÔMBIA	19,0	27,9	33,3	51,6
CONCHAL	22,7	24,6	21,7	33,4
CONCHAS	33,6	35,6	40,2	47,1
CORDEIRÓPOLIS	28,0	37,2	34,6	51,7
COROADOS	22,7	33,2	30,5	55,2
CORONEL MACEDO	23,7	27,5	28,1	44,2
CORUMBATAÍ	38,2	36,3	40,1	49,7
COSMÓPOLIS	26,0	24,4	25,4	43,0
COSMORAMA	47,0	48,3	43,7	62,4
COTIA	27,5	36,1	37,2	54,9
CRAVINHOS	24,1	28,0	22,1	51,7
CRISTAIS PAULISTA	17,3	28,4	28,6	43,5
CRUZÁLIA	29,5	47,4	41,3	64,0
CRUZEIRO	37,2	37,2	38,1	54,7
CUBATÃO	17,6	19,2	24,6	32,4
CUNHA	13,0	18,0	21,8	28,9
DESCALVADO	38,8	38,6	39,6	45,5
DIADEMA	27,5	31,4	32,2	48,1
DIRCE REIS	37,6	42,8	47,6	74,8
DIVINOLÂNDIA	29,9	31,3	39,0	48,3
DOBRADA	17,4	31,6	32,2	54,9
DOIS CÔRREGOS	31,4	28,7	31,0	37,4
DOLCINÓPOLIS	41,1	42,4	39,6	72,6
DOURADO	43,4	38,8	36,0	49,6
DRACENA	43,7	56,8	55,3	71,3
DUARTINA	37,7	41,3	41,5	63,3
DUMONT	37,5	31,6	35,3	50,8
ECHAPORÃ	25,6	45,1	43,6	55,8
ELDORADO	23,0	35,6	33,4	53,2
ELIAS FAUSTO	25,1	26,3	31,8	43,6
ELISIÁRIO	37,1	46,2	46,7	67,6
EMBAÚBA	48,3	42,0	43,5	61,4
EMBU	22,6	23,0	26,9	40,7
EMBU-GUAÇU	28,4	32,9	33,9	56,6
EMILIANÓPOLIS	29,3	49,3	44,4	50,0
ENGENHEIRO COELHO	26,6	45,6	45,1	67,5
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	32,6	39,5	34,6	48,3
ESPÍRITO SANTO DO TURVO	24,5	33,4	35,7	52,5
ESTIVA GERBI	31,7	38,5	39,3	60,6
ESTRELA DO NORTE	53,7	54,8	38,5	64,4
ESTRELA D'OESTE	38,9	45,5	43,2	71,3
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	23,9	24,6	22,2	45,9
FARTURA	38,8	40,2	34,6	53,0
FERNANDO PRESTES	28,8	55,1	47,4	71,1

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
FERNANDÓPOLIS	50,5	38,4	38,6	61,1
FERNÃO	47,6	38,1	31,0	59,5
FERRAZ DE VASCONCELOS	32,6	29,9	30,4	55,2
FLORA RICA	45,1	51,8	47,3	68,2
FLOREAL	50,8	44,2	49,0	68,0
FLÓRIDA PAULISTA	46,3	50,7	40,8	59,1
FLORÍNIA	26,4	45,5	39,5	64,5
FRANCA	32,5	34,5	36,0	52,8
FRANCISCO MORATO	18,8	20,3	20,4	40,0
FRANCO DA ROCHA	26,9	25,5	27,1	49,3
GABRIEL MONTEIRO	45,8	49,3	44,1	60,8
GÁLIA	31,0	38,0	25,8	44,0
GARÇA	38,8	42,7	43,2	63,6
GASTÃO VIDIGAL	34,3	43,6	42,5	56,4
GAVIÃO PEIXOTO	21,3	32,2	39,8	50,0
GENERAL SALGADO	45,5	48,5	51,8	68,2
GETULINA	32,3	33,9	31,1	50,2
GLICÉRIO	27,8	33,4	28,9	48,1
GUAICARA	23,5	16,8	20,7	23,6
GUAIMBÉ	34,1	33,2	35,1	57,0
GUAÍRA	32,0	32,8	31,6	50,9
GUAPIAÇU	42,8	29,6	29,9	49,6
GUAPIARA	13,1	20,7	21,1	46,5
GUARÁ	22,0	21,1	20,4	29,6
GUARAÇAI	41,2	40,0	33,1	58,3
GUARACI	38,5	33,6	42,0	61,7
GUARANI D'OESTE	42,7	47,2	41,2	59,3
GUARANTÃ	24,2	20,6	23,4	41,2
GUARARAPES	42,6	53,5	49,9	66,3
GUARAREMA	31,2	31,8	33,0	48,9
GUARATINGUETÁ	38,7	51,3	49,7	63,1
GUARÉI	32,2	28,0	26,0	43,7
GUARIBA	22,2	22,9	21,8	41,7
GUARUJÁ	18,9	23,0	23,7	37,2
GUARULHOS	33,3	30,9	32,8	49,6
GUATAPARÁ	24,1	31,0	33,5	53,2
GUZOLÂNDIA	38,6	50,2	39,2	54,4
HERCULÂNDIA	29,4	33,4	40,7	57,6
HOLAMBRA	24,0	43,6	43,7	93,5
HORTOLÂNDIA	28,0	25,0	26,5	39,4
IACANGA	31,3	27,5	30,3	49,7
IACRI	26,8	33,2	39,3	60,3
IARAS	24,8	28,1	28,3	36,2
IBATÉ	26,1	29,9	25,9	45,2
IBIRÁ	29,4	31,7	35,8	43,3
IBIRAREMA	37,2	36,6	37,4	48,8
IBITINGA	29,9	35,5	34,6	49,6
IBIÚNA	20,1	18,6	19,3	44,0
ICÉM	40,7	31,6	40,7	66,6
IEPÉ	42,1	47,8	45,2	68,8
IGARAÇU DO TIETÊ	20,9	24,1	27,0	50,1
IGARAPAVA	28,8	37,5	38,2	49,8
IGARATÁ	25,9	30,6	31,4	52,6
IGUAPE	21,2	40,2	40,7	53,6
ILHA COMPRIDA	39,4	48,7	47,3	67,3
ILHA SOLTEIRA	44,3	27,9	28,1	55,4
ILHABELA	27,3	23,9	30,7	35,8
INDAIATUBA	32,5	34,9	35,4	52,2
INDIANA	39,9	45,1	38,8	66,6
INDIAPORÃ	42,2	43,8	38,4	39,8
INÚBIA PAULISTA	51,1	45,2	29,1	69,7

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
IPAUSSU	24,5	50,3	58,3	76,4
IPERÓ	28,9	22,0	26,0	43,9
IPEÚNA	35,8	34,7	37,3	51,3
IPIGUÁ	45,1	44,0	44,3	61,3
IPORANGA	18,0	28,7	31,0	48,0
IPUÁ	26,5	30,0	31,9	47,7
IRACEMÁPOLIS	31,3	34,5	38,5	55,2
IRAPUÃ	34,8	43,5	35,1	45,5
IRAPURU	43,3	41,4	41,7	55,1
ITABERÁ	22,6	29,6	27,3	40,5
ITAI	22,2	33,8	29,8	34,1
ITAJOBI	33,3	42,7	35,4	55,5
ITAJU	36,7	36,1	33,9	51,7
ITANHAÉM	30,6	32,4	33,9	49,3
ITAÓCA	24,1	34,1	36,9	68,5
ITAPECERICA DA SERRA	21,3	30,6	30,1	49,5
ITAPETININGA	31,8	31,6	33,3	48,0
ITAPEVA	28,4	29,3	28,4	47,7
ITAPEVI	24,4	24,1	24,0	42,1
ITAPIRA	35,6	36,2	36,2	54,6
ITAPIRAPUÃ PAULISTA	15,5	30,5	26,1	57,5
ITÁPOLIS	34,0	44,7	45,2	59,2
ITAPORANGA	23,3	32,5	31,3	57,3
ITAPUÍ	28,8	19,4	21,6	31,2
ITAPURA	30,2	41,1	36,7	56,5
ITAQUAQUETUBA	20,8	22,4	21,7	36,4
ITARARÉ	26,4	27,9	28,1	45,6
ITARIRI	17,2	21,8	26,9	33,6
ITATIBA	33,0	37,1	36,5	55,7
ITATINGA	21,1	17,8	24,2	40,6
ITIRAPINA	35,7	34,5	34,1	41,2
ITIRAPUÃ	19,8	25,8	20,8	38,2
ITOBI	23,5	30,0	23,6	42,6
ITU	32,5	36,0	34,0	54,9
ITUPEVA	24,0	28,6	31,4	48,2
ITUVERAVA	29,7	40,3	39,9	50,8
JABORANDI	41,6	35,8	38,4	57,0
JABOTICABAL	34,5	39,9	41,6	57,9
JACARÉI	35,7	41,8	41,3	61,6
JACI	37,8	43,5	35,4	63,7
JACUPIRANGA	30,3	38,3	34,2	50,5
JAGUARIÚNA	33,9	37,9	42,2	71,6
JALES	38,7	53,4	49,6	73,9
JAMBEIRO	22,9	35,8	39,8	56,5
JANDIRA	27,9	30,1	31,7	51,0
JARDINÓPOLIS	31,5	31,4	34,4	48,4
JARINU	19,9	27,6	29,5	44,1
JAÚ	35,7	44,5	45,3	65,5
JERIQUARA	22,1	19,0	17,4	40,6
JOANÓPOLIS	22,7	34,2	28,9	46,0
JOÃO RAMALHO	38,6	35,8	43,5	63,3
JOSÉ BONIFÁCIO	32,5	43,2	41,9	60,5
JÚLIO MESQUITA	40,8	39,8	43,1	56,9
JUMIRIM	37,4	30,5	26,2	50,4
JUNDAÍ	38,7	47,0	46,6	70,7
JUNQUEIRÓPOLIS	36,7	45,1	40,0	70,9
JUQUIÁ	24,8	32,0	32,9	45,8
JUQUITIBA	23,3	29,5	30,8	54,4
LAGOINHA	36,1	35,6	43,7	57,7
LARANJAL PAULISTA	33,2	32,0	34,4	39,1
LAVÍNIA	47,1	50,4	43,6	46,4

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
LAVRINHAS	19,9	26,5	27,4	43,6
LEME	25,4	29,2	27,8	40,7
LENÇÓIS PAULISTA	37,7	37,5	40,1	55,6
LIMEIRA	34,7	37,7	36,8	56,6
LINDÓIA	46,1	30,5	25,7	49,6
LINS	36,3	54,1	42,6	67,2
LORENA	40,6	42,6	35,8	51,6
LOURDES	35,8	40,0	47,0	65,6
LOUVEIRA	24,6	32,5	31,1	53,1
LUCÉLIA	32,4	39,2	34,9	44,8
LUCIANÓPOLIS	35,5	43,5	39,4	54,6
LUÍS ANTÔNIO	22,8	39,1	33,8	39,2
LUIZIÂNIA	34,1	35,1	29,6	49,5
LUPÉRCIO	29,8	25,6	30,2	67,1
LUTÉCIA	44,4	45,1	43,4	66,5
MACATUBA	24,2	30,7	32,9	57,4
MACAUBAL	54,2	39,0	46,5	62,7
MACEDÔNIA	47,9	57,4	45,4	64,2
MAGDA	52,0	45,5	47,4	66,1
MAIRINQUE	26,7	24,1	24,6	40,2
MAIRIPORÃ	29,8	32,3	31,6	52,8
MANDURI	32,4	40,7	41,0	51,2
MARABÁ PAULISTA	25,7	33,5	37,6	45,3
MARACÁI	40,9	36,4	36,8	57,1
MARAPOAMA	36,0	40,8	39,7	68,4
MARIÁPOLIS	42,4	51,7	39,9	63,6
MARÍLIA	43,3	48,2	45,1	63,4
MARINÓPOLIS	26,4	28,1	24,9	58,7
MARTINÓPOLIS	42,1	43,5	40,0	57,6
MATÃO	35,7	37,8	38,2	64,6
MAUÁ	29,9	32,6	29,6	57,8
MENDONÇA	46,7	52,2	40,5	57,2
MERIDIANO	41,3	48,5	34,6	65,6
MESÓPOLIS	37,6	30,4	33,6	51,0
MIGUELÓPOLIS	31,7	31,1	33,7	50,7
MINEIROS DO TIETÊ	24,2	33,0	36,1	44,5
MIRA ESTRELA	45,5	23,4	24,1	38,7
MIRACATU	17,2	36,2	38,8	71,0
MIRANDÓPOLIS	45,5	54,6	47,9	73,2
MIRANTE DO PARANAPANEMA	34,1	40,5	37,3	43,9
MIRASSOL	43,4	44,1	43,6	65,9
MIRASSOLÂNDIA	45,5	44,6	44,3	60,3
MOCOCA	23,3	34,5	35,2	51,2
MOGI DAS CRUZES	36,8	39,0	36,5	59,8
MOGI GUAÇU	40,6	42,6	40,8	59,7
MOJI MIRIM	40,2	31,5	34,1	45,6
MOMBUCA	29,6	27,4	28,6	44,2
MONÇÕES	40,4	45,7	47,2	67,7
MONGAGUÁ	27,4	31,3	32,0	45,1
MONTE ALEGRE DO SUL	22,5	61,8	57,0	79,0
MONTE ALTO	39,4	40,8	39,5	55,9
MONTE APRAZÍVEL	51,6	47,5	48,4	64,1
MONTE AZUL PAULISTA	30,1	32,8	24,6	48,9
MONTE CASTELO	43,1	40,9	29,8	57,0
MONTE MOR	17,8	37,4	35,3	48,4
MONTEIRO LOBATO	31,0	27,0	29,1	37,9
MORRO AGUDO	16,2	34,0	33,7	42,3
MORUNGABA	33,5	35,8	34,1	44,1
MOTUCA	34,7	46,1	37,7	67,8
MURUTINGA DO SUL	43,4	42,0	38,1	61,6
NANTES	42,1	46,3	47,4	67,9

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
NARANDIBA	27,0	34,5	31,2	52,1
NATIVIDADE DA SERRA	18,4	16,7	20,1	38,6
NAZARÉ PAULISTA	17,5	24,4	26,2	47,7
NEVES PAULISTA	39,1	43,7	34,2	57,5
NHANDEARA	51,5	57,0	51,4	86,8
NIPOÃ	30,7	40,6	37,2	60,2
NOVA ALIANÇA	38,7	44,8	40,5	60,9
NOVA CAMPINA	11,6	20,9	17,3	37,5
NOVA CANAÃ PAULISTA	61,2	36,0	39,1	64,0
NOVA CASTILHO	44,5	42,6	50,8	65,4
NOVA EUROPA	28,3	45,1	36,3	57,4
NOVA GRANADA	42,7	44,2	44,6	66,1
NOVA GUATAPORANGA	40,0	36,6	42,0	59,4
NOVA INDEPENDÊNCIA	43,5	58,6	39,1	58,1
NOVA LUZITÂNIA	43,2	54,6	52,6	67,7
NOVA ODESSA	33,8	49,7	50,5	65,2
NOVAIS	46,6	49,2	45,7	65,0
NOVO HORIZONTE	35,7	41,4	39,2	55,0
NUPORANGA	31,1	27,3	29,8	46,8
OCAUÇU	39,9	40,3	42,1	62,6
ÓLEO	44,6	43,3	40,0	55,5
OLÍMPIA	40,1	49,7	48,4	63,8
ONDA VERDE	45,1	38,9	40,4	58,9
ORIENTE	38,4	44,8	44,6	65,8
ORINDIÚVA	45,0	39,3	43,9	63,4
ORLÂNDIA	33,5	42,3	37,8	57,3
OSASCO	32,5	37,2	37,1	57,6
OSCAR BRESSANE	42,7	42,1	45,8	71,3
OSVALDO CRUZ	49,3	55,9	51,3	73,3
OURINHOS	28,8	34,1	35,2	50,1
OURO VERDE	33,5	44,5	36,1	66,8
OUROESTE	41,0	31,2	33,6	57,0
PACAEMBU	45,1	35,1	31,6	43,1
PALESTINA	41,6	49,2	45,4	43,2
PALMARES PAULISTA	26,4	36,3	36,5	55,3
PALMEIRA D'OESTE	38,6	38,1	33,9	63,0
PALMITAL	45,4	36,9	39,3	53,2
PANORAMA	32,6	29,4	29,9	45,3
PARAGUAÇU PAULISTA	40,2	44,8	45,9	61,3
PARAIBUNA	23,9	16,8	22,4	53,1
PARAÍSO	40,7	40,2	40,9	55,0
PARANAPANEMA	40,2	29,4	31,6	42,9
PARANAPUÃ	50,2	38,8	36,6	63,6
PARAPUÃ	41,5	30,7	32,9	56,0
PARDINHO	33,4	25,9	27,9	45,7
PARIQUERA-AÇU	26,8	31,4	33,3	46,2
PARISI	50,0	40,5	34,8	65,6
PATROCÍNIO PAULISTA	33,1	30,7	32,4	48,2
PAULICÉIA	27,0	28,7	31,9	51,4
PAULÍNIA	30,1	38,1	36,9	39,5
PAULISTÂNIA	31,1	38,7	37,6	52,6
PAULO DE FARIA	31,6	41,6	38,8	56,1
PEDERNEIRAS	27,9	33,1	30,8	39,9
PEDRA BELA	25,0	23,8	28,1	50,4
PEDRANÓPOLIS	33,2	53,6	44,9	65,2
PEDREGULHO	19,4	25,0	21,8	34,3
PEDREIRA	28,5	36,0	33,1	46,9
PEDRINHAS PAULISTA	52,4	45,6	38,9	80,3
PEDRO DE TOLEDO	19,6	22,7	23,8	38,0
PENÁPOLIS	28,0	43,6	41,1	60,4
PEREIRA BARRETO	40,8	46,1	41,0	57,4

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
PEREIRAS	31,8	29,0	33,2	51,9
PERUÍBE	25,9	22,2	19,8	53,6
PIACATU	50,6	52,9	47,7	55,0
PIEDADE	24,5	30,2	27,4	52,6
PILAR DO SUL	26,9	32,5	27,7	40,9
PINDAMONHANGABA	31,0	35,2	37,0	50,8
PINDORAMA	36,5	41,9	36,8	36,5
PINHALZINHO	21,4	31,0	32,4	42,4
PIQUEROBI	40,6	38,8	27,4	47,9
PIQUETE	34,5	33,5	34,1	45,0
PIRACAIÁ	17,6	27,4	26,7	42,8
PIRACICABA	35,2	39,2	40,0	54,4
PIRAJU	35,1	39,5	41,9	57,8
PIRAJÚ	34,7	46,0	42,3	50,2
PIRANGI	39,2	35,6	35,8	67,6
PIRAPORA DO BOM JESUS	29,8	24,7	21,4	47,3
PIRAPOZINHO	38,0	36,3	36,7	65,5
PIRASSUNUNGA	35,0	41,5	41,0	51,4
PIRATININGA	38,2	38,9	37,1	61,7
PITANGUEIRAS	21,3	33,2	30,0	45,1
PLANALTO	25,4	32,3	41,6	61,3
PLATINA	18,8	38,8	42,6	53,9
POÁ	38,7	42,7	45,4	64,6
POLONI	52,1	47,9	47,9	92,5
POMPÉIA	41,8	47,0	53,1	65,6
PONGÁ	33,5	61,1	46,7	54,3
PONTAL	9,6	26,5	22,6	35,2
PONTALINDA	39,8	41,8	43,1	65,3
PONTES GESTAL	42,6	53,3	38,9	50,1
POPULINA	29,0	36,5	35,4	46,6
PORANGABA	30,0	36,3	28,2	40,6
PORTO FELIZ	29,5	38,4	35,8	53,5
PORTO FERREIRA	37,6	30,1	30,4	43,9
POTIM	24,4	21,4	22,8	18,0
POTIRENDABA	42,1	42,6	40,1	52,9
PRACINHA	35,5	28,1	22,6	38,4
PRADÓPOLIS	30,5	24,6	24,8	40,5
PRAIA GRANDE	28,1	31,4	31,7	43,6
PRATÂNIA	33,7	37,4	30,0	53,4
PRESIDENTE ALVES	37,9	39,2	31,4	57,7
PRESIDENTE BERNARDES	50,0	46,3	42,5	46,7
PRESIDENTE EPITÁCIO	28,2	35,0	34,9	54,3
PRESIDENTE PRUDENTE	46,8	56,5	52,7	68,0
PRESIDENTE VENCESLAU	39,7	38,9	40,5	73,6
PROMISSÃO	27,9	28,3	30,5	49,3
QUADRA	28,6	24,0	30,5	50,5
QUATÁ	34,5	53,7	43,3	63,2
QUEIROZ	29,6	35,4	37,4	55,4
QUELUZ	26,3	21,2	24,0	38,2
QUINTANA	34,4	41,7	39,7	63,4
RAFARD	32,0	44,1	40,4	58,0
RANCHARIA	41,0	53,5	47,0	65,0
REDENÇÃO DA SERRA	21,1	29,7	29,4	49,1
REGENTE FEIJÓ	49,7	37,3	38,1	51,5
REGINÓPOLIS	41,7	38,9	44,2	38,4
REGISTRO	27,7	38,0	39,1	64,1
RESTINGA	25,7	28,7	31,2	41,7
RIBEIRA	29,0	39,2	34,5	60,4
RIBEIRÃO BONITO	33,6	35,2	33,5	46,7
RIBEIRÃO BRANCO	17,8	16,8	15,1	36,5
RIBEIRÃO CORRENTE	29,0	31,6	32,0	46,3

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
RIBEIRÃO DO SUL	23,7	32,2	37,9	46,7
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	42,5	50,7	49,9	49,4
RIBEIRÃO GRANDE	15,9	20,6	21,3	43,9
RIBEIRÃO PIRES	39,8	42,1	42,3	61,0
RIBEIRÃO PRETO	41,0	45,1	44,0	58,5
RIFAINA	27,6	42,9	40,5	66,3
RINCÃO	34,8	41,0	30,3	57,3
RINÓPOLIS	49,7	39,6	41,8	54,0
RIO CLARO	38,4	38,7	38,7	51,6
RIO DAS PEDRAS	38,0	24,1	23,9	37,6
RIO GRANDE DA SERRA	23,0	23,5	28,7	50,0
RIOLÂNDIA	38,1	34,8	32,8	48,0
RIVERSUL	19,9	33,8	32,8	42,0
ROSANA	37,9	37,1	37,4	50,4
ROSEIRA	29,1	29,0	31,1	36,2
RUBIÁCEA	36,6	49,5	49,8	60,3
RUBINÉIA	40,6	39,3	36,1	53,0
SABINO	28,5	31,3	31,1	51,9
SAGRES	43,5	45,3	44,3	79,1
SALES	45,6	38,0	34,6	52,8
SALES OLIVEIRA	35,1	23,8	24,4	57,6
SALESÓPOLIS	34,2	32,1	35,0	54,9
SALMOURÃO	36,3	54,0	45,3	64,6
SALTINHO	44,6	47,3	49,5	58,1
SALTO	28,4	32,5	36,9	55,9
SALTO DE PIRAPORA	21,5	25,7	21,1	45,4
SALTO GRANDE	25,2	29,3	22,7	49,6
SANDOVALINA	37,1	37,0	35,9	54,3
SANTA ADÉLIA	33,8	44,7	41,5	71,8
SANTA ALBERTINA	53,0	39,0	34,2	57,3
SANTA BÁRBARA D'OESTE	33,2	30,9	31,3	43,9
SANTA BRANCA	27,5	30,7	33,6	54,5
SANTA CLARA D'OESTE	29,2	38,7	27,9	52,1
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO	36,7	39,1	35,9	48,2
SANTA CRUZ DA ESPERANÇA	32,1	32,7	31,7	43,9
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	24,1	36,9	31,1	44,2
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	31,9	44,8	39,4	52,4
SANTA ERNESTINA	24,7	27,5	30,2	52,7
SANTA FÉ DO SUL	45,2	48,7	43,0	85,4
SANTA GERTRUDES	32,2	26,0	33,8	50,4
SANTA ISABEL	22,7	34,9	35,2	58,2
SANTA LUCIA	49,8	35,9	41,5	65,7
SANTA MARIA DA SERRA	32,2	32,3	34,2	39,3
SANTA MERCEDES	27,9	47,7	50,4	65,3
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	45,6	40,8	31,7	61,8
SANTA RITA D'OESTE	53,2	27,9	31,1	54,6
SANTA ROSA DO VITERBO	24,3	32,3	28,1	72,5
SANTA SALETE	40,8	27,9	28,9	42,9
SANTANA DA PONTE PENSA	43,0	52,2	43,3	87,1
SANTANA DE PARNAÍBA	34,7	36,0	33,1	45,0
SANTO ANASTÁCIO	45,6	49,0	42,2	46,5
SANTO ANDRÉ	41,2	47,4	49,7	70,5
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	32,9	34,8	31,1	37,2
SANTO ANTONIO DE POSSE	17,2	22,5	22,2	37,4
SANTO ANTONIO DO ARACANGUÁ	46,9	44,9	44,3	65,4
SANTO ANTONIO DO JARDIM	33,3	32,4	33,8	53,9
SANTO ANTONIO DO PINHAL	20,1	24,0	30,4	46,6
SANTO EXPEDITO	47,3	55,0	52,2	66,5
SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	43,8	47,0	37,0	61,4
SANTOS	49,0	57,6	55,5	67,1
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	28,3	28,6	29,2	39,5

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
SÃO BERNARDO DO CAMPO	40,7	41,4	42,3	55,4
SÃO CAETANO DO SUL	50,9	76,2	77,7	98,1
SÃO CARLOS	41,3	38,6	39,4	53,0
SÃO FRANCISCO	43,8	41,1	33,3	66,3
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	43,1	44,4	43,7	61,1
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	45,8	51,4	47,7	68,6
SÃO JOÃO DE IRACEMA	48,8	50,7	42,3	65,9
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	37,6	56,1	39,6	60,6
SÃO JOAQUIM DA BARRA	30,9	31,5	32,6	53,3
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	28,5	28,7	31,6	39,5
SÃO JOSÉ DO BARREIRO	21,8	20,2	21,8	29,7
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	36,6	33,1	40,1	46,0
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	45,7	44,6	44,5	61,6
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	42,6	46,2	43,6	56,7
SÃO LOURENÇO DA SERRA	20,0	23,4	24,1	38,8
SÃO LUÍS DO PARAITINGA	18,4	28,2	32,9	47,9
SÃO MANUEL	33,4	37,3	33,4	50,0
SÃO MIGUEL ARCANJO	22,0	21,7	27,8	42,0
SÃO PAULO	36,9	41,1	40,7	56,5
SÃO PEDRO	26,7	27,3	22,4	33,9
SÃO PEDRO DO TURVO	28,9	27,9	29,3	49,7
SÃO ROQUE	28,4	31,5	31,1	46,0
SÃO SEBASTIÃO	19,9	20,0	22,7	44,6
SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	22,7	29,0	28,2	46,0
SÃO SIMÃO	31,4	27,6	29,5	49,8
SÃO VICENTE	32,0	31,9	32,9	45,7
SARAPUÍ	15,1	27,8	26,2	42,6
SARUTAÍÁ	27,5	28,9	31,1	50,0
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	49,7	50,6	44,7	66,4
SERRA AZUL	24,1	22,5	25,6	48,3
SERRA NEGRA	38,6	30,4	31,4	39,6
SERRANA	25,5	41,4	34,5	48,6
SERTÃOZINHO	28,4	29,0	30,7	43,9
SETE BARRAS	22,5	27,0	26,4	42,1
SEVERÍNIA	36,4	27,1	28,4	46,1
SILVEIRAS	25,9	21,0	22,8	42,9
SOCORRO	24,7	29,8	25,8	53,9
SOROCABA	37,3	41,4	42,1	59,9
SUD MENUCCI	33,4	42,1	38,9	52,3
SUMARÉ	30,9	26,2	27,9	39,4
SUZANÁPOLIS	33,6	35,3	35,6	59,4
SUZANO	31,0	43,5	40,4	49,4
TABAPUÁ	43,7	43,7	43,0	59,6
TABATINGA	29,4	31,0	29,6	53,7
TABOÃO DA SERRA	30,6	29,0	28,4	53,0
TACIBA	39,0	39,3	37,6	56,7
TAGUÁÍ	24,3	29,7	28,9	42,4
TAIAÇU	38,7	38,5	39,7	55,7
TAIÚVA	51,4	42,1	40,7	57,3
TAMBAÚ	24,6	30,9	32,3	38,9
TANABI	47,1	46,9	45,5	58,7
TAPIRAÍ	19,3	26,3	22,0	44,5
TAPIRATIBA	24,2	32,8	33,7	49,3
TAQUARAL	28,3	37,2	35,7	57,0
TAQUARITINGA	28,5	39,8	37,0	59,3
TAQUARITUBA	23,3	25,5	25,4	38,9
TAQUARIVÁÍ	18,8	24,4	27,1	46,3
TARABAÍ	31,1	39,4	37,5	53,4
TARUMÃ	25,8	34,4	36,3	56,1
TATUÍ	31,3	34,5	35,3	52,9
TAUBATÉ	38,7	44,5	45,4	52,8

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
TEJUPÁ	28,0	27,3	21,4	46,4
TEODORO SAMPAIO	22,9	22,0	18,4	39,2
TERRA ROXA	39,4	36,0	36,5	52,4
TIETÊ	36,4	47,9	50,1	70,2
TIMBURI	33,4	34,3	38,4	67,2
TORRE DE PEDRA	30,0	28,3	29,3	39,4
TORRINHA	39,2	29,2	34,8	36,7
TRABIJU	41,6	33,7	30,2	45,7
TREMEMBÉ	31,8	21,5	23,5	29,9
TRÊS FRONTEIRAS	39,6	30,5	25,4	52,2
TUIUTI	35,4	26,9	30,2	48,2
TUPÃ	34,6	47,0	48,0	63,8
TUPI PAULISTA	48,4	63,1	65,4	97,4
TURIÚBA	52,1	53,6	45,2	62,3
TURMALINA	83,8	44,0	35,4	66,6
UBARANA	25,0	22,2	21,5	37,0
UBATUBA	24,1	24,5	26,1	41,6
UBIRAJARA	27,5	42,0	37,0	54,0
UCHÔA	43,0	38,5	35,6	49,5
UNIÃO PAULISTA	23,1	43,1	45,7	61,3
URÂNIA	36,0	44,9	34,7	62,6
URU	34,9	19,0	37,3	54,3
URUPÊS	44,5	41,1	39,4	72,6
VALENTIM GENTIL	39,2	37,9	32,2	64,7
VALINHOS	41,8	47,3	50,9	73,3
VALPARAÍSO	44,8	46,0	42,1	62,8
VARGEM	19,9	27,0	27,2	50,6
VARGEM GRANDE DO SUL	20,6	34,8	33,6	51,2
VARGEM GRANDE PAULISTA	20,7	36,2	37,1	43,6
VÁRZEA PAULISTA	25,8	20,9	23,3	38,8
VERA CRUZ	39,1	47,1	42,4	65,0
VINHEDO	38,4	36,9	38,3	53,1
VIRADOURO	35,8	45,0	38,6	56,1
VISTA ALEGRE DO ALTO	39,7	36,8	38,1	52,3
VITÓRIA BRASIL	21,6	39,9	40,4	73,2
VOTORANTIM	35,7	29,3	28,5	41,1
VOTUPORANGA	50,0	45,7	42,6	68,8
ZACARIAS	32,7	39,8	42,5	59,8

TABELA 5: Porcentagem de rendimento escolar na educação básica, segundo os municípios – 2000/2006.

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
ADAMANTINA	58,0	78,0	77,0	86,0
ADOLFO	50,0	57,0	60,0	71,0
AGUAÍ	34,0	44,0	45,0	51,0
ÁGUAS DA PRATA	49,0	51,0	54,0	63,0
ÁGUAS DE LINDÓIA	46,0	52,0	53,0	62,0
ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	37,0	56,0	59,0	65,0
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	45,0	62,0	69,0	85,0
AGUDOS	44,0	57,0	58,0	68,0
ALAMBARI	28,0	44,0	54,0	60,0
ALFREDO MARCONDES	50,0	68,0	70,0	77,0
ALTAIR	45,0	50,0	50,0	72,0
ALTINÓPOLIS	37,0	51,0	48,0	62,0
ALTO ALEGRE	37,0	59,0	57,0	67,0
ALUMÍNIO	43,0	61,0	60,0	81,0
ÁLVARES FLORENCE	57,0	59,0	56,0	75,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
ÁLVARES MACHADO	50,0	60,0	58,0	68,0
ÁLVARO DE CARVALHO	37,0	56,0	59,0	65,0
ALVINLÂNDIA	20,0	43,0	51,0	60,0
AMERICANA	53,0	73,0	70,0	85,0
AMÉRICO BRASILIENSE	51,0	52,0	56,0	65,0
AMÉRICO DE CAMPOS	51,0	71,0	66,0	79,0
AMPARO	52,0	53,0	57,0	67,0
ANALÂNDIA	47,0	52,0	57,0	67,0
ANDRADINA	57,0	69,0	67,0	75,0
ANGATUBA	30,0	44,0	47,0	61,0
ANHEMBI	42,0	56,0	58,0	64,0
ANHUMAS	37,0	56,0	61,0	75,0
APARECIDA	46,0	51,0	55,0	59,0
APARECIDA D'OESTE	47,0	55,0	58,0	73,0
APIAÍ	36,0	44,0	51,0	67,0
ARAÇARIGUAMA	29,0	42,0	45,0	56,0
ARAÇATUBA	59,0	66,0	63,0	72,0
ARAÇOIABA DA SERRA	38,0	54,0	58,0	71,0
ARAMINA	37,0	48,0	50,0	57,0
ARANDU	31,0	40,0	48,0	58,0
ARAPEÍ	33,0	50,0	39,0	50,0
ARARAQUARA	58,0	59,0	62,0	78,0
ARARAS	49,0	53,0	57,0	68,0
ARCO ÍRIS	42,0	54,0	60,0	65,0
AREALVA	51,0	58,0	58,0	67,0
AREIAS	29,0	30,0	33,0	52,0
AREIÓPOLIS	27,0	40,0	43,0	59,0
ARIRANHA	49,0	59,0	58,0	66,0
ARTUR NOGUEIRA	39,0	39,0	49,0	60,0
ARUJÁ	37,0	45,0	53,0	64,0
ASPÁSIA	46,0	54,0	60,0	75,0
ASSIS	53,0	62,0	65,0	72,0
ATIBAIA	34,0	43,0	51,0	62,0
AURIFLAMA	53,0	74,0	76,0	85,0
AVAI	42,0	53,0	56,0	65,0
AVANHANDAVA	36,0	44,0	41,0	51,0
AVARÉ	44,0	52,0	53,0	59,0
BADY BASSITT	55,0	50,0	59,0	72,0
BALBINOS	47,0	49,0	60,0	60,0
BÁLSAMO	50,0	56,0	57,0	71,0
BANANAL	31,0	41,0	41,0	63,0
BARÃO DE ANTONINA	39,0	57,0	59,0	66,0
BARBOSA	33,0	48,0	54,0	57,0
BARIRI	48,0	54,0	59,0	65,0
BARRA BONITA	53,0	61,0	61,0	73,0
BARRA DO CHAPÉU	19,0	37,0	50,0	64,0
BARRA DO TURVO	15,0	22,0	26,0	50,0
BARRETOS	47,0	50,0	49,0	65,0
BARRINHA	32,0	39,0	47,0	56,0
BARUERI	43,0	55,0	61,0	72,0
BASTOS	46,0	56,0	58,0	71,0
BATATAIS	45,0	52,0	52,0	67,0
BAURU	54,0	59,0	60,0	67,0
BEBEDOURO	45,0	55,0	58,0	69,0
BENTO DE ABREU	48,0	55,0	61,0	68,0
BERNARDINO DE CAMPOS	37,0	53,0	53,0	62,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
BERTIOGA	26,0	36,0	42,0	59,0
BILAC	54,0	68,0	65,0	73,0
BIRIGUI	53,0	55,0	60,0	75,0
BIRITIBA MIRIM	29,0	35,0	40,0	53,0
BOA ESPERANÇA DO SUL	34,0	48,0	52,0	58,0
BOCAINA	46,0	52,0	53,0	52,0
BOFETE	30,0	39,0	47,0	65,0
BOITUVA	35,0	53,0	57,0	69,0
BOM JESUS DOS PERDÕES	27,0	39,0	48,0	62,0
BOM SUCESSO DE ITARARÉ	29,0	48,0	55,0	61,0
BORÁ	46,0	55,0	57,0	71,0
BORACÉIA	40,0	50,0	52,0	59,0
BORBOREMA	41,0	55,0	56,0	69,0
BOREBI	39,0	54,0	56,0	59,0
BOTUCATU	50,0	53,0	55,0	64,0
BRAGANÇA PAULISTA	43,0	56,0	57,0	66,0
BRAÚNA	42,0	62,0	62,0	71,0
BREJO ALEGRE	46,0	57,0	58,0	67,0
BRODOWSKI	42,0	52,0	56,0	68,0
BROTAS	48,0	52,0	55,0	61,0
BURI	23,0	35,0	39,0	49,0
BURITAMA	51,0	66,0	64,0	74,0
BURITIZAL	34,0	41,0	44,0	52,0
CABRÁLIA PAULISTA	40,0	57,0	57,0	66,0
CABREÚVA	34,0	35,0	40,0	61,0
CAÇAPAVA	42,0	57,0	59,0	69,0
CACHOEIRA PAULISTA	43,0	45,0	50,0	59,0
CACONDE	25,0	43,0	42,0	60,0
CAFELÂNDIA	34,0	42,0	54,0	64,0
CAIABU	53,0	64,0	65,0	79,0
CAIEIRAS	43,0	50,0	50,0	66,0
CAIUÁ	46,0	50,0	53,0	62,0
CAJAMAR	33,0	40,0	44,0	64,0
CAJATI	29,0	37,0	44,0	58,0
CAJOBI	35,0	50,0	56,0	68,0
CAJURU	40,0	51,0	48,0	51,0
CAMPINA DO MONTE ALEGRE	33,0	45,0	52,0	62,0
CAMPINAS	46,0	51,0	51,0	58,0
CAMPO LIMPO PAULISTA	41,0	44,0	46,0	61,0
CAMPOS DO JORDÃO	37,0	51,0	54,0	59,0
CAMPOS NOVOS PAULISTA	37,0	54,0	58,0	63,0
CANANÉIA	30,0	31,0	37,0	54,0
CANAS	40,0	45,0	50,0	57,0
CÂNDIDO MOTA	48,0	53,0	62,0	70,0
CÂNDIDO RODRIGUES	42,0	51,0	55,0	70,0
CANITAR	33,0	44,0	51,0	59,0
CAPÃO BONITO	26,0	34,0	42,0	58,0
CAPELA DO ALTO	27,0	41,0	52,0	58,0
CAPIVARI	38,0	42,0	49,0	58,0
CARAGUATATUBA	37,0	52,0	59,0	71,0
CARAPICUÍBA	32,0	40,0	41,0	53,0
CARDOSO	49,0	49,0	52,0	69,0
CASA BRANCA	46,0	55,0	51,0	67,0
CÁSSIA DOS COQUEIROS	37,0	56,0	63,0	78,0
CASTILHO	47,0	57,0	55,0	69,0
CATANDUVA	55,0	66,0	66,0	75,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
CATIGUÁ	51,0	58,0	58,0	69,0
CEDRAL	47,0	49,0	53,0	65,0
CERQUEIRA CÉSAR	41,0	51,0	52,0	61,0
CERQUILHO	51,0	56,0	55,0	73,0
CESÁRIO LANGE	33,0	46,0	53,0	65,0
CHARQUEADA	38,0	49,0	55,0	64,0
CHAVANTES	39,0	42,0	44,0	54,0
CLEMENTINA	41,0	56,0	63,0	66,0
COLINA	48,0	38,0	51,0	65,0
COLÔMBIA	40,0	54,0	57,0	67,0
CONCHAL	32,0	43,0	44,0	56,0
CONCHAS	40,0	53,0	57,0	64,0
CORDEIRÓPOLIS	45,0	57,0	57,0	63,0
COROADOS	36,0	56,0	59,0	66,0
CORONEL MACEDO	34,0	50,0	51,0	57,0
CORUMBATAÍ	48,0	55,0	55,0	65,0
COSMÓPOLIS	36,0	42,0	48,0	59,0
COSMORAMA	50,0	62,0	58,0	69,0
COTIA	37,0	56,0	62,0	78,0
CRAVINHOS	39,0	45,0	44,0	58,0
CRISTAIS PAULISTA	36,0	47,0	49,0	60,0
CRUZÁLIA	47,0	67,0	64,0	79,0
CRUZEIRO	49,0	53,0	58,0	64,0
CUBATÃO	31,0	40,0	43,0	48,0
CUNHA	21,0	26,0	31,0	38,0
DESCALVADO	50,0	62,0	60,0	63,0
DIADEMA	38,0	49,0	49,0	60,0
DIRCE REIS	52,0	60,0	66,0	81,0
DIVINOLÂNDIA	42,0	48,0	54,0	64,0
DOBRADA	40,0	47,0	55,0	68,0
DOIS CÓRREGOS	40,0	43,0	46,0	56,0
DOLCINÓPOLIS	54,0	61,0	62,0	81,0
DOURADO	47,0	48,0	48,0	65,0
DRACENA	54,0	70,0	68,0	71,0
DUARTINA	46,0	58,0	57,0	71,0
DUMONT	51,0	52,0	56,0	74,0
ECHAPORÃ	40,0	58,0	61,0	69,0
ELDORADO	30,0	53,0	55,0	67,0
ELIAS FAUSTO	27,0	39,0	49,0	58,0
ELISIÁRIO	47,0	54,0	57,0	77,0
EMBAÚBA	53,0	62,0	62,0	74,0
EMBU	30,0	40,0	41,0	48,0
EMBU-GUAÇU	35,0	48,0	48,0	70,0
EMILIANÓPOLIS	49,0	62,0	65,0	66,0
ENGENHEIRO COELHO	36,0	52,0	54,0	70,0
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	42,0	55,0	56,0	61,0
ESPÍRITO SANTO DO TURVO	32,0	51,0	50,0	66,0
ESTIVA GERBI	47,0	56,0	58,0	69,0
ESTRELA DO NORTE	52,0	67,0	65,0	76,0
ESTRELA D'OESTE	53,0	63,0	64,0	79,0
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	40,0	50,0	49,0	64,0
FARTURA	41,0	62,0	60,0	67,0
FERNANDO PRESTES	42,0	59,0	62,0	71,0
FERNANDÓPOLIS	58,0	63,0	65,0	79,0
FERNÃO	47,0	56,0	58,0	70,0
FERRAZ DE VASCONCELOS	39,0	43,0	47,0	56,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
FLORA RICA	52,0	57,0	59,0	70,0
FLOREAL	56,0	62,0	63,0	79,0
FLÓRIDA PAULISTA	48,0	64,0	65,0	71,0
FLORÍNIA	42,0	61,0	61,0	73,0
FRANCA	41,0	43,0	47,0	65,0
FRANCISCO MORATO	23,0	27,0	31,0	46,0
FRANCO DA ROCHA	35,0	46,0	51,0	65,0
GABRIEL MONTEIRO	55,0	57,0	57,0	71,0
GÁLIA	35,0	46,0	49,0	59,0
GARÇA	49,0	61,0	63,0	73,0
GASTÃO VIDIGAL	41,0	60,0	65,0	70,0
GAVIÃO PEIXOTO	44,0	57,0	58,0	67,0
GENERAL SALGADO	53,0	68,0	69,0	70,0
GETULINA	38,0	49,0	49,0	63,0
GLICÉRIO	40,0	46,0	49,0	60,0
GUAICARA	34,0	43,0	47,0	44,0
GUAIMBÊ	39,0	50,0	57,0	68,0
GUAÍRA	50,0	58,0	55,0	68,0
GUAPIAÇU	49,0	50,0	55,0	64,0
GUAPIARA	12,0	25,0	34,0	50,0
GUARÁ	30,0	34,0	43,0	46,0
GUARAÇÁI	56,0	55,0	60,0	69,0
GUARACI	42,0	57,0	60,0	72,0
GUARANI D'OESTE	53,0	61,0	62,0	71,0
GUARANTÃ	30,0	35,0	37,0	48,0
GUARARAPES	55,0	69,0	68,0	76,0
GUARAREMA	38,0	54,0	56,0	68,0
GUARATINGUETÁ	50,0	62,0	60,0	71,0
GUARÉI	29,0	36,0	41,0	54,0
GUARIBA	31,0	46,0	45,0	61,0
GUARUJÁ	30,0	32,0	37,0	48,0
GUARULHOS	39,0	43,0	49,0	59,0
GUATAPARÁ	39,0	53,0	57,0	66,0
GUZOLÂNDIA	48,0	62,0	59,0	66,0
HERCULÂNDIA	35,0	47,0	56,0	67,0
HOLAMBRA	33,0	60,0	64,0	93,0
HORTOLÂNDIA	33,0	39,0	44,0	54,0
IACANGA	42,0	53,0	53,0	66,0
IACRI	39,0	51,0	57,0	65,0
IARAS	34,0	43,0	50,0	51,0
IBATÉ	40,0	39,0	44,0	55,0
IBIRÁ	43,0	48,0	59,0	59,0
IBIRAREMA	43,0	51,0	55,0	58,0
IBITINGA	39,0	54,0	51,0	63,0
IBIÚNA	22,0	29,0	37,0	54,0
ICÉM	49,0	54,0	59,0	78,0
IEPÉ	45,0	63,0	68,0	81,0
IGARAÇU DO TIETÉ	38,0	50,0	52,0	63,0
IGARAPAVA	39,0	46,0	60,0	60,0
IGARATÁ	30,0	43,0	50,0	67,0
IGUAPE	31,0	54,0	58,0	67,0
ILHA COMPRIDA	50,0	47,0	40,0	40,0
ILHA SOLTEIRA	53,0	64,0	70,0	79,0
ILHABELA	35,0	49,0	55,0	71,0
INDAIATUBA	44,0	52,0	55,0	68,0
INDIANA	48,0	58,0	61,0	75,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
INDIAPORÃ	50,0	60,0	55,0	58,0
INÚBIA PAULISTA	53,0	54,0	60,0	81,0
IPAUSSU	36,0	58,0	63,0	74,0
IPERÓ	38,0	44,0	52,0	60,0
IPEÚNA	47,0	54,0	56,0	65,0
IPIGUÁ	52,0	60,0	64,0	69,0
IPORANGA	31,0	49,0	53,0	63,0
IPUÃ	35,0	58,0	63,0	60,0
IRACEMÁPOLIS	46,0	57,0	58,0	69,0
IRAPUÃ	49,0	56,0	56,0	62,0
IRAPURU	49,0	58,0	61,0	63,0
ITABERÁ	29,0	35,0	37,0	56,0
ITAÍ	29,0	48,0	46,0	50,0
ITAJOBÍ	47,0	52,0	51,0	68,0
ITAJU	46,0	55,0	57,0	65,0
ITANHAÉM	38,0	50,0	54,0	65,0
ITAÓCA	32,0	47,0	54,0	73,0
ITAPECERICA DA SERRA	31,0	42,0	45,0	59,0
ITAPETININGA	37,0	48,0	50,0	62,0
ITAPEVA	32,0	44,0	50,0	63,0
ITAPEVÍ	30,0	37,0	40,0	51,0
ITAPIRA	46,0	53,0	56,0	63,0
ITAPIRAPUÃ PAULISTA	20,0	41,0	51,0	70,0
ITÁPOLIS	45,0	57,0	63,0	69,0
ITAPORANGA	34,0	51,0	59,0	69,0
ITAPUÍ	36,0	47,0	51,0	55,0
ITAPURA	49,0	62,0	56,0	73,0
ITAQUAQUECETUBA	26,0	28,0	32,0	39,0
ITARARÉ	29,0	42,0	45,0	57,0
ITARIRI	25,0	36,0	40,0	46,0
ITATIBA	46,0	58,0	57,0	71,0
ITATINGA	33,0	37,0	45,0	53,0
ITIRAPINA	47,0	56,0	54,0	61,0
ITIRAPUÃ	34,0	41,0	39,0	60,0
ITOBÍ	37,0	42,0	41,0	52,0
ITU	43,0	47,0	50,0	63,0
ITUPEVA	32,0	40,0	49,0	63,0
ITUVERAVA	46,0	59,0	59,0	65,0
JABORANDI	47,0	52,0	55,0	65,0
JABOTICABAL	48,0	54,0	56,0	67,0
JACAREÍ	44,0	60,0	59,0	69,0
JACI	46,0	58,0	57,0	73,0
JACUPIRANGA	37,0	40,0	42,0	60,0
JAGUARIÚNA	46,0	61,0	66,0	80,0
JALES	53,0	57,0	63,0	79,0
JAMBEIRO	40,0	55,0	61,0	68,0
JANDIRA	38,0	46,0	49,0	58,0
JARDINÓPOLIS	40,0	46,0	53,0	57,0
JARINU	25,0	36,0	43,0	66,0
JAÚ	50,0	57,0	60,0	75,0
JERIQUARA	24,0	37,0	41,0	54,0
JOANÓPOLIS	30,0	40,0	40,0	56,0
JOÃO RAMALHO	44,0	53,0	58,0	67,0
JOSÉ BONIFÁCIO	43,0	58,0	63,0	72,0
JÚLIO MESQUITA	42,0	58,0	62,0	68,0
JUMIRIM	42,0	51,0	52,0	61,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
JUNDIAÍ	49,0	64,0	66,0	84,0
JUNQUEIRÓPOLIS	50,0	60,0	62,0	72,0
JUQUIÁ	30,0	40,0	45,0	58,0
JUQUITIBA	31,0	49,0	52,0	70,0
LAGOINHA	40,0	54,0	59,0	71,0
LARANJAL PAULISTA	40,0	48,0	54,0	58,0
LAVÍNIA	50,0	66,0	62,0	67,0
LAVRINHAS	36,0	45,0	50,0	59,0
LEME	37,0	42,0	45,0	59,0
LENÇÓIS PAULISTA	50,0	56,0	58,0	70,0
LIMEIRA	46,0	55,0	55,0	69,0
LINDÓIA	48,0	53,0	54,0	67,0
LINS	51,0	69,0	65,0	71,0
LORENA	45,0	54,0	55,0	60,0
LOURDES	50,0	60,0	64,0	79,0
LOUVEIRA	42,0	48,0	53,0	68,0
LUCÉLIA	45,0	56,0	57,0	67,0
LUCIANÓPOLIS	42,0	57,0	62,0	67,0
LUÍS ANTÔNIO	40,0	57,0	54,0	53,0
LUIZIÂNIA	39,0	51,0	50,0	62,0
LUPÉRCIO	38,0	44,0	56,0	73,0
LUTÉCIA	53,0	58,0	62,0	76,0
MACATUBA	41,0	48,0	58,0	67,0
MACAUBAL	58,0	62,0	60,0	77,0
MACEDÔNIA	49,0	62,0	60,0	75,0
MAGDA	55,0	58,0	65,0	76,0
MAIRINQUE	40,0	49,0	50,0	62,0
MAIRIPORÃ	38,0	48,0	53,0	68,0
MANDURI	37,0	59,0	59,0	63,0
MARABÁ PAULISTA	43,0	56,0	58,0	62,0
MARACÁI	53,0	59,0	62,0	77,0
MARAPOAMA	50,0	57,0	57,0	72,0
MARIÁPOLIS	54,0	68,0	65,0	78,0
MARÍLIA	55,0	60,0	63,0	72,0
MARINÓPOLIS	45,0	55,0	57,0	69,0
MARTINÓPOLIS	47,0	55,0	59,0	73,0
MATÃO	50,0	64,0	64,0	76,0
MAUÁ	40,0	48,0	49,0	65,0
MENDONÇA	52,0	63,0	58,0	70,0
MERIDIANO	50,0	66,0	62,0	71,0
MESÓPOLIS	47,0	60,0	55,0	65,0
MIGUELÓPOLIS	41,0	51,0	55,0	66,0
MINEIROS DO TIETÊ	41,0	46,0	52,0	63,0
MIRA ESTRELA	50,0	53,0	56,0	82,0
MIRACATU	22,0	38,0	36,0	49,0
MIRANDÓPOLIS	55,0	67,0	68,0	80,0
MIRANTE DO PARANAPANEMA	40,0	46,0	51,0	69,0
MIRASSOL	55,0	57,0	60,0	72,0
MIRASSOLÂNDIA	49,0	62,0	63,0	69,0
MOCOCA	44,0	53,0	54,0	65,0
MOGI DAS CRUZES	44,0	53,0	57,0	68,0
MOGI GUAÇU	50,0	59,0	59,0	67,0
MOJI MIRIM	54,0	54,0	53,0	58,0
MOMBUCA	38,0	46,0	51,0	62,0
MONÇÕES	55,0	67,0	67,0	76,0
MONGAGUÁ	36,0	43,0	52,0	58,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
MONTE ALEGRE DO SUL	39,0	62,0	64,0	72,0
MONTE ALTO	48,0	62,0	60,0	72,0
MONTE APRAZÍVEL	57,0	59,0	67,0	71,0
MONTE AZUL PAULISTA	40,0	46,0	46,0	60,0
MONTE CASTELO	54,0	61,0	60,0	72,0
MONTE MOR	29,0	50,0	54,0	56,0
MONTEIRO LOBATO	39,0	53,0	57,0	66,0
MORRO AGUDO	34,0	45,0	47,0	59,0
MORUNGABA	42,0	52,0	54,0	60,0
MOTUCA	47,0	52,0	55,0	72,0
MURUTINGA DO SUL	50,0	63,0	54,0	72,0
NANTES	49,0	67,0	71,0	77,0
NARANDIBA	35,0	49,0	55,0	74,0
NATIVIDADE DA SERRA	15,0	25,0	36,0	48,0
NAZARÉ PAULISTA	18,0	24,0	33,0	53,0
NEVES PAULISTA	54,0	60,0	59,0	70,0
NHANDEARA	59,0	65,0	69,0	89,0
NIPOÃ	44,0	56,0	61,0	70,0
NOVA ALIANÇA	47,0	62,0	62,0	72,0
NOVA CAMPINA	20,0	25,0	31,0	48,0
NOVA CANAÃ PAULISTA	52,0	46,0	53,0	71,0
NOVA CASTILHO	50,0	63,0	68,0	74,0
NOVA EUROPA	47,0	67,0	69,0	77,0
NOVA GRANADA	49,0	63,0	65,0	78,0
NOVA GUATAPORANGA	55,0	66,0	60,0	75,0
NOVA INDEPENDÊNCIA	54,0	68,0	64,0	70,0
NOVA LUZITÂNIA	54,0	67,0	65,0	71,0
NOVA ODESSA	52,0	67,0	71,0	77,0
NOVAIS	53,0	67,0	67,0	78,0
NOVO HORIZONTE	49,0	58,0	54,0	71,0
NUPORANGA	43,0	47,0	51,0	55,0
OCAUÇU	48,0	56,0	61,0	74,0
ÓLEO	48,0	60,0	58,0	69,0
OLÍMPIA	48,0	66,0	64,0	74,0
ONDA VERDE	52,0	59,0	62,0	72,0
ORIENTE	50,0	61,0	64,0	75,0
ORINDIÚVA	50,0	47,0	51,0	75,0
ORLÂNDIA	48,0	57,0	62,0	69,0
OSASCO	43,0	49,0	51,0	63,0
OSCAR BRESSANE	53,0	68,0	67,0	77,0
OSVALDO CRUZ	55,0	67,0	67,0	78,0
OURINHOS	43,0	56,0	57,0	65,0
OURO VERDE	44,0	54,0	59,0	66,0
OUROESTE	54,0	64,0	59,0	72,0
PACAEMBU	53,0	62,0	64,0	64,0
PALESTINA	45,0	61,0	51,0	57,0
PALMARES PAULISTA	36,0	49,0	56,0	62,0
PALMEIRA D'OESTE	49,0	60,0	62,0	73,0
PALMITAL	48,0	52,0	58,0	66,0
PANORAMA	37,0	40,0	50,0	56,0
PARAGUAÇU PAULISTA	48,0	60,0	63,0	71,0
PARAIBUNA	33,0	38,0	49,0	60,0
PARAÍSO	49,0	52,0	61,0	70,0
PARANAPANEMA	36,0	43,0	45,0	58,0
PARANAPUÃ	54,0	59,0	63,0	77,0
PARAPUÃ	45,0	46,0	51,0	63,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
PARDINHO	38,0	45,0	46,0	65,0
PARIQUERA-AÇU	33,0	46,0	44,0	57,0
PARISI	60,0	62,0	60,0	74,0
PATROCÍNIO PAULISTA	46,0	48,0	53,0	66,0
PAULICÉIA	33,0	51,0	54,0	66,0
PAULÍNIA	50,0	50,0	54,0	59,0
PAULISTÂNIA	41,0	55,0	55,0	66,0
PAULO DE FARIA	41,0	54,0	59,0	73,0
PEDERNEIRAS	42,0	53,0	53,0	62,0
PEDRA BELA	25,0	42,0	53,0	63,0
PEDRANÓPOLIS	46,0	64,0	63,0	75,0
PEDREGULHO	33,0	42,0	45,0	54,0
PEDREIRA	37,0	52,0	53,0	65,0
PEDRINHAS PAULISTA	58,0	65,0	64,0	87,0
PEDRO DE TOLEDO	28,0	41,0	40,0	55,0
PENÁPOLIS	43,0	58,0	61,0	68,0
PEREIRA BARRETO	52,0	64,0	62,0	73,0
PEREIRAS	38,0	41,0	50,0	56,0
PERUÍBE	35,0	44,0	48,0	71,0
PIACATU	53,0	66,0	68,0	73,0
PIEDADE	31,0	41,0	48,0	64,0
PILAR DO SUL	39,0	47,0	52,0	61,0
PINDAMONHANGABA	40,0	44,0	50,0	58,0
PINDORAMA	45,0	55,0	55,0	55,0
PINHALZINHO	33,0	52,0	56,0	60,0
PIQUEROBI	51,0	54,0	52,0	62,0
PIQUETE	48,0	55,0	55,0	61,0
PIRACAIA	30,0	48,0	49,0	56,0
PIRACICABA	44,0	49,0	52,0	61,0
PIRAJU	45,0	56,0	62,0	68,0
PIRAJÚ	38,0	56,0	63,0	66,0
PIRANGI	47,0	47,0	52,0	75,0
PIRAPORA DO BOM JESUS	34,0	43,0	48,0	65,0
PIRAPOZINHO	45,0	54,0	58,0	67,0
PIRASSUNUNGA	48,0	56,0	56,0	63,0
PIRATININGA	47,0	59,0	59,0	73,0
PITANGUEIRAS	36,0	47,0	53,0	63,0
PLANALTO	42,0	52,0	59,0	75,0
PLATINA	30,0	58,0	61,0	65,0
POÁ	49,0	64,0	67,0	73,0
POLONI	61,0	67,0	75,0	89,0
POMPÉIA	54,0	70,0	69,0	80,0
PONGÁI	47,0	63,0	62,0	71,0
PONTAL	21,0	34,0	40,0	50,0
PONTALINDA	50,0	58,0	62,0	77,0
PONTES GESTAL	51,0	60,0	58,0	65,0
POPULINA	40,0	52,0	54,0	61,0
PORANGABA	35,0	45,0	48,0	53,0
PORTO FELIZ	39,0	52,0	52,0	65,0
PORTO FERREIRA	50,0	53,0	51,0	62,0
POTIM	36,0	45,0	41,0	33,0
POTIRENDABA	49,0	57,0	57,0	67,0
PRACINHA	45,0	48,0	57,0	63,0
PRADÓPOLIS	39,0	44,0	50,0	58,0
PRAIA GRANDE	41,0	45,0	47,0	58,0
PRATÂNIA	44,0	56,0	55,0	69,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
PRESIDENTE ALVES	44,0	48,0	58,0	71,0
PRESIDENTE BERNARDES	53,0	49,0	57,0	62,0
PRESIDENTE EPITÁCIO	42,0	50,0	53,0	65,0
PRESIDENTE PRUDENTE	56,0	68,0	71,0	77,0
PRESIDENTE VENCESLAU	49,0	47,0	62,0	72,0
PROMISSÃO	42,0	52,0	57,0	63,0
QUADRA	41,0	44,0	51,0	63,0
QUATÁ	46,0	65,0	61,0	74,0
QUEIROZ	40,0	64,0	58,0	70,0
QUELUZ	33,0	42,0	47,0	51,0
QUINTANA	43,0	59,0	62,0	69,0
RAFARD	37,0	57,0	66,0	69,0
RANCHARIA	53,0	68,0	67,0	75,0
REDENÇÃO DA SERRA	28,0	37,0	43,0	58,0
REGENTE FEIJÓ	55,0	58,0	58,0	71,0
REGINÓPOLIS	44,0	51,0	61,0	58,0
REGISTRO	35,0	55,0	60,0	69,0
RESTINGA	38,0	50,0	55,0	59,0
RIBEIRA	36,0	48,0	54,0	75,0
RIBEIRÃO BONITO	42,0	54,0	52,0	60,0
RIBEIRÃO BRANCO	9,0	15,0	24,0	46,0
RIBEIRÃO CORRENTE	40,0	45,0	48,0	57,0
RIBEIRÃO DO SUL	38,0	57,0	63,0	57,0
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	52,0	63,0	62,0	67,0
RIBEIRÃO GRANDE	25,0	45,0	51,0	70,0
RIBEIRÃO PIRES	48,0	58,0	61,0	70,0
RIBEIRÃO PRETO	50,0	57,0	57,0	68,0
RIFAINA	29,0	47,0	51,0	60,0
RINCÃO	44,0	55,0	63,0	80,0
RINÓPOLIS	54,0	56,0	52,0	68,0
RIO CLARO	55,0	58,0	59,0	69,0
RIO DAS PEDRAS	43,0	51,0	51,0	64,0
RIO GRANDE DA SERRA	35,0	41,0	45,0	48,0
RIOLÂNDIA	41,0	44,0	51,0	60,0
RIVERSUL	28,0	49,0	53,0	62,0
ROSANA	49,0	49,0	55,0	67,0
ROSEIRA	42,0	49,0	50,0	50,0
RUBIÁCEA	53,0	70,0	66,0	72,0
RUBINÉIA	49,0	58,0	60,0	70,0
SABINO	30,0	54,0	58,0	63,0
SAGRES	55,0	69,0	69,0	77,0
SALES	47,0	54,0	54,0	66,0
SALES OLIVEIRA	45,0	46,0	47,0	71,0
SALESÓPOLIS	34,0	43,0	56,0	63,0
SALMOURÃO	44,0	61,0	64,0	76,0
SALTINHO	53,0	67,0	68,0	70,0
SALTO	44,0	53,0	58,0	66,0
SALTO DE PIRAPORA	35,0	41,0	42,0	56,0
SALTO GRANDE	38,0	46,0	53,0	61,0
SANDOVALINA	42,0	56,0	62,0	72,0
SANTA ADÉLIA	43,0	64,0	73,0	80,0
SANTA ALBERTINA	52,0	53,0	58,0	67,0
SANTA BÁRBARA D'OESTE	47,0	50,0	48,0	58,0
SANTA BRANCA	40,0	47,0	53,0	61,0
SANTA CLARA D'OESTE	47,0	60,0	55,0	72,0
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO	41,0	51,0	53,0	64,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
SANTA CRUZ DA ESPERANÇA	49,0	50,0	50,0	55,0
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	40,0	44,0	50,0	57,0
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	41,0	60,0	55,0	68,0
SANTA ERNESTINA	39,0	49,0	55,0	67,0
SANTA FÉ DO SUL	54,0	63,0	61,0	81,0
SANTA GERTRUDES	48,0	43,0	54,0	67,0
SANTA ISABEL	31,0	52,0	56,0	70,0
SANTA LUCIA	59,0	52,0	60,0	71,0
SANTA MARIA DA SERRA	37,0	52,0	56,0	60,0
SANTA MERCEDES	46,0	60,0	71,0	70,0
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	57,0	54,0	54,0	59,0
SANTA RITA D'OESTE	52,0	63,0	63,0	85,0
SANTA ROSA DO VITERBO	32,0	48,0	53,0	65,0
SANTA SALETE	52,0	56,0	56,0	75,0
SANTANA DA PONTE PENSA	54,0	52,0	57,0	79,0
SANTANA DE PARNAÍBA	36,0	38,0	42,0	57,0
SANTO ANASTÁCIO	54,0	66,0	57,0	63,0
SANTO ANDRÉ	53,0	64,0	64,0	76,0
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	37,0	42,0	39,0	42,0
SANTO ANTONIO DE POSSE	27,0	41,0	48,0	53,0
SANTO ANTONIO DO ARACANGUÁ	55,0	62,0	64,0	79,0
SANTO ANTONIO DO JARDIM	41,0	50,0	57,0	70,0
SANTO ANTONIO DO PINHAL	32,0	46,0	51,0	59,0
SANTO EXPEDITO	51,0	67,0	69,0	75,0
SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	50,0	63,0	66,0	71,0
SANTOS	59,0	71,0	70,0	76,0
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	37,0	42,0	45,0	54,0
SÃO BERNARDO DO CAMPO	50,0	57,0	58,0	65,0
SÃO CAETANO DO SUL	63,0	89,0	89,0	96,0
SÃO CARLOS	54,0	53,0	55,0	65,0
SÃO FRANCISCO	53,0	60,0	58,0	79,0
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	53,0	57,0	61,0	72,0
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	56,0	65,0	65,0	76,0
SÃO JOÃO DE IRACEMA	56,0	67,0	64,0	75,0
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	48,0	68,0	64,0	70,0
SÃO JOAQUIM DA BARRA	46,0	53,0	52,0	65,0
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	35,0	38,0	42,0	46,0
SÃO JOSÉ DO BARREIRO	30,0	39,0	41,0	48,0
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	52,0	53,0	56,0	66,0
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	57,0	61,0	63,0	70,0
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	53,0	58,0	57,0	68,0
SÃO LOURENÇO DA SERRA	26,0	35,0	41,0	50,0
SÃO LUÍS DO PARAITINGA	27,0	35,0	45,0	62,0
SÃO MANUEL	39,0	48,0	50,0	64,0
SÃO MIGUEL ARCANJO	25,0	36,0	44,0	55,0
SÃO PAULO	45,0	56,0	57,0	69,0
SÃO PEDRO	42,0	46,0	45,0	48,0
SÃO PEDRO DO TURVO	36,0	50,0	53,0	65,0
SÃO ROQUE	39,0	54,0	49,0	61,0
SÃO SEBASTIÃO	31,0	47,0	49,0	65,0
SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	31,0	46,0	48,0	56,0
SÃO SIMÃO	40,0	51,0	52,0	59,0
SÃO VICENTE	41,0	47,0	49,0	62,0
SARAPUÍ	29,0	50,0	51,0	63,0
SARUTAÍÁ	22,0	42,0	41,0	55,0
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	56,0	62,0	61,0	79,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
SERRA AZUL	33,0	39,0	41,0	51,0
SERRA NEGRA	42,0	57,0	59,0	66,0
SERRANA	37,0	48,0	50,0	53,0
SERTÃOZINHO	44,0	54,0	55,0	59,0
SETE BARRAS	22,0	40,0	47,0	59,0
SEVERÍNIA	43,0	45,0	53,0	62,0
SILVEIRAS	24,0	34,0	41,0	57,0
SOCORRO	35,0	51,0	52,0	69,0
SOROCABA	49,0	56,0	59,0	71,0
SUD MENUCCI	49,0	61,0	64,0	66,0
SUMARÉ	39,0	44,0	45,0	54,0
SUZANÁPOLIS	44,0	54,0	60,0	65,0
SUZANO	41,0	45,0	49,0	64,0
TABAPUÃ	55,0	66,0	63,0	71,0
TABATINGA	35,0	50,0	47,0	66,0
TABOÃO DA SERRA	40,0	45,0	48,0	60,0
TACIBA	44,0	53,0	53,0	66,0
TAGUAÍ	31,0	56,0	58,0	65,0
TAIAÇU	48,0	58,0	60,0	65,0
TAIÚVA	53,0	60,0	58,0	66,0
TAMBAÚ	35,0	41,0	45,0	54,0
TANABI	57,0	67,0	62,0	69,0
TAPIRÁI	28,0	38,0	41,0	52,0
TAPIRATIBA	40,0	51,0	58,0	65,0
TAQUARAL	37,0	54,0	58,0	65,0
TAQUARITINGA	40,0	58,0	57,0	68,0
TAQUARITUBA	31,0	41,0	48,0	52,0
TAQUARIVAI	16,0	34,0	42,0	52,0
TARABAÍ	43,0	57,0	58,0	64,0
TARUMÃ	44,0	54,0	62,0	66,0
TATUÍ	41,0	53,0	55,0	63,0
TAUBATÉ	50,0	58,0	61,0	65,0
TEJUPÁ	27,0	39,0	37,0	56,0
TEODORO SAMPAIO	33,0	44,0	49,0	61,0
TERRA ROXA	43,0	54,0	56,0	66,0
TIETÉ	48,0	51,0	57,0	70,0
TIMBURI	37,0	50,0	56,0	69,0
TORRE DE PEDRA	31,0	46,0	52,0	55,0
TORRINHA	56,0	58,0	57,0	62,0
TRABUJU	44,0	50,0	53,0	60,0
TREMEMBÉ	40,0	41,0	39,0	43,0
TRÊS FRONTEIRAS	49,0	51,0	52,0	69,0
TUIUTI	37,0	52,0	54,0	65,0
TUPÃ	45,0	52,0	54,0	67,0
TUPI PAULISTA	59,0	71,0	76,0	84,0
TURIÚBA	59,0	70,0	64,0	74,0
TURMALINA	62,0	57,0	57,0	70,0
UBARANA	40,0	38,0	44,0	59,0
UBATUBA	29,0	44,0	47,0	59,0
UBIRAJARA	31,0	55,0	58,0	66,0
UCHÔA	53,0	59,0	59,0	65,0
UNIÃO PAULISTA	42,0	61,0	68,0	74,0
URÂNIA	50,0	60,0	58,0	73,0
URU	45,0	46,0	60,0	69,0
URUPÊS	56,0	57,0	59,0	84,0
VALENTIM GENTIL	46,0	60,0	58,0	76,0

MUNICÍPIO	2000	2002	2004	2006
VALINHOS	56,0	67,0	72,0	84,0
VALPARAÍSO	54,0	63,0	68,0	79,0
VARGEM	22,0	37,0	50,0	64,0
VARGEM GRANDE DO SUL	37,0	51,0	52,0	59,0
VARGEM GRANDE PAULISTA	34,0	44,0	49,0	62,0
VÁRZEA PAULISTA	37,0	36,0	37,0	48,0
VERA CRUZ	51,0	60,0	61,0	76,0
VINHEDO	53,0	59,0	57,0	68,0
VIRADOURO	42,0	47,0	54,0	68,0
VISTA ALEGRE DO ALTO	53,0	60,0	57,0	69,0
VITÓRIA BRASIL	40,0	58,0	63,0	79,0
VOTORANTIM	49,0	49,0	49,0	59,0
VOTUPORANGA	59,0	54,0	61,0	76,0
ZACARIAS	43,0	57,0	61,0	73,0